

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



Parna do Iguazu / PR - Foto: Clayton Ferreira Lino

RBMA FASE 7

SETEMBRO / 2018



FICHA INSTITUCIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA CN-RBMA

Clayton Ferreira Lino - Presidente
Afrânio Farias de Menezes - Vice - Presidente
Mario Oscar Cencig - Secretário Executivo
Leiz Da Silva Rosa - Secretário Executivo Adjunto
Ana Maria Lopez Espinha - Coordenação Técnica

INSTITUTO AMIGOS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA IA- RBMA

Warwick do Amaral Manfrinato - Presidente
João Lucilio Ruegger de Albuquerque - Vice-Presidente
Patrícia Regina Rossi Cacciatori - Secretária Executiva
Robert Galastri de Lima - Coordenação Administrativa e Financeira

MEMBROS CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Adriano Victor Wild - Afrânio Farias de Menezes - Ailton Krenak - Aladim Fernando Cerqueira - Alceo Magnanini - Alexandre Krob - Ana Carolina Marques de Oliveira - Ana Cimardi - Anivaldo Miranda Pinto - Arthur José Vieira Bruno - Beranger Arnaldo de Araújo - Bertholdino Apolonio Teixeira Junior - Boisbaudran de Oliveira Imperiano - Carla Suertegaray Fontana - Celso Maioli junior - Clayton Ferreira Lino - David Carvalho Cardoso da Silva - Deusdete Queiroga Filho - Elaine Zuchiwschi - Elizabeth Forneck Albrecht - Fabiano Rodrigues Melo - Felipe Sleiman Rizzato - Francisco Iglesias - Gabriel Menezes - Gabriela Coelho de Souza - Geraldo Gomes de Barros Neto - Glaico José Sell - Gustavo Bediaga de Oliveira - Henri Dubois Collet - Henrique Horn Ilha - Iberê Sassi - Israel Mario Lopes - Itaragil Marinho - Jeanne Sofia Tavares Florence - Joana Braun Bassi - João Batista Campos - João Lucilio Ruegger de Albuquerque - José Antônio Marques de Oliveira - José Jerundino Machado Itaquí - José Pedro de Oliveira Costa - Joseany Trarbach - Liliana Oliveira Souza - Lisiane Becker - Luciano Henrique de Moura - Luis Alberto Bucci - Marcelo Augusto Ferraz - Marcelo Rasteiro - Marcia Hengel - Maria Augusta Barbosa dos Anjos - Maria das Dores de V. C. Melo - Maria Fátima de Freitas Rego - Maria Heloisa Dias - Maria Heloisa Dias - Maria Isabel Stumpf Chiappetti - Mariese Cargnin Muchailh - Mário Oscar Cencig - Mary Sorage Praxedes da Silva - Moacir Tinoco - Moara Menta Giasson - Olivier Ferreira das Chagas - Patrícia Jacaúna - Paulo A. Pizzi - Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Paulo Humberto Guimarães Araújo - Paulo Fernandes Sheid - Paulo Teixeira de Farias - Pedro Balieiro - Quennedi Ubirajara de Paula - Quischiline Xênia Andrade Horiy - Regiane Velloso - Renato Cunha - Ricardo Guedes Miranda - Roberto Francine - Roberto Siqueira Carneiro - Rodrigo Rodrigues Castanho - Samanta Della Bella - Sérgio Luis Pompéia - Severino Rodrigo Ribeiro Pinto - Sueli Ota - Tayama Rodrigues Uchôa - Ubiratã Soares Jacobi - Vandir de Andrade Junior - Warwick do Amaral Manfrinato - Yara Maria Chagas de Carvalho.



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

EQUIPE DO PROJETO “REVISÃO PERIÓDICA 2008-2018 E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTOS RBMA- FASE 7”

Coordenação Geral:

Clayton Ferreira Lino

Coordenação Executiva do Projeto:

João Lucilio Ruegger de Albuquerque
Maria Heloisa Dias

Colaboradora Técnica

Mariana Sodré Matos Mendes

Apoio Técnico e Operacional:

Robert Galastri de Lima
Leiz da Silva Rosa
Ana Maria Lopez Espinha
Patrícia R Rossi Cacciatore
Inamara Ap de Sá Melo
Marilyn Pereira
Pedro Henrique Rodrigues de Barro

Mapeamento e Digitalização:

ArcPlan Geoprocessamento
Marcos Rosa
Fernando Paternost

Editoração:

Robert Galastri de Lima

Tradução:

Secretaria de Biodiversidade/Departamento de Áreas Protegidas (SBIO /DAP – MMA)

Colaboradores Estaduais**Piauí:**

Luiz Henrique Souza de Carvalho
Tânia Maria Martins Santos

Ceará:

Fernando Bezerra
Henrique Nascimento
Leinad Carbogin

Rio Grande do Norte:

Mary Sorage Praxedes Da Silva

Paraíba:

Boisbaudran De Oliveira Imperiano
Itaragil Marinho

Pernambuco:

Paulo Teixeira De Farias
Samanta Della Bella
Alessandra Sa
Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti
Maria Das Dores De V. C. Melo

Alagoas:

Afrânio Farias de Menezes
Gustavo Ressureição Lopes

Sergipe:

Maria Augusta Barbosa dos Anjos
José Antônio Marques de Oliveira

Bahia:

Márcia Cristina Telles de Araújo Lima
Jeanne Sofia Tavares Florence
Ricardo Guedes Miranda
Adriana Lúcia Batista De Castro
Renato Cunha - Rui Rocha

Minas Gerais:

Henri Dubois Collet
Paulo Fernandes Scheid
Ailton Krenak

Espirito Santo:

Joseany Trarbach
Edson Valpassos Reuter Mota
Iara Gardênia Silva Moreira
Mauricio Vieira Gomes

Rio de Janeiro:

Ana Carolina Marques De Oliveira
Alceo Magnanine
Denise Rambaldi
Mauricio Ruiz

São Paulo:

Eduardo Trani
Rodrigo Levkovicz
Gil Kuchembuck Scatena
Ana Fernandes Xavier
Vivian Tiemi Sugano
Rodrigo Antônio Braga Moraes Victor
Isadora Parada - Katia Mazzei
Rodrigo Rodrigues Castanho

Goiás:

Fabiano Rodrigues Melo
Deyse Martins Dos Santos
Lorena Souza
Luciano Henrique de Moura

Paraná:

Antônio Carlos Bonetti
Sueli Naomi Ota Tereza
Tereza Hoffmann
Ariel Scheffer da Silva
Edson Zanlorenzi
Carla Canzi
Luiz Cesar R. Silva
Veridiana Araujo Alves da Costa Pereira

Mato Grosso do Sul:

Leonardo Tostes Palma
Flávia Neri de Moura

Santa Catarina:

Elaine Zuchiwschi

Rio Grande do Sul:

Alexandre Krob
Maria Isabel Stumpf Chiappetti
Joana Braun Bassi
Ubiratã Jacobi

Mar:

Maria Heloisa Dias

Membros do CN-RBMA**Membros do Colegiado Mar da RBMA****Membros dos Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA****Apoio Financeiro e Parceria:**

Itaipu Binacional

Parcerias:

Instituto Amigos Da Reserva Da Biosfera Da Mata Atlântica - IA-RBMA
Secretaria de Biodiversidade/Departamento de Áreas Protegidas / SBIO /DAP - MMA
Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo - SMA - SP
Instituto Florestal de São Paulo - IFSP
Fundação Florestal de São Paulo - FFSP
Fundação SOS Mata Atlântica - SOSMA
Rede de ONG Mata Atlântica
Rede Mosaicos de Áreas Protegidas

Fotografias:

Clayton Ferreira Lino
Leiz da Silva Rosa

Coordenação

Execução

Apoio





ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| RESUMO EXECUTIVO | 12 |
| 1 REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7 | 24 |
| 2 MANUAL DE PROCEDIMENTOS REVISÃO PERIODICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO RBMA – FASE 7 | 56 |
| 2.1 O QUE É A FASE 7 DA RBMA? | 56 |
| 2.2 QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO? | 56 |
| 2.3 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DA FASE 7 DA RBMA - 2018 | 57 |
| 2.3.1 INTRODUÇÃO | 57 |
| 2.3.2 PRINCÍPIOS GERAIS | 57 |
| 2.3.3 CRITÉRIOS TEMÁTICOS | 58 |
| 2.3.4 ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES DA RBMA | 60 |
| 2.3.5 LEGENDA CARTOGRÁFICA | 60 |
| 2.3.6 AGENDA DE TRABALHO | 60 |
| 3 PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS | 65 |
| 3.1 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ | 66 |
| 3.1.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ | 67 |
| 3.1.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PIAUÍ | 68 |
| 3.1.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS A RBMA - FASE 7 / PIAUÍ | 69 |
| 3.2 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ | 70 |
| 3.2.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ | 71 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 3.2.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO CEARÁ | 72 |
| 3.2.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / CEARÁ | 73 |
| 3.3 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 74 |
| 3.3.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 75 |
| 3.3.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 76 |
| 3.3.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / RIO GRANDE DO NORTE | 77 |
| 3.4 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA | 78 |
| 3.4.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA | 79 |
| 3.4.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA PARAÍBA | 80 |
| 3.4.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / PARAÍBA..... | 81 |
| 3.5 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO . | 82 |
| 3.5.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 83 |
| 3.5.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE PERNAMBUCO..... | 84 |
| 3.5.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PERNAMBUCO | 85 |
| 3.6 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS | 86 |
| 3.6.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS | 87 |
| 3.6.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE ALAGOAS | 88 |
| 3.6.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ALAGOAS..... | 89 |
| 3.7 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SERGIPE | 90 |
| 3.7.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO SERGIPE | 91 |
| 3.7.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SERGIPE | 92 |
| 3.7.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SERGIPE | 93 |
| 3.8 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA..... | 94 |
| 3.8.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA..... | 95 |
| 3.8.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA BAHIA..... | 96 |
| 3.8.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / BAHIA..... | 97 |
| 3.9 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS | 100 |
| 3.9.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS..... | 101 |
| 3.9.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE MINAS GERAIS..... | 102 |
| 3.9.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MINAS GERAIS | 103 |
| 3.10 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..... | 104 |
| 3.10.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..... | 105 |
| 3.10.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..... | 106 |
| 3.10.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ESPÍRITO SANTO..... | 107 |
| 3.11 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 108 |
| 3.11.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... | 109 |
| 3.11.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 110 |
| 3.11.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO DE JANEIRO | 111 |
| 3.12 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO... .. | 112 |
| 3.12.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 113 |
| 3.12.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 114 |
| 3.12.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SÃO PAULO..... | 115 |
| 3.13 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS..... | 116 |
| 3.13.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS..... | 117 |
| 3.13.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE GOIÁS..... | 118 |
| 3.13.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / GOIÁS | 119 |
| 3.14 | A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ..... | 122 |
| 3.14.1 | A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ..... | 123 |
| 3.14.2 | PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PARANÁ..... | 124 |
| 3.14.3 | PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PARANÁ | 125 |

| | |
|--|------------|
| 3.15 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA..... | 126 |
| 3.15.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 127 |
| 3.15.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 128 |
| 3.15.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SANTA CATARINA..... | 129 |
| 3.16 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..... | 130 |
| 3.16.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 131 |
| 3.16.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..... | 132 |
| 3.16.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO GRANDE DO SUL | 133 |
| 3.17 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 134 |
| 3.17.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL..... | 135 |
| 3.17.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 136 |
| 3.17.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MATO GROSSO DO SUL..... | 137 |
| 3.18 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRO MARINHA..... | 140 |
| 3.18.1 A MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRA MARINHA ADJACENTE..... | 141 |
| 3.18.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NA REGIÃO MARINHA | 142 |
| 3.18.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / REGIÃO MARINHA..... | 144 |
| 4 ANEXO 1 - UNIDADES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA RBMA / UGB - RBMA | 148 |
| 4.1 SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA..... | 148 |
| 4.2 UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA..... | 150 |
| 4.3 CRITÉRIOS PARA DESIGNAÇÃO DE UGD-RBMA..... | 151 |
| 4.3.1 DO TERRITÓRIO DA UGD..... | 151 |
| 4.3.2 DA GESTÃO DA UGD..... | 151 |
| 4.4 UGD - ITAIPU RBMA..... | 152 |
| 4.4.1 A UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO DA ITAIPU-BINACIONAL - UGD-ITAIPU RBMA..... | 152 |
| 4.4.2 JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO..... | 153 |
| 4.4.3 LIMITES DA UGD - ITAIPU-RBMA | 153 |
| 4.4.4 A RBMA NA REGIÃO DE ITAIPU | 154 |
| 5 ANEXO 2 - TABELAS DE AREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 7 POR ESTADOS..... | 160 |
| 5.1 ESTADO DO PIAUI | 160 |
| 5.1.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 160 |
| 5.2 ESTADO DO CEARÁ..... | 160 |
| 5.2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 160 |
| 5.2.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS..... | 163 |
| 5.2.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS..... | 164 |
| 5.3 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE..... | 164 |
| 5.3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 164 |
| 5.4 ESTADO DA PARAÍBA..... | 165 |
| 5.4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 165 |
| 5.4.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS..... | 166 |
| 5.4.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS..... | 166 |
| 5.5 ESTADO DE PERNAMBUCO..... | 167 |
| 5.5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 167 |
| 5.5.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 173 |
| 5.5.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 173 |
| 5.6 ESTADO DE ALAGOAS | 173 |
| 5.6.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS..... | 173 |
| 5.6.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 176 |
| 5.6.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 176 |

| | |
|--|------------|
| 5.7 ESTADO DE SERGIPE | 176 |
| 5.7.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 176 |
| 5.7.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 177 |
| 5.8 ESTADO DA BAHIA | 178 |
| 5.8.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 178 |
| 5.8.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 186 |
| 5.8.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 187 |
| 5.9 ESTADO DE MINAS GERAIS | 188 |
| 5.9.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 188 |
| 5.9.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 195 |
| 5.9.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 196 |
| 5.10 ESTADO DO ESPIRITO SANTO | 197 |
| 5.10.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 197 |
| 5.10.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 203 |
| 5.10.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 203 |
| 5.11 ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 204 |
| 5.11.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 204 |
| 5.11.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 218 |
| 5.11.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 219 |
| 5.12 ESTADO DE SÃO PAULO | 221 |
| 5.12.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 221 |
| 5.12.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 232 |
| 5.12.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 233 |
| 5.13 ESTADO DE GOIÁS | 234 |
| 5.13.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 234 |
| 5.14 ESTADO DO PARANÁ | 235 |
| 5.14.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 235 |
| 5.14.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 242 |
| 5.14.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 243 |
| 5.15 ESTADO DE SANTA CATARINA | 244 |
| 5.15.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 244 |
| 5.15.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 250 |
| 5.15.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS | 251 |
| 5.16 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 252 |
| 5.16.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 252 |
| 5.16.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS | 255 |
| 5.17 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 256 |
| 5.17.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS | 256 |
| 6 ANEXO 3 - CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE 7 | 260 |
| 7 ANEXO 4 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, LINK E ENDEREÇOS | 268 |
| 7.1 LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS JURÍDICOS | 268 |
| 7.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/ USO DO SOLO | 268 |
| 7.3 LISTA DE ESPÉCIES | 268 |
| 7.4 VÍDEOS | 268 |
| 7.5 OUTROS DOCUMENTOS | 269 |
| 7.6 ENDEREÇOS | 269 |
| 7.6.1 MINISTRO DO MEIO AMBIENTE | 269 |
| 7.6.2 SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE (SBIO) | 269 |
| 7.6.3 DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS (DAP) | 269 |
| 8 ANEXO 5 - BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7 | 276 |
| 8.1 MAPAS - RBMA FASE 7 / VEGETAÇÃO / COBERTURA DO SOLO | 276 |
| PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 280 |
| GLOSSÁRIO | 284 |



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

APRESENTAÇÃO

A Revisão Periódica das Reservas da Biosfera é um processo mandatário do Programa MaB/UNESCO onde o governo brasileiro tem o compromisso de enviar, a cada dez anos, um formulário sobre a evolução dos trabalhos, desafios e perspectivas de cada uma das Reservas da Biosfera Brasileiras.

No caso da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, essas revisões foram feitas em seis fases, realizadas entre 1991 e 2008. Agora, após dez anos de sua última atualização, a RBMA está sendo novamente revista, com o apoio do Instituto Amigos da RBMA (IA-RBMA), por meio do Projeto: “Proposta de Revisão Periódica (2008 / 2018) e de Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA - Fase 7”, com atividades que envolvem os 17 Estados abrangidos pelo domínio Mata Atlântica e suas áreas costeiras e marinhas adjacentes, sendo |êles: Piauí- PI, Ceará- CE, Rio Grande do Norte- RN, Paraíba- PB, Pernambuco- PE, Alagoas- AL, Sergipe- SE, Bahia- BA, Espírito Santo - ES, Minas Gerais -MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Goiás- GO, Mato Grosso do Sul- MS, Paraná- PR, Santa Catarina- SC e Rio Grande Sul- RS.

A Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica estava prevista para o ano de 2019, uma vez que sua última revisão foi aprovada pela UNESCO em maio de 2009. No entanto, estamos antecipando a avaliação pois tornou-se oportuno realiza-la, desde já, aproveitando os esforços de mobilização de todo o Sistema de Gestão da Reserva e seus parceiros para o desenvolvimento da sua Fase 7 de atualização de seus limites e zoneamento, em 2018.

O presente documento, a exemplo do apresentado em 2008 (Fase 6), aprovado pela UNESCO, foi estruturado tendo por base o Formulário Padrão do MAB/UNESCO com as necessárias adequações ao caso específico da RBMA. Tais adequações se justificam por se tratar de uma Reserva da Biosfera de “modelo brasileiro”, ou seja, cobrindo áreas significativas na escala dos grandes biomas nacionais. Assim, a RBMA por suas enormes dimensões (78.000.000 ha /Fase 6 e 89.687.000 ha / Fase 7), abrangência (17 estados brasileiros), pela diversidade de seu Sistema de Gestão (composto por uma Rede com mais de 250 instituições envolvidas no Conselho Nacional - CN-RBMA, nos Comitês e Sub Comitês Estaduais , nos Postos Avançados e Unidades de Gestão Descentralizada) e pela diversidade e complexidade dos temas, programas e projetos que desenvolve, é aqui avaliada na escala macro, e não no detalhe de cada uma de suas ações locais. Tais aspectos, entretanto, não foram negligenciados, fornecendo-se, sempre que oportuno, os links de projetos, publicações, vídeos onde tais ações são abordadas na escala local.

O processo de elaboração efetiva desta Fase-7 da RBMA, durou cerca de seis meses e envolveu além de um corpo técnico especializado, os membros do CN-RBMA, representantes de governos federais, estaduais e municipais, ONG, universidades, representantes de moradores, setor empresarial e pontos focais da RBMA. As alterações dos limites e zoneamentos, que representam a Fase 7 da RBMA, e os respectivos mapas são aqui apresentados de forma detalhada para cada um dos 17 Estados e complementados com as diversas tabelas de

Áreas Protegidas que seguem anexas.

Com a Fase 7, a RBMA passa a cobrir 66% do Bioma, com 89.687.000 ha, sendo cerca de 9.000.000 ha de zonas núcleo, 38.508.000 ha de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha de zonas de transição, dos quais



aproximadamente 73.238.000 ha em áreas terrestres e 16.449.000 ha em áreas marinhas, conforme tabelas e cartas que compõem este documento.

Com a nova delimitação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica abrange os 17 Estados do Bioma, incluindo o do Piauí, constituindo-se de um mosaico representativo das tipologias de vegetação do Bioma Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, de áreas de interação com outras reservas da biosfera e biomas brasileiros, além de incluir em seu sistema de gestão as Unidades de Gestão Descentralizada da RBMA (UGD-RBMA).

Este documento apresenta assim, de maneira comparativa, um panorama da RBMA no período 2008 - 2018 e a proposta de atualização dos limites e zoneamento da (Fase 7 da RBMA) com os dados, mapas e tabelas conforme indicado pelo Formulário UNESCO MaB, seguindo a seguinte estrutura:

Apresentação

- Resumo Executivo
- Mapa da Reserva da Biosfera fase 6
- Mapa da Reserva da biosfera fase 7
- Parte 1: Revisão Periódica 2008 – 2018 e atualização da RBMA fase 7
- Parte 2: Manual de Procedimento da RBMA Fase 7
- Parte 3: Proposta RBMA por Regiões e Estados
- Anexo 1: Unidades Gestão Descentralizada da RBMA
- Anexo 2: Tabela de áreas Protegidas da RBMA Fase 7 por Estados
- Anexo 3: Cartas de Apoio Revisão Fase 7
- Anexo 4: Documentos Complementares endereços e Links
- Anexo 5: Base Cartográfica digitalizada RBMA Fase 7
- Principais Referências Bibliográficas

A revisão da RBMA Fase 7, realizada em um processo participativo e descentralizado contribuiu para o fortalecimento da Reserva da Biosfera, um mecanismo cada vez mais importante para a conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável na região da Mata Atlântica, uma das mais belas, ricas e ameaçadas florestas do planeta.

Clayton Ferreira Lino
Presidente
Conselho Nacional da Reserva da
Biosfera da Mata Atlântica



RESUMO EXECUTIVO

Conforme estabelecido pelo Programa MAB/UNESCO, a cada 10 anos após sua criação todas Reservas da Biosfera devem encaminhar ao MAB, pelas vias oficiais, um documento de Revisão Periódica, no qual, entre outros aspectos de interesse, devem ser atualizados os dados sobre a Reserva da Biosfera e apresentados os avanços e desafios em sua implementação no referido período. Eventuais alterações de nome, limites, zoneamento e governança ocorridos devem ser igualmente reportadas.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida pela UNESCO em 1991, sendo a primeira área a receber esta designação no Brasil. Ao longo dos anos a RBMA passou por várias fases de ampliação tornando-se inclusive a maior Reserva da Rede Mundial do MAB/UNESCO, com mais de 78 milhões de hectares.

A Fase 6, encaminhada à UNESCO em 2008, corresponde à última revisão da RBMA. Passados 10 anos estamos encaminhando nova atualização de limites e zoneamento (Fase7) no âmbito da Revisão Periódica 2008-2018.

O processo de construção deste documento, como de praxe, envolveu não apenas todos os membros do Conselho Nacional como representantes dos governos estaduais, ONGS, Universidades, Setor Empresarial, nos 17 Estados brasileiros, abrangidos pela Reserva.

Este processo, de cerca de 06 meses de trabalho contínuo, contou igualmente com consultores contratados e empresa especializada no tratamento de dados georreferenciados. Os aspectos metodológicos, as etapas do trabalho e o manual de instruções para assegurar a padronização dos dados na participação dos 17 Estados, estão devidamente reportados no documento integral.

Também foram realizadas as necessárias articulações com o Ministério do Meio Ambiente e com a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, uma vez que, além de existirem áreas de superposição entre a RBMA e outras três reservas da biosfera, há um grande esforço entre as reservas brasileiras para a permanente interação e criação de padrões replicáveis.

No que tange à avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

Para tanto, foi fundamental o esforço de permanente articulação com todos os atores, a atuação institucional do Conselho Nacional na luta por políticas públicas adequadas e a existência de seu braço administrativo e financeiro, a ONG Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parceiros.

Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período:

- Programa de Turismo Sustentável- focado na capacitação de jovens monitores ambientais, apoio ao turismo de Bases Comunitárias e Criação de “Roteiros da Biosfera”, promovendo a visitação de atrativo,



compromissados com a sustentabilidade. Cerca de 1500 pessoas foram capacitadas neste Programa.

- Programa Anuário Mata Atlântica - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.

- Programa Mercado Mata Atlântica – Com forte base científica e grande permeabilidade social com as comunidades locais da Reserva, este Programa tem três focos centrais: a promoção de manejo sustentável de recursos florestais da Mata Atlântica; a certificação de empreendimentos e produtos da Reserva por meio de seu selo “Mercado Mata Atlântica” e o apoio à capacitação e organização de produtores para a comercialização de seus produtos e serviços. Neste período foram atendidos mais de 3000 produtores e 20 empreendimentos receberam o selo.

- Programa de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos – Este foi o primeiro Programa permanente da RBMA e é centrado na atuação técnica e política visando a conservação da biodiversidade, da água e dos demais recursos da Mata Atlântica por meio da criação, implantação e gestão integrada e participativa de áreas protegidas públicas e privadas terrestres e marinhas. Nesta década a RBMA contribuiu diretamente na proposição de novas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. Também teve ação central na criação de todos 15 Mosaicos de Áreas Protegidas, existentes no Bioma, e na proposição e implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, gerenciados pelo Comitês Estaduais da RBMA nos Estados da Bahia e Espírito Santo. Da mesma forma a RBMA foi protagonista central na criação do pacto pela restauração da Mata Atlântica (visando restaurar 15 milhões de hectares até 2050), respondendo por sua Secretaria Executiva por três anos.

- Programa Costa e Mar – Caracterizada como um grande corredor ecológico de mais de 5.000 km que envolve 14 dos 17 estados costeiros do Brasil, a RBMA já em 2008 contava com 16 milhões de hectares cobrindo ecossistemas marinho e insulares. Para dar a devida atenção a esta vasta diversificada e peculiar região do Oceano Atlântico a Reserva cria o Colegiado Mar composto por instituições públicas e privadas diretamente envolvidas na conservação marinha no Brasil. Desse trabalho surgiram propostas para a criação de mais de duas dezenas de Áreas Protegidas Costeiras e Marinhas, muitas delas viabilizadas, além de importantes trabalhos relativos à pesca tradicional e industrial na costa brasileira. Merece destaque igualmente a atuação da RBMA na campanha #EaHoradoMar onde, juntamente com várias entidades, promoveu a maior mobilização já registrada no país em defesa do mar brasileiro.

A consequência dessa mobilização foi a criação de duas gigantescas Áreas Protegidas Marinhas (mais de 900.000 km²) no entorno dos arquipélagos de Trindade-Martim Vaz e São Pedro e São Paulo, o que fez com que o Brasil tivesse um salto de 1,53% para cerca de 26% de seu mar territorial protegido. Cabe igualmente ressaltar a elaboração e coordenação pela RBMA em parceria com a Associação Voz da Natureza do projeto para a criação da primeira Reserva da Reserva da Biosfera Marinha, ao longo de 1200 km da Cadeia Vitória Trindade, no Espírito Santo, que já aprovada pela COBRAMAB, aguarda a melhor oportunidade para ser encaminhada à UNESCO.

- Programa Ativos Ambientais – Estabelecido a partir de 2011 este é atualmente um dos mais exitosos



programas da RBMA, envolvendo um número crescente de empresas na implementação das diretrizes do Programa MAB e na consolidação da Reserva da Biosfera como um dos principais promotores da articulação entre conservação e desenvolvimento preconizados nos Planos de Ação de Madri (2008) e de Lima (2016). Com foco nas empresas de base territorial (mineração, energia e agrícola) o Programa visa identificar e valorizar os ativos ambientais (florestas, rios, cavernas, fauna, patrimônio histórico e arqueológico, dentre outros) existentes nas propriedades de grandes empresas. Iniciado a partir de uma cooperação técnica inovadora entre a RBMA, a Votorantim Cimento e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, o Programa já promoveu a conservação de muitos desses ativos e vem contribuindo para a promoção da cultura da sustentabilidade no meio empresarial brasileiro. Em franca expansão o Programa atua em várias regiões da Reserva especialmente na elaboração de “Planos de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” para empresas e suas propriedades. Também vinculado ao Programa está o recém-criado “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica” concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de Programas e Projetos da RBMA. Atualmente seis empresas já receberam o “Selo” da Reserva da Biosfera.

- Programa de Postos Avançados – Os Postos Avançados (P.A.) são verdadeiras “Vitrines” da Reserva da Biosfera. Para que um local (Áreas Protegidas, Centros de Pesquisa, Núcleos de Educação Ambiental e outros) seja reconhecido como P.A. da RBMA é necessário que ali se desenvolvam, de forma permanente e exemplar, pelo menos duas das três funções básicas de uma Reserva da Biosfera (conservação, desenvolvimento sustentável e conhecimento). O título é concedido pelo Conselho Nacional da RBMA com validade de quatro anos, renováveis por tempo indeterminado mediante processo bastante rigoroso. A grande procura pelo título e por sua renovação atestam o grande sucesso deste Programa desde sua criação em 1993. Atualmente (agosto de 2018) a RBMA conta com 58 Postos Avançados, reconhecidos em 13 Estados, dos quais 34 foram titulados nesta década. Juntamente com os Comitês e Sub-Comitês Estaduais e, por meio de seus projetos em campo os Postos Avançados consolidam a implementação do programa MAB/UNESCO em seu território.

- Programa de Cooperação Internacional – Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

A RBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Aqua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol.

Por fim cabe destacar o Programa de Comunicação e Educação Ambiental da RBMA que é responsável pela organização dos eventos técnicos nacionais e internacionais da Reserva, mantém o site na internet e páginas bastante ativas nas redes sociais, promove concursos e campanhas, produz diversas publicações



com destaque para a Série Cadernos da RBMA (já com 48 volumes) e organiza juntamente com parceiros a Semana da Mata Atlântica, atualmente celebrando o Dia da Mata Atlântica em 27 de maio. Também promove anualmente a entrega do “Prêmio Muriqui – RBMA”, a mais antiga e importante premiação socioambiental para as pessoas e instituições que contribuem para a conservação e desenvolvimento sustentável no bioma. O Prêmio Muriqui já foi entregue a 74 pessoas (41) e instituições (33), dos quais 35 foram nos últimos 10 anos.

Além da atuação nas políticas públicas e no desenvolvimento de projetos demonstrativos, a RBMA consolidou-se como a maior e mais abrangente Rede estruturada de pessoas e instituições governamentais e não governamentais, em defesa da Mata Atlântica, graças em grande parte às suas múltiplas parcerias e ao seu Sistema de Gestão autônomo e efetivamente representativo, paritário e descentralizado. Ao longo da última década tal Sistema de Gestão foi permanentemente aprimorado consolidando a atuação do Conselho Nacional, Comitês e Sub Comitês Estaduais, Instituto Amigos da RNMA, Secretaria Executiva Nacional, Colegiado Mar e Postos Avançados.

Neste ano de 2018 mais uma figura foi introduzida no sistema de gestão, as Unidades de Gestão Descentralizadas – UGD/RBMA, que cria ou preferencialmente reconhece instituições colegiadas pré-existentes que promovem gestão integrada e participativa em territórios incluídos na Reserva da Biosfera. Exemplos são Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Comitês de Bacias Hidrográficas e Consórcio de Município.

Dentre os maiores desafios a serem enfrentados destacam-se: impactos já sentidos mas não conhecidos das mudanças climáticas; a necessidade de maior aproximação com o conjunto dos 2733 municípios, dos quais 682 são totalmente abrangidos pela RBMA; o fortalecimento e ampliação da participação dos diversos povos tradicionais nas ações e gestão da Reserva; maior participação do setor empresarial na sua implementação e a garantia de sustentabilidade financeira para manter gestão, ações e projetos da RBMA.

A par da atualização de dados e da descrição dos avanços e desafios da Reserva nesta década altamente produtiva o documento traz também os dados e mapas da Fase 7 da RBMA que atualiza limites e zoneamento nos 17 Estados abrangidos pela Reserva. Tal atualização teve por foco:

1 – Utilizar base cartográfica georreferenciada de maior precisão e grau de detalhamento que a utilizada em 2008.

2 – Atualizar o zoneamento com inclusão de Unidades de Conservação no Bioma criadas ou incluídas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação ou em Sistemas Estaduais de Áreas Protegidas, após 2008. As definidas como de Proteção Integral, as Reservas Particulares de Patrimônio Natural e outras áreas de alta restrição de uso correspondem a novas Zonas Núcleo da Reserva. As denominadas UC de Uso sustentável e outras áreas protegidas com menor restrição de uso, passam a compor suas Zonas de Amortecimento. Foram incluídas 2138 UC nesta Fase 7. Além delas foram incluídos e identificados na Fase 7 da RBMA 187 Territórios Indígenas (TI) e 169 Territórios Quilombolas (TQ).

3 – Ampliar os limites da Reserva nos estados do Piauí e do Paraná. No primeiro, ainda de forma modesta, incorporando apenas Unidades de Conservação (três federais, uma estadual e duas Reserva Particular do Patrimônio Natural- RPPN) que contém encaves de Mata Atlântica associados à Caatinga. No Estado do Paraná aprovou-se a ampliação da Reserva na Região da Represa de Itaipu, atualizando zoneamento e criando a primeira Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA, a UGD – Itaipu. Tal Unidade será estratégica para a gestão do seu próprio território e também para fortalecer o trabalho de parceria ambiental desenvolvido pelo



Brasil com a Argentina e o Paraguai, seguindo inclusive recomendação expressa do MAB/UNESCO quando da criação em 2016 da RB Itaipu na margem paraguaia do Rio Paraná.

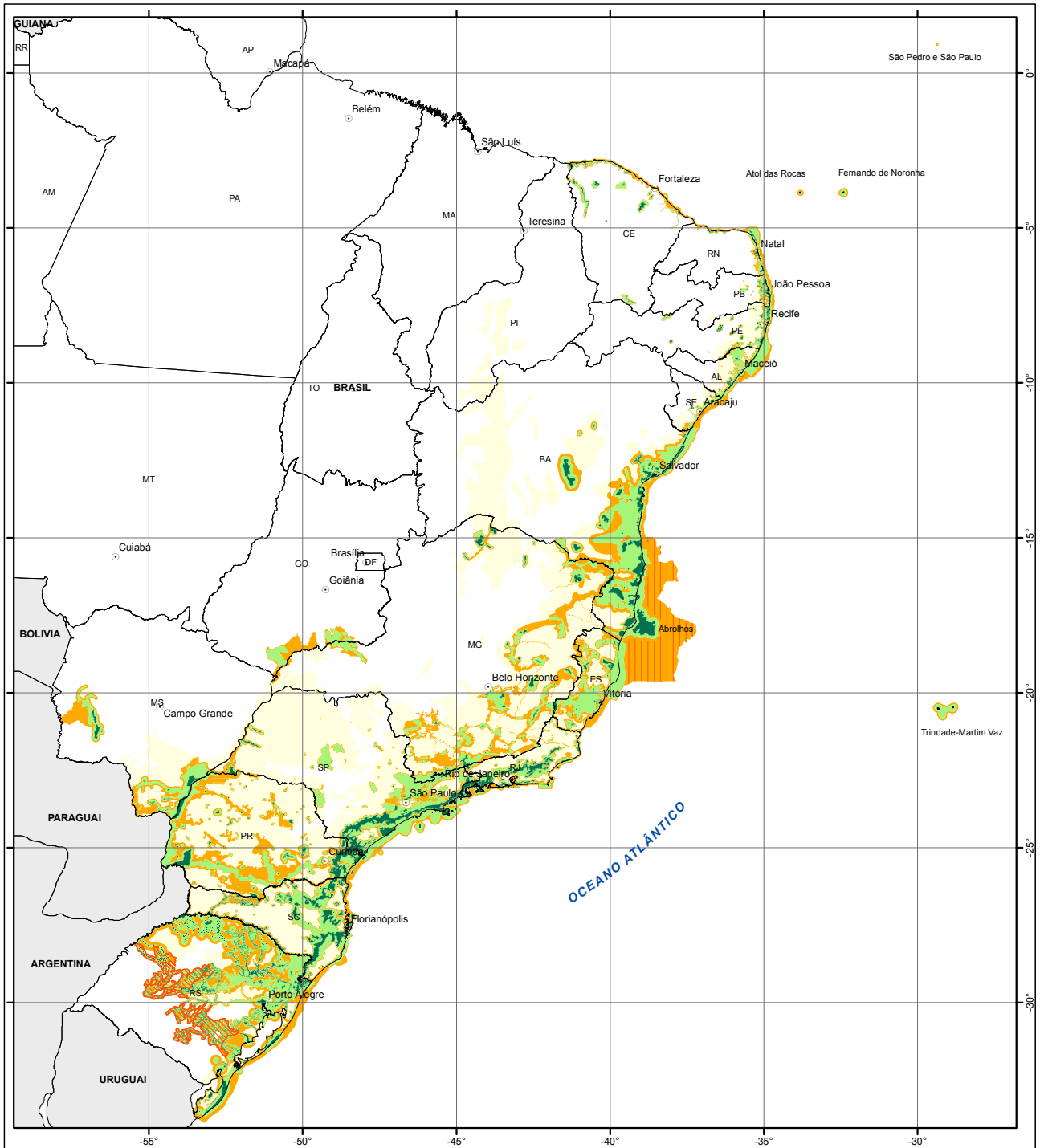
Em sua Fase 7 a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com a atualização dos seus limites e zoneamento, passa a abranger um território de aproximadamente 89.687.000 há e, com a inclusão do Estado do Piauí, todos os 17 estados brasileiros que possuem Mata Atlântica, cobrindo 66% do Bioma Mata Atlântica. São aproximadamente 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição, constituindo-se, em escala de Bioma, na maior e em uma das mais complexas reservas da biosfera existentes.

Não se pode deixar de notar que apesar de tratar-se de um período marcado em grande parte por forte pressão por retrocessos na política e legislação ambiental brasileira, o que refletiu no ritmo de criação de UC na Mata Atlântica, foi significativo o aumento de Áreas Protegidas em alguns estados, muitos municípios e principalmente na criação de centenas de reservas privadas na década estudada. Nos últimos anos, foi também notável o maior apoio por parte da atual gestão do governo brasileiro para criação de novas UC, reservas da biosfera e outras áreas protegidas. Isto deve ser entendido como um contínuo amadurecimento da sociedade brasileira em defesa de seu ambiente e de seu patrimônio. A RBMA é, ao mesmo tempo produto e protagonista deste processo.



RBMA
Fase 7

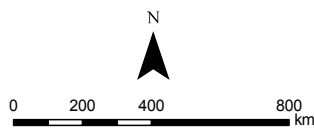
REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



Reserva da Biosfera da Mata Atlântica FASE VI 2008

BRASIL

- Zona núcleo
- Zona de amortecimento
- Zona de transição
- Domínio da Mata Atlântica
- Zona Especial de Interação Mata Atlântica-Mar
- Zona Especial de Interação Mata Atlântica-Pampa



Projeção Geográfica



Coordenação:

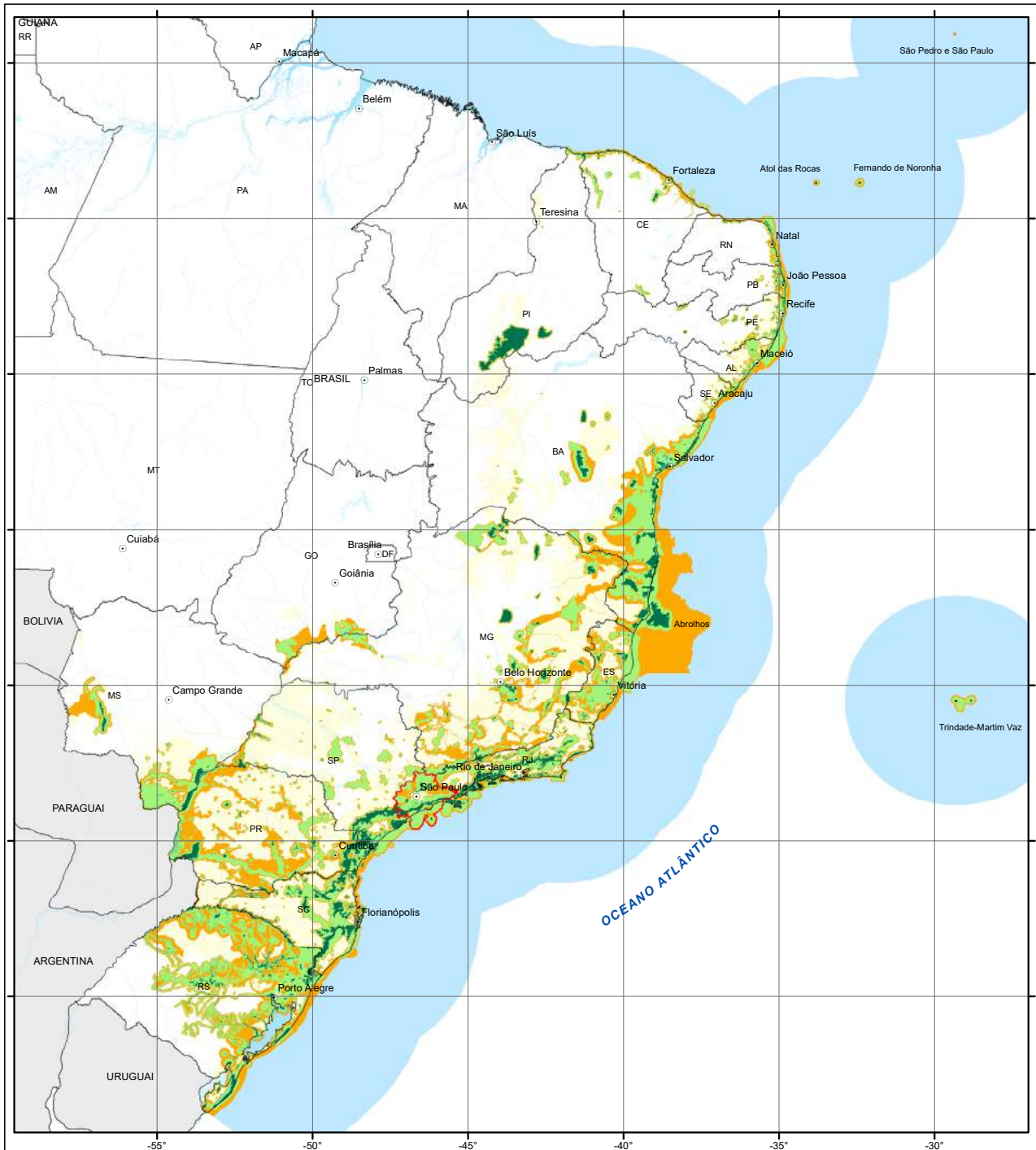


Apoio:



Execução:





RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA
RBMA - FASE 7 - 2018
BRASIL

Coordenação:



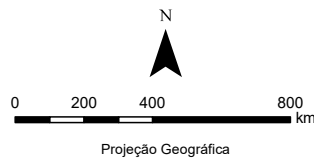
Apoio:



Execução:



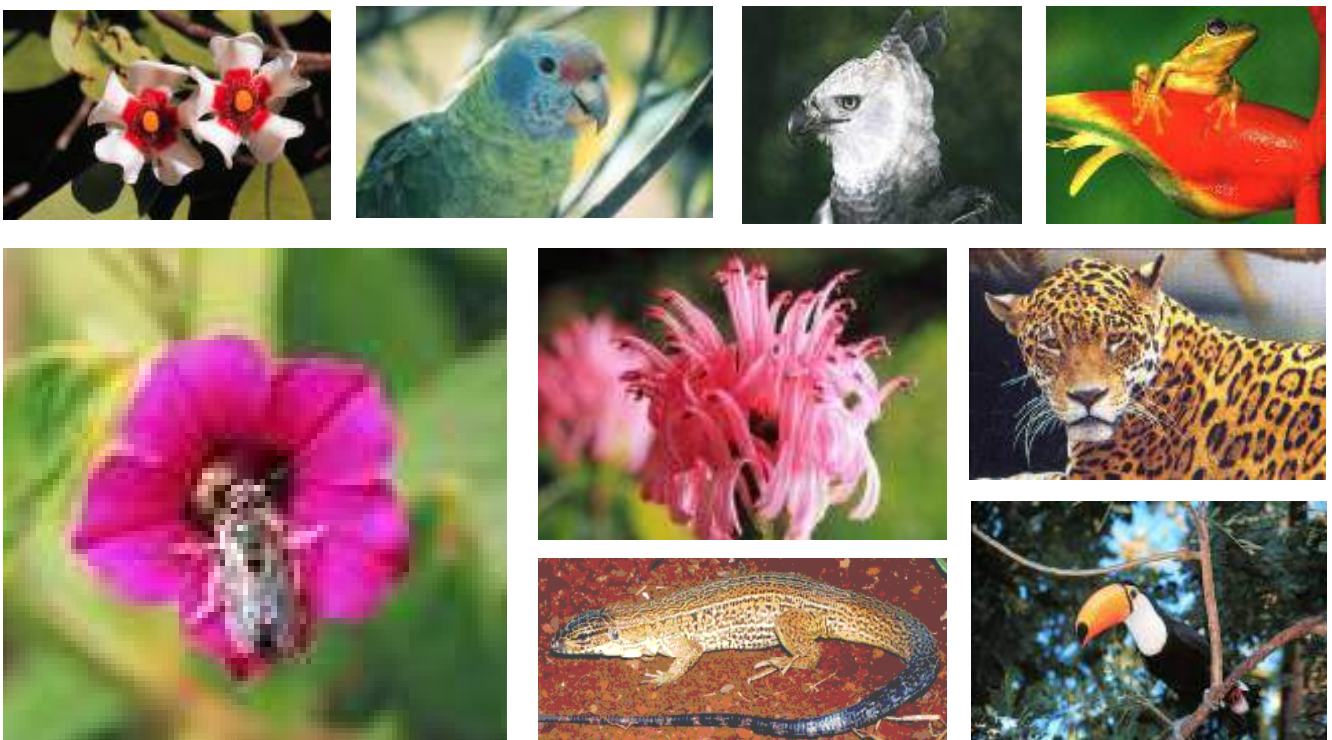
- Zona Núcleo
- Zona de Amortecimento
- Zona de Transição
- Lei da Mata Atlântica
- Reserva da Biosfera do Cinturão Verde
- ZEE Brasil



ECOSSISTEMA MATA ATLÂNTICA



BIODIVERSIDADE MATA ATLÂNTICA



SÓCIO DIVERSIDADE MATA ATLÂNTICA



SÓCIO ECONOMIA MATA ATLÂNTICA





RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PARTE 1

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7



1 REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RBMA FASE 7

1. NOME

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

2. PAÍS

Brasil

3. ANO DE DESIGNAÇÃO

1991- Designação pela UNESCO da Reserva da Biosfera. Embora tenha aderido ao Programa MaB e criado seu Comitê Nacional – COBRAMAB desde 1974, foi apenas em 1991 que o Brasil aprovou junto à UNESCO, sua primeira Reserva da Biosfera, a da Mata Atlântica.

4. ANOS DE REVISÃO PERIÓDICA /FASES RBMA

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida e revista periodicamente, em fases sequenciais ao longo de vários anos, sendo:

Fase 1 em 1991 - criação da RBMA - abrange duas áreas: a) uma, que inclui as regiões do Vale do Ribeira (sul de SP) e da Serra da Graciosa (litoral de Paraná); b) e a segunda que inclui o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e a Reserva Biológica do Tinguá (no RJ). A RBMA - Fase 1 abrangeu três estados: Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Paraná-PR.

Fase 2 em 1992 - inclui as demais regiões dos Estados de SP e RJ, situadas nas Serras do Mar e da Mantiqueira, além de dois novos Estados o o litoral dos Estados do ES, do RJ e de SP, tangenciando o Estado de MG. A RBMA Fase 2 abrangeu cinco estados: Espírito Santo- ES, Minas Gerais-MG, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP e Paraná- PR.

Fase 3 em 1993- a RBMA Fase 3, abrangeu sete estados, sendo nela incluídas mais áreas dos Estado de Minas Gerais MG, e incluídas áreas de dois novos estados, de Santa Catarina- SC e do Rio Grande do Sul- RS.

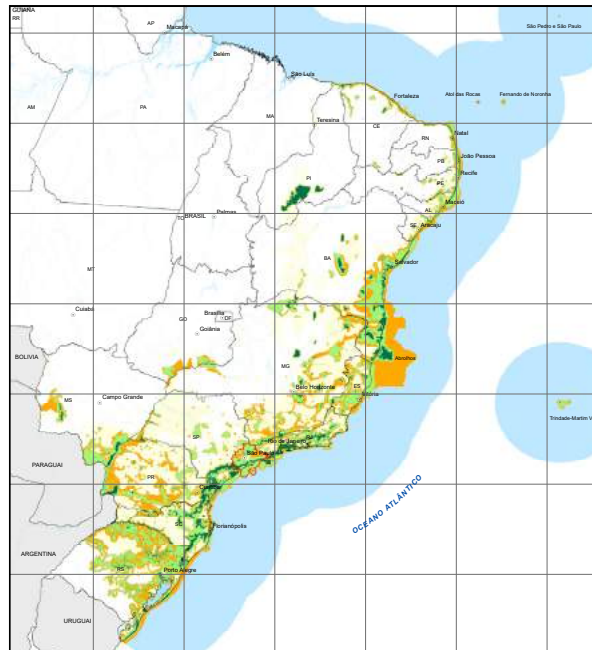
Fase 4 em 2000- a RBMA Fase 4 passou a abranger 14 estados, incluindo sete novos estados da Região Nordeste: Ceará- CE, Rio Grande do Norte- RN, Paraíba-PB, Pernambuco- PE, Alagoas-AL, Sergipe - SE, Bahia- BA.

Fase 6 em 2008- (última revisão periódica) a RBMA Fase 6 passou abranger 16 Estados da Mata Atlântica inserindo em seu território áreas dos Estados do Mato Grosso do Sul-MS e de Goiás- GO, além de ampliar significativamente áreas costeiras e marinhas.

Fase 7 em 2018- (proposta Revisão Periódica e atualização dos limites e zoneamento da RBMA Fase 7) a Reserva passa a abranger todos os 17 estados do Domínio Mata Atlântica, inserindo áreas do estado do Piauí, além ampliar áreas da Região de Itaipu no Estado do Paraná. Na Fase 7 com a atualização de sua delimitação e zoneamento à partir de bases cartográficas mais precisas, a RBMA passa a conter um mosaico mais representativo de sistemas ecológicos de importantes regiões biogeográficas, e a melhor contemplar a distribuição das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica.



Área da RBMA - Fase 7 (2018)



Área da RBMA - Fase 6 (2008)



Área da RBMA - Fase 5 (2002)



Área da RBMA - Fase 4 (2000)



Área da RBMA - Fase 3 (1993)



Área da RBMA - Fase 2 (1992)



Área da RBMA - Fase 1 (1991)





5. PROCESSO DE REVISÃO PERIÓDICA 2008/2018 E DE ATUALIZAÇÃO RBMA FASE 7

As Reservas da Biosfera são dinâmicas e sua revisão se faz sempre necessária. No caso da RBMA, como já dito acima, essas revisões foram feitas em seis fases, realizadas entre 1991 e 2008 e agora, em 2018, ao completar 10 anos de sua última revisão e atualização (RBMA- Fase 6) , a Reserva realizou a Revisão Periódica de 2008/2018 e esta propondo a Atualização da Delimitação e do Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / RBMA- Fase 7, contando como sempre com a colaboração de seu Sistema de Gestão e parceiros estratégicos .

O trabalho foi realizado a partir de informações secundárias e bases cartográficas existentes, disponibilizadas pela RBMA e por parceiros governamentais e não governamentais. As principais fontes utilizadas para o trabalho foram as edições do Anuário Mata Atlântica da RBMA, o Atlas da SOS Mata Atlântica, o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica (IBGE) e o Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA), MapBiomias , o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA e os Sistemas Estaduais de Áreas Protegidas dos Estados e Municípios , além de outras informações provenientes de cada Estado e de atas, relatórios e demais arquivos da Secretaria Executiva da RBMA .

Foi disponibilizada inicialmente pela Secretaria Executiva da RBMA e equipe de consultores técnicos e de geoprocessamento contratados, para cada Estado, uma proposta preliminar de Revisão Periódica e atualização da delimitação e do zoneamento da RBMA - Fase 7 e o Manual de Procedimentos para a elaboração da Revisão RBMA-Fase 7. Foram indicados pelas instâncias gestoras de cada Estado os pontos focais específicos para este trabalho. A proposta preliminar foi analisada, ajustada e complementada pelos pontos focais e colaboradores de cada um dos 17 Estados da Mata Atlântica, e posteriormente foram devolvidas a Secretaria Executiva da RBMA , para sua compilação e sistematização final

A proposta de Revisão Periódica RBMA – Fase 7, em consonância com o solicitado no Formulário UNESCO, foi apresentada e teve sua prévia aprovação , por unanimidade, na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA e também junto ao Ministério do Meio Ambiente e a COBRAMA, em setembro de 2018.

Esta Fase 7 da RBMA tem como focos principais a atualização e ajuste de delimitação e zoneamento, (a partir de bases cartográficas mais precisas ; da inclusão nos diversos Estados de novas unidades de conservação, mosaicos, corredores ecológicos e de demandas específicas de ampliação dos limites e prioridades de gestão da RBMA, destacando-se:

- Incorporação de unidades de conservação de Mata Atlântica no Estado do Piauí;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná, incluindo áreas significativas da Região da Hidrelétrica Itaipu Binacional;
- Atualização do Sistema de Gestão da RBMA, com a redefinição de suas instâncias de gestão nacionais e regionais e a criação de Unidades de Gestão Descentralizadas.

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Além do corpo técnico e dos membros do Sistema de Gestão da RBMA, da Arcplan Geoprocessamento-Mapeamento e Digitalização, contribuíram para o processo de elaboração da Revisão Periódica e Atualização da RBMA nesta Fase 7, outros representantes e colaboradores do Ministério do Meio Ambiente/Sbio - DAP/ICMBio, dos Órgãos de Meio Ambiente estaduais e municipais, das Redes Sociais, de ONG ambientalistas e Hidrelétrica da Itaipu Binacional.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A Revisão Periódica da RBMA (2008- 2018) e a Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7, foram desenvolvidas por meio de um processo participativo, com Consultas telefônicas/whatsaps, por meio virtual / ofícios - correios eletrônicos, com diversos reuniões virtuais e, no caso específico das demandas



efetuadas pelos Estados do Paraná e São Paulo, várias reuniões presenciais, contando basicamente com a seguinte Estratégia Metodológica / Etapas:

ETAPA 1: Contratação e mobilização dos serviços de consultoria técnica e gerenciamento do projeto.

ETAPA 2: Preparação e distribuição da documentação de referência e proposta preliminar de atualização da delimitação e zoneamento RBMA - Fase 7 (Manual de Procedimentos, Critérios e Recomendações para a Revisão RBMA - Fase 7)

ETAPA 3: Complementação e análise pelos representantes, pontos focais RBMA e instancias gestoras de cada Estado da proposta de atualização RBMA- Fase 7

ETAPA 4: Compilação/sistematização da proposta de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7

ETAPA 5: Aprovação da proposta de Revisão Periódica e Atualização da RBMA- FASE 7 pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica CN-RBMA- Foz do Iguaçu –PR –agosto 2018

ETAPA 6: Aprovação do documento final da Revisão Periódica e Atualização RBMA - FASE 7 pela COBRAMAB / Governo Federal- Setembro de 2018

ETAPA 7: Elaboração e editoração do documento final e encaminhamento ao MaB UNESCO/Paris

O processo de revisão iniciou-se em 2017 e, mais efetivamente, em abril de 2018. Desde o início foram realizadas inúmeras reuniões técnicas, virtuais, com diversos atores que participaram do processo. Em média foram realizadas 2 reuniões por estado. Houve reuniões presenciais por demandas específicas dos Estados do Paraná e São Paulo, com grupos técnicos dos vários órgãos de meio ambiente, com representantes de outras Reservas da Biosfera brasileiras que têm áreas superpostas com a RBMA, com os membros e participantes das 25ª e 26ª Reuniões Anuais do CN- RBMA e da Reunião COBRAMAB setembro de 2018, além das reuniões técnicas realizadas para o geoprocessamento dos mapas e das tabelas de unidades de conservação e para os estudos comparativos entre RBMA- Fase -6 (2008) e a proposta da RBMA-Fase 7 (2018). A cooperação de todos, foi muito significativa, permitindo à RBMA a realização de trabalho de bom nível técnico e representatividade dos diversos segmentos do Sistema Gestão da RBMA.

CRITÉRIOS PARA A DESIGNAÇÃO COMO RESERVA DA BIOSFERA

O processo de reconhecimento e implantação da RBMA, em todas as suas fases, incorporou de forma integral os critérios estabelecidos pelo Artigo 4 do Marco Estatutário da Estratégia de Sevilha.

Nesta Fase 7, por inspiração desta prática de utilização e aplicação continuada das diretrizes do referido marco, foi elaborado o “Manual de Procedimentos para Revisão Periódica 2008-2018 e Atualização dos Limites e Zoneamento da RBMA - Fase 7”, que contempla os procedimentos, princípios gerais e critérios temáticos. O referido Manual, que constitui a Parte 2 deste Documento, foi desenvolvido em consonância com as diretrizes e novos conceitos de zoneamento estabelecidos a partir do Terceiro Congresso Mundial de Reservas da Biosfera-Madri; com o Plano de Ação de Lima (2016- 2025), aprovado no IV Congresso Mundial de Reservas da Biosfera em Lima, em substituição ao Plano de Madri (2008-2013); com o Plano de Ação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera (2017) e o Planejamento Estratégico da RBMA.

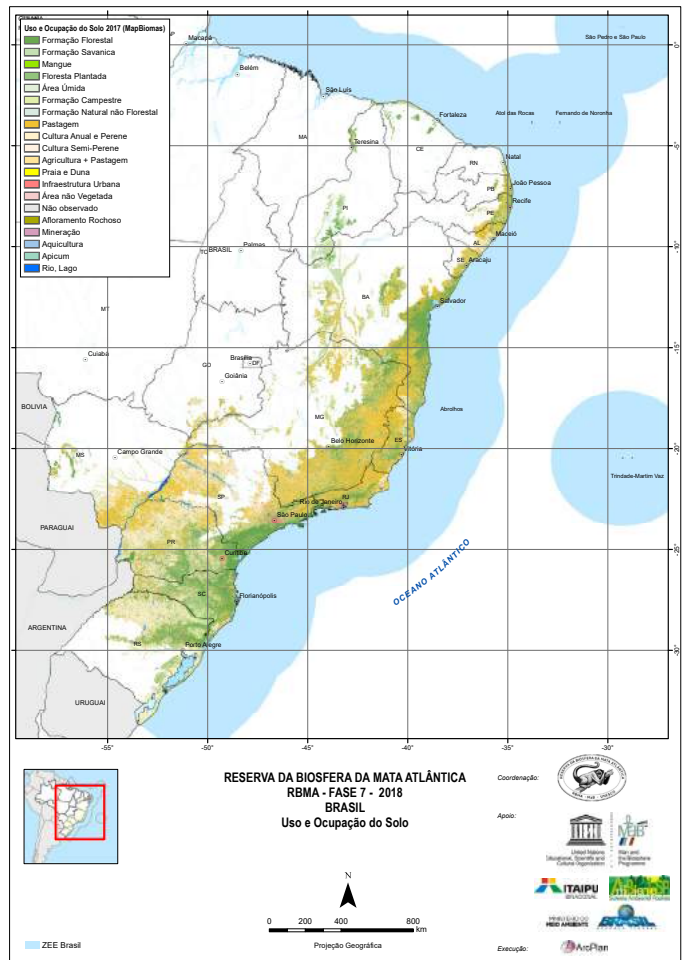
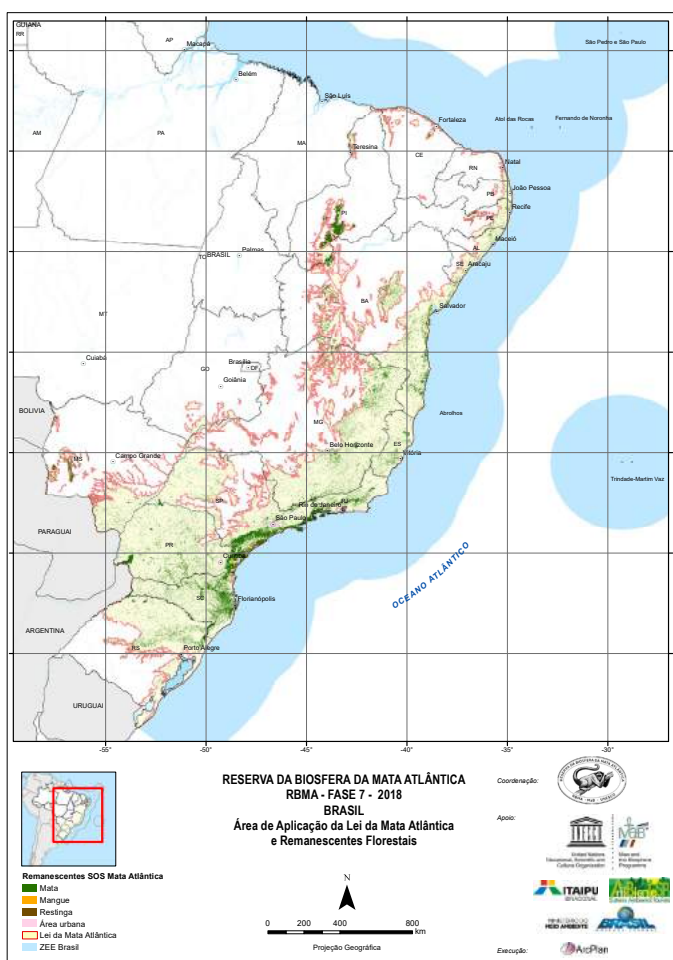
MOSAICO DE SISTEMAS ECOLÓGICOS

As áreas propostas como Reserva da Biosfera Fase 7 estão inseridas no Domínio da Mata Atlântica, conforme estabelecido pelo novo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, que institui o Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, elaborado pelo IBGE, que contempla a distribuição e configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta



Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas. Este complexo de formações composto por um conjunto de ecossistemas altamente alterados pela ação humana, resulta em um mosaico de paisagem com fragmentos vegetais de diferentes tamanhos, formas, condições ecológicas e níveis de conservação e pressão distintos, demonstrados mais recentemente pela coleção do MapBiomias que inclui dados anuais de cobertura e uso do solo do Bioma para o período de 1985 a 2017 (<http://mapbiomas.org/map#coverage>).

Dentre essas áreas de mosaicos naturais, destacam-se várias unidades de conservação, territórios Indígenas, Territórios Quilombolas, regiões de Corredores Ecológicos e de Mosaicos de Áreas Protegidas, em cujos limites estão representados praticamente todos os ecossistemas que contêm a Mata Atlântica, incluindo ecossistemas associados como os campos de altitudes e insulares. Os Corredores Ecológicos e Mosaicos de Áreas Protegidas estão inclusos na RBMA Fase 7, e disponibilizados neste documento, juntamente com as informações das áreas protegidas, no Anexo 2: Tabelas de Áreas Protegidas da RBMA Fase 7 por Estados.





6. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS:

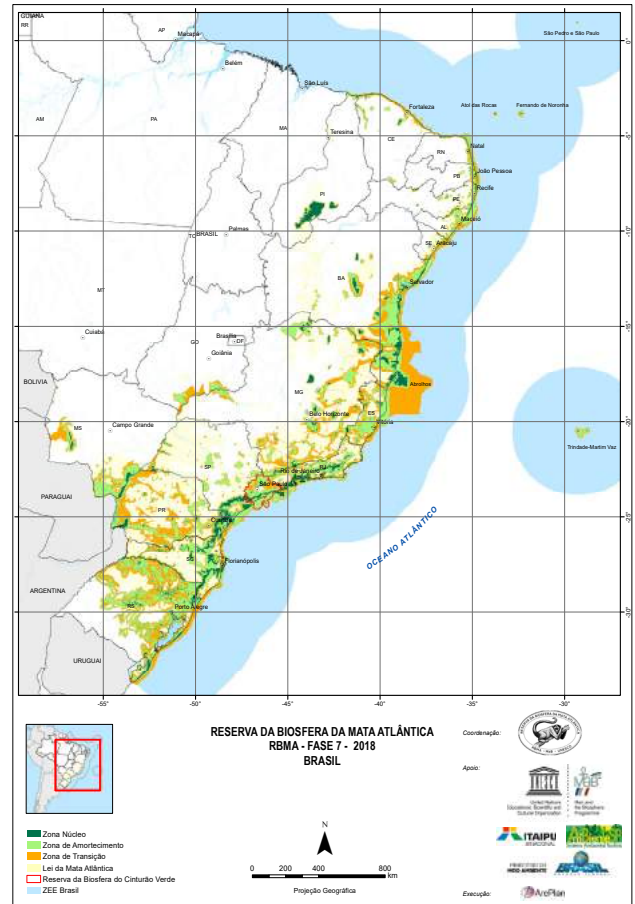
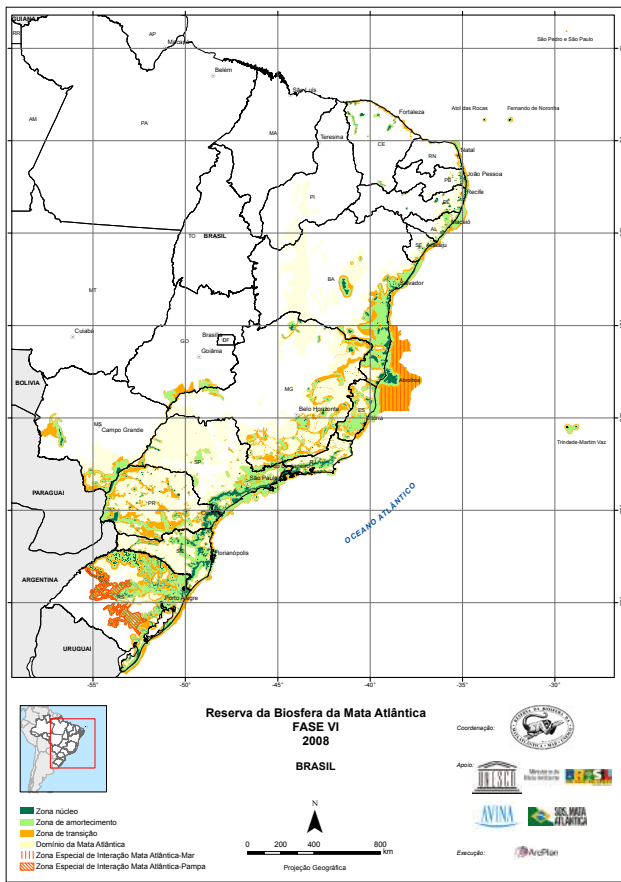
A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi reconhecida pela UNESCO em 1991, sendo a primeira área a receber esta designação no Brasil. Ao longo dos anos a RBMA passou por várias fases de ampliação tornando-se inclusive em sua Fase 6, que corresponde à última revisão da RBMA encaminhada à UNESCO em 2008, a maior Reserva da Rede Mundial do MAB/UNESCO, com mais de 78 milhões de hectares.

Passados 10 anos estamos encaminhando nova atualização de limites e zoneamento (Fase 7) no âmbito da Revisão Periódica 2008-2018. A RBMA Fase 7, passa a abranger todos os 17 estados do Domínio Mata Atlântica, e a melhor contemplar a distribuição das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica. Na Fase 7 a RBMA atualizou seus limites e zoneamento à partir de bases cartográficas mais precisas com destaque para o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados.

Em sua Fase 7 a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com a atualização dos seus limites e zoneamento, passa a abranger 66% do Bioma Mata Atlântica, abrigando praticamente todos os tipos de paisagens e ecossistemas terrestres e marinhos que ali ocorrem. São aproximadamente 89.687.000 ha, sendo 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição, constituindo-se, em escala de Bioma, na maior e em uma das mais complexas reservas da biosfera existentes, situada em um dos mais ricos e ameaçados biomas do Planeta.



MAPAS E INFORMAÇÕES COMPARATIVAS DA RBMA FASES 6 E 7



| RBMA-FASE 6 (aprx. hectares) (2008) | | RBMA-FASE 7 (aprx. hectares) (2018) | |
|-------------------------------------|------------------|---------------------------------------|------------------|
| Área do Bioma em hectares | 136.670.000 | Área do Domínio/Mapa Aplicação Lei MA | 130.998.653 |
| Área RBMA Fase 6 | aprx. 78.466.000 | Área RBMA Fase 7 | aprx. 89.687.000 |
| % RBMA/Bioma | 57% | % RBMA/Lei da Mata Atlântica | 66% |
| Área Zona Núcleo | aprx. 7.500.000 | Área Zona Núcleo | aprx. 9.000.000 |
| Área Zona de Amortecimento | aprx. 31.000.000 | Área Zona de Amortecimento | aprx. 38.508.000 |
| Área Zona de Transição | aprx. 40.000.000 | Área Zona de Transição | aprx. 41.400.000 |
| Área Terrestre | aprx. 62.319.000 | Área Terrestre | aprx. 73.238.000 |
| Área Marinha | aprx. 16.147.000 | Área Marinha | aprx. 16.449.000 |



| RBMA-FASE 6 (2008) | | RBMA-FASE 7 (2018) | |
|--|-------------------|--|-------------------|
| Municípios Abrangidos pela RBMA | | Municípios Abrangidos pela RBMA | |
| Integralmente | 700 | Integralmente | 682 |
| Parcialmente | 1685 | Parcialmente | 2051 |
| Total | 2385 | Total | 2733 |
| Estados Abrangidos | 16 | Estados Abrangidos | 17 |
| População RBMA (habitantes – Censo 2000) | | População RBMA (habitantes – Censo 2010) | |
| Área de Influência | aprx. 114.000.000 | Área de Influência | aprx. 133.207.422 |
| Zona Núcleo | aprx. 150.000 | Zona Núcleo | aprx. 245.750 |
| Zona de Amortecimento | aprx. 20.150.000 | Zona de Amortecimento | aprx. 24.640.000 |
| Zona de Transição | aprx. 40.600.000 | Zona de Transição | aprx. 49.580.000 |
| Total | aprx. 60.900.000 | Total | aprx. 74.466.000 |



RECURSOS FINANCEIROS EM REAIS (R\$) RBMA FASE 6 E FASE 7

A RBMA viabiliza financeiramente suas ações e projetos captando recursos por meio de editais de projetos, parcerias institucionais, nacionais e internacionais, apoio governamental, patrocínios e cooperação com empresas e instituições do sistema de gestão. Foi estratégico para consecução de seus objetivos e avanços neste período a existência de seu braço administrativo e financeiro, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parcerias.

| Recursos Financeiros em Reais (R\$) (RBMA Fase 6) | Recursos Financeiros em Reais (R\$) (RBMA Fase 7) |
|---|--|
| <i>FASE 6 - 2008:</i> <i>Recursos Econômicos e financeiros: cerca de R\$ 810.500,00</i> | <i>FASE 7- 2018 (referência 2017):</i> <i>Recursos Econômicos e financeiros: cerca de R\$ R\$ 1.084.000,00</i> |

POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDES

No que tange à avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

Para tanto, foi fundamental o esforço permanente do Sistema de Gestão da RBMA, paritário e participativo, sempre atualizado, com capilaridade nos 17 estados abrangidos pelo Bioma e com permanente articulação com atores estratégicos da Mata Atlântica, governamentais e não governamentais, consolidando-se em uma importante Rede em prol da promoção e cumprimento, em todo o Bioma da Mata Atlântica, das três funções básicas da Reserva da Biosfera: conservação da Biodiversidade, desenvolvimento Sustentável e conhecimento científico e tradicional. Para além dos objetivos específicos de seus programas permanentes e projetos, desenvolvidos nos últimos 10 anos, em consonância com o Planejamento Estratégico 2009-2013/2014,2018 e detalhados nos próximos itens, destaca-se a atuação institucional do Conselho Nacional e de todas as demais instâncias gestoras da RBMA na luta por políticas públicas que geraram um forte arcabouço para os avanços e mudanças necessárias no bioma, ressaltando-se:

- Campanhas (Código Florestal, obras impactantes, criação de UCs, Contra PEC 215 –Retirando direitos dos Povos Tradicionais)
- Moções do Conselho (Temas diversos de interesse local ou nacional)
- Propostas técnicas nos temas prioritários (Áreas protegidas, Mosaicos, indicadores de sustentabilidade, monitoramento de Metas de Aichi, áreas prioritárias,)
- Propostas de Legislação (Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC, Reservas Particulares de Patrimônio Natural e proposta de Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável, Lei dos Povos e Comunidades Tradicionais, Lei da Mata Atlântica/ Decreto nº 6.660 de novembro de 2008 que institui o Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE /escala 1: 5 milhões) que contempla a distribuição configuração original das formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica regulamentando a Lei da Mata Atlântica)

- Participação em Conselhos e Grupos de Trabalho nacionais (Conselhos Unidades de Conservação, Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Conselho Patrimônio Espeleológico SP, Pacto Restauração, RMA, Rede Brasileira de Mosaicos, Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica, e outros)
- Eventos Nacionais e internacionais (a exemplo da Semana Mata Atlântica, dos eventos sobre Pagamentos Serviços Ambientais- PSA, Economia de Qualidade, Gestão Empresarial em RBs, Mosaicos de Áreas Protegidas, Simpósios Científicos e técnicos Florestas Urbanas, Sobre questões Costeiro-Marinhas e Biodiversidade)
- Certificações e Premiações (Postos Avançados, Selo Empresa Amiga, Prêmio Muriqui) Política pública de proteção, pesquisa e manejo responsável do patrimônio espeleológico- SP, dentre outros.





COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

ARBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Aqua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol, e contribui diretamente para o monitoramento e cumprimento no Bioma Mata Atlântica dos Protocolos Internacionais das Mudanças Climáticas, da Convenção da Diversidade Biológica- CDB 2020 e, mais recentemente, com a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

7. CUMPRIMENTO DAS TRÊS FUNÇÕES DAS RESERVAS DA BIOSFERA: CONSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONHECIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

Por situar-se na área mais urbanizada e industrializada do Brasil, inclusive no entorno e interior de algumas das maiores metrópoles do mundo, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica possibilita a articulação institucional, territorial e ecossistêmica em escala incomparável, facilitando o cumprimento de suas funções básicas.

Assim, por suas dimensões continentais, localização estratégica, sistema de gestão descentralizado e efetivamente participativo e um conjunto de programas e projetos muito amplos, dinâmicos, a RBMA cumpre plenamente as três funções básicas exigidas pela UNESCO das Reservas da Biosfera.

Algumas dessas contribuições são sintetizadas a seguir:

CONSERVAÇÃO

A Reserva da Biosfera, passa a cobrir em sua Fase 7 áreas 17 estados de ocorrência de Mata Atlântica. São 89.687.000 hectares de áreas terrestres e marinhas, incluindo uma grande diversidade de ambientes e ecossistemas o que significa também o compromisso que o país assume perante a comunidade internacional de nelas fazer cumprir as funções de uma Reserva da Biosfera. O simples fato de uma área ser incluída na RBMA e reconhecida pelo Programa MaB /UNESCO, já reforça em muito a luta por sua conservação, estimulando a ação dos diversos atores e segmentos da Mata Atlântica em sua defesa.

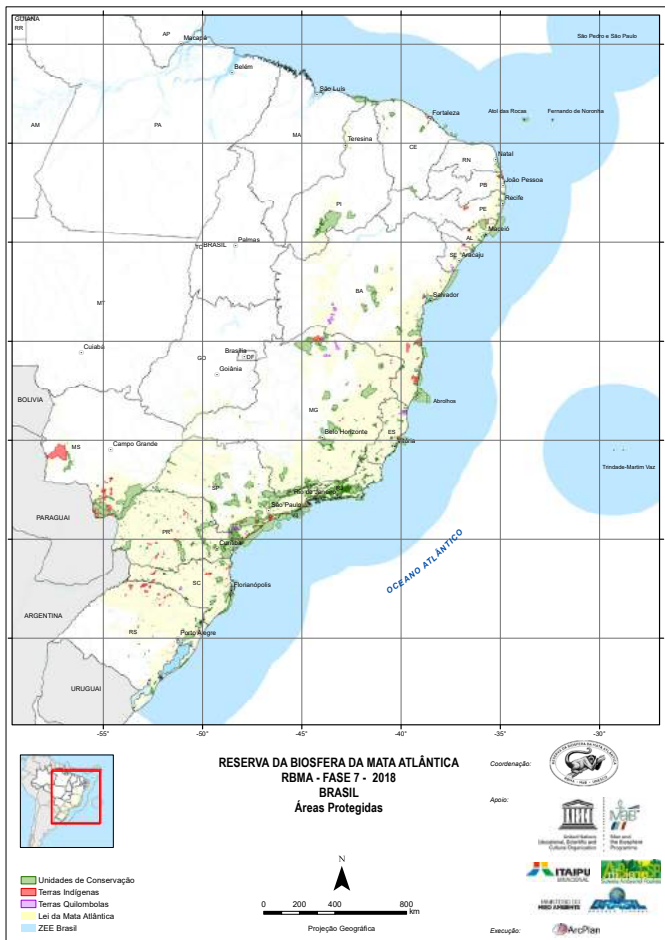
Nesta linha, no território da RBMA estão os principais remanescentes da Mata Atlântica, o habitat de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, em áreas protegidas ou prioritárias para a criação de unidades de conservação, restauração florestal e formação de mosaicos e corredores ecológicos. Também nas zonas de amortecimento e conectividade e nas zonas de transição e cooperação, juntas somam quase 72.000.000 ha estão protegidas espécies ameaçadas e ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos.



Tão importante quanto a inclusão na RBMA e a criação de Áreas Protegidas é a ação da Reserva da Biosfera no campo da conservação através de políticas públicas e seus programas técnicos científicos. Dentre esses programas os que merecem destaque são “Pesquisa e Conservação”, “Águas e Florestas”, “Mosaico e Corredores Ecológicos” e “Restauração da Mata Atlântica”, todos com diversos projetos nas várias regiões da Reserva.

Para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica o balanço geral dos últimos dez anos foi positivo apesar da crise econômica e política brasileira, da pressão de setores retrógrados por retrocessos na legislação ambiental e por tragédias como a de Mariana com a destruição da Bacia do Rio Doce e da sua região costeira-marinha, provocada pelo rompimento da Barragem da Mineradora Samarco/ cujas controladoras são a Vale e a BHP Billiton.

São destaques positivos dos para a Função Conservação nos últimos 10 anos a redução do desmatamento no Bioma, trabalhada por todas as instâncias de gestão da RBMA e, a contribuição para ampliação dos Sistemas federal, estaduais e municipais de Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas, priorizada na RBMA por meio do Programa Permanente de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos e do Programa Costa e Mar, o que pode ser constatado abaixo pela Tabela Comparativa de áreas protegidas inseridas em suas Fases 6 e 7.



| RBMA – FASE 7 Áreas Protegidas | | | | | |
|--------------------------------|------|-----|------|-----|-------|
| Especificação | UC | APP | TI | TQ | TOTAL |
| Quantidade | 2138 | 58 | 187 | 169 | 2552 |
| ZONEAMENTO | | | ZN | ZA | TOTAL |
| Áreas Protegidas por Zona | | | 1599 | 953 | 2552 |

| RBMA – FASE 6 Áreas Protegidas | | | | | |
|--------------------------------|-----|-----|-----|-----|-------|
| Especificação | UC | APP | TI | TQ | TOTAL |
| Quantidade | 944 | 88 | 108 | - | 1140 |
| ZONEAMENTO | | | ZN | ZA | TOTAL |
| Áreas Protegidas por Zona | | | 739 | 401 | 1140 |

Os resultados do último Atlas de Remanescentes da Mata Atlântica, realizado pela Fundação SOSMA e pelo INPE, são também indicadores dos avanços obtidos para esta função na última década:

“O desmatamento da Mata Atlântica entre 2016 e 2017 teve queda de 56,8% em relação ao período anterior (2015-2016). No último ano, foram destruídos 12.562 hectares (ha), ou 125 Km², nos 17 estados do bioma. Entre 2015 e 2016, o desmatamento foi de 29.075 ha. Este é o menor valor total de desmatamento da série histórica do monitoramento, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em um momento político e eleitoral importante para o País, a Mata Atlântica dá o seu recado: é possível reduzir o desmatamento. Com o compromisso e o diálogo entre toda a sociedade, incluindo proprietários de terras, governos e empresas, podemos alcançar o desmatamento ilegal zero, já presente em sete estados” (Marcia Hirota- coordenadora do Atlas e diretora-executiva da SOS Mata Atlântica).

Quadro resumo por Estado e taxa de desflorestamento

| UF | Área UF | UF na Lei MA | %UF na LMA | Mata 2017 | % mata | dec mata 16-17 | variação do anterior | dec mata 15-16 |
|----|--------------------|--------------------|------------|-------------------|--------------|----------------|----------------------|----------------|
| AL | 2.777.724 | 1.524.618 | 55% | 142.846 | 9,4% | 259 | 2.243% | 11 |
| BA | 56.473.404 | 17.988.595 | 32% | 2.005.710 | 11,1% | 4050 | -67% | 12.288 |
| CE | 14.892.047 | 866.120 | 6% | 64.020 | 7,4% | 5 | - 47% | 9 |
| ES | 4.609.503 | 4.609.503 | 100% | 483.172 | 10,5% | 5 | - 99% | 330 |
| GO | 34.011.087 | 1.190.184 | 3% | 30.125 | 2,5% | 165 | 11% | 149 |
| MG | 58.651.979 | 27.622.623 | 47% | 2.828.890 | 10,2% | 3128 | - 58% | 7.410 |
| MS | 35.714.473 | 6.386.441 | 18% | 706.875 | 11,1% | 116 | - 56% | 265 |
| PB | 5.646.963 | 599.487 | 11% | 54.807 | 9,1% | 63 | 94% | 32 |
| PE | 9.815.022 | 1.690.563 | 17% | 196.079 | 11,6% | 354 | 2121% | 16 |
| PI | 25.157.775 | 2.661.841 | 11% | 903.734 | 34,0% | 1478 | - 53% | 3.125 |
| PR | 19.930.768 | 19.637.895 | 99% | 2.323.735 | 11,8% | 1643 | - 52% | 3.453 |
| RJ | 4.377.783 | 4.377.783 | 100% | 820.307 | 18,7% | 49 | 34% | 37 |
| RN | 5.281.123 | 350.994 | 7% | 12.175 | 3,5% | 23 | | - |
| RS | 26.876.641 | 13.857.127 | 52% | 1.092.365 | 7,9% | 201 | - 18% | 245 |
| SC | 9.573.618 | 9.573.618 | 100% | 2.192.282 | 22,9% | 595 | - 30% | 846 |
| SE | 2.191.508 | 1.019.753 | 47% | 69.626 | 6,8% | 340 | 112% | 160 |
| SP | 24.822.624 | 17.072.755 | 69% | 2.345.765 | 13,7% | 90 | - 87% | 698 |
| | 340.804.043 | 131.029.898 | 38% | 16.272.514 | 12,4% | 12.562 | - 56,8% | 29.075 |

Fonte: Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica-Período 2016-2017-Relatório Técnico SOSMA 2018



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os recursos naturais da Mata Atlântica sempre serviram de matéria prima para utilização por seus habitantes. Desde os tempos do descobrimento do Brasil esses recursos passaram a ser explorados pelos colonizadores em ritmo cada vez mais acelerado. Essa atividade deu início à devastação da floresta. Hoje, após 500 anos de utilização contínua e da substituição da floresta para a agricultura, pecuária, mineração, infra-estrutura e urbanização, restam pouco mais de 7% da exuberante vegetação que cobria o Bioma Mata Atlântica em bom estado de conservação.

A designação dessas áreas como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica amplia o uso sustentável da floresta, pois o próprio conceito de reserva da biosfera implica na implantação de um zoneamento e da utilização sustentável dos recursos naturais em suas zonas de amortecimento e transição, denominadas a partir do terceiro Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, ocorrido em Madrid em fevereiro de 2008, como Zona de Amortecimento e Conectividade e Zona de Transição e Cooperação.

Também nas Zonas Núcleos da RBMA se promove o desenvolvimento sustentável na medida em que atuamos fortemente na promoção do Ecoturismo em Áreas Protegidas e seu entorno. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é reconhecida como um dos principais atores neste campo de ação no Brasil com destaque para seus Projetos de Capacitação de Monitores Ambientais e Certificação de Pousadas em várias regiões.

Na Mata Atlântica existem diferentes grupos indígenas e de quilombolas (comunidades negras descendentes de escravos), caiçaras e outros grupos de pescadores tradicionais, além de milhões de pequenos produtores rurais e comunidades extrativistas. Esse é o público prioritário para a atuação da RBMA. Neste sentido, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e seus Comitês Estaduais tem tido uma forte atuação na elaboração de políticas públicas e práticas de mercado justo que promovam a melhoria da qualidade de vida dessas populações tradicionais incluídas na RBMA. Para isso tem apoiado a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas e outras Áreas Protegidas que compõe suas Zonas de Amortecimento e Conectividade. Tem ampliado seu esforço para a criação de fundos e programas governamentais que apoiem as iniciativas comunitárias de agrofloresta, agricultura orgânica, manejo sustentável de espécies nativas e agricultura sustentável. Também vem atuando na formulação de políticas de

Pagamentos por Serviços Ambientais (carbono, água e biodiversidade) na Mata Atlântica.

Também voltado às comunidades locais que vivem em seu território, a RBMA tem hoje importante Programa voltado à produção e comércio justo de produtos da Mata Atlântica, o Programa “Mercado Mata Atlântica” que cadastra, certifica através de selo específico e apóia a produção e comercialização de artesanato, produtos alimentícios e outros.

A RBMA nos últimos 10 anos também ampliou e mantém projetos e parcerias com os setores empresariais em busca de uma “Economia de Qualidade” integrando cadeias produtivas e nos princípios da sustentabilidade. Merece destaque as parcerias da Reserva com o setor sucro-alcooleiro, setor de mineração, energia e com várias empresas de outros setores que também mantêm em sua maioria Postos Avançados da RBMA em Áreas de Conservação de sua propriedade.

Na promoção do desenvolvimento Sustentável os destaques neste período se deram principalmente por meio do citado Programa Mercado Mata Atlântica, e dos Programas Turismo Sustentável e Ativos Ambientais, que têm esta função da Reserva da Biosfera como eixo principal de suas ações. O número de pessoas capacitadas, de produtos sustentáveis cadastrados, de empresas parceiras que estão incorporando novos instrumentos de gestão e práticas mais sustentáveis também foi significativa na década o que será melhor descrito nos itens seguintes. Destaca-se também como grande avanço nessa função o desenvolvimento pela RBMA em parceria com a Empresa Votorantim Cimentos e Sociedade Brasileira de Espeleologia do “Plano de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” que vem sendo incorporado nacionalmente e internacionalmente por grandes empresas de base territorial, especialmente dos setores de mineração, além do “GUIA de Boas Práticas Ambientais na Mineração de Calcário em Áreas Cársticas” e do “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica”, concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de programas e projetos da RBMA.

Vale destacar também o grande número de parceiros mobilizados e Postos Avançados da RBMA que desenvolvem na ponta ações efetivas para promoção das funções da RBMA e ações voltadas a sustentabilidade a exemplo de projetos como Teia da Sustentabilidade da Fundação Brasil Cidadão (CE) e o Projeto TAMAR (BA, ES e SP).

CONHECIMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA





Desde seu início o Conselho Nacional da RBMA definiu em seu plano de ação que a então denominada “função logística” preconizada pelo Programa MaB para as Reservas da Biosfera deveria se traduzir em 3 linhas de ação: a) Fomento e conhecimento tradicional e científico; b) proporção da comunicação e educação ambiental e; c) Implantação de um sistema gestão descentralizada e participativa.

A Mata Atlântica reúne a maioria das Universidades e centros de pesquisa e pesquisadores no Brasil. Assim, a RBMA concentra seus esforços na sistematização e difusão de informações científicas que contribuam para a conservação e uso sustentável da Floresta. Da mesma forma, promove o resgate e valorização dos conhecimentos das populações tradicionais sobre manejo das espécies e que são parte fundamental de nossa cultura e do desenvolvimento sustentável do Bioma. Nessa direção, a RBMA já promoveu Seminários Nacionais e Internacionais, mantém um portal na internet, produz vasto material de comunicação e educação ambiental (cartazes, folders, vídeos etc.) e publicações técnicas e científicas. Merece destaque a série “Cadernos da RBMA”, que é a mais antiga (desde 1993) publicação regular sobre a Mata Atlântica voltada para o público geral, e o desde 2010 o “Anuário da Mata Atlântica “que traz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário em 2018 passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A RBMA Promove a pesquisa em quase todos seus programas. Uma das mais importantes atuações neste campo foi por Meio do Programa Mercado Mata Atlântica com o Projeto Cadeias de Valor (Value Links) que pesquisa novos usos para produtos da Mata Atlântica. A RBMA utiliza a pesquisa para o desenvolvimento e a criação de seus próprios programas, que tem por base o conhecimento científico e tradicional, e ao mesmo tempo contribui com publicações, seminários e cursos para a divulgação da produção do conhecimento.

GOVERNANÇA / SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA





O Sistema de Gestão da RBMA, que recebeu prêmio de Meio Ambiente da Unesco – Brasil comemorativo aos 60 anos da UNESCO e 30 anos do Programa MAB, é certamente a maior conquista da RBMA. É ele que possibilita a gestão de uma Reserva de tão grandes dimensões e que permite uma grande capacidade de mobilização e articulação política em defesa da Floresta. Também é essa Rede que assegura o apoio logístico, material e humano para a conservação e desenvolvimento sustentável na área da RBMA.

A gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é feita por meio de um Sistema Nacional que envolve diversas instâncias tendo como órgão máximo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de caráter deliberativo. A gestão é descentralizada por meio dos Comitês e Sub Comitês Estaduais. Este sistema é respaldado legalmente pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nº 9.985, de 18 de julho de 2000 em seu capítulo VI e pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 em seu capítulo XI.

Além das referidas instâncias o Sistema de Gestão da RBMA, conta ainda com outras instâncias estabelecidas pelo Conselho Nacional:

- Bureau do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (O Bureau tem funções organizativas e facilitadoras, voltadas à preparação da agenda das reuniões do Conselho, à instrução dos assuntos que a compõem e à deliberação de assuntos que lhe forem delegados pelo Conselho).

- Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (A Secretaria Executiva implementa as decisões do Conselho, articula e apoia todo o sistema, coordena programas e projetos nacionais da RBMA).

- Colegiado Mar (instituído para tratar dos assuntos específicos da costa brasileira ecossistema associado ao Bioma Mata Atlântica O Colegiado Mar é formado por cientistas, órgãos estaduais, federais e municipais, comunidade civil organizada e povos tradicionais associados a exploração dos recursos marítimos).

- Unidades de Gestão Descentralizadas da RBMA – UGD /RBMA são Unidades Territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA. As UGD são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação.

- Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Os postos Avançados são centros de divulgação das ideias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva. Para ser um Posto Avançado aprovado pelo Conselho é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.

- Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais. Os objetivos institucionais do IA-RBMA são: a) apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade exclusivamente com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CN-RBMA e, b) captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.

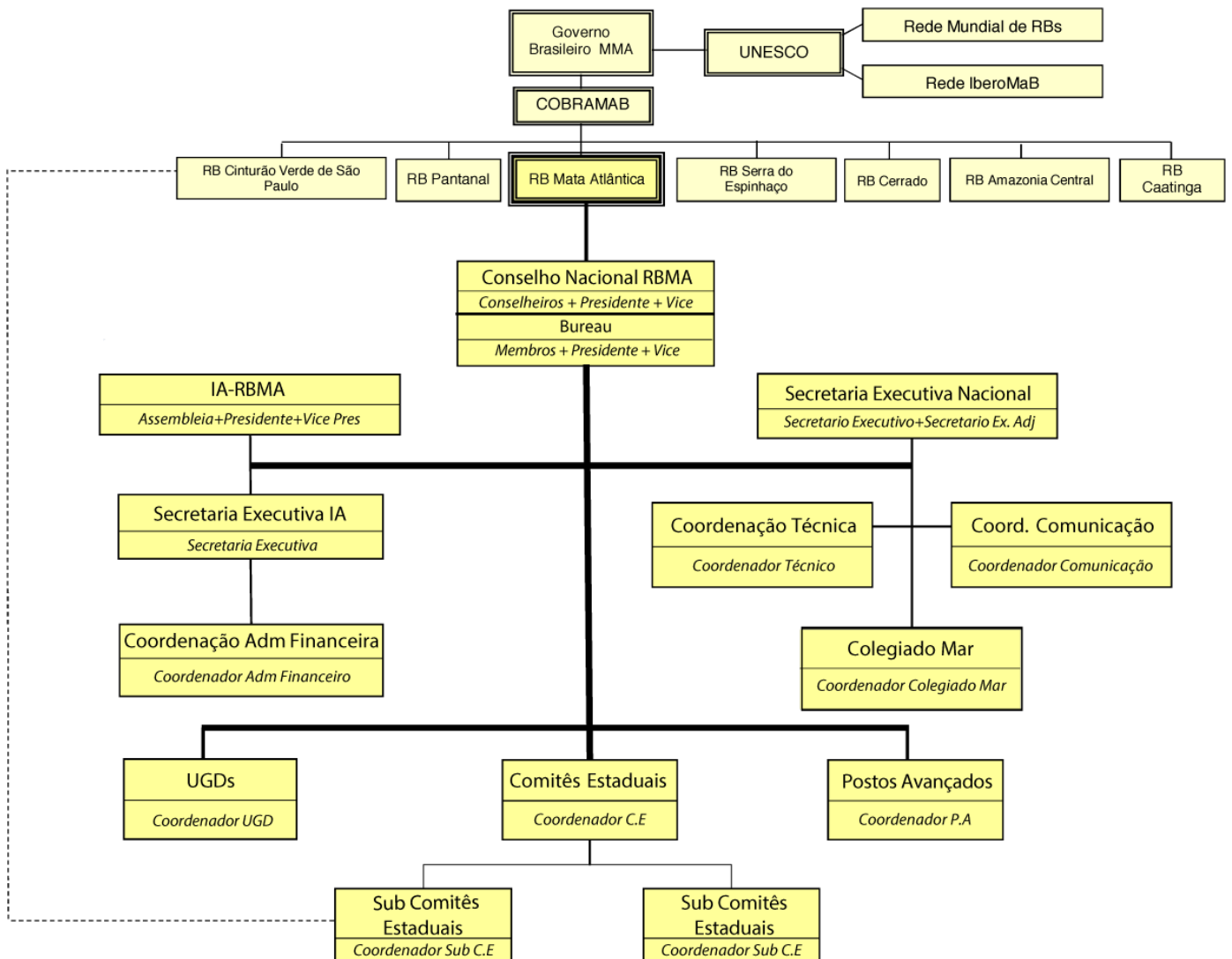
A revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica nesta Fase 7 é fruto direto dessa grande rede que fez da Reserva hoje, além de uma área prioritária para conservação, também uma das mais importantes instituições da área sócio-ambiental no Brasil. A Fase 7 permitirá um grande avanço da RBMA no sentido de ser um instrumento cada vez mais importante, junto ao ministério do Meio Ambiente,



Estados e Municípios para a implementação de políticas públicas na Mata Atlântica.

O Conselho Nacional da RBMA, conforme definido por seu Estatuto e Regimento Interno, é oficialmente representado por seu Presidente, eleito entre as partes, que supervisiona o encaminhamento das deliberações e o processo de implementação das propostas de ações do Colegiado, sempre de forma colaborativa com o sistema de gestão e em consonância com Planejamento Estratégico RBMA.

SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA



50% MEMBROS GOVERNAMENTAIS
(Governos Federal, Estadual e Municipal)

50% MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS
(ONGs, Moradores, Cientistas e Empresários)

8. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS

A Reserva adotou como pilares de sua atuação a *Articulação Institucional*, a *Comunicação*, a *Educação*, a execução de Projetos Técnicos e a formulação de Políticas Públicas, definidos como programas prioritários em seu Planejamento Estratégico de 2014-2018 os seguintes programas.

- Programa Anuário Mata Atlântica
- Programa Mercado Mata Atlântica
- Programa Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores
- Programa Turismo Sustentável
- Programa Costa e Mar
- Programa Ativos Ambientais
- Programa Postos Avançados
- Programa Comunicação e Educação ambiental
- Programa de Cooperação Internacional

Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período:

- **PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL** - focado na capacitação de jovens monitores ambientais, apoio ao turismo de Bases Comunitárias e Criação de “Roteiros da Biosfera”, promovendo a visitação de atrativo, comprometidos com a sustentabilidade. Cerca de 1500 pessoas foram capacitadas neste Programa.



-PROGRAMA ANUÁRIO MATA ATLÂNTICA - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.

ANUARIO MATA ATLÂNTICA

Objetivo do Programa:



Consolidar, atualizar e disponibilizar informações sobre o Bioma Mata Atlântica de forma sistemática e periódica, com vistas a possibilitar análises comparativas (anuais e plurianuais) sobre os avanços e desafios na conservação, conhecimento científico e tradicional e o desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica, subsidiando projetos e políticas públicas.



A partir da COP-10 (Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica) o Programa Anuário Mata Atlântica da RBMA definiu como prioridade o fomento, difusão e monitoramento anual do cumprimento dos Objetivos e Metas de Aichi (CDB) para 2020.



- **PROGRAMA MERCADO MATA ATLÂNTICA** – Com forte base científica e grande permeabilidade social com as comunidades locais da Reserva, este Programa tem três focos centrais: a promoção de manejo sustentável de recursos florestais da Mata Atlântica; a certificação de empreendimentos e produtos da Reserva por meio de seu selo “Mercado Mata Atlântica” e o apoio à capacitação e organização de produtores para a comercialização de seus produtos e serviços. Neste período foram atendidos mais de 3000 produtores e 20 empreendimentos receberam o selo.



- **PROGRAMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES ECOLÓGICOS** – Este foi o primeiro Programa permanente da RBMA e é centrado na atuação técnica e política visando a conservação da biodiversidade, da água e dos demais recursos da Mata Atlântica por meio da criação, implantação e gestão integrada e participativa de áreas protegidas públicas e privadas terrestres e marinhas. Nesta década a RBMA contribuiu diretamente na proposição de novas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais. Também teve ação central na criação de todos 15 Mosaicos de Áreas Protegidas, existentes no Bioma, e na proposição e implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, gerenciados pelo Comitês Estaduais da RBMA nos Estados da Bahia e Espírito Santo. Da mesma forma a RBMA foi protagonista central na criação do pacto pela restauração da Mata Atlântica (visando restaurar 15 milhões de hectares até 2050), respondendo por sua Secretaria Executiva por três anos.

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS, MOSAICOS E CORREDORES





- **PROGRAMA COSTA E MAR** – Caracterizada como um grande corredor ecológico de mais de 5.000 km que envolve 14 dos 17 estados costeiros do Brasil, a RBMA já em 2008 contava com 16 milhões de hectares cobrindo ecossistemas marinho e insulares. Para dar a devida atenção a esta vasta diversificada e peculiar região do Oceano Atlântico a Reserva cria o Colegiado Mar composto por instituições públicas e privadas diretamente envolvidas na conservação marinha no Brasil. Desse trabalho surgiram propostas para a criação de mais de duas dezenas de Áreas Protegidas Costeiras e Marinhas, muitas delas viabilizadas, além de importantes trabalhos relativos à pesca tradicional e industrial na costa brasileira. Merece destaque igualmente a atuação da RBMA na campanha #EaHoradoMar onde, juntamente com várias entidades, promoveu a maior mobilização já registrada no país em defesa do mar brasileiro.

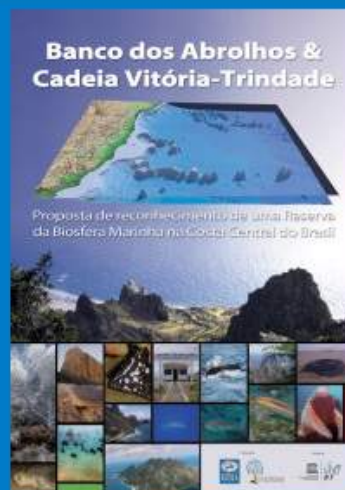
A consequência dessa mobilização foi a criação de duas gigantescas Áreas Protegidas Marinhas (mais de 900.000 km²) no entorno dos arquipélagos de Trindade-Martim Vaz e São Pedro e São Paulo, o que fez com que o Brasil tivesse um salto de 1,53% para cerca de 26% de seu mar territorial protegido. Cabe igualmente ressaltar a elaboração e coordenação pela RBMA em parceria com a Associação Voz da Natureza do projeto para a criação da primeira Reserva da Reserva da Biosfera Marinha, ao longo de 1200 km da Cadeia Vitória Trindade, no Espírito Santo, que já aprovada pela COBRAMAB, aguarda a melhor oportunidade para ser encaminhada à UNESCO.

PROGRAMA COSTA E MAR



Participantes da Oficina Técnica:
Conservação Costeiro-marinha e
Ordenamento Pesqueiro – Tamandaré –
PE – agosto 2010

PROGRAMA COSTA E MAR



- **PROGRAMA ATIVOS AMBIENTAIS** – Estabelecido a partir de 2011 este é atualmente um dos mais exitosos programas da RBMA, envolvendo um número crescente de empresas na implementação das diretrizes do Programa MAB e na consolidação da Reserva da Biosfera como um dos principais promotores da articulação entre conservação e desenvolvimento preconizados nos Planos de Ação de Madri (2008) e de Lima (2016). Com foco nas empresas de base territorial (mineração, energia e agrícola) o Programa visa identificar e valorizar os ativos ambientais (florestas, rios, cavernas, fauna, patrimônio histórico e arqueológico, dentre outros) existentes nas propriedades de grandes empresas. Iniciado a partir de uma cooperação técnica inovadora entre a RBMA, a Votorantim Cimento e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, o Programa já promoveu a conservação de muitos desses ativos e vem contribuindo para a promoção da cultura da sustentabilidade no meio empresarial brasileiro. Em franca expansão o Programa atua em várias regiões da Reserva especialmente na elaboração de “Planos de Gestão Territorial Sustentável – PGTS” para empresas e suas propriedades. Também vinculado ao Programa está o recém-criado “Selo Empresa Amiga da Mata Atlântica” concedido por iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável no bioma, e que contribuem financeiramente para a implementação do conjunto de Programas e Projetos da RBMA. Atualmente seis empresas já receberam o “Selo” da Reserva da Biosfera.



- **PROGRAMA DE POSTOS AVANÇADOS** – Os Postos Avançados (P.A.) são verdadeiras “Vitrines” da Reserva da Biosfera. Para que um local (Áreas Protegidas, Centros de Pesquisa, Núcleos de Educação Ambiental e outros) seja reconhecido como P.A. da RBMA é necessário que ali se desenvolvam, de forma permanente e exemplar, pelo menos duas das três funções básicas de uma Reserva da Biosfera (conservação, desenvolvimento sustentável e conhecimento). O título é concedido pelo Conselho Nacional da RBMA com validade de quatro anos, renováveis por tempo indeterminado mediante processo bastante rigoroso. A grande procura pelo título e por sua renovação atestam o grande sucesso deste Programa desde sua criação em 1993. Atualmente (agosto de 2018) a RBMA conta com 58 Postos Avançados, reconhecidos em 13 Estados, dos quais 34 foram titulados nesta década. Juntamente com os Comitês e Sub-Comitês Estaduais e, por meio de seus projetos em campo os Postos Avançados consolidam a implementação do programa MAB/UNESCO em seu território. (Vide lista dos Postos Avançados no Anexo 4 Documentos Complementares).

Postos Avançados da RBMA



- **PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL** – Desde sua criação a RBMA teve uma forte atuação no âmbito da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e das redes temáticas e regionais do MAB. Participa ativamente da Rede das Reservas da Biosfera Costeiras e Insulares e também da Rede Ibero Americana de Reservas da Biosfera-IberoMaB. Vários de seus membros participaram de Grupos de Trabalhos Temáticos da UNESCO. O atual presidente do Conselho Nacional é membro, há quatro anos, do Conselho Internacional de Reservas da Biosfera do MaB/UNESCO.

Em paralelo, é intensa a participação e a promoção pela RBMA de eventos internacionais relacionadas aos temas de interesse das RB. Nos 10 últimos anos esta participação ou promoção se deu em mais de 25 Seminários Internacionais em uma dezena de países, com destaque para o Congresso Mundial de Reservas da Biosfera de Lima em 2016 e outros na Costa Rica, Chile, Argentina, Espanha, França, México, Guatemala, Equador e Paraguai.

A RBMA também mantém permanente cooperação com outras Reservas da Biosfera por meio de “Irmanamento” a exemplo dos que mantém há anos com as Reservas Agua Y Paz (Costa Rica), Las Palmas (Canarias/ES) e Las Yungas (Argentina). Por outro lado mantém igualmente parcerias importantes com órgãos internacionais e cooperação como a GIZ e KFW (Alemanha), JICA (Japão) e Governo Espanhol.





-PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA RBMA - responsável pela organização dos eventos técnicos nacionais e internacionais da Reserva, mantém o site na internet e páginas bastante ativas nas redes sociais, promove concursos e campanhas, produz diversas publicações com destaque para a Série Cadernos da RBMA (já com 48 volumes) e organiza juntamente com parceiros a Semana da Mata Atlântica, atualmente celebrando o Dia da Mata Atlântica em 27 de maio. Também promove anualmente a entrega do “Prêmio Muriqui – RBMA”, a mais antiga e importante premiação socioambiental para as pessoas e instituições que contribuem para a conservação e desenvolvimento sustentável no bioma. O Prêmio Muriqui já foi entregue a 74 pessoas (41) e instituições (33), dos quais 35 foram nos últimos 10 anos.





9. INFORME SOBRE A REVISÃO PERIÓDICA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Setembro 2018

Diretório MaBnet de reservas da biosfera

Informações administrativas

Pais: Brasil

Nome da RB: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Ano de designação: 1991

Autoridades administrativas: Presidente- Clayton Ferreira Lino

Nome do contato: Clayton Ferreira Lino

claytonflino@gmail.com

Endereço do contato: Rua do Horto, 931

Casa das Reservas da Biosfera

CEP 0237- 000

Horto Florestal

São Paulo – SP

Brasil

Links relacionados:

Link Publicações Programa Anuário Mata Atlântica:

<http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/index.php>

Link Vídeo 25 anos da RBMA:

<https://www.youtube.com/watch?v=mxDGDuiE1FM>

Link Vídeo da Cooperação Técnica entre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Votorantim Cimentos e a Sociedade Brasileira de Espeleologia:

<https://www.youtube.com/watch?v=KUuD3x6k41E>

Link Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:

http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_7_cadernos.asp

Link outras publicações com todas edições do Programa Anuário Mata Atlântica :

http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_7_outras.asp

Site: www.rbma.org.br



Descrição geral:

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em sua fase 7 passa a abranger aproximadamente 89.687.000 ha, RBMA, todos os 17 estados brasileiros que possuem Mata Atlântica, incluindo nesta fase o Estado do Piauí, cobrindo 66% do Bioma Mata Atlântica. São 73.328.000 em áreas terrestres e 16.449.000 há em áreas marinhas, sendo cerca de 9.000.000 ha. de zonas núcleo, 38.508.000 ha. de zonas de amortecimento e 41.400.000 ha. de zonas de transição. Em escala de bioma, é a maior e uma das mais complexas reservas da biosfera existentes.

Possui um Sistema de Gestão autônomo, descentralizado e participativo composto por uma Rede com mais de 300 instituições envolvidas no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica CN-RBMA, nos Comitês e Sub Comitês Estaduais, nos Postos Avançados e agora também com as Unidades de Gestão Descentralizada, que permite com que a RBMA tenha um comprometimento de permanente articulação com todos os atores, a atuação institucional do Conselho Nacional na luta por políticas públicas adequadas e a existência de seu braço administrativo e financeiro, a OCIP Instituto Amigos da RBMA, que propiciou a viabilização de inúmeros projetos e parceiros. A RBMA consolidou-se como a maior e mais abrangente rede estruturada de pessoas e instituições governamentais e não governamentais, em defesa da Mata Atlântica, graças em grande parte às suas múltiplas parcerias e ao seu Sistema de Gestão.

Dentre seus Programas Permanentes, cada um deles com muitos projetos, se destacam neste período: Turismo Sustentável, Anuário Mata Atlântica, Mercado Mata Atlântica, Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos, Costa e Mar, Ativos Ambientais, Postos Avançados, Cooperação Internacional e Comunicação e Educação Ambiental.

Apesar de esta década ter sido um período marcado em grande parte por forte pressão por retrocessos na política e legislação ambiental brasileira, o que refletiu no ritmo de criação de UC na Mata Atlântica, foi significativo o aumento de Áreas Protegidas em alguns estados, muitos municípios e principalmente na criação de centenas de reservas privadas na década estudada. Nos últimos anos, foi também notável o maior apoio por parte da atual gestão do governo brasileiro para criação de novas UC, reservas da biosfera e outras áreas protegidas. Quanto a avaliação das ações desenvolvidas pela RBMA na última década cabe destacar a diversidade de temas tratados, as parcerias estabelecidas, a capacidade da Reserva em manter sua sustentabilidade financeira e estabilidade institucional apesar das graves crises de âmbito nacional e internacional que se sucederam a partir de 2008.

Tipo de ecossistema principal: Bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados.

Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;

Principais tipos de habitat e cobertura do solo:

A Mata Atlântica caracteriza-se pela vegetação exuberante. Há subdivisões do bioma da Mata Atlântica em diversos ecossistemas devido a variações de latitude e altitude. Há ainda formações pioneiras, seja por condições climáticas, seja por recuperação, zonas de campos de altitude e enclaves de tensão por contato. A interface com estas áreas cria condições particulares de fauna e flora.

O solo, em geral, é bastante raso, com pH ácido, pouco ventilado, sempre úmido e extremamente pobre,



recebendo pouca luz, devido à absorção dos raios solares pelo estrato arbóreo. ... O solo raso e encharcado é favorável ao desbarrancamento e à erosão, eventos bastante comuns na Mata Atlântica.

Região Climática:

O clima da Mata Atlântica é predominantemente tropical úmido, influenciado pelas massas de ar úmidas vindas do Oceano Atlântico. ... Além do clima tropical litorâneo úmido, presente na Região Nordeste, a Mata Atlântica engloba também os climas tropical de altitude, na Região Sudeste, e o subtropical úmido, na Região Sul.

Localização (latitude e longitude):

| PONTO | LATITUDE | LONGITUDE |
|--------|-------------------|-------------------|
| Oeste | -20° 54' 46,154'' | -57° 53' 40,524'' |
| Norte | +0° 59' 5,740'' | -29° 22' 10,884'' |
| Leste | -20° 26' 14,097'' | -28° 40' 31,440'' |
| Sul | -33° 53' 9,437'' | -53° 11' 22,346'' |
| Centro | -23° 36' 23,368'' | -45° 6' 11,243'' |

Altitudes: A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica ocupa uma área que vai desde a costa, com altitude zero, passando por várias regiões desde a Região Nordeste passando pela Sudeste, com seus pontos mais elevados ate a Região Serrana, atingindo após as serras várias regiões de planalto. O ponto mais alto é o Pico da Bandeira com 2892 m na Serra do Caparaó no Estado de Minas Gerais.

Zonas Núcleo: 9.000.000 ha.

Zonas de Amortecimento: 38.508.000 ha.

Zonas de Transição: 41.400.000 ha.

Área total da RBMA: 89.687.000 ha. dos quais aproximadamente 73.238.000 ha. em áreas terrestres e 16.449.000 ha. em áreas marinhas, conforme tabelas e cartas que compõem este documento.

Outras Zonas: Não existem

Principais objetivos da Reserva:

O objetivo maior da RBMA é o cumprimento das três funções básicas das Reservas da Biosfera por meio de seu Planejamento Estratégico da RBMA e Programas Prioritários, avançando no enfrentamento de seus maiores desafios, onde destacam-se: mitigação dos impactos já sentidos mas não conhecidos das mudanças climáticas; a necessidade de maior aproximação com o conjunto dos 2733 municípios, dos quais 682 são totalmente abrangidos pela RBMA; o fortalecimento e ampliação da participação dos diversos povos tradicionais nas ações e gestão da Reserva; apoio à conservação e ao desenvolvimento e às políticas de criação de unidades de conservação, maior participação do setor empresarial na sua implementação e a garantia de sustentabilidade financeira para manter gestão, ações e projetos da RBMA .



Pesquisa:

A RBMA Promove a pesquisa em quase todos seus programas. Uma das mais importantes atuações neste campo foi por Meio do Programa Mercado Mata Atlântica com o Projeto Cadeias de Valor (Value Links) que pesquisa novos usos para produtos da Mata Atlântica. A RBMA utiliza a pesquisa para o desenvolvimento e a criação de seus próprios programas, que tem por base o conhecimento científico de qualidade. A Reserva contribui ainda com suas publicações, seminários e cursos para a divulgação do conhecimento científico e tradicional.

Monitoramento

Um dos mais importantes programas da RBMA está o -Programa Anuário Mata Atlântica - A RBMA, desde 2010 faz o monitoramento anual do cumprimento das Metas de Aichi, 2011-2020, da Convenção da Diversidade Biológica – para o Bioma Mata Atlântica. As edições impressas e digitais desse monitoramento são uma preciosa referência sobre os avançados desafios na proteção do Bioma e estão integrados à avaliação das Metas de Aichi pelo governo Brasileiro perante a CDB. Assim como a RBMA. Além das Metas de Aichi, o Programa Anuário passará também a monitorar os ODS da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Esta iniciativa inovadora e infelizmente única entre as reservas da biosfera recebeu especial homenagem da Secretária Executiva da Convenção.



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PARTE 2

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO PERIÓDICA
(2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DA RBMA FASE 7



2 MANUAL DE PROCEDIMENTOS REVISÃO PERIÓDICA (2008-2018) E ATUALIZAÇÃO RBMA – FASE 7

2.1 O QUE É A FASE 7 DA RBMA?

A RBMA foi criada a partir de 1991, com sua Fase 1 que incluía apenas algumas áreas de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Nas fases seguintes (1992, 1993, 2000, 2002 e 2008) a Reserva foi ampliada passando a incluir áreas de 16 dos 17 Estados onde ocorre a Mata Atlântica, cobrindo cerca de 45% da área total do Bioma Mata Atlântica, incorporando ainda cerca de 16 milhões de hectares de áreas marinhas envolvendo uma grande diversidade de ecossistemas. Seu zoneamento seguiu as 03 zonas básicas definidas pela UNESCO para Reservas da Biosfera (Zona Núcleo, Zona de Amortecimento e Zona de Transição).

Após a proposição da Fase 6 da RBMA, em 2008, foram criadas novas UC nas categorias de Proteção Integral e de Uso Sustentável, federais, estaduais e municipais. Da mesma forma, foram produzidas informações mais atualizadas ou precisas sobre a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, que subsidiarão a atualização da área abrangida pela RBMA e uma avaliação dos seus principais avanços e desafios nos últimos 10 anos.

Nesta perspectiva, a Revisão Periódica 2008 - 2018 e atualização da RBMA - Fase 7, serão apresentadas de acordo com o solicitado pelo Formulário UNESCO. O foco prioritário desta Fase 7 será o ajuste de sua delimitação e zoneamento, à partir de bases cartográficas mais precisas e da inserção nos diversos estados de novas unidades de conservação, mosaicos, corredores e áreas consideradas prioritárias para conservação. Serão também consideradas as demandas existentes de ampliação de limites e fortalecimento do sistema de gestão da RBMA, destacando-se dentre estas, as seguintes:

- Incorporação de remanescentes florestais e unidades de conservação de Mata Atlântica do Estado de Piauí;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado de São Paulo;
- Revisão e ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná inserindo novas áreas da Itaipu Binacional;
- Atualização do sistema de gestão da RBMA, com redefinição de suas instancias de gestão nacionais e regionais, e criação de unidades descentralizadas.

As eventuais dúvidas e adequações serão resolvidas através de consultas à equipe técnica do Projeto RBMA - Fase 7 e à Secretaria Executiva Nacional, a qualquer momento, e por último durante o processo de discussão e aprovação pelo Conselho Nacional da RBMA, especialmente em sua 26ª Reunião Anual, prevista para ser realizada em agosto de 2018 em Foz do Iguaçu, Paraná.

2.2 QUAIS SÃO OS PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO?

Quaisquer alterações no desenho das Reservas da Biosfera, exceto quando exclusivamente nas zonas de transição, necessitam de aprovação da UNESCO. Para tanto, o país deve apresentar o novo mapeamento, junto com um formulário detalhado da proposta, a justificativa das alterações e a carta de apoio das instancias gestoras e parceiros.

A proposta de Atualização da RBMA- Fase 7 após aprovada pelo CN-RBMA e pela Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – COBRAMaB, deverá ser encaminhada, até o mês de setembro de 2018, pelo Governo Brasileiro e pelo Itamarati à UNESCO/Paris para ser analisada pelo Conselho Consultivo para Reservas da Biosfera (Advisory Committee) que se reúne geralmente no mês de junho de cada ano. Quando aprovada, é então encaminhada ao Conselho de Coordenação Internacional (ICC-MAB), que fará sua



aprovação final ou não.

2.3 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DA FASE 7 DA RBMA - 2018

2.3.1 INTRODUÇÃO

Conforme as orientações estabelecidas e aprovadas na 25ª Reunião Anual do CN-RBMA, a FASE 7 da RBMA será elaborada à partir da cartografia original da RBMA – Fase 6, de 2008, disponibilizada no site da RBMA www.rbma.org.br e cujos dados podem ser acessados pelo link www.rbma.org.br/arquivos/rbmafasevi.zip.

Constituirão as principais fontes para realização deste trabalho as edições do Anuário Mata Atlântica, elaborado pela RBMA, o Atlas da SOS Mata Atlântica, os Mapas de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, MapBiomias e o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA.

2.3.2 PRINCÍPIOS GERAIS

PG1 - Não estamos começando do zero, nem reinventando a RBMA, apenas atualizando seus limites e zoneamento em decorrência da:

1. Criação de novas Unidades de Conservação ou alteração nas existentes;
2. Existência de informações e cartografia mais precisa e atual sobre os remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados e identificação de novas áreas consideradas prioritárias para conservação;

PG2 - Como critério genérico tem-se: A RBMA deve incluir os principais remanescentes da Mata Atlântica, bem como todas as Unidades de Conservação, nos diversos Estados abrangidos pelo Bioma.

Por “principais remanescentes florestais” entendem-se as áreas que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

1. Áreas de dimensões significativas (comparada com a média dos remanescentes regionais) com floresta primária ou mata secundária em estágio médio ou avançado de regeneração;
2. Áreas de concentração de fragmentos florestais significativos que possam ser interconectados através de corredores ecológicos, mosaicos de áreas protegidas ou Unidades de Conservação;
3. Áreas de interesse especial (prioritárias) para a conservação de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção;
4. Áreas de floresta com uso tradicional e sustentável por parte de comunidades;
5. Áreas florestadas do entorno de UCs ou que sejam importantes para a conectividade das mesmas.

Quando se busca incluir a totalidade das UCs do Bioma, o princípio geral não exclui a existência de exceções. Assim, áreas pouco conservadas, isoladas e distantes do corpo central da RBMA, para serem integradas à ela devem ser devidamente justificadas.

PG3 - Na delimitação e zoneamento da RBMA, embora se busque uma maior padronização, devem se respeitar e valorizar as diferenças regionais apresentadas pela Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

2.3.3 CRITÉRIOS TEMÁTICOS

Zoneamento: conforme conceito definido pelo Programa MaB/UNESCO, todas as Reservas da Biosfera devem conter três tipos de zonas: zonas núcleo, zonas de amortecimento e conectividade e zonas de transição e cooperação.

Zona Núcleo – ZN – o objetivo central das zonas núcleo são a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais. São áreas legalmente protegidas e claramente delimitadas no território. Para a RBMA as zonas núcleo são constituídas por:

- Unidades de Conservação de Proteção Integral federais, estaduais ou municipais;
- RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural oficializadas;
- Zonas de Proteção Integral em UCs de uso sustentável, a exemplo das zonas de vida silvestre nas APAs ou zonas de proteção integral nas RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
- Áreas Naturais Tombadas com restrição de uso severa visando a conservação.
- APP - Áreas de preservação permanente efetivamente conservadas, quando individualizadas através de memoriais descritivos, ainda que simplificados, considerando os limites oficialmente reconhecidos, por zoneamento, projeto, ou normativa de conservação.
- Áreas de nascentes ou mananciais quando efetivamente conservadas, devidamente protegidas pela legislação (Código Florestal, Lei da Mata Atlântica, Lei de Mananciais ou Zoneamento Municipal) e claramente identificadas através de memoriais descritivos;
- Áreas de servidão ambiental, oficialmente estabelecidas para a proteção da biodiversidade e recursos hídricos.

Nos três últimos casos, a inclusão das áreas deverá ser devidamente justificada pelos proponentes e instancias gestoras da RBMA, caso a caso.

Da mesma forma, a eventual mudança de zoneamento de áreas já reconhecidas pela UNESCO deve se restringir ao mínimo e ser devidamente justificada pelos proponentes e instancias gestoras da RBMA, caso a caso.

Zona de Amortecimento e Conectividade – ZA - o objetivo das zonas de amortecimento é, ao mesmo tempo, minimizar os impactos ambientais negativos sobre as zonas núcleo e promover a qualidade de vida das populações que habitam no entorno das mesmas ou em UCs de Uso Sustentável, especialmente as comunidades tradicionais.

As zonas de amortecimento são estabelecidas no entorno das zonas núcleo ou entre elas, promovendo sua conectividade. Toda zona núcleo deve ser envolta por uma zona de amortecimento. No entanto, nem toda zona de amortecimento deve obrigatoriamente ter uma zona núcleo em seu centro, desde que contorne ou conecte outras zonas núcleo. Em áreas muito extensas de zona de amortecimento sem núcleos definidos por UCs de uso integral, especial atenção deve ser dada às APPs e outras áreas protegidas que eventualmente possam ser enquadradas como Zonas Núcleo da RBMA.

Para a RBMA as zonas de amortecimento são constituídas prioritariamente por:

- Unidades de conservação de uso sustentável estabelecidas pelo SNUC ou Sistemas Estaduais de UCs.
- Obs.: zonas de proteção integral dessas UCs podem ser classificadas como zonas núcleo da RBMA;
- As áreas de amortecimento das UCs definidas por seus decretos de criação ou planos de manejo;
- As áreas naturais tombadas (quando não incluídas como Zonas Núcleo);



- Os corredores ecológicos entre Unidades de Conservação;
- As áreas de mananciais oficiais que não se enquadrarem como zona núcleo;
- Áreas de amortecimento no entorno de RPPN isoladas, que embora não tenham essa zona na definição legal, devem tê-las na RBMA;
- Territórios Indígenas;
- Territórios Quilombolas;
- Reservas legais ou áreas de servidão ambiental que tenham uso direto de recursos naturais;
- Áreas prioritárias para conservação da Mata Atlântica que sejam oficialmente consideradas de prioridade «muito alta» ou «extremamente alta» e que não se enquadrem nos critérios de Zona Núcleo;
- Áreas marinhas previstas no item Zoneamento Costeiro Marinho deste documento;
- Áreas urbanas previstas no item Zoneamento Urbano, deste documento.

Observações:

- As zonas de amortecimento devem ter seus limites claramente definidos em memoriais descritivos e respectiva cartografia;
- Na sua delimitação deve-se buscar a coincidência com outros zoneamentos existentes (APAs, municípios, GERCO, etc.) e preferencialmente seguindo referências permanentes e de fácil identificação (rios, divisores de água, estradas, linhões, dutos, etc.).
- A zona de amortecimento da RBMA deve incluir as zonas de amortecimento das UCs, mas não se restringe a elas podendo ser mais amplas e abrangentes.

Zona de Transição e Cooperação – ZT - as zonas de transição envolvem todas as zonas de amortecimento e, por consequência, todas as zonas núcleo da Reserva. São elas que definem o limite externo da RBMA e suas dimensões. Embora na definição do zoneamento de RBs pela UNESCO as ZT não têm necessariamente limites fixos, o Conselho Nacional da RBMA estabeleceu que, no caso dessa Reserva, as zonas de transição também devem ser delimitadas com precisão.

As zonas de transição destinam-se prioritariamente ao monitoramento, à educação ambiental e à integração da Reserva com seu entorno, onde (no entorno) predominam áreas urbanas, agrícolas e industriais de uso e ocupação intensos.

Para a RBMA as zonas de transição são constituídas por:

- Uma faixa territorial com largura definida entre 300 metros e 10 quilômetros, ambiental e tecnicamente determinadas pelas instancias gestoras da RBMA, que contorne todas as ZA da Reserva;
- Áreas que contenham remanescentes florestais de “alta” ou “muito alta” prioridade para conservação, que tenham proximidade física e influência ambiental nas demais zonas da Reserva;
- Assentamentos humanos dispersos e de baixo impacto socioambiental, bem como sítios turísticos em iguais condições;
- Áreas agrícolas consolidadas, de baixo impacto ambiental.

Observações:

- sempre que possível e plausível a delimitação das ZT, deve considerar as bacias hidrográficas, limites municipais e outros zoneamentos oficiais que tenham coerência com os princípios e objetivos da Reserva da Biosfera.
- em casos excepcionais a Zona de Transição pode ter largura reduzida ou ampliada por força de



situações também excepcionais no terreno. Exemplos são faixas de fronteira ou em Unidades de Conservação totalmente incluídas na malha urbana.

2.3.4 ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES DA RBMA

Os limites da RBMA coincidem com os das zonas de transição e serão produto do trabalho de “dentro para fora”, a partir das zonas núcleo. Os limites serão a consequência natural da aplicação dos critérios apresentados nos itens anteriores e pretende-se que se configurem como o limite atual da RBMA.

Na produção do novo mapeamento da RBMA deverão ser identificadas as diversas Unidades de Conservação que compõe as zonas núcleo e zonas de amortecimento. No caso das ZA, além das UCs, devem ser claramente delimitadas e identificadas os Territórios Indígenas, os Territórios Quilombolas e outras áreas especiais incluídas na RBMA, como os Mosaicos, Corredores Ecológicos, Sítios de Patrimônio Mundial e Sítios Ramsar.

Todas essas unidades territoriais devem estar listadas em uma tabela que acompanha o memorial descritivo da RBMA no Estado.

2.3.5 LEGENDA CARTOGRÁFICA

As propostas devem seguir a padronização técnica, as cores e legendas apresentadas na cartografia de trabalho encaminhadas pela equipe da RBMA aos pontos focais e representantes de cada Estado.

2.3.6 AGENDA DE TRABALHO

Dezembro 2017 – aprovação da proposta de realização da Revisão Periódica e Atualização da **RBMA- FASE 7**, na 25^a Reunião Anual do CN-RBMA.

Fevereiro/ Março- Maio 2018 – preparação do Projeto **Revisão Periódica (2008 / 2018) e Atualização da delimitação e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica / RBMA - Fase 7** e mobilização de recursos junto aos patrocinadores

Abril/ Maio 2018 - envio de ofício às instancias gestoras da RBMA, conselheiros e pontos focais dos 17 Estados da Mata Atlântica informando sobre o Projeto e solicitando apoio ao processo.

Maio/Julho de 2018

- Contratação de consultoria especializada para o gerenciamento do projeto e serviços de geoprocessamento e cartografia;
- Preparação do Manual de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7
- Preparação pelas consultorias especializadas técnica e de geoprocessamento do conjunto de mapas de cada estado, com a versão preliminar da atualização da delimitação e zoneamento da RBMA - Fase 7, sendo previsto:
 1. Compilação dos mapas de referência
 2. Incorporação das Novas UCs nos 17 estados
 3. Incorporação de áreas da Mata Atlântica do Piauí
 4. Incorporação de novas áreas de SP
 5. Incorporação de novas áreas da Itaipu Binacional - PR
 6. Incorporação de informações do Atlas da SOS Mata Atlântica/INPE e MapBiomias
 7. Produção dos shapes também em projeção WGS 84 e PDF para cada um dos estados
- Preparação da minuta do Formulário UNESCO com a Revisão Periódica da RBMA (2008 / 2018) e proposta



preliminar da Atualização da RBMA - Fase 7.

Maião/Julho de 2018 – Análise e complementação da proposta de Atualização RBMA- Fase 7 pelas instancias estaduais gestoras da RBMA, conselheiros e pontos focais dos 17 Estados da Mata Atlântica.

Julho/Agosto de 2018 – Consolidação das propostas recebidas e elaboração da proposta final da Revisão Periódica e Atualização da RBMA- FASE 7 pela equipe técnica da secretaria executiva e consultores.

Agosto de 2018 – Apresentação da proposta na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA para apreciação e aprovação dos conselheiros.

Setembro de 2018 - Finalização do Formulário UNESCO/ Documento Final de Revisão Periódica e Atualização da RBMA-Fase 7 e tramitação junto ao MMA/ COBRAMaB para análise e aprovação.

Setembro de 2018 - Editoração do documento final RBMA-Fase 7, em português e inglês, e encaminhamento UNESCO, para aprovação, sendo previsto:

- Tradução, ilustração, anexação de documentos e mapas
- Editoração e reprodução do documento final
- Encaminhamento do Documento Final à UNESCO Paris
- Acompanhamento do processo de análise pelo MAB /Paris pela RBMA
- Esclarecimentos de questionamentos feitos pelo MAB/Paris
- Apresentação final da proposta ao MAB/Paris



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



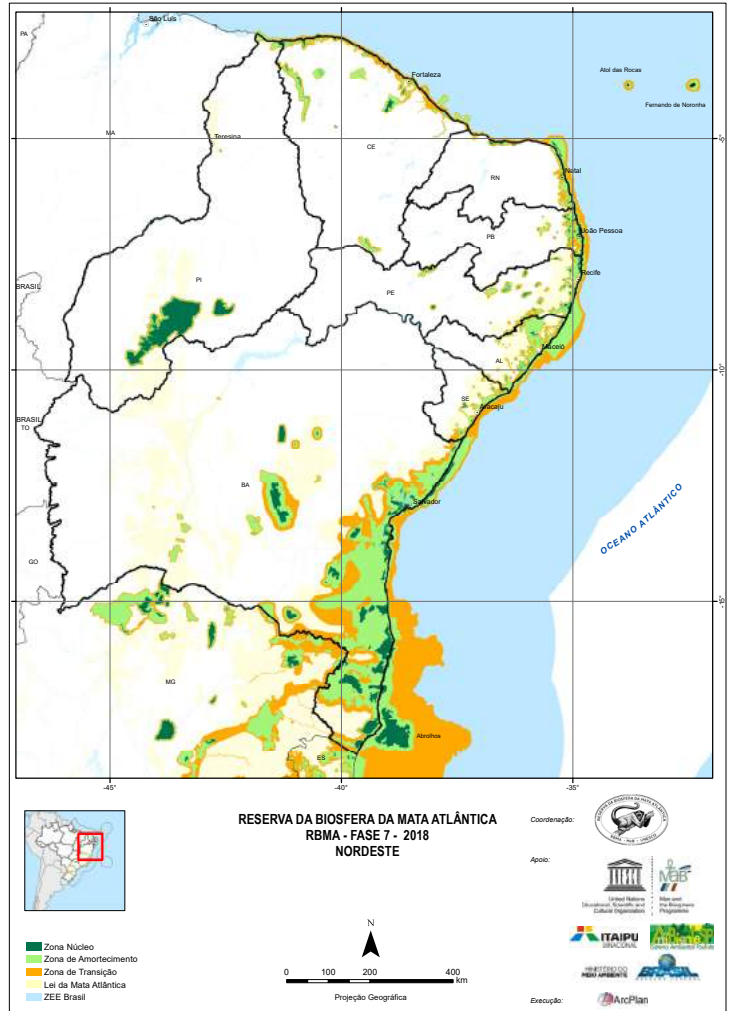
PARTE 3

PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS



3 PROPOSTA DA RBMA FASE 7 POR REGIÕES E ESTADOS

REGIÃO NORDESTE

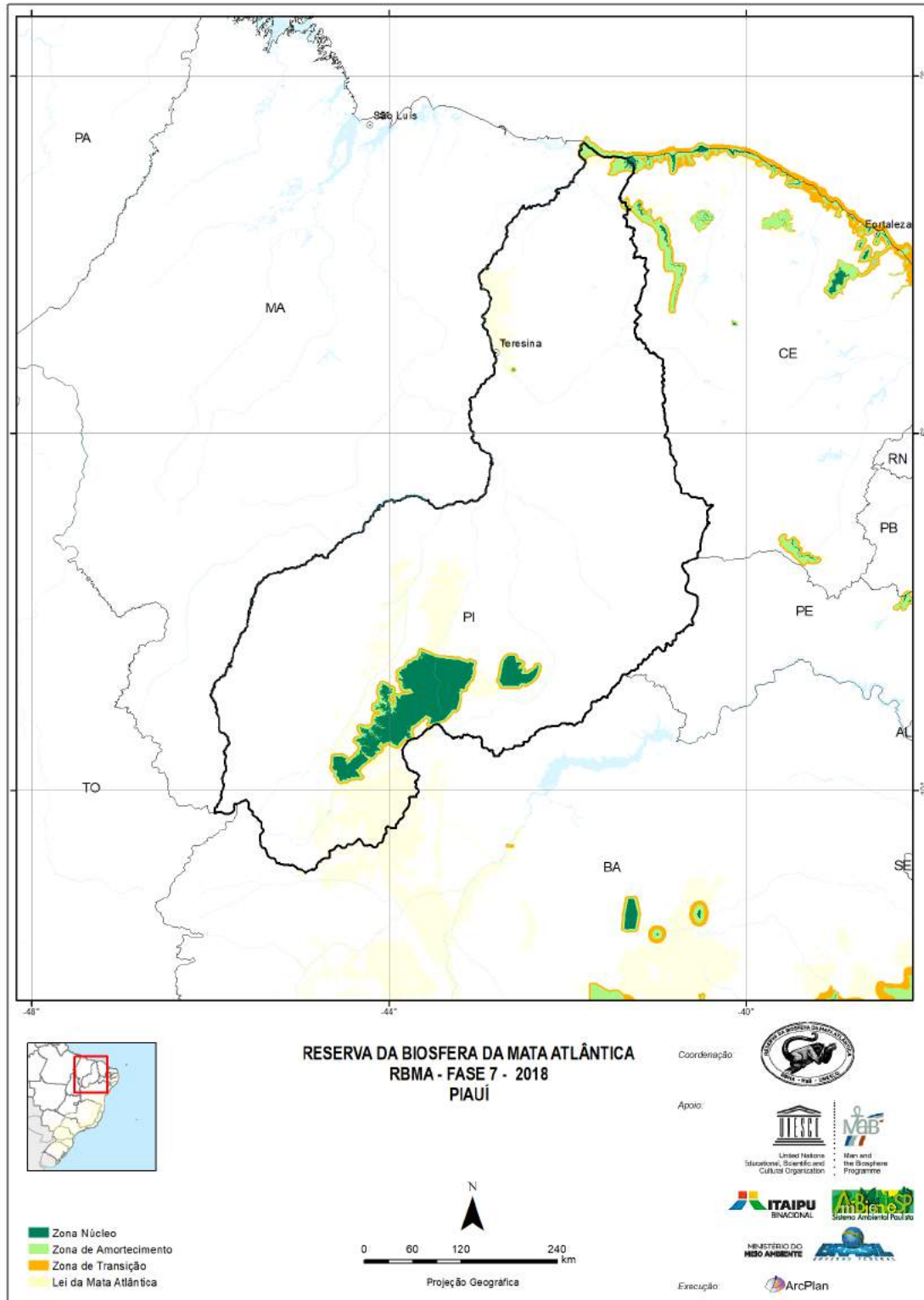




RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.1 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ

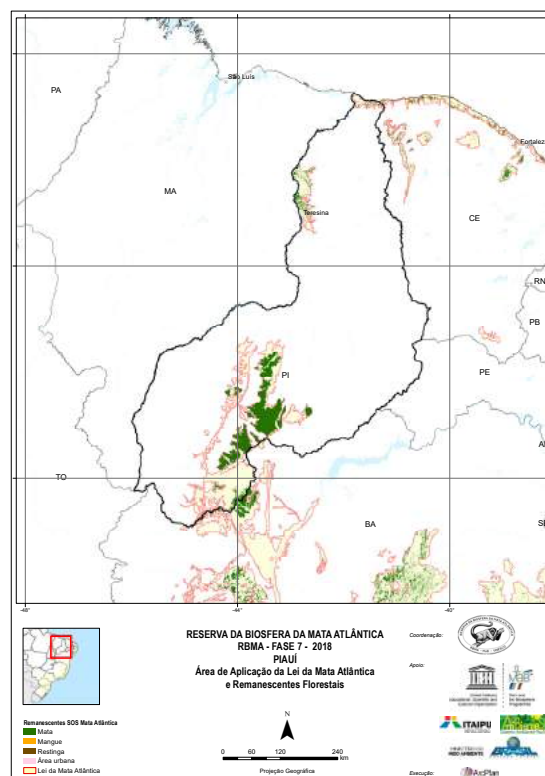


3.1.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PIAUÍ

“No imaginário popular a visão do meio ambiente do Piauí como um lugar pobre em vegetação, sem paisagens naturais atraentes ou diversificadas, está cada vez mais defasada em relação às reais características do território. Além do encontro de diferentes biomas como Cerrado e Caatinga, o Estado guarda remanescentes de Mata Atlântica únicos no mundo e uma das maiores áreas naturais do interior do Nordeste, a região de Serra Vermelha.

Ali, o encontro de diferentes tipos de vegetação originou espécies endêmicas, com a presença de mais de 340 espécies de vertebrados terrestres. Poucos sabem que a Mata Atlântica ocupa 10,52% da área do Estado, numa área de 2,6 milhões de hectares, que se estende sobre o território de 43 municípios piauienses” (Fonte :Rede Mata Atlântica –RMA Notícias/Maio de 2015) .

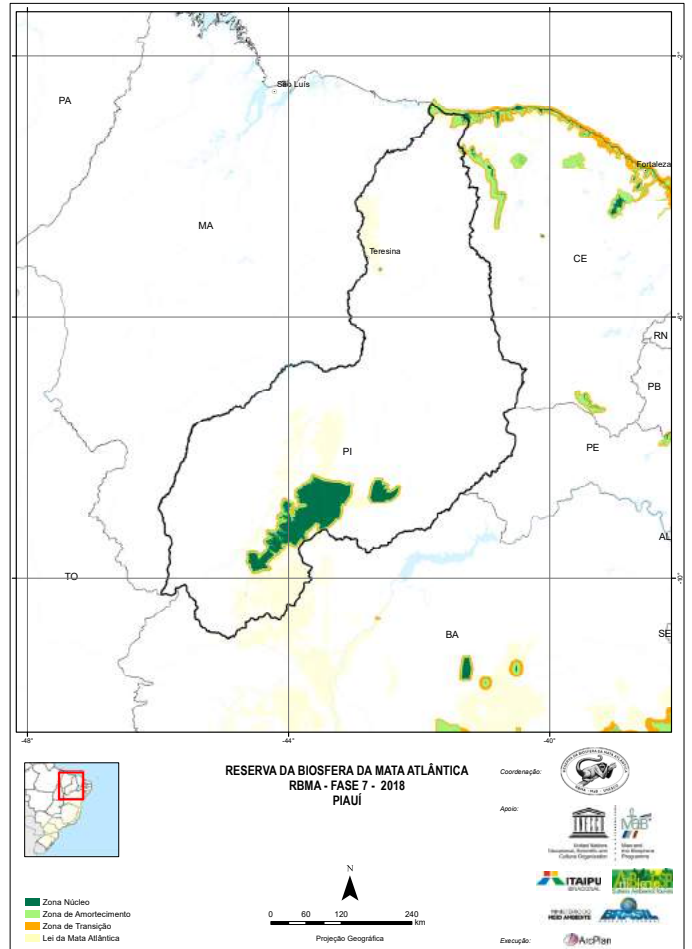
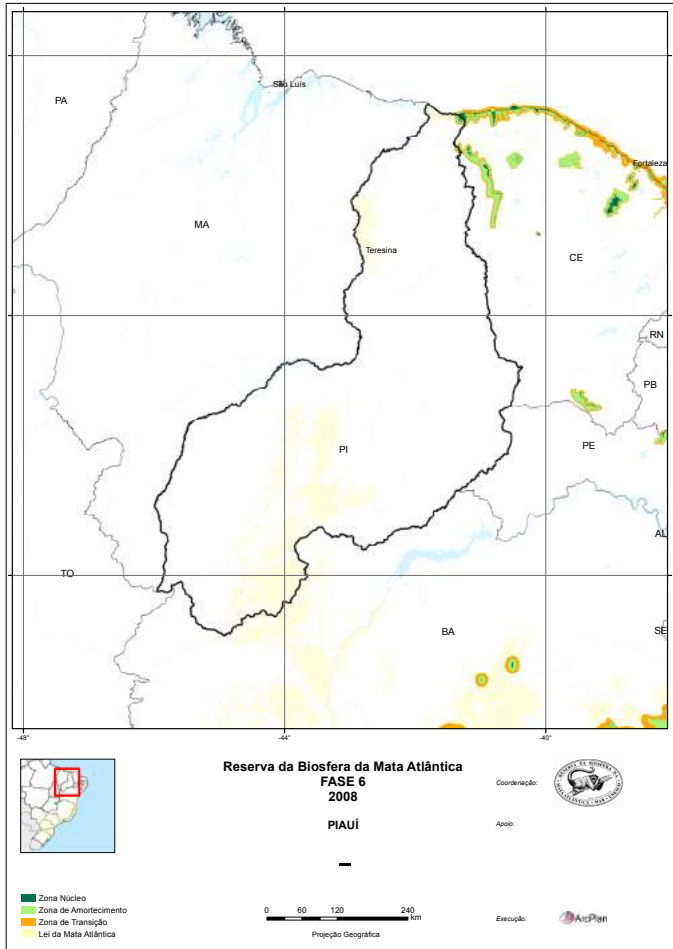
“As maiores áreas de vegetação estão localizadas nos municípios de Guaribas e Canto do Buriti com a fisionomia de floresta estacional decidual montana e floresta estacional semidecidual submontana, no município de Alvorada do Gurguéia. No que se refere ao manguezal, os municípios em que se identificou a sua presença são Cajueiro da Praia; Luís Correia; Parnaíba e Ilha Grande.” (Fonte: Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006) .





3.1.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PIAUÍ

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | PI | 25.157.775 | 29.529 | 0,11% | 6.039 | 35.568 |
| Fase 7 | | | 1.499.378 | 5,95% | 49.634 | 1.549.012 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PIAUÍ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|-------|-------|-------|--------------------|-------|------|------|-------------|-------------------------------------|------------------------------|---|----|-------|-------|----------|-------|------|------|-------------|---|---|--|--|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | | | | | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | PE | PARNA | RESEX | RPPN | | | | | | | | |
| | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITARIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | 0 | | | | 0 | CORREDOR | | | | | | 0 | | | | 0 | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | 0 | | | | 0 | MOSAICO AP | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | 0 | | | | 0 | ZONA NÚCLEO | | | | | | 5 | | | | 5 | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 0 | | | | 0 | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | 2 | | | | | 3 | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | 2 | | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



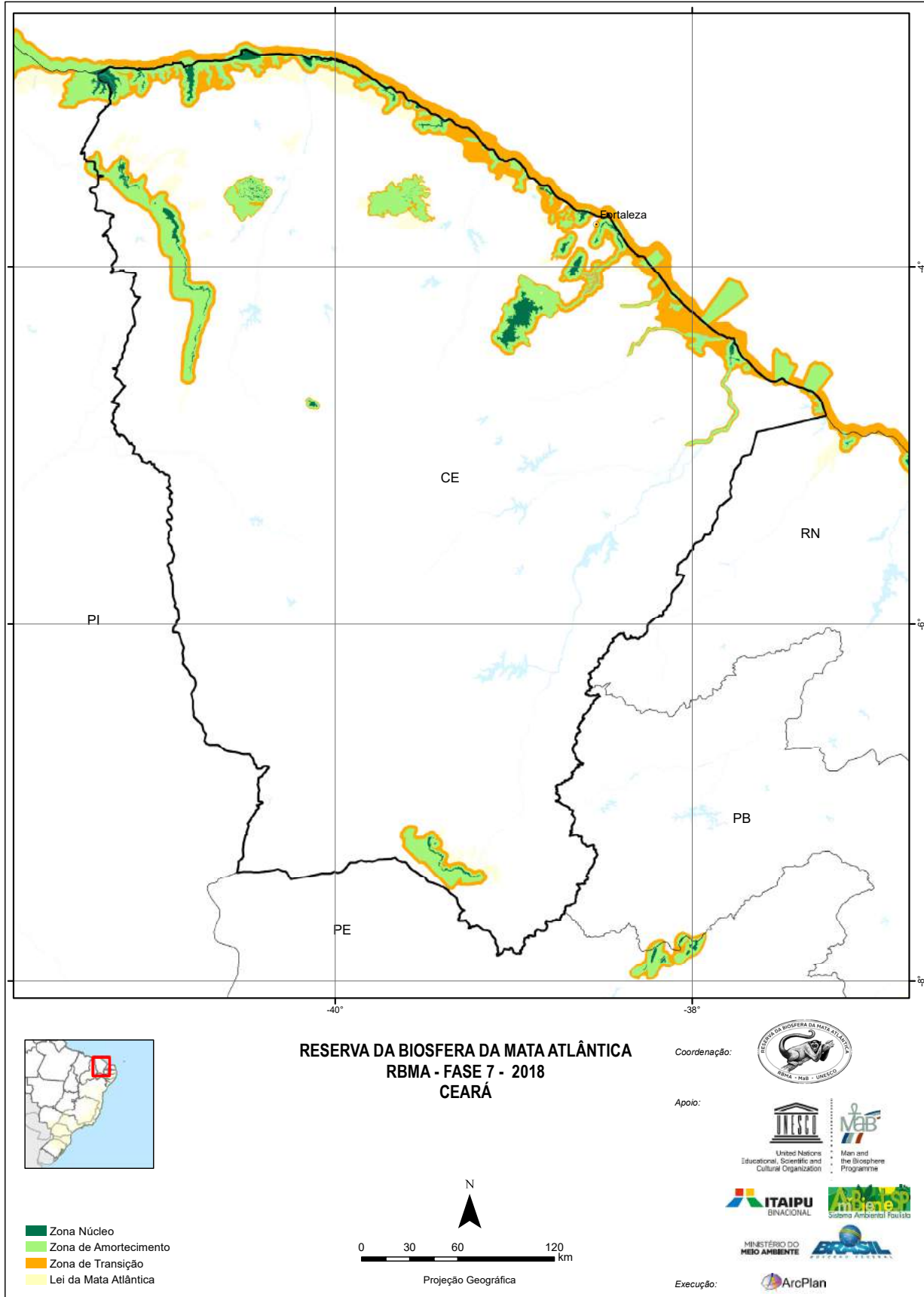
3.1.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS A RBMA - FASE 7 / PIAUÍ

No Estado do Piauí as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **6 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Piauí /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, de **1 área protegida criada após 2008**, inserida no Sistema Estadual (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Piauí/RBMA Fase 7);



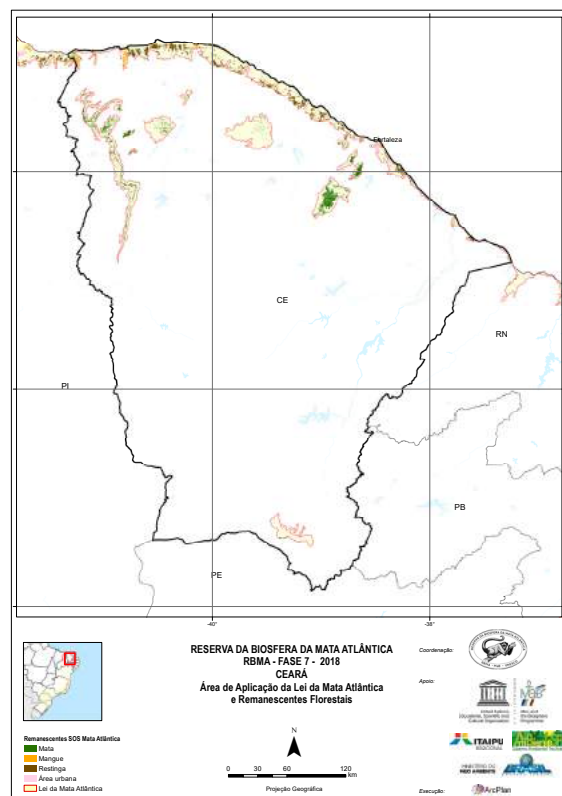
3.2 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ



3.2.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO CEARÁ

“...A Mata Atlântica no Ceará ocupa uma área total de 1.873 km² e está localizada de maneira dispersa em dez regiões: Chapada do Araripe, Litoral, Chapada do Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado, Serra das Matas, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uruburetama, ocupando total ou parcialmente 67 municípios”

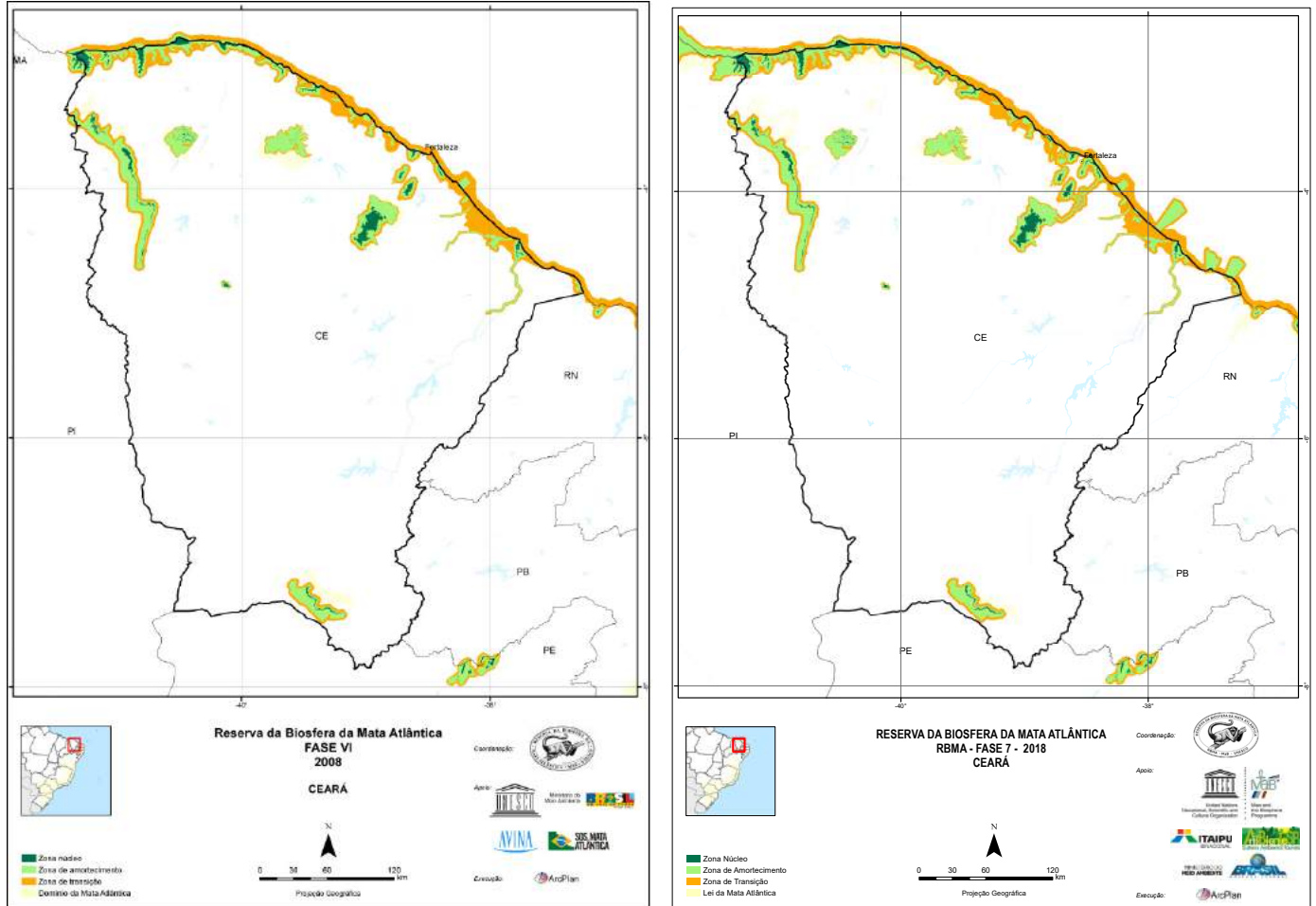
... “Como em boa parte do nordeste brasileiro,” é no litoral do Estado que se verifica a maior agressão à biodiversidade dos ecossistemas associados à Mata Atlântica: manguezais, restingas e vegetação de dunas. A redução das áreas de manguezal se explica pelo uso incompatível do solo associado à expansão de complexos turísticos e culturas de crustáceos. A vegetação de restinga tem sua redução também associada ao turismo e à expansão da agricultura” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Ceará: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).





3.2.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO CEARÁ

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | CE | 14.950.440 | 1.182.578 | 7,90% | 322.632 | 1.505.210 |
| Fase 7 | | | 1.268.844 | 8,48% | 398.644 | 1.667.488 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - CEARÁ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|-------|-------|-------|----------|-------|------|------|---|---------------|-------------------------------------|-----|------|------|-------|----------|-------|------|-------|-------------|-------|------|-----|----|---|---|---|----|--|---|---|---|----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | FLONA | RESEC | RESEX | PARNA | 15 | 3 | 2 | 0 | 20 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ARIE | ESEC | FLONA | MONA | PE | PN | PARNA | PNM | RESEX | RPPN | RVS | 79 | 3 | 5 | 3 | 90 | | | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | 0 | | | | | 0 | CORREDOR | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | 0 | | | | | 0 | MOSAICO AP | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | 3 | | | | | 3 | ZONA NÚCLEO | | | | | | 58 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 20 | | | | | 20 | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 32 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | 12 | | 1 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 13 | | | | | | | | | | 3 | 5 | 3 | 46 | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | 9 | 1 | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 12 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | 1 | | | | 1 | 2 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 24 | 1 | | | | | | | | | | | | | 32 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.2.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / CEARÁ

No Estado do Ceará as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

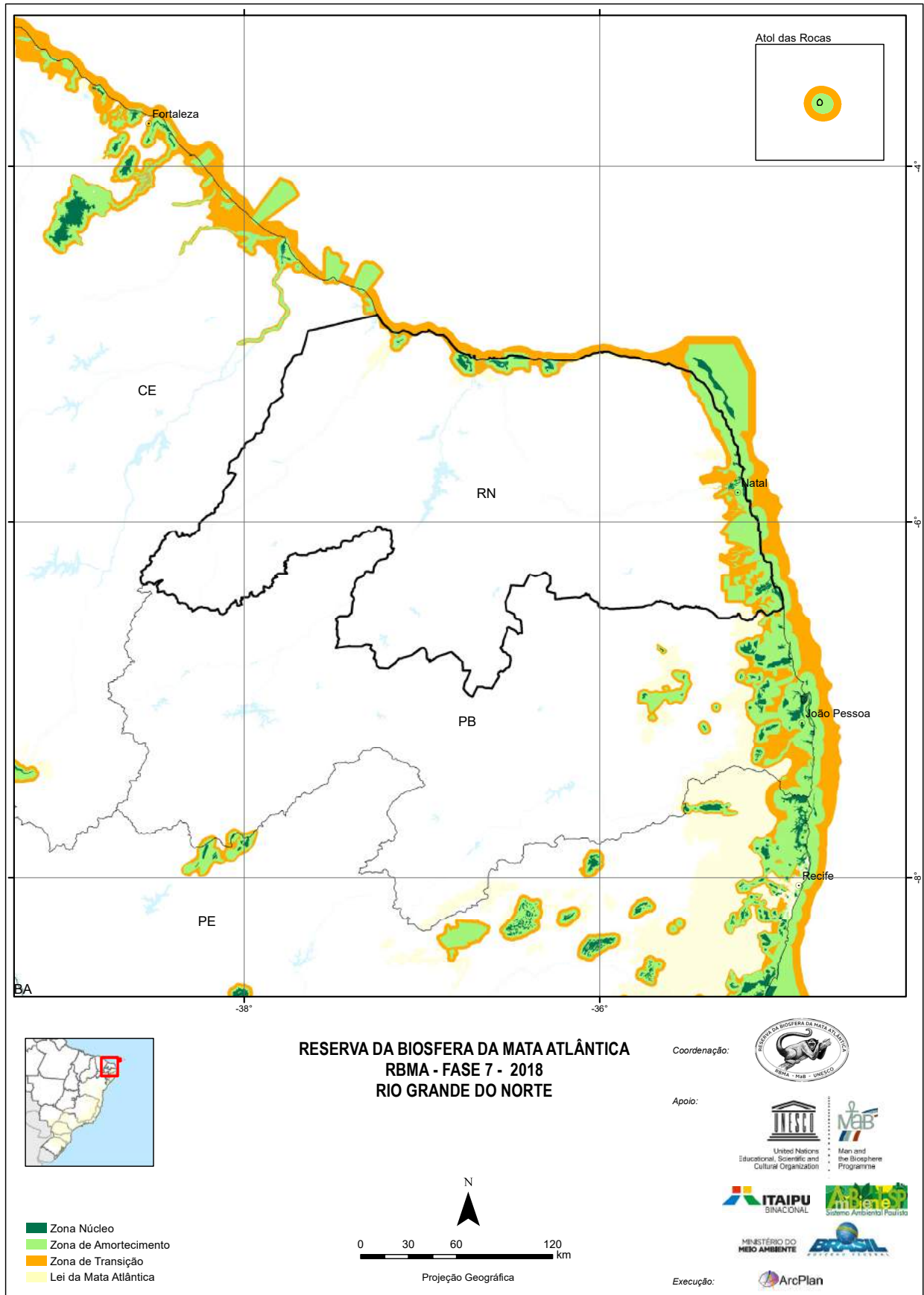
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **58 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **32 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **3 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral Áreas Protegidas do Estado do Ceará /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.3 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

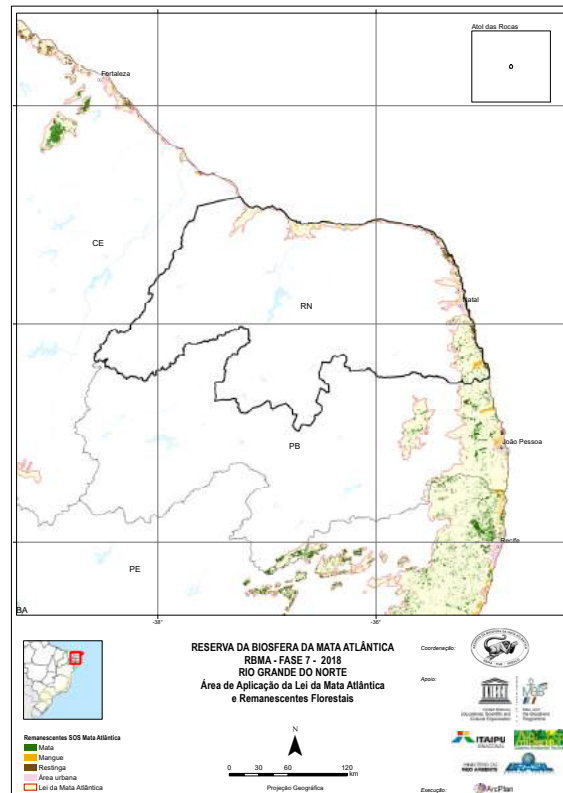




3.3.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

“O Domínio da Mata Atlântica DMA no Rio Grande Norte ocupa uma área total de 3.298 Km² e está localizado no litoral leste do Estado, ocupando total ou parcialmente 27 municípios, abrangendo os ecossistemas de mata, restinga e manguezal. Embora não incluído no DMA, o litoral norte apresenta áreas de remanescentes de restinga e de manguezal, nos municípios de São Bento do Norte, Galinhos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, Areia Branca, Grossos e Tibau. Da mesma forma, são encontrados fragmentos de mata serrana nos municípios de Martins, Portalegre, Serrinha dos Pintos, Coronel João Pessoa e Luís Gomes”

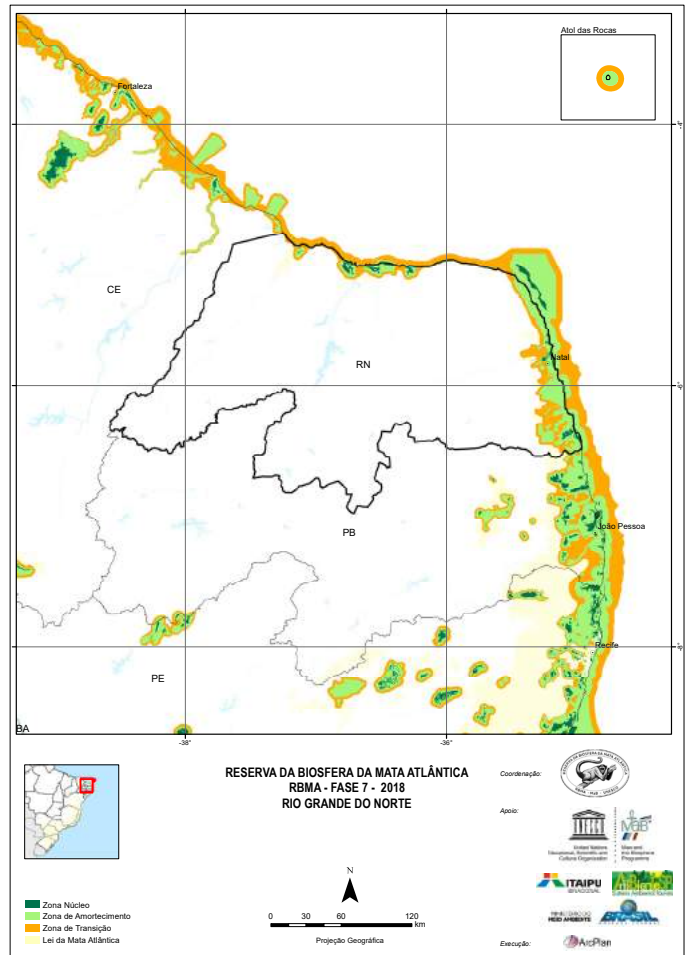
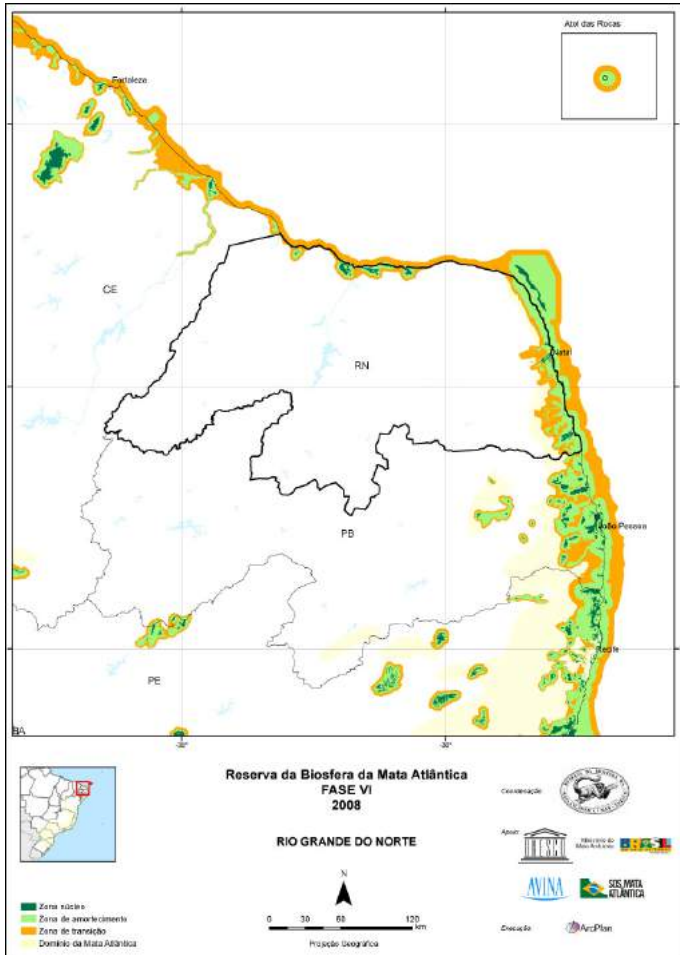
....“Apesar da acentuada fragmentação dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica no Estado, vislumbra-se a possibilidade de estabelecimento de corredor ecológico partindo da Mata da Estrela, no município de Baía Formosa, e seguindo pelas restingas arbustivo-arbóreas do litoral até o município de Natal. Outro corredor pode ser formado a partir de Extremoz até o município de Touros, também protegendo e recuperando o ecossistema de restinga. Esses dois trechos constituem Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Norte, segundo os resultados do “Workshop de Avaliação de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizado em Atibaia, São Paulo, em 1999” (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores do Rio Grande do Norte : Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira)





3.3.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | RN | 5.336.070 | 335.295 | 6,28% | 507.793 | 843.088 |
| Fase 7 | | | 364.570 | 6,83% | 500.880 | 865.450 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO GRANDE DO NORTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|-------|-------|-------|-------|--------------------|-------|------|------|-------------|--|---|-----|-------|-----|-----|----------|-------|------|------|-------------|---|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | REBIO | RESEX | RESEX | RPPN | 3 | 3 | 0 | 0 | 6 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | PNN | RDS | REBIO | RPPN | 10 | 2 | 0 | 0 | 12 |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | 0 | | | | | | CORREDOR | | | | | | 0 | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | 0 | | | | | | MOSAICO AP | | | | | | 0 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | 1 | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | 6 | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | 1 | | | | | | ZONA NÚCLEO | | | | | | 1 | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 5 | | | | | | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 5 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 1 | | | | 2 | | | | 5 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | 3 | | 1 | 1 | | 1 | | | | | | | 6 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | 1 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.3.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / RIO GRANDE DO NORTE

No Estado do Rio Grande do Norte as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

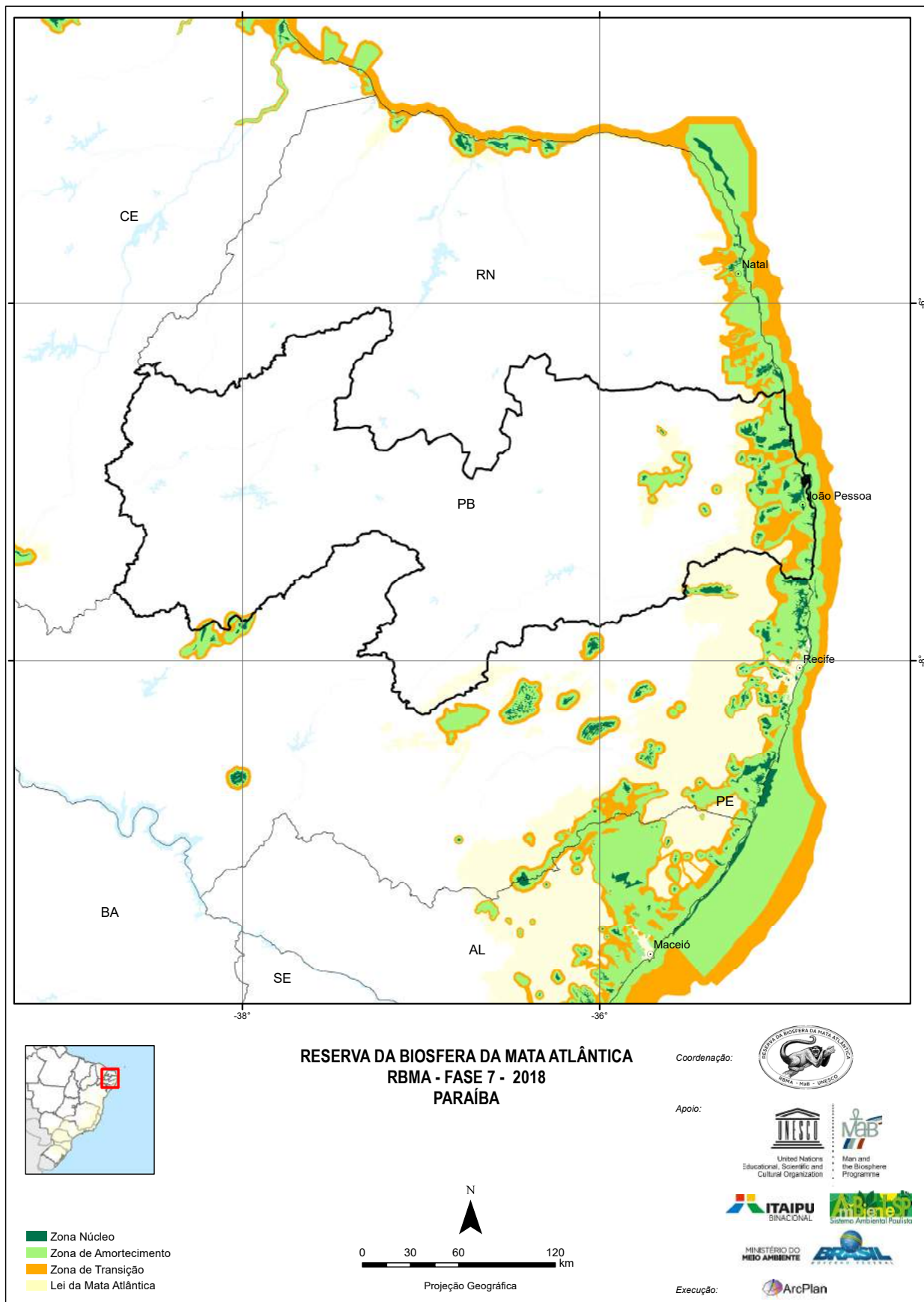
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **11 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Norte / RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 área protegida criada após 2008**, inserida no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Norte /RBMA Fase 7);



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

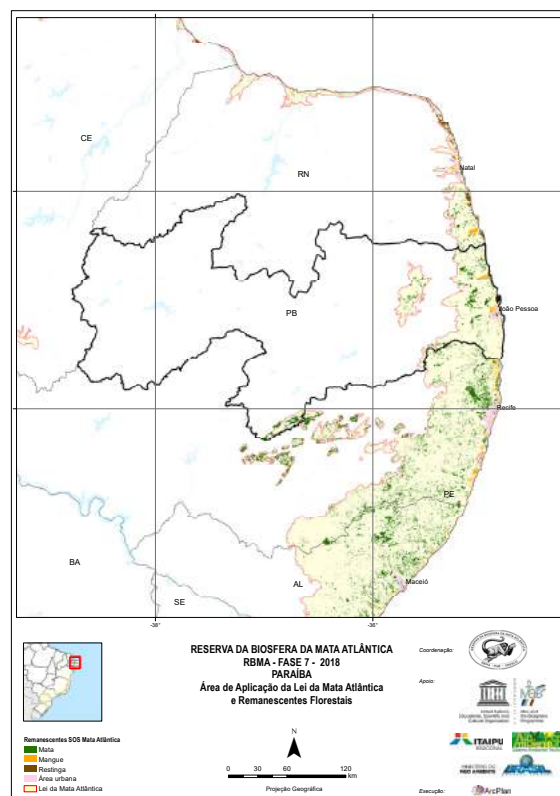
3.4 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA



3.4.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA PARAÍBA

“O Domínio da Mata Atlântica (DMA) na Paraíba abrange duas grandes áreas, perfazendo um total de 6.743 Km² e ocupando total ou parcialmente 63 municípios, incluindo os ecossistemas de mata, restinga e manguezal”

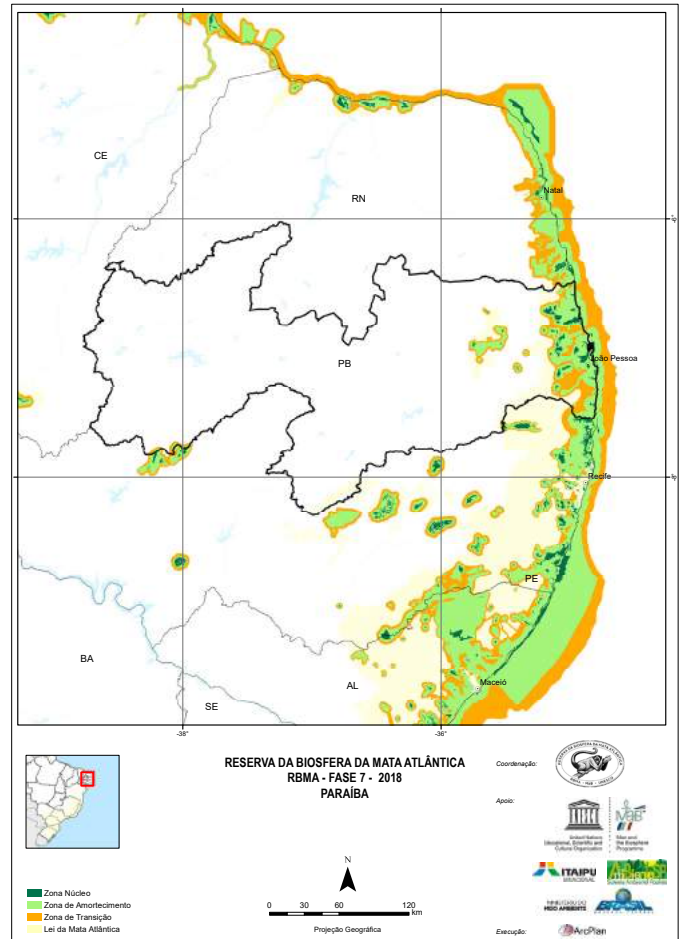
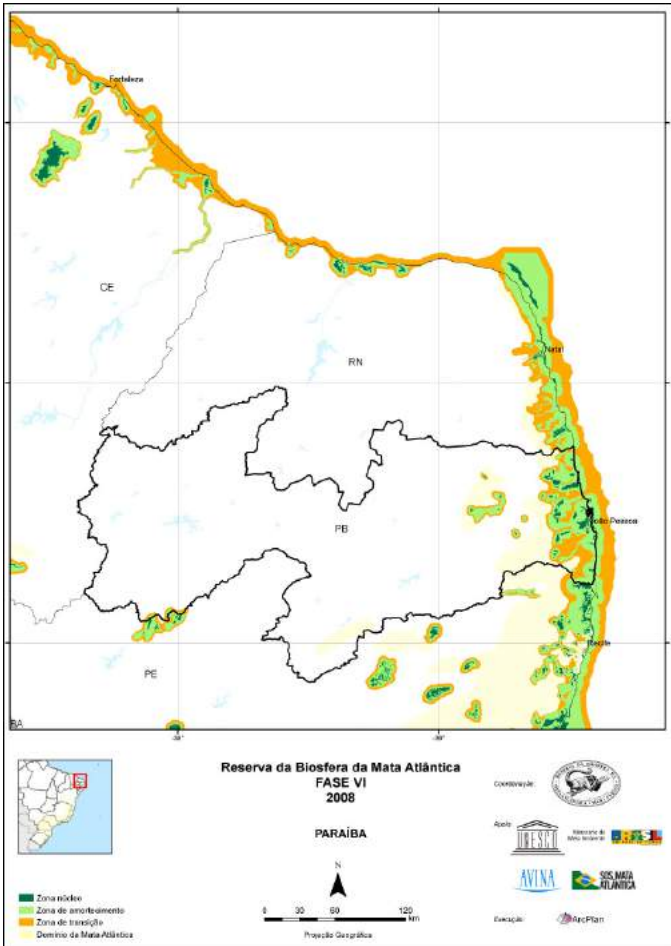
... “As atividades identificadas no levantamento, que mais impactaram esses ecossistemas de Mata Atlântica no Estado foram: a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o desenvolvimento de atividades voltadas para a carcinicultura em áreas de manguezal. No que tange à identificação de áreas com maior concentração de mata, destaque deve ser dado aos municípios de Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, Rio Tinto e Mamanguape. A disposição dessas manchas de fragmentos florestais insinua a formação de um corredor ecológico. Outra área de destaque corresponde aos remanescentes encontrados no município de Areias e Alagoa Grande, conjunto de grande interesse ecológico e social, por tratar-se de fragmentos de mata serrana (ou brejo de altitude). O Pico do Jabre, localizado no município de Maturéia, por se constituir num enclave florestal em área de Caatinga, merece atenções especiais tendo em vista os resultados obtidos nesse mapeamento que demonstram decréscimos de área nos últimos dez anos. Convém salientar que essas três áreas constituem Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica na Paraíba, segundo os resultados do “Workshop de Avaliação de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, realizado em Atibaia, São Paulo, em 1999” ... (Fonte: **Trechos retirados do Livro: Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Paraíba: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).





3.4.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA PARAÍBA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | PB | 5.702.556 | 405.181 | 7,10% | 198.045 | 603.227 |
| Fase 7 | | | 406.292 | 7,12% | 195.582 | 601.874 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PARAÍBA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------|------|----|-------|-------|------|--------------------|-------|------|------|-------------|---|------------------------------|------|------|-------|----|-------|----------|-------|------|------|-------------|---|----|---|---|---|----|---|--|---|--|--|--|--|--|--|--|---|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ARIE | PE | FLONA | REBIO | RPPN | RESEC | | | | | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ARIE | ESEC | FLONA | PE | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | RVS | PEC | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2 | 2 | 6 | 1 | 2 | 3 | 1 | 17 | 4 | 3 | 0 | 24 | | 4 | 4 | 1 | 1 | 6 | 1 | 1 | 1 | 4 | 1 | 1 | 25 | 4 | 3 | 4 | 36 | | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | 15 | | | | | ZONA NÚCLEO | | | | | | | 23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 6 | | | | | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | 4 | 3 | 1 | 1 | 6 | 1 | 1 | | 4 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 25 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 5 | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 6 | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| APP * | Área de Preservação Permanente | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TI * | Território Indígena | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TQ * | Território Quilombola | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



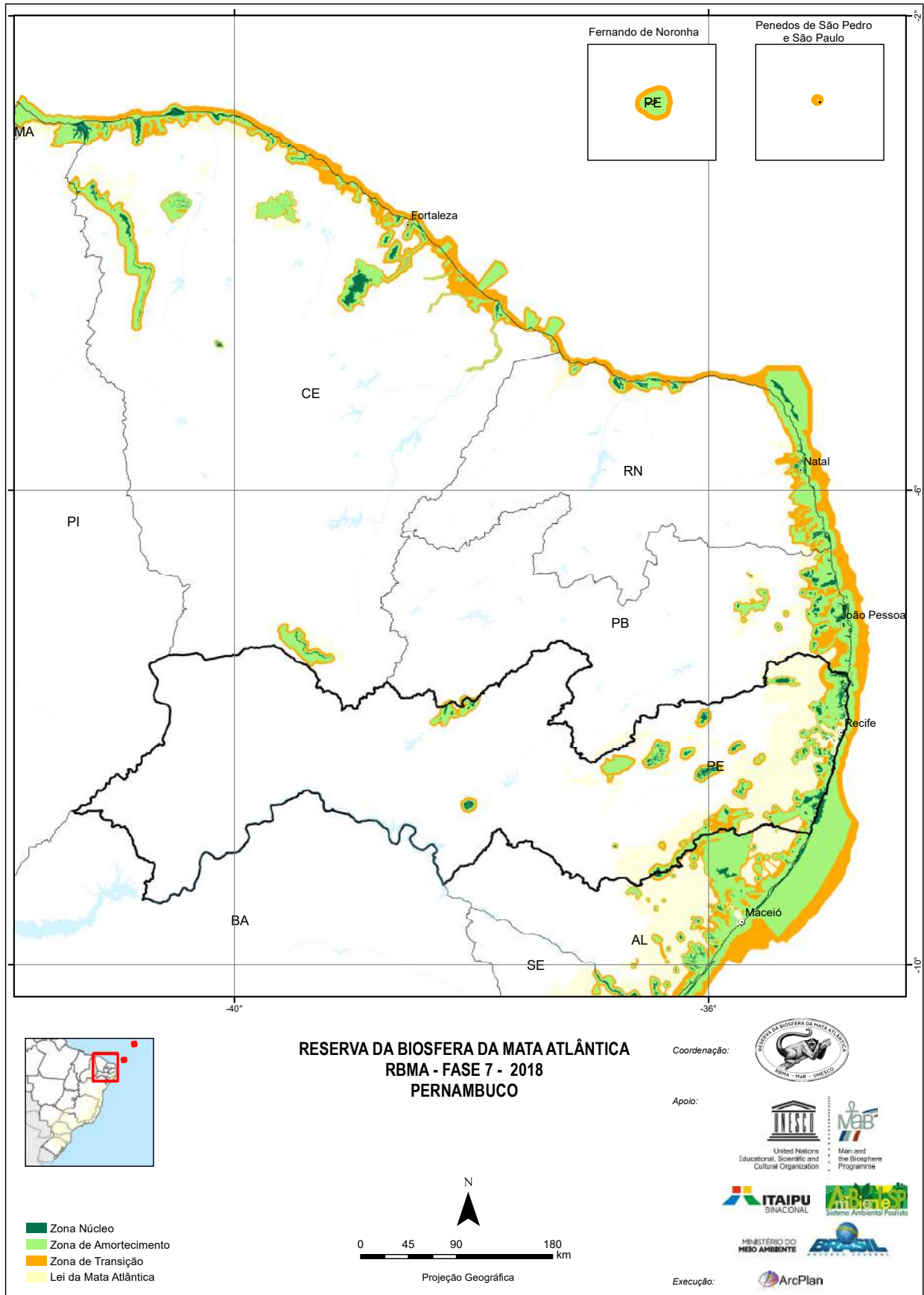
3.4.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA- FASE 7 / PARAÍBA

No Estado da Paraíba as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **30 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **6 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Vide Anexo XXX - Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **3 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Tabela de Áreas Protegidas do Estado da Paraíba /RBMA Fase 7).



3.5 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

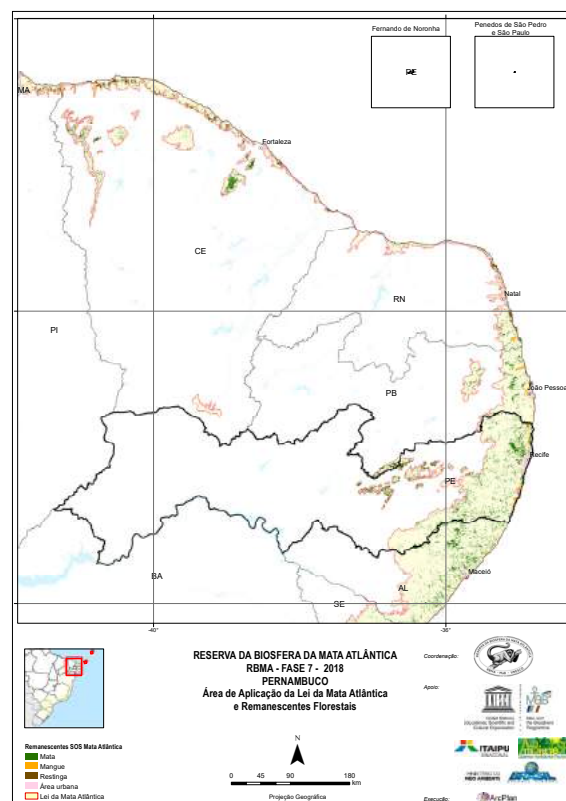


3.5.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

“A Mata Atlântica nos estados de Alagoas e Pernambuco representa grande parte do que restou do Centro de Endemismo Pernambuco, o qual abriga a floresta costeira de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Estudos indicam que um terço das árvores do Centro Pernambuco estariam ameaçadas de extinção regional, consequência da interrupção do processo de dispersão de sementes. Modelos de extinção de árvores, elaborados posteriormente, sugerem que esse número pode estar subestimado e que a floresta ao norte do Rio São Francisco é a unidade biogeográfica da Mata Atlântica de maior probabilidade de perder espécies em escala regional e global. Nessa região, por exemplo, é onde se encontra um dos locais (Murici, Alagoas) com a maior quantidade de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas “... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Pernambuco: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira).

Cabe destacar a existência de cerca de 40 fragmentos de florestas urbanas na região Metropolitana de Recife de grande importância para a proteção da biodiversidade e dos mananciais de água dessa região.

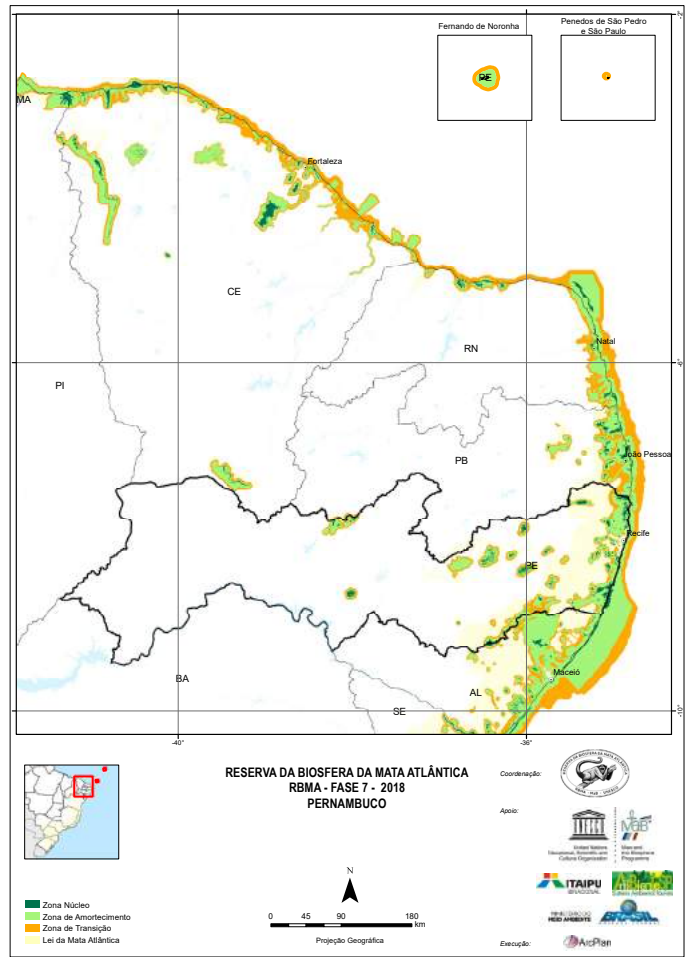
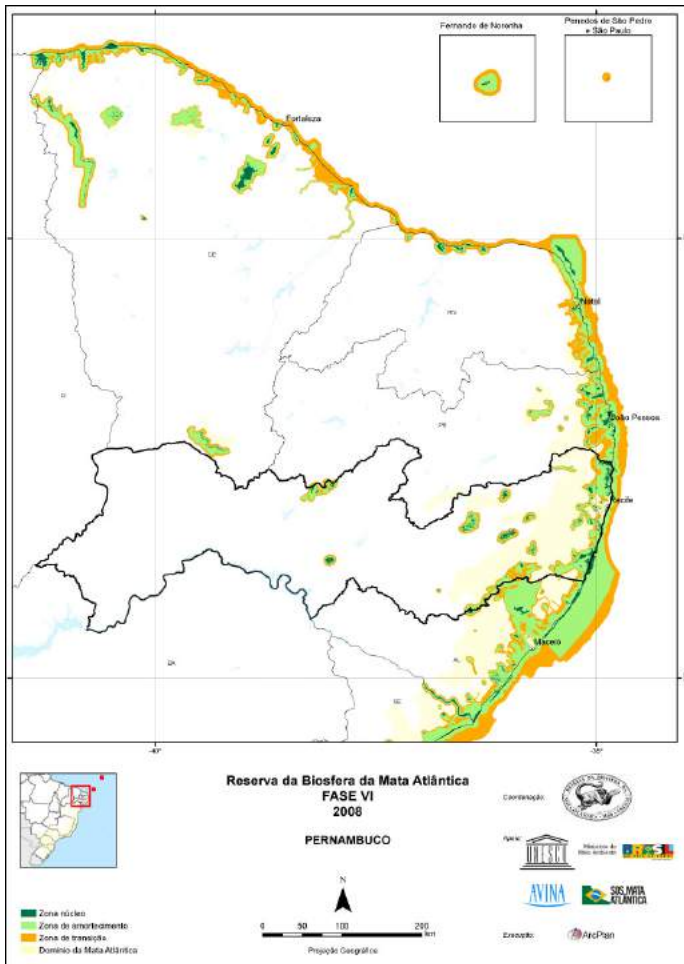
O Arquipélago de Fernando de Noronha, também incluído na RBMA e reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Natural, embora distante 545 milhas da costa, pertence ao território do Estado do Pernambuco.





3.5.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | PE | 9.908.692 | 726.653 | 7,33% | 363.032 | 1.089.685 |
| Fase 7 | | | 819.962 | 8,27% | 368.543 | 1.188.469 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PERNAMBUCO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------|----|-----|----|-------|--------------------|------|----|----|-------------|-------------------------------------|------------------------------|---|------|------|-------|----|----------|-----|-----|-----|-------------|-------|-------|------|-----|-----|-----|---|---|---|-----|--|----|---|----|--|--|--|--|--|--|--|-----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP | TI | TQ | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP | TI | TQ | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | PARNA | PE | PEC | PM | REBIO | RESEC | RPPN | | | | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ARIE | ESEC | MONA | PARNA | PE | PEC | PN | PNE | PNM | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | RFU | RVS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 39 | 10 | 75 | 3 | 0 | 0 | 78 | 32 | 4 | 3 | 2 | 2 | 4 | 2 | 1 | 1 | 6 | 37 | 1 | 15 | 8 | 37 | 156 | 4 | 2 | 1 | 163 | | | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MANANCIAL | | | | | | | 3 | | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | 85 | | | | | 91 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 2 | | | | | 79 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | 24 | 2 | 3 | 2 | 2 | 4 | 2 | 2 | | | 5 | 37 | | | | | | | | | | 11 | 1 | 32 | | | | | | | | 130 | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | 8 | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 32 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



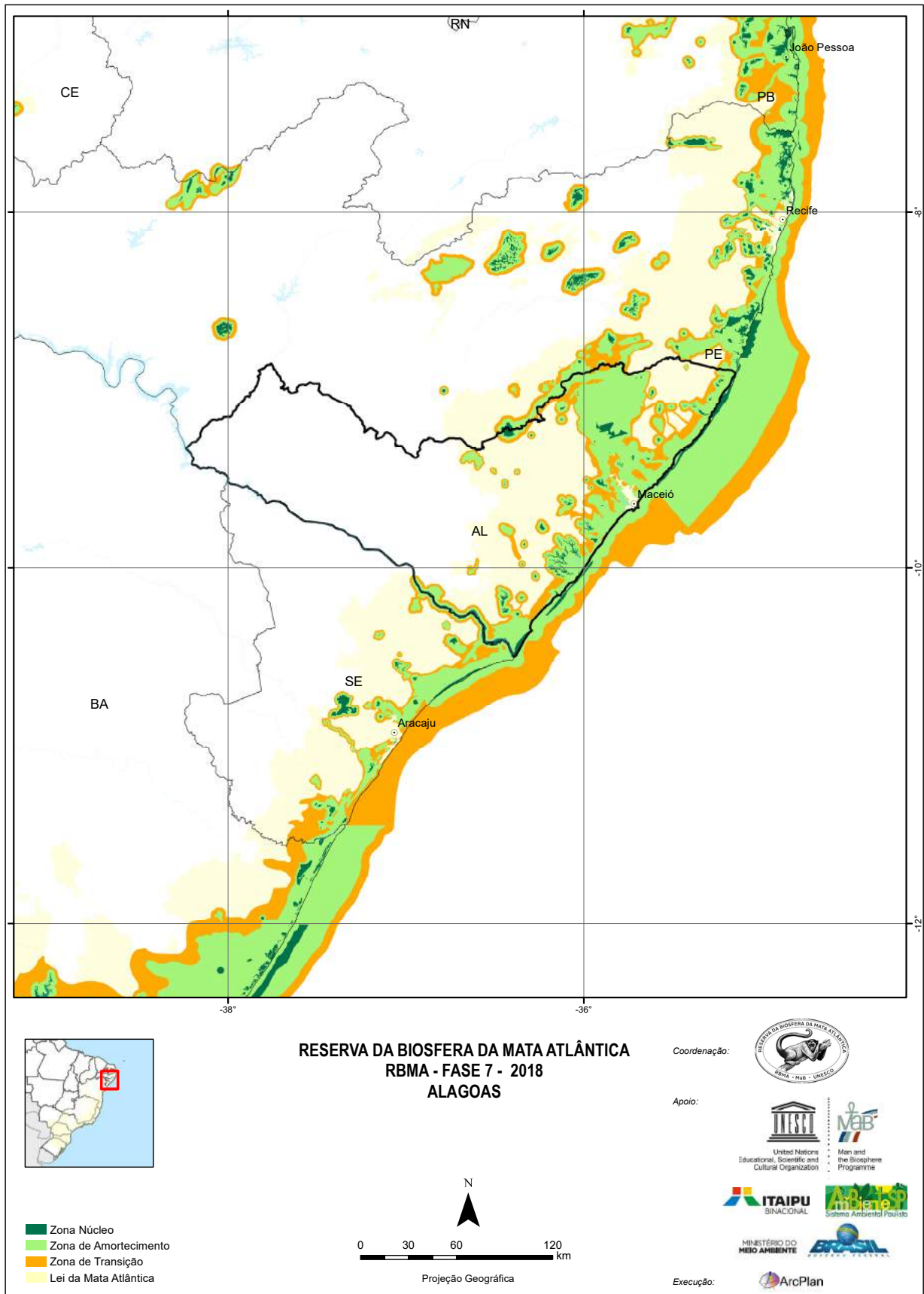
3.5.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PERNAMBUCO

No Estado de Pernambuco as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **131 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco/RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **32 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **2 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 Território Quilombola-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Pernambuco /RBMA Fase 7);



3.6 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

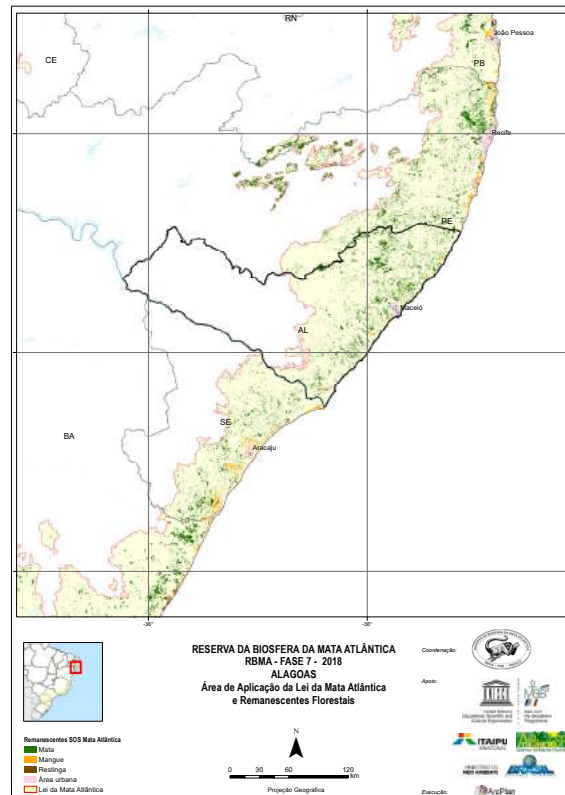


3.6.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE ALAGOAS

“Apesar de praticamente toda costa brasileira ter sido ocupada pela colonização européia a partir da mesma época (século XVI), foi no Nordeste do Brasil que a Mata Atlântica foi mais rapidamente degradada. Dois ciclos econômicos foram fundamentais nesse processo: o do pau-brasil e o da cana-de-açúcar, o qual se estende até os dias atuais. Em 1990, restavam menos de 6% da extensão original da Mata Atlântica ao norte do Rio São Francisco e alguns tipos florestais, como a floresta ombrófila densa, foram reduzidos a poucas dezenas de quilômetros quadrados” ...

... “Alagoas é um dos estados que concentra o maior número de Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RMBA) incluindo Áreas Protegidas Particulares (APPs). Esse grande potencial de conservação da Mata Atlântica é consolidado pela efetivação das parcerias do governo estadual e o sistema de gestão da (RBMA) com o setor sucro-alcooleiro” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Alagoas: Marcelo Tabarelli, Maria das Dores de V. C. Melo e Osvaldo C. de Lira)

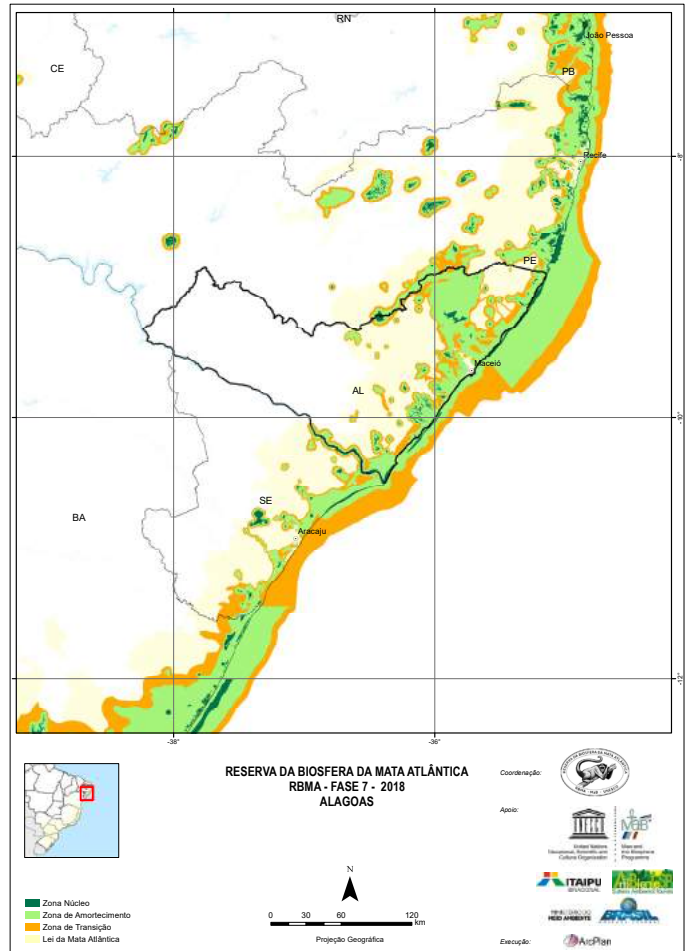
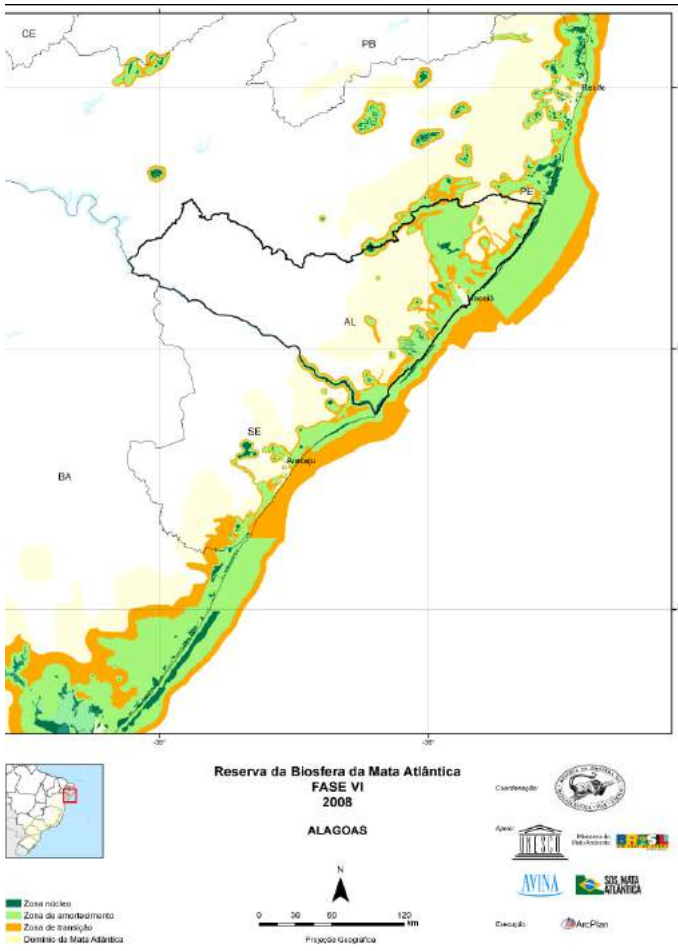
Dos 15.242 km² do bioma, restam hoje apenas 1.413 km² (IBGE 2015). O maior remanescente protegido de Alagoas está na Estação Ecológica Murici, com cerca de 6000ha de floresta. Esta área, que abriga o maior número de espécies de aves ameaçadas de extinção nas Américas, é uma das prioridades da RBMA na Região Nordeste.





3.6.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE ALAGOAS

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | AL | 2.806.090 | 712.715 | 25,39% | 730.614 | 1.443.330 |
| Fase 7 | | | 796.905 | 28,39% | 718.261 | 1.515.166 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - ALAGOAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|-------|-------|-------|------|--------------------|-------|------|------|-------------|-------------------------------------|---|------|-------|-------|-------|------|----------|-------|------|------|-------------|---|---|---|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | 16 | 5 | 1 | 0 | 22 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | 66 | 5 | 7 | 1 | 79 | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | 11 | | | | | ZONA NÚCLEO | | | | | | | 62 | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 6 | | | | | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 17 | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | 2 | 1 | 1 | 3 | 1 | 13 | | | | | | 3 | 7 | 1 | 32 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | 4 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 41 | | | | | | | | | 41 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.6.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ALAGOAS

No Estado de Alagoas as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

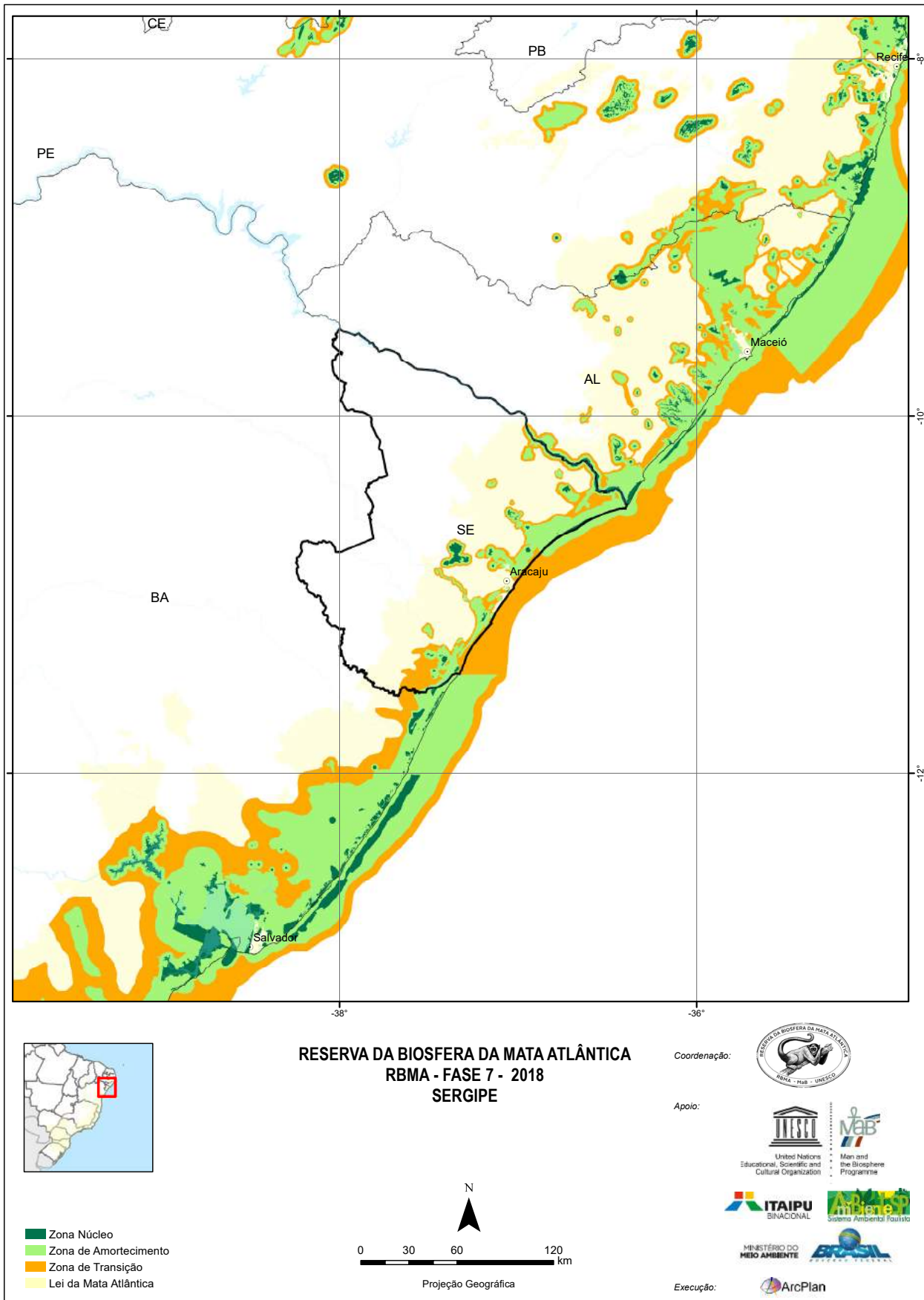
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **28 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **48 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **7 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **1 Território Quilombola-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Alagoas /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.7 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SERGIPE

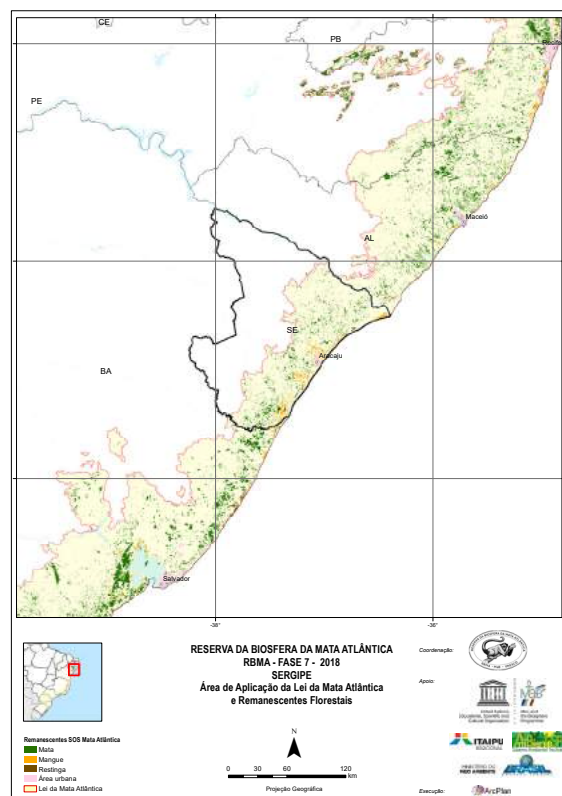


3.7.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO SERGIPE

“Originalmente, a Mata Atlântica ocupava toda faixa litorânea sergipana, até a chegada do homem branco (europeu), em 1501, para tomar posse das terras indígenas, com os objetivos de explorar o pau-brasil, criar gado e plantar cana-de-açúcar. Após mais de 500 anos de ocupação, da Mata Atlântica original restam poucos corredores ao longo da extensão litorânea do Estado, ocupando cerca de 40 km² de largura do território sergipano, com formações de diferentes ecossistemas, que incluem as faixas litorâneas com suas associações das praias e dunas, com ocorrência das formações florestais perenifólias latifoliadas hidrófilas costeiras (floresta costeira), que ocorrem ao longo do todo o litoral sergipano sob a forma de pequenas manchas, exceto na porção sul do Estado, onde algumas fazendas particulares se apresentam mais preservadas, localizando-se normalmente nos topos das colinas mais elevadas ou nas encostas que apresentam declividades acentuadas. Nos locais onde foi fortemente devastada, aparecem os cultivos perenes e temporários e posteriormente as pastagens. A Mata Atlântica sergipana ocorre desde municípios localizados no São Francisco até Mangue Seco, na divisa com a Bahia” ...

... “A Mata Atlântica ainda possui raras espécies de plantas - das quais muitas são endêmicas - e ainda consegue ser o primeiro e maior bloco de florestas do Estado. A zona costeira de Sergipe é dividida em dois setores: Litoral Norte e Litoral Sul” ...

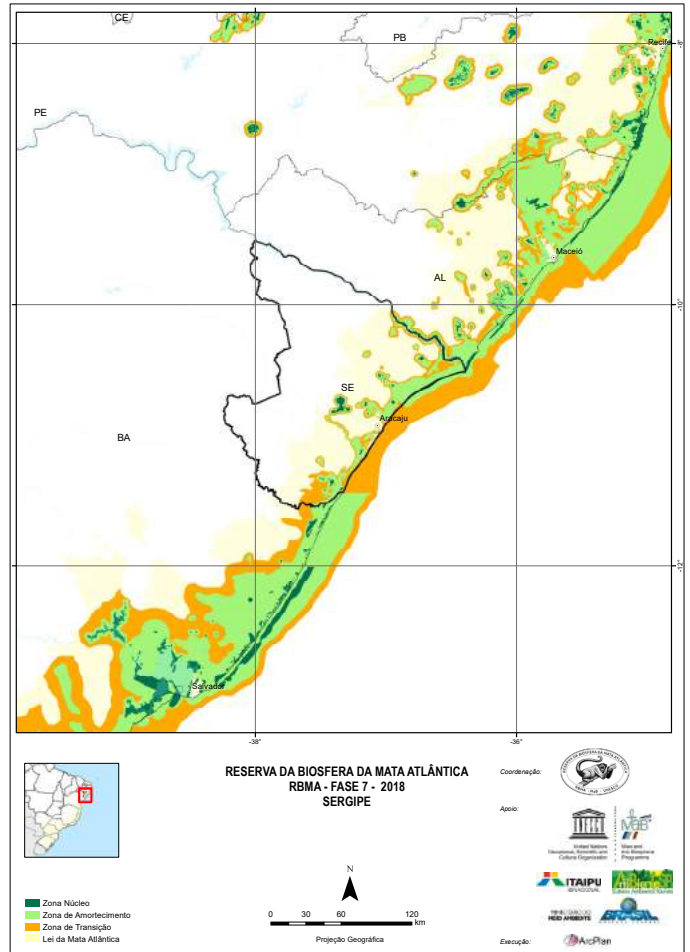
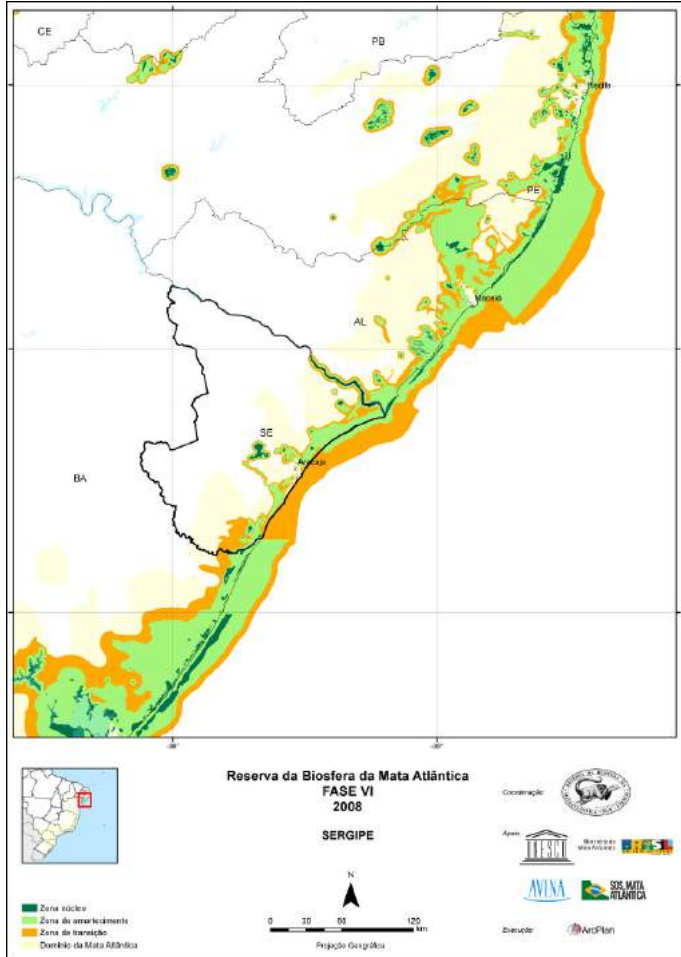
... “O ecossistema da região da Mata Atlântica envolve 5.750 Km² do Estado. Atualmente a cobertura vegetal original restringe-se a manguezais, vegetação de restinga e remanescente da floresta tropical úmida. Também denominada de mata costeira, estendendo-se de sul para norte vindo da Bahia até Alagoas. Apresenta várias associações, com praias e dunas, vegetação herbácea. Essa vegetação serve para fixar as areias das dunas móveis. Entre essas, destacam-se salsa-dapraia, grama-da-praia, feijão da praia, capim-gengibre, xique-xique ou guizo-de-cascavel” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Sergipe: Lizaldo Vieira dos Santos e Maria José dos Santos).





3.7.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SERGIPE

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | SE | 2.209.482 | 335.465 | 15,18% | 293.077 | 628.541 |
| Fase 7 | | | 363.137 | 16,42% | 290.748 | 653.885 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SERGIPE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------|-------|-------|-------|------|-----|--------------------|-----------------------|------|------|---|-------------------------------------|------------------------------|-------|-------|-------|------|----------|-------|------|------|-------------|----|----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | PARNA | REBIO | RESEX | RPPN | RVS | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | PARNA | REBIO | RPPN | RVS | 13 | 1 | 0 | 12 | 26 | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | 0 | CORREDOR | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | 0 | MOSAICO DE AP | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | 6 | ZONA NÚCLEO | | | | | | 12 | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | 2 | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | 14 | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO RBMA FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | | | | | 1 | | | | | 9 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | 12 | 16 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



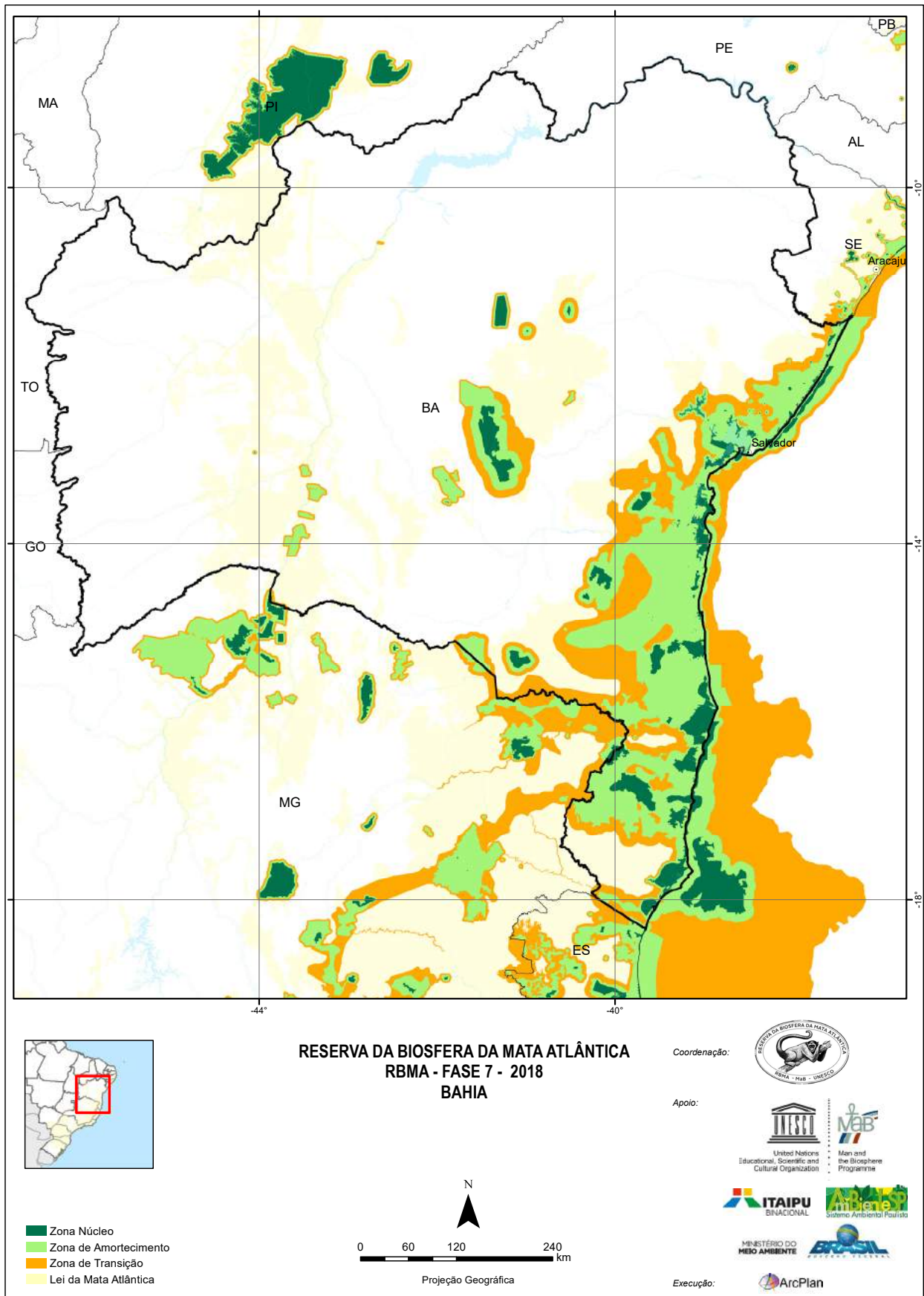
3.7.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SERGIPE

No Estado de Sergipe as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **10 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **16 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **12 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Sergipe /RBMA Fase 7).



3.8 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA



3.8.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DA BAHIA

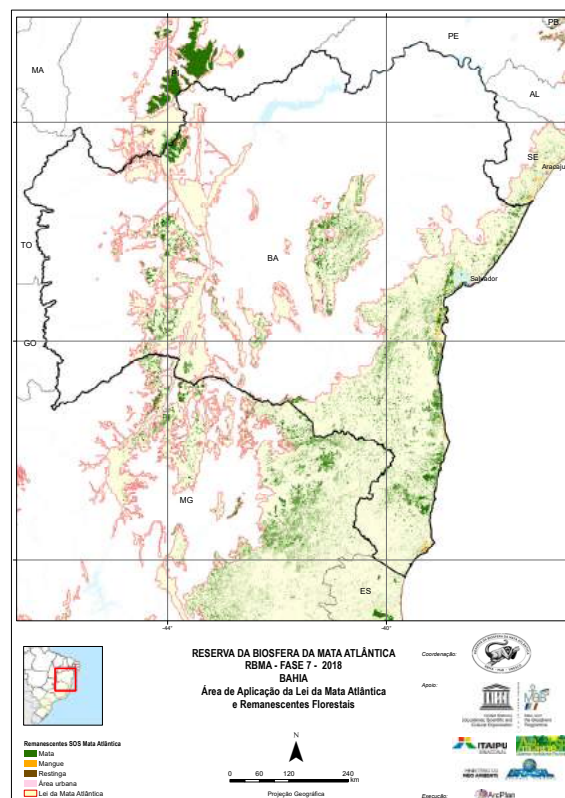
“A Mata Atlântica na Bahia distribui-se por cinco regiões: Chapada Diamantina-Oeste, Litoral Norte, Baixo Sul, Sul, Extremo-Sul. Essas regiões apresentam características ecológicas, histórias de ocupação humana, usos do solo e pressões antrópicas distintas. Diversos ciclos econômicos sucederam-se nos domínios da Mata Atlântica na Bahia: pau brasil, cana-de-açúcar, ouro, diamantes, café, jacarandá, gado, algodão, cacau e recentemente monocultura de eucalipto”...

... “Das cinco regiões da Mata Atlântica na Bahia, três situam-se ao sul da Baía de Todos os Santos no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) Na Bahia, o CCMA estende-se por um vasto território limitando-se ao norte pelo Rio Paraguaçu (na Baía de Todos os Santos) e ao sul pelo Rio Mucuri, na divisa com o Estado de Espírito Santo”...

... “No Extremo Sul da Bahia está localizada a maior concentração florestal nativa protegida, compreendendo três parques nacionais: Descobrimento, Monte Pascoal e Pau-Brasil na parte terrestre, com cerca de 50.000 hectares de matas e o Parque Nacional Marinho Abrolhos, com 90.000 hectares. As pequenas bacias hidrográficas protegidas por estes parques nacionais são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos do Banco de Abrolhos e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a zona mais rica em recifes de coral do Atlântico Sul” ...

... “A região compreende até dois centros de endemismo da Mata Atlântica, conforme estudos disponíveis sobre vertebrados terrestres, borboletas e plantas. Caracterizam-se por um índice de endemismo altíssimo (26% a 28% das espécies de vários gêneros)” ...

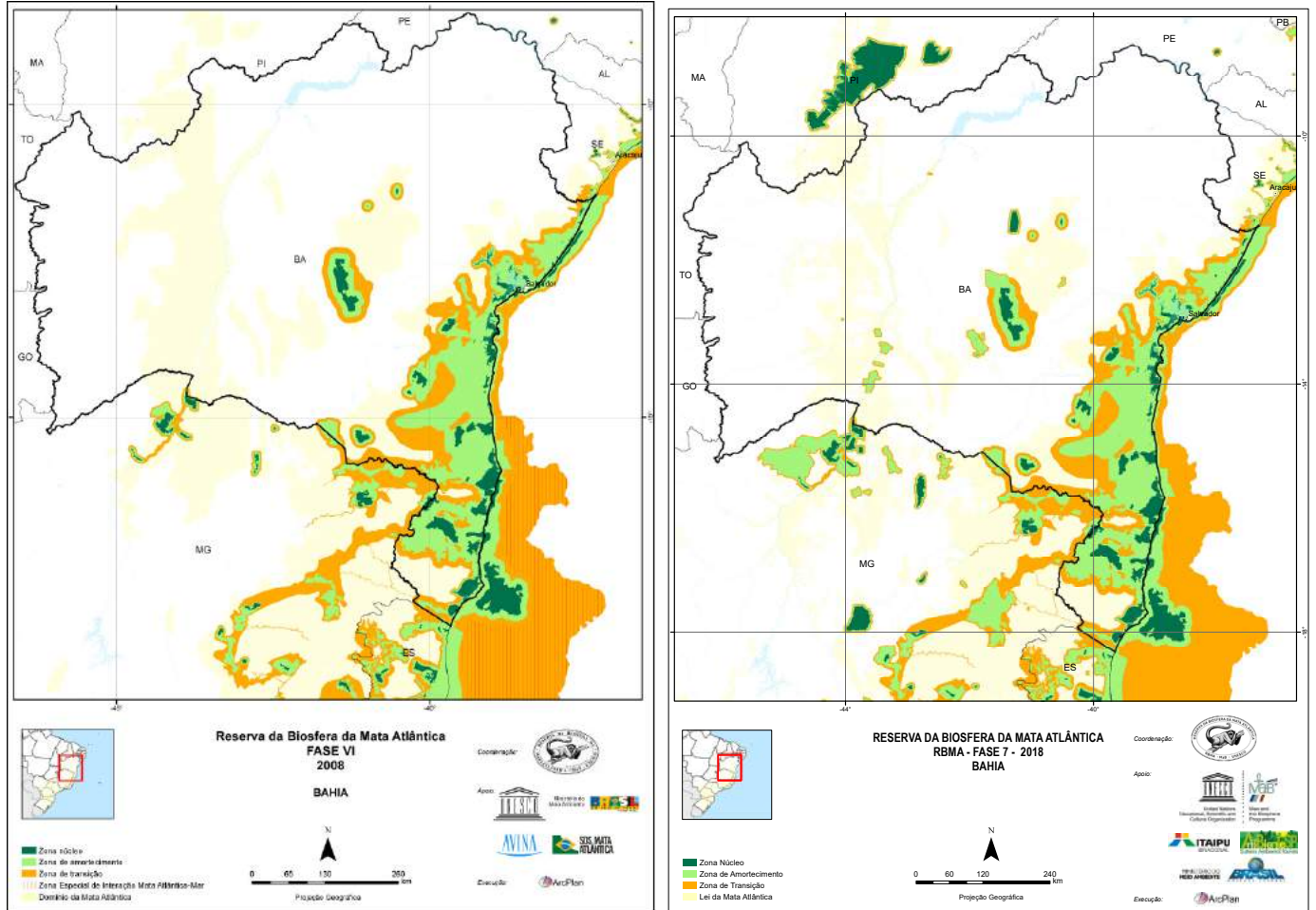
... “Através do Projeto CCMA foram definidos 8 corredores ecológicos adotando como critérios para definição de seus polígonos o tamanho e distância entre fragmentos; existência de unidades de conservação e de instituições de ensino e pesquisa; existência de corpos hídricos; existência de projeto de desenvolvimento sustentável, ONGs, comunidades tradicionais e/ou organizada e questões diferenciadas e relevantes de biodiversidade, sendo eles: Boa Nova Poções; Condurú; Marinho de Abrolhos; Monte Pascoal; Descobrimento; Papuã - Pratigi; Pau – Brasil; Restinga; Serra das Onças and Una - Baixão – Lontras”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Bahia: Milson dos Anjos Batista, Jean-François Timmers e Renato Pêgas Paes da Cunha).





3.8.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DA BAHIA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | BA | 56.600.774 | 9.352.177 | 16,52% | 5.568.912 | 14.921.089 |
| Fase 7 | | | 9.781.240 | 17,28% | 5.529.686 | 15.310.927 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - BAHIA | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|------|-------|-------|------|----|----|-------|---|-----|----|----|-------------|-----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | TOTAL UC | APP | TI | TQ | TOTAL GERAL | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | MONA | PARNA | RESEX | RPPN | PE | PM | REBIO | RVS | | | | | |
| | 25 | 1 | 4 | 12 | 7 | 28 | 6 | 2 | 7 | 10 | 102 | 7 | 7 | 0 | 116 |
| ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | 0 | | | | 1 |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | 9 | | | | 10 |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | 0 | | | | 2 |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | 72 | | | | 179 |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | 48 | | | | 90 |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | 31 | | 2 | 2 | 3 | 5 | 6 | 2 | 9 | 64 | 2 | 4 | | 130 | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | 1 | 2 | | | | | | | | 14 | | | | 7 | 24 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | 7 | 1 | | 1 | 2 | 3 | 4 | | 1 | 58 | 3 | 1 | 1 | 5 | 25 |

LEGENDA
APP * Área de Preservação Permanente
TI * Território Indígena
TQ * Território Quilombola



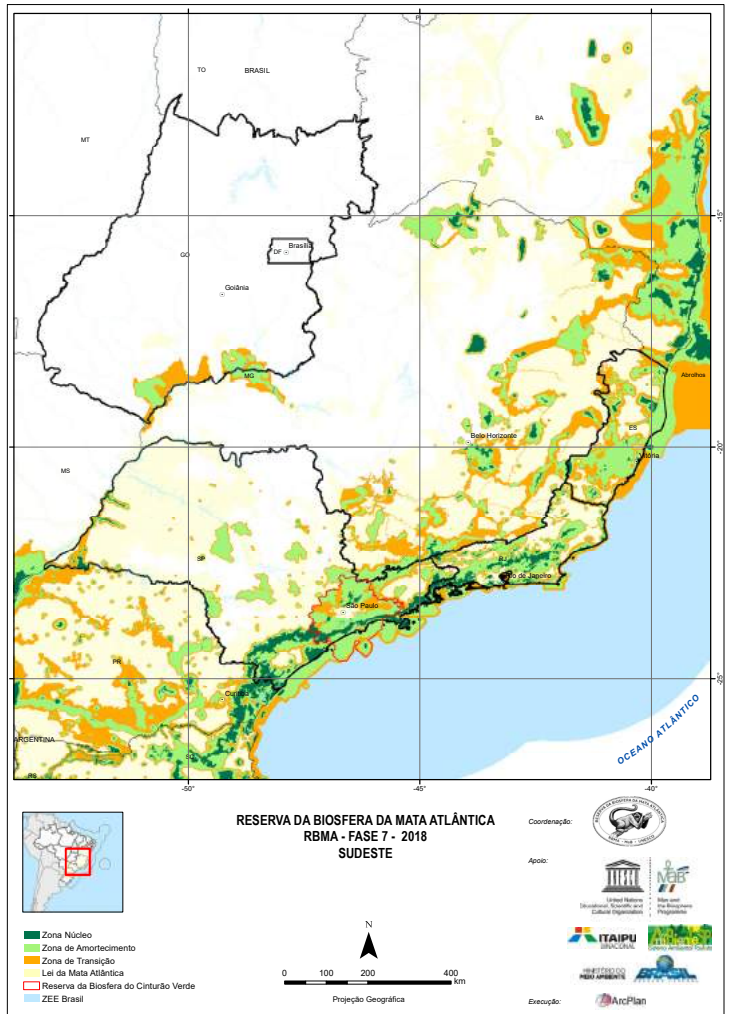
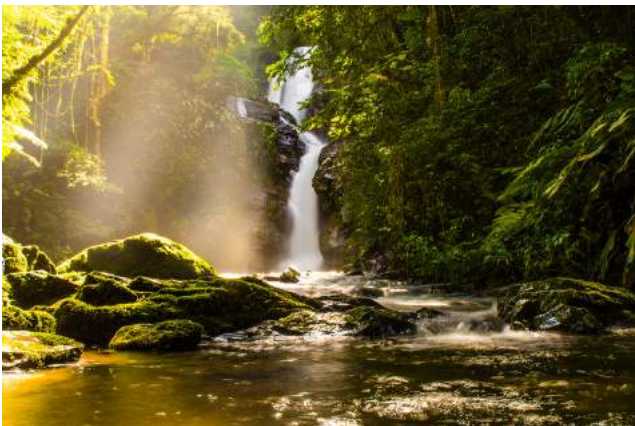
3.8.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / BAHIA

No Estado da Bahia as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **154 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **112 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **12 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **25 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado da Bahia /RBMA Fase 7).



REGIÃO SUDESTE

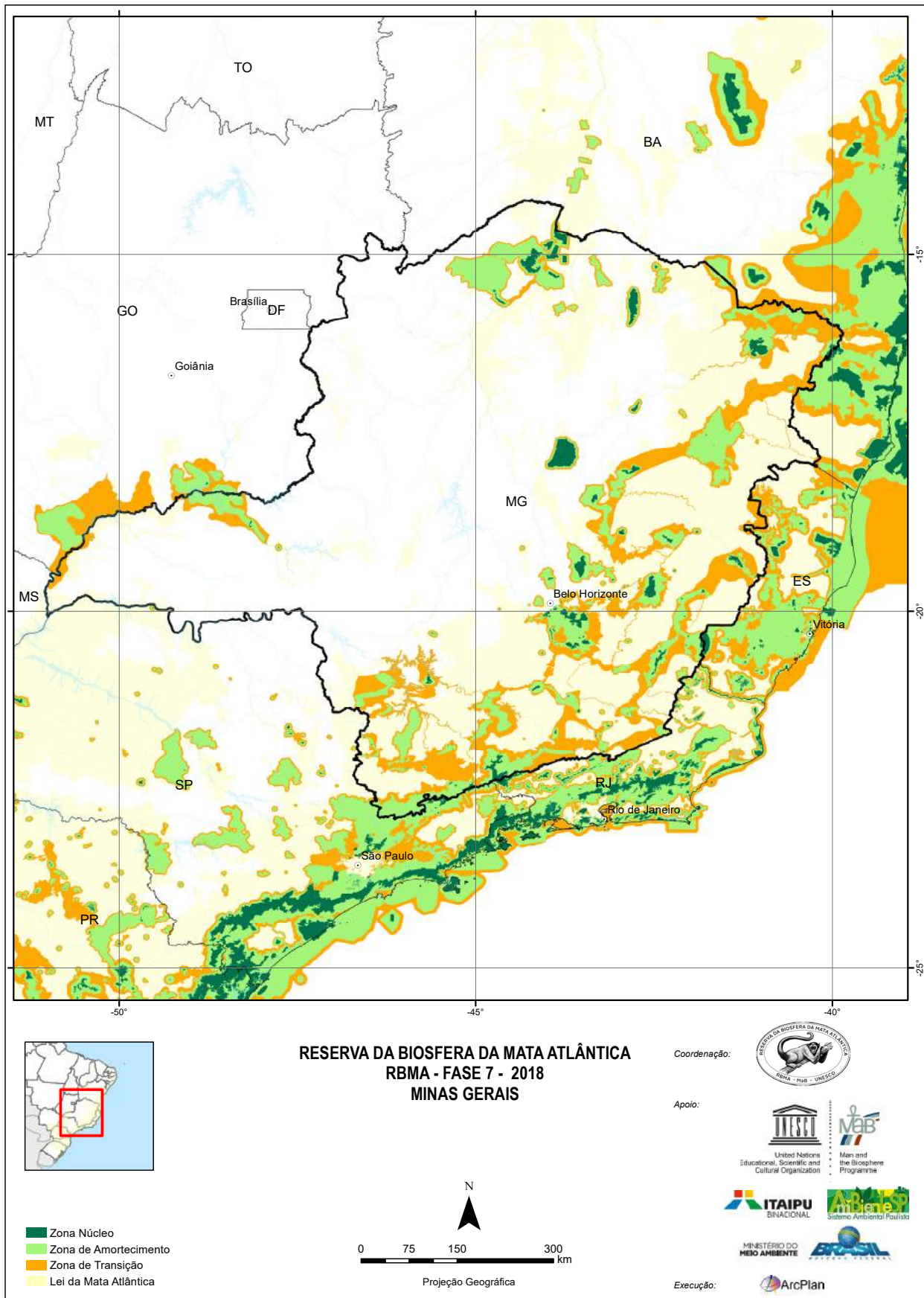




RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.9 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS



3.9.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

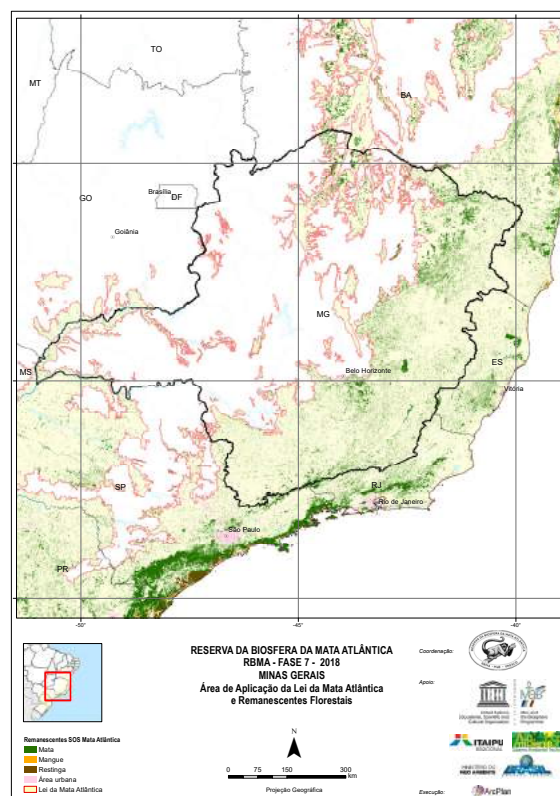
“A Mata Atlântica que ocorre em Minas Gerais é bastante heterogênea, com uma fisionomia vegetal que vai desde a floresta ombrófila densa até as florestas estacionais semidecíduais. Além dessas tipologias, as áreas de contato entre essas formações, as matas ciliares e os remanescentes incrustados em outras formações, também são incluídas no bioma” ...

... “Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, o tipo fisionômico da floresta ombrófila densa pode ser encontrado em pequenas manchas na região nordeste do Estado (Vale do Jequitinhonha – divisa com o estado da Bahia), no leste (Vale do Mucuri - na divisa com o estado do Espírito Santo) e no sul, na região da Serra da Mantiqueira” ...

... “Apesar de fragmentada, a Mata Atlântica de Minas ainda abriga uma alta diversidade de espécies da flora e da fauna, incluindo várias espécies endêmicas e ameaçadas. Além da fragmentação, várias são as ameaças diretas à biodiversidade dessa floresta, incluindo-se, entre outros, o desmatamento para expansão das culturas agrícolas e da pecuária, tráfico de vida silvestre, urbanização e desenvolvimento industrial” ...

... “Minas Gerais abriga cerca de 70% das espécies de mamíferos que ocorrem em todo o Domínio da Mata Atlântica. A grande maioria das espécies de mamíferos registradas no Estado ocorre na Mata Atlântica, sendo aproximadamente um terço (65) exclusivas desse bioma. Este é, por exemplo, o caso do muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*), o maior dos macacos neotropicais” ...

... “Para a avifauna, das 785 espécies que ocorrem no Estado - aproximadamente a metade da riqueza das aves do Brasil -54 são endêmicas da Mata Atlântica” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autoras de Minas Gerais: Yasmine Antonini e Gláucia Moreira Drummond).



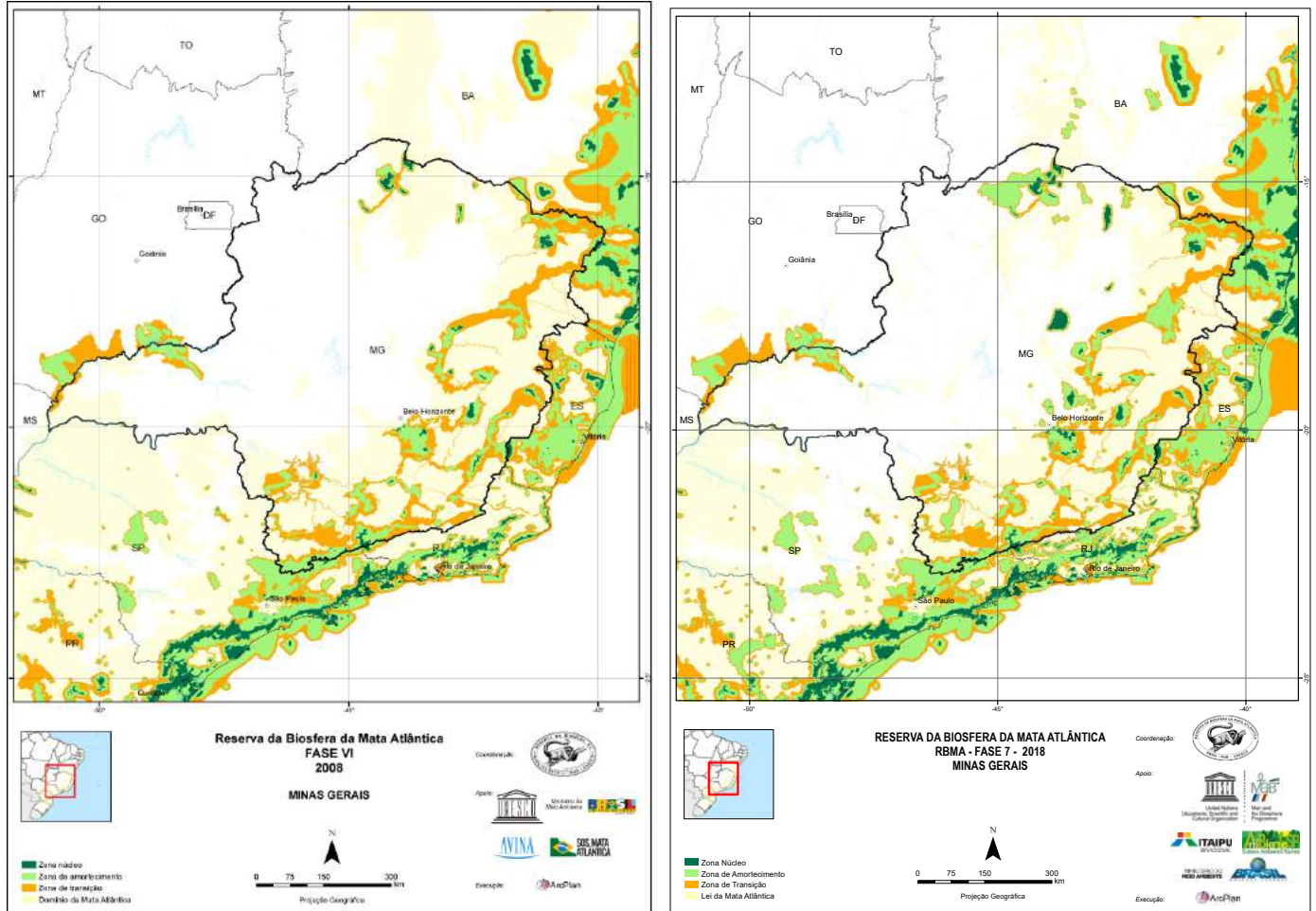


RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.9.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | MG | 58.696.459 | 6.124.690 | 10,43% | | 6.124.690 |
| Fase 7 | | | 11.271.623 | 19,20% | | 11.271.623 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - MINAS GERAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------|-------|------|----|----|-------|------|-----|---|-----|----|----|-------------|---|------------------------------|------|----|-------|------|-------|----|----|-----|----------|-------|------|-----|-------------|---|----|---|-----|---|---|-----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | TOTAL UC | APP | TI | TQ | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | TOTAL UC | APP | TI | TQ | TOTAL GERAL | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | PARNA | ESEC | PE | PM | REBIO | RPPN | RVS | 113 | 0 | 6 | 0 | 119 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | FE | FLONA | MONA | PARNA | PE | PM | PNN | RDS | REBIO | RPPN | RVS | 184 | 0 | 10 | 8 | 202 | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | 5 | | | | 5 | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | CORREDOR | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | 1 | | | | 1 | MOSAICO AP | | | | | | | | | | 2 | | | | 2 | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | 97 | | | | 97 | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | 159 | | | | 159 | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | 97 | | | | 97 | ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | 43 | | | | 43 | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | 22 | | | | 22 | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | 43 | | | | 43 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | 9 | 8 | 1 | 2 | | 7 | 18 | 11 | 3 | | 8 | 63 | 2 | | | | 132 |
| | | | | | | | | | | UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | 12 | 1 | | | 2 | 6 | 2 | | 3 | 2 | | | | 6 | | | 34 |
| | | | | | | | | | | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 5 | 1 | 2 | | 5 | 1 | | 8 | | | 4 | 8 | 36 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.9.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MINAS GERAIS

No Estado de Minas Gerais as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

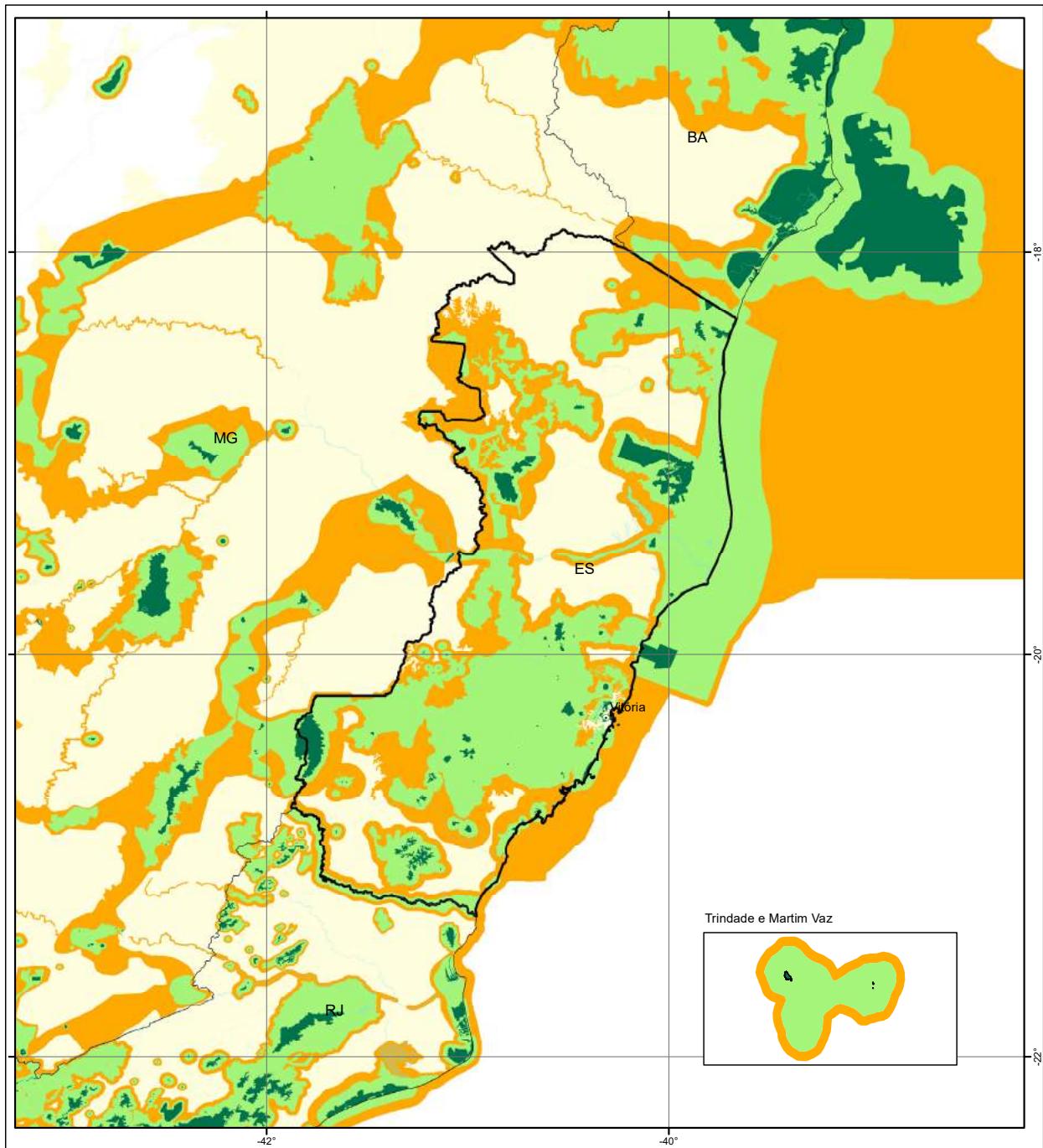
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **166 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **36 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **10 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **8 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Minas Gerais /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

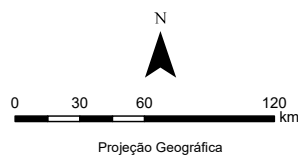
REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.10 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA RBMA - FASE 7 - 2018 ESPÍRITO SANTO

- Zona Núcleo
- Zona de Amortecimento
- Zona de Transição
- Lei da Mata Atlântica



Coordenação:



Apoio:



Execução:



3.10.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“O Espírito Santo possui área de 45.597 km², sendo que 100% de sua superfície eram cobertas por Mata Atlântica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2004), a Mata Atlântica no Estado é composta por floresta ombrófila, floresta estacional semidecidual, formações pioneiras (brejos, restingas, mangues) e refúgio vegetacional da Serra do Caparaó. O relevo caracteriza-se como montanhoso, com altitudes que vão desde o nível do mar até 2.897 m, cujo ponto culminante é o Pico da Bandeira (Serra do Caparaó)” ...

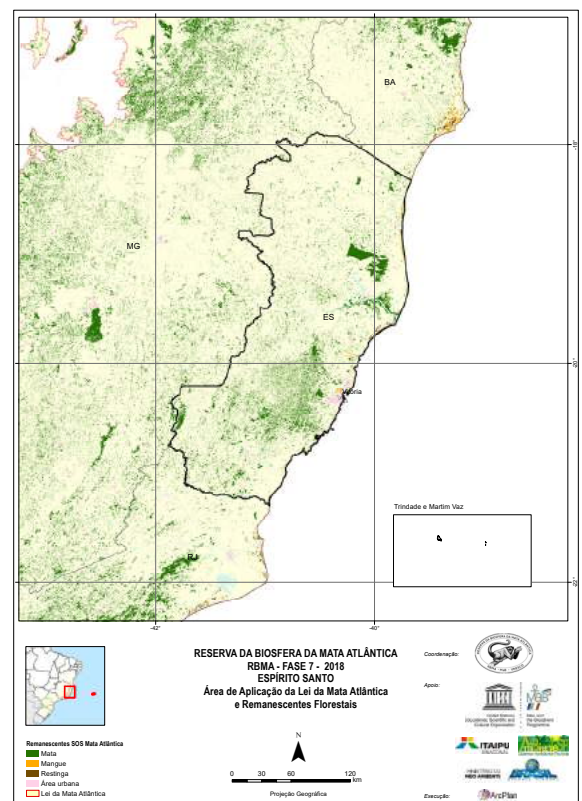
... “Do ponto de vista geológico, Amorim (1984) considerou que o Espírito Santo pode ser dividido em duas zonas principais: zona dos tabuleiros e zona serrana. A zona dos tabuleiros compreende o terraço litorâneo, plano ou levemente ondulado, de altitude média em torno de 50 m. No Espírito Santo, ocupa uma faixa estreita ao sul, entre as planícies e as primeiras escarpas das serras interioranas. Ao norte de Vitória alarga-se, tornando-se expressiva entre Linhares e São Mateus e prolonga-se até o sul da Bahia. A zona serrana, localizada mais ao interior, é formada por vales profundos e escavados, nos prolongamentos da Serra da Mantiqueira” ...

... “Devemos ressaltar o Projeto de Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica-CCMA que tem como objetivos a manutenção e o incremento do grau de conectividade entre fragmentos florestais que permitam maximizar o fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades bióticas”

...”Através do Projeto de Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica-CCMA foram definidos 11 corredores ecológicos adotando como critérios para definição de seus polígonos o tamanho e distancia entre fragmentos; existência de unidades de conservação e de instituições de ensino e pesquisa; existência de corpos hídricos; existência de projeto de desenvolvimento sustentável, ongs, comunidades tradicionais e/ou organizada e questões diferenciadas e relevantes de biodiversidade, sendo eles: Bururama- Pacotuba - Cafundó; Córrego do Veado; Pedra do Elefante; Sooretama - Comboios - Goytacazes; Alto Misterioso-Serra do Palmital; Centro Norte Serrano; Duas Bocas - Mestre Álvares; Saíra Apunhalada; Guanandy - Serra das Torres, Caparaó, Marinho do Rio Doce”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autor do Espírito Santo: Alessandro de Paula) Os 11 corredores ecológicos prioritários ocupam 604 mil hectares (13% do território estadual) e abrigam

diversas espécies ameaçadas de extinção, como jequitibás-rosas (*Cariniana legalis*), jacarandás (*Dalbergia Nigra*), bromélias (*Bromeliaceae*), orquídeas (*Orchidaceae*), preguiças-de-coleira (*Bradypus torquatus*), onças-pintadas (*Panthera onca*), muriquis-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) e mutuns (*Crax blumenbachii*).

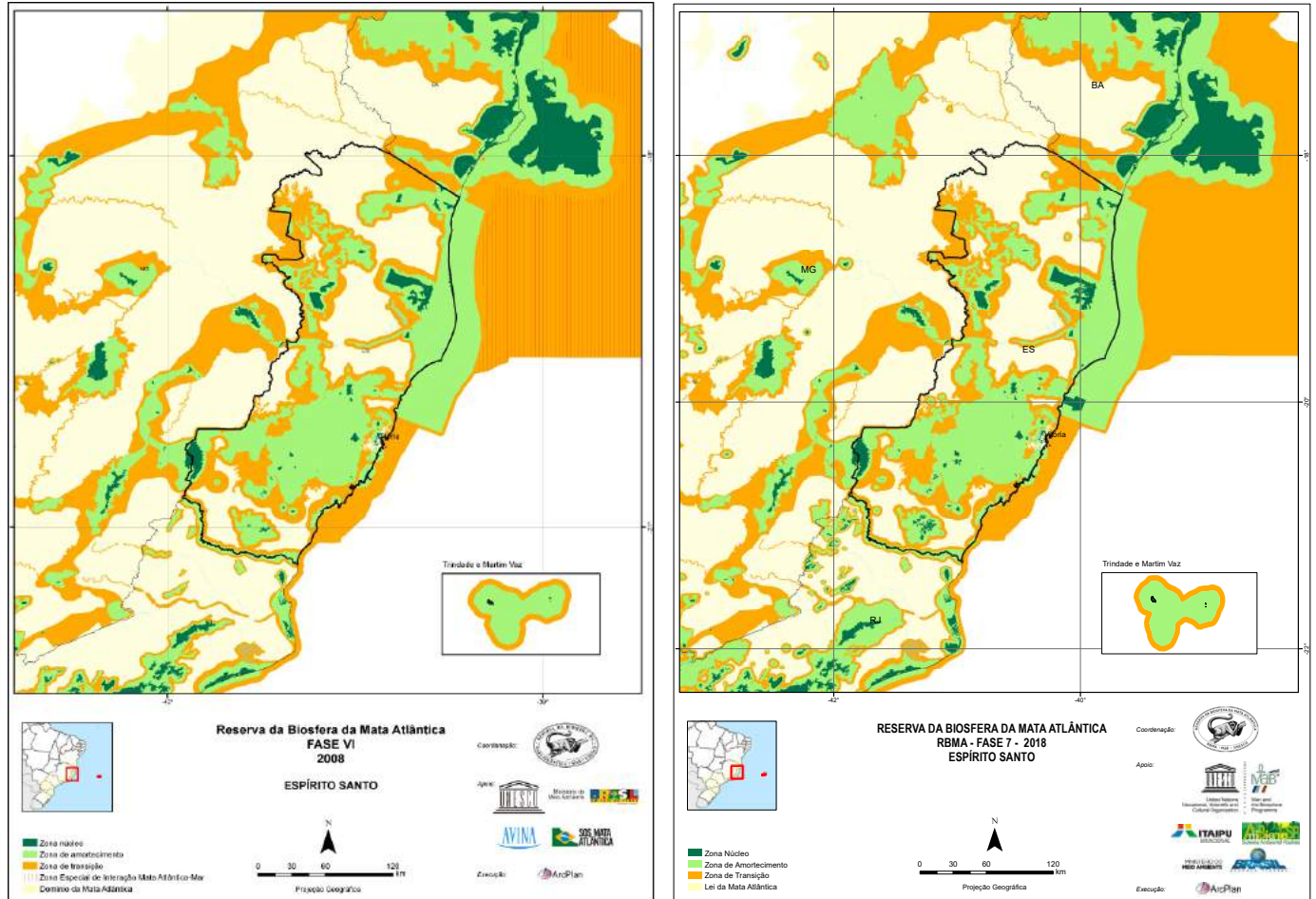
Em junho de 2014, foi reconhecido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto N° 3587-R, o 12° Corredor Prioritário denominado “Pedra Azul - Forno Grande”.





3.10.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | ES | 4.620.253 | 3.149.361 | 68,16% | 3.739.859 | 6.889.220 |
| Fase 7 | | | 3.242.323 | 70,17% | 3.703.262 | 6.945.585 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - ESPÍRITO SANTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------|-------|------|-------|-----|-----|----|----|----|-------|--------------------|-------|------|------|-------------|------|-------|------|-------|----|----|-----|-----|-------|-------|------|-----|----|---|---|----|---|----|---|-----|--|--|--|---|--|---|--|--|--|--|-----|--|----|--|--|--|--|-----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | ESBIO | ESEC | PARNA | PEC | PNM | PU | PE | PM | REBIO | RESEC | RPPN | AP | ARIE | ESBIO | ESEC | FLONA | MONA | PARNA | PE | PU | PNM | RDS | REBIO | RESEC | RPPN | RVS | PM | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 7 | 5 | 2 | 4 | 2 | 3 | 8 | 3 | 10 | 3 | 8 | 5 | 9 | 69 | 10 | 3 | 0 | 82 | 17 | 1 | 1 | 1 | 3 | 7 | 2 | 10 | 3 | 11 | 3 | 6 | 4 | 27 | 3 | 12 | 3 | 104 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ÁREA TOMBADA | | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | 74 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 120 | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 47 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 104 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | 5 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 18 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 45 |

LEGENDA
APP * Área de Preservação Permanente
TI * Território Indígena
TQ * Território Quilombola



3.10.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / ESPÍRITO SANTO

No Estado do Espírito Santo as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

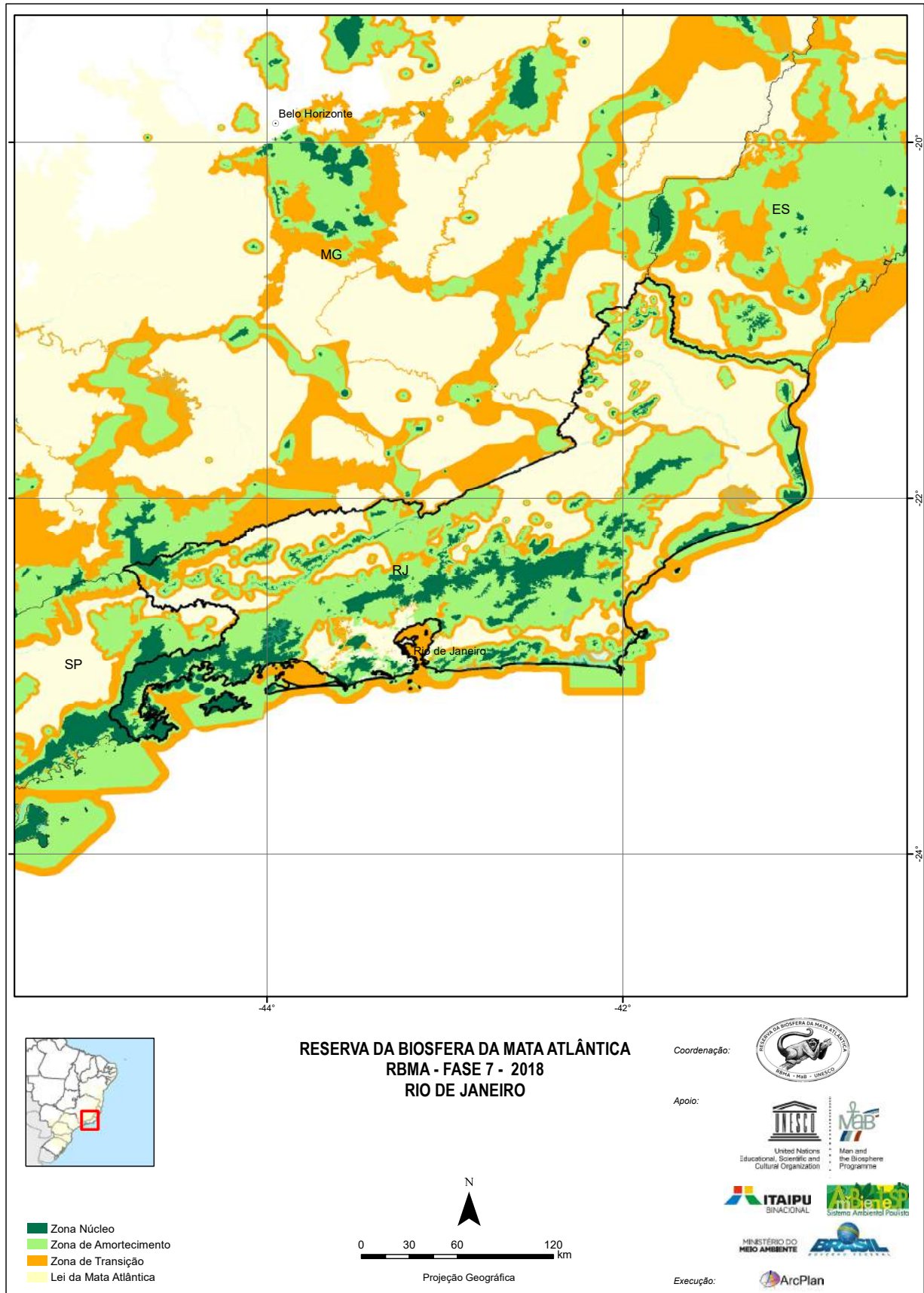
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **122 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **50 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo/RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **10 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Espírito Santo /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.11 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



3.11.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

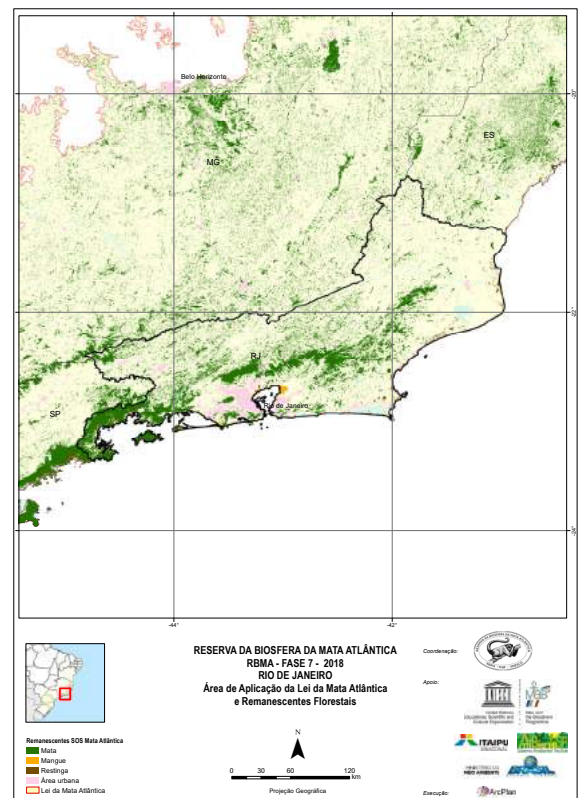
“O Rio de Janeiro se insere integralmente no bioma Mata Atlântica que, como um todo, é bastante antigo, acreditando-se que já estava configurado no início do Terciário. Contudo, as flutuações climáticas mais recentes ao longo do Quaternário, ocasionaram processos de expansão e de retração espacial da Mata Atlântica, a partir de regiões mais restritas que funcionaram como refúgios de fauna e flora. Essa hipótese admite que existem algumas regiões da Mata Atlântica que são zonas de alta diversidade, a partir das quais ocorreu a irradiação de muitas espécies, conforme a mata se expandia “...

... “Essas zonas, que constituem os antigos refúgios pleistocênicos são as seguintes: sul da Bahia; região dos tabuleiros do Espírito Santo e região do litoral do Rio de Janeiro e norte de São Paulo. Nessas zonas, é encontrado um considerável número de espécies endêmicas, associadas a uma elevada diversidade específica. O estado do Rio de Janeiro ocupa uma posição bastante peculiar, pois sua localização coincide com uma das áreas de maior diversidade do Bioma “...

... “Estimativas dão conta que o Rio de Janeiro por volta do Séc. XVI, possuía cobertura florestal em 97% de seu território. O mapa de vegetação na escala de 1:1. 000.000 do Projeto RADAMBRASIL indica que o Rio de Janeiro abrangia parcelas das regiões fitoecológicas originais do bioma Mata Atlântica “...

... “As maiores extensões de florestas contínuas e conservadas encontram-se nas regiões de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba e, no interior do Estado, na região serrana, indo desde a Reserva Biológica de Tinguá, passando pelo Parque Nacional de Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos, indo de forma descontínua até o Parque Estadual do Desengano. As áreas mais críticas encontram-se nas regiões norte e noroeste do Estado, com grande perda de cobertura florestal no período de 1995 a 2000, alto grau de degradação e manchas de erosão” ...

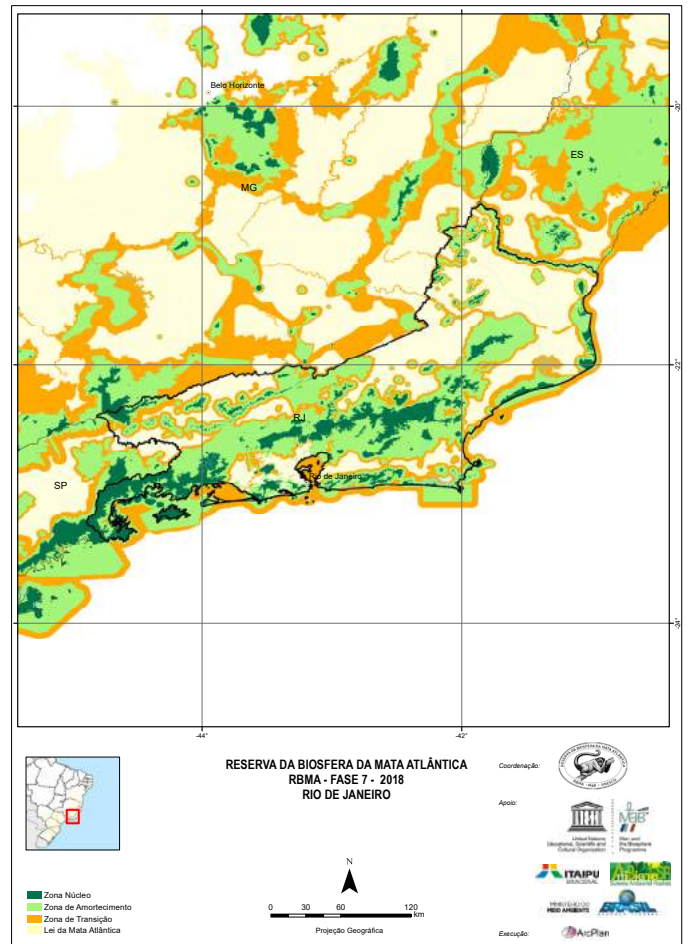
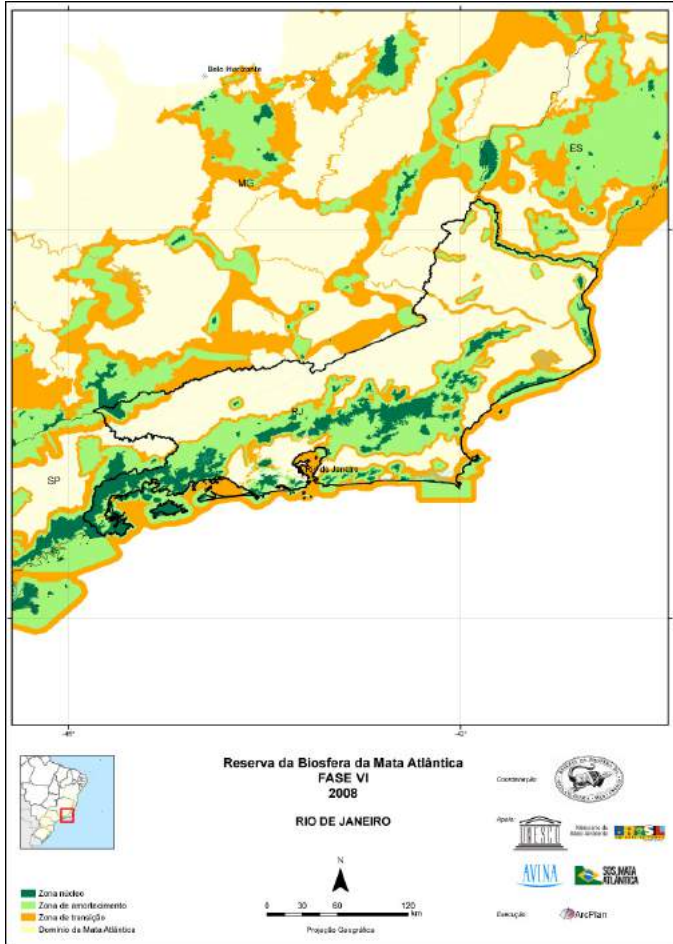
... “Com a parceria direta do Programa Mosaicos da Mata Atlântica da RBMA, foram reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, três grandes Mosaicos abrangendo diversas Unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, na Região do Corredor da Serra do Mar, sendo o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense , Mosaico Bocaina e Mosaico Mantiqueira. Novos mosaicos estão sendo formados no Estado para gestão integrada de UCs e áreas protegidas com destaque para o Mosaico do corredor Tinguá – bocaina e o Mosaico da região de Poço das Antas” (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autora do Rio de Janeiro: Denise Marçal Rambaldi).





3.11.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | RJ | 4.375.048 | 2.053.199 | 46,92% | 712.174 | 2.765.373 |
| Fase 7 | | | 2.890.888 | 66,07% | 710.390 | 3.601.278 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO DE JANEIRO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-------|------|----|----|-------|------|-------|-----|-------|--------------------|-------|------|------|-------------|----|---|---|---|---|--|--|--|--|--|--|-----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | MONA | PARNA | ESEC | PE | PM | REBIO | RPPN | RESEC | PMM | RESEX | FLONA | 41 | 1 | 3 | 0 | 45 | | | | | | | | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | 3 | | | | 5 | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | 38 | | | | 38 | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | 24 | | | | 24 | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | 260 | | | | 260 | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | 202 | | | | 202 | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 98 | 9 | 6 | | | | 15 | 7 | 11 | 1 | 33 | 2 | 9 | 1 | 1 | 48 | 15 | 1 | 3 | 6 | 1 | | | | | | | 299 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | 2 | | | | | 1 | 2 | | | 17 | | | | | 8 | | | | | | | | | | | | 56 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 40 | | | | | | | 2 | | | 4 | 8 | | | | 58 | 2 | | | | | | | | | | | 138 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.11.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO DE JANEIRO

No Estado do Rio de Janeiro as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

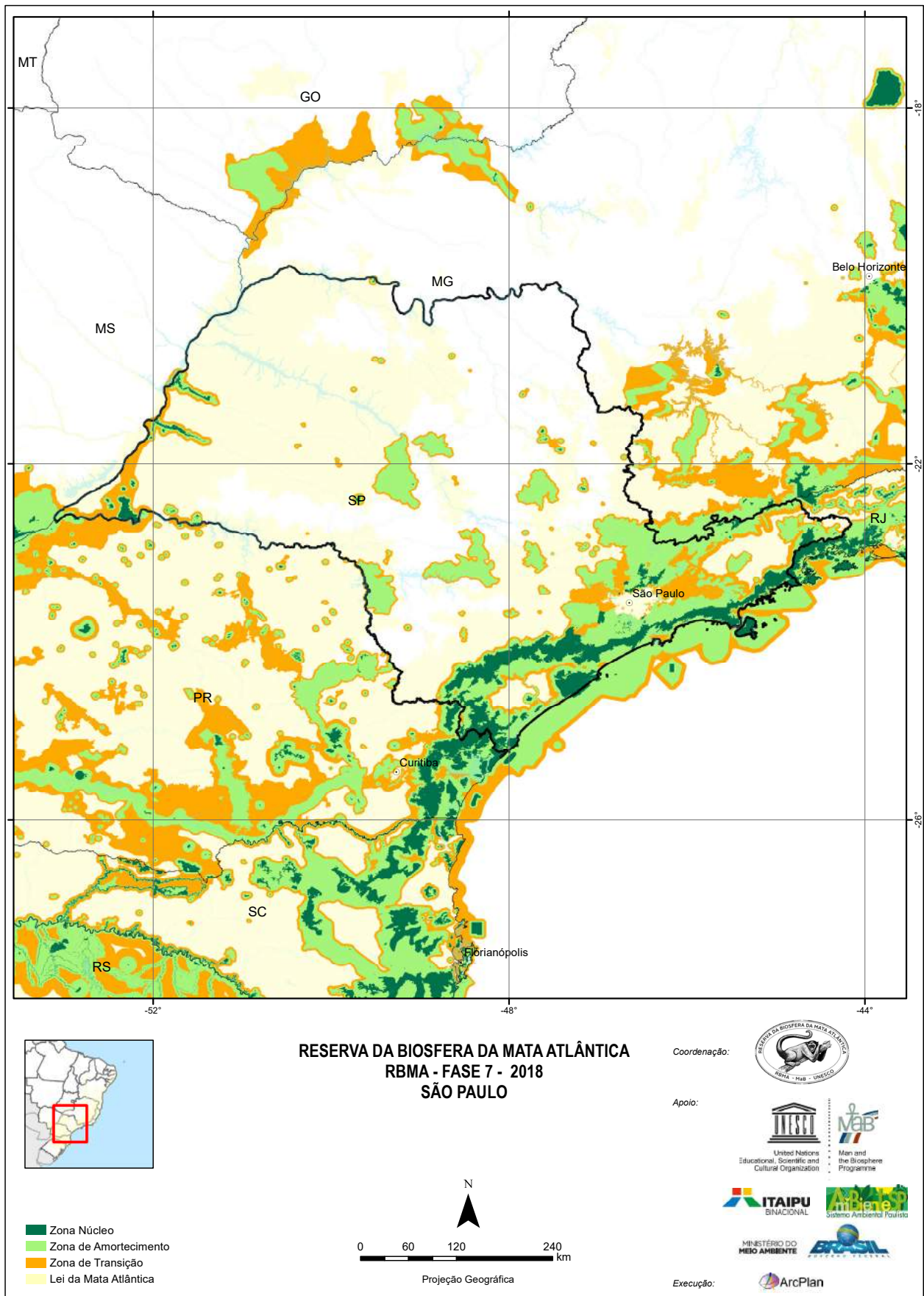
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **325 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro/RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **136 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **51 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.12 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO



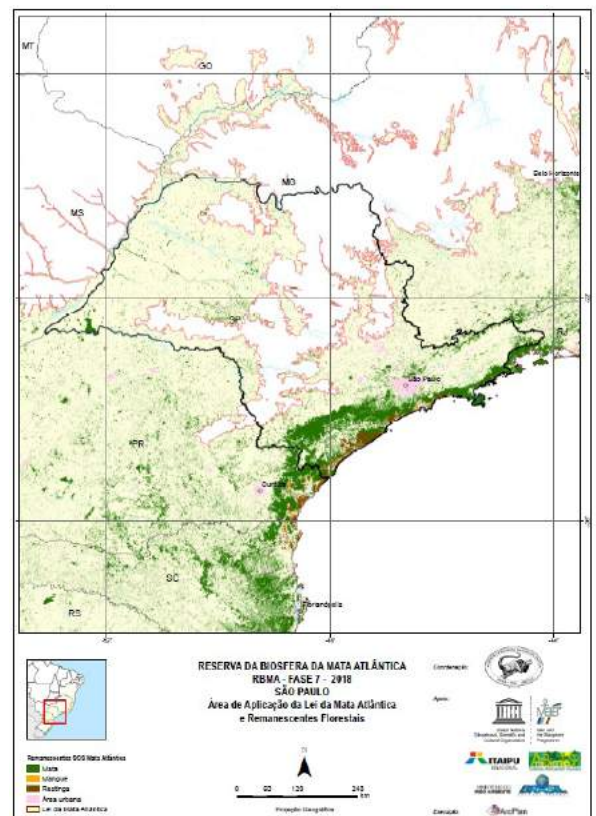


3.12.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

“Com mais de 80% de seu território coberto por florestas em 1500, o Estado de São Paulo tem sua história ambiental marcada por diferentes níveis de ameaça aos ecossistemas originais da Mata Atlântica. Em quatro séculos de exploração econômica, o Estado teve sua cobertura florestal reduzida drasticamente para a ocupação por monoculturas agrícolas, principalmente com o desmatamento para implantação do café. Ainda assim, até 1920 mais da metade do território estava coberto por florestas nativas. Foi em meio século de industrialização que a devastação da Mata Atlântica atingiu os níveis mais alarmantes, quando, em 1973, a floresta primitiva reduziu-se a 8,75% do seu território, ou cerca de 2 milhões de hectares, concentrados quase exclusivamente na Serra do Mar” ...

“Em 2002, levantamento do Instituto Florestal, órgão de pesquisa e administração das unidades de conservação do Estado, realizado com base em imagens de satélite, que detectam fragmentos superiores a quatro hectares, revelou uma reversão sutil na perda de vegetação. Os dados mostraram que em uma década houve aumento de 2% na área de vegetação em São Paulo. Mesmo assim, o aumento não foi global e ocorreu principalmente em regiões de Mata Atlântica do Vale do Paraíba e do Litoral, onde o projeto de recuperação da mata incrementou a fiscalização e a infra-estrutura em unidades de conservação. O estudo levou à publicação, em 2005, do Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo, mostrando que a superfície coberta por florestas naturais passaram a representar 13,94% do território do Estado, o equivalente a 3.457.301 hectares. O levantamento das florestas naturais – cuja conceituação inclui os diferentes tipos de florestas tropicais, matas de araucária e matas de galeria – foi feito com base nas 11 regiões administrativas que cobrem os 645 municípios do Estado. Nessa análise, as maiores concentrações de vegetação natural ocorreram na região de Sorocaba e Litoral”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autora São Paulo: Maria Cecília Wey de Brito)

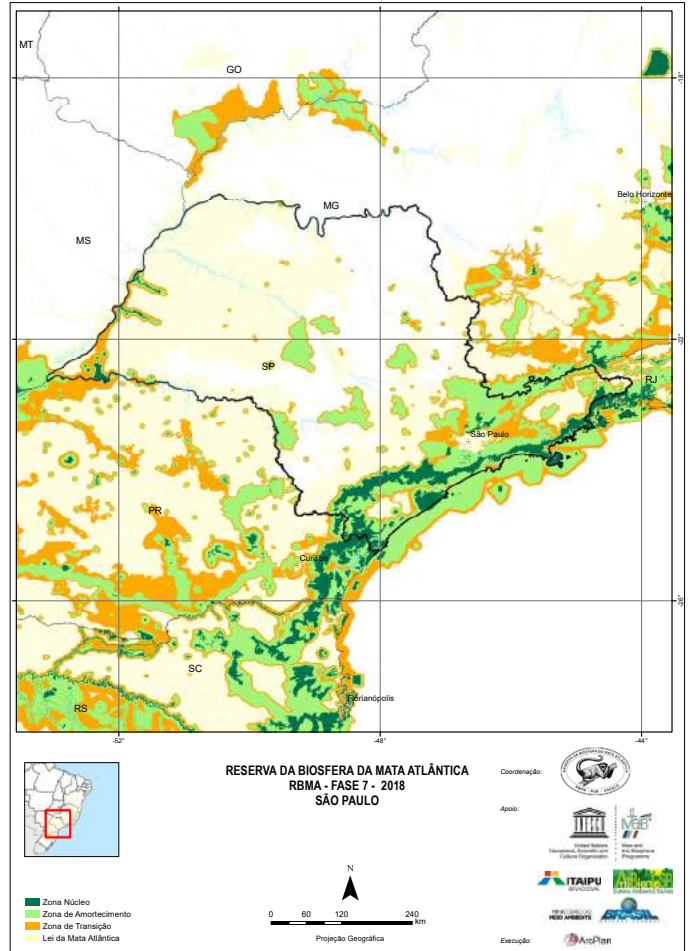
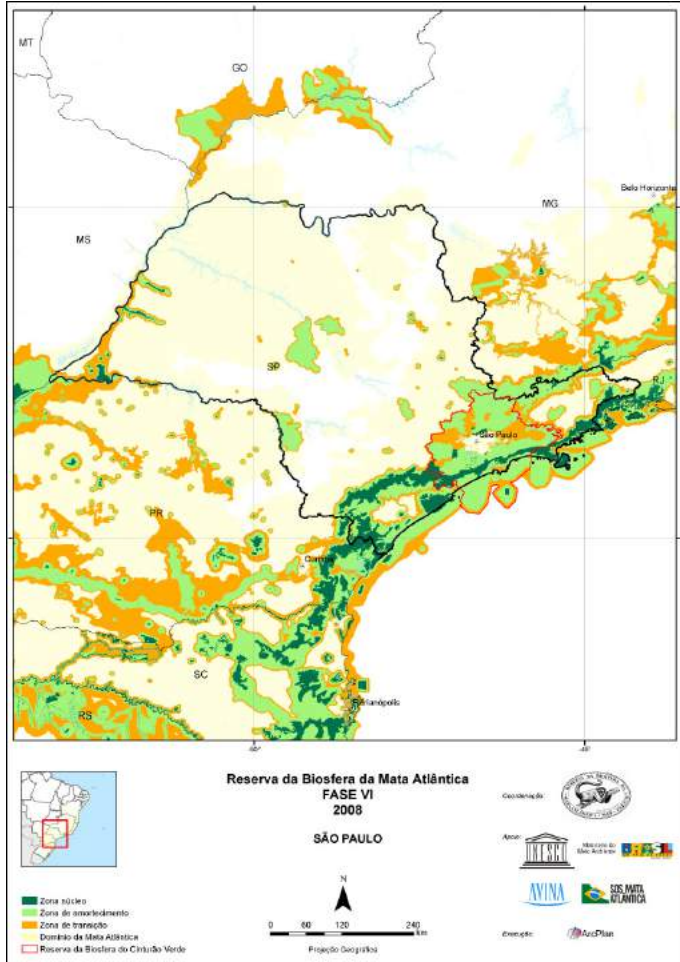
As Reservas da Biosfera brasileiras possuem vários casos de sobreposição de territórios, decorrentes do fato de serem trabalhadas em escala de biomas e de existirem inúmeros ecótonos. A RBMA tem áreas sobrepostas com as Reservas da Biosfera da Caatinga, do Pantanal, do Cerrado, por exemplo. O mesmo acontece com a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo- RBCV, cujo território está sobreposto ao da RBMA, e que tem toda uma especificidade por se tratar de uma imensa metrópole, da maior cidade sul americana, detentora de uma das maiores florestas urbanas do planeta. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - RBCV, declarada inicialmente pela UNESCO em 1994 como parte integrante da RBMA, envolve 73 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista e abriga ecossistemas de inestimável valor biológico que contribuem de maneira singular ao bem-estar de uma população aproximada de 23 milhões de habitantes. Em 2017 foi aprovado pela UNESCO o processo de individualização das duas Reservas, o que não significa uma perda de território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e sim, uma sobreposição positiva. O duplo reconhecimento como RBMA e RBCV de fato ampliou a sinergia e a importância da região. Como as duas Reservas seguem as mesmas diretrizes e objetivos do Programa MaB, historicamente nunca houve conflito de posições mas somente convergências em iniciativas propostas e desenvolvidas em prol da conservação do território por elas compartilhado.





3.12.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | SP | 24.876.682 | 5.623.865 | 22,60% | 1.505.708 | 7.129.564 |
| Fase 7 | | | 6.313.380 | 25,37% | 1.593.285 | 7.906.666 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SÃO PAULO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|----|-------|-------|----|-----|-------|-------|--------------------|-----------------------|------------------------------|-------|-----|---|-------|----------|------|-----|-----|-------------|---|--|---|----|---|---|---|---|---|----|---|---|----|----|-----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (API) | APA | ARIE | FE | FLONA | PARNA | PM | RDS | RESEX | ESPEC | PE | PEC | PMM | REBIO | RVS | TOTAL UC | APLA* | EST. EX. | APP* | TI* | TQ* | TOTAL GERAL | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 44 | 19 | 4 | 1 | 3 | 32 | 8 | 3 | 17 | 45 | 1 | 1 | 1 | 1 | 180 | 1 | 10 | 15 | 0 | 206 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 46 | 27 | 28 | 3 | 3 | 39 | 2 | 13 | 3 | 1 | 5 | 86 | 2 | 1 | 326 | 1 | 9 | 3 | 29 | 19 | 387 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | 5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | CORREDOR | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | MOSAICO DE AP | | | | | | 2 | | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | 78 | | | | | | | | | | ZONA NÚCLEO | 197 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | 122 | | | | | | | | | | ZONA DE AMORTECIMENTO | 182 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | 42 | 27 | 28 | 7 | 3 | | | | | | 47 | 2 | 4 | 7 | 1 | 5 | 74 | 1 | 1 | 31 | | 280 | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 1 | 2 | | | | | | | | 1 | | 2 | | | | | | | | | 15 | 28 |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 2 | | | 3 | 8 | | | 7 | 2 | | | | | 8 | 2 | | | 14 | 19 | 67 |

LEGENDA

| | |
|----------|--|
| APP* | Área de Preservação Permanente |
| APLA** | Área Protegida Reserva Votorantim - Legado das Águas |
| EST. EX. | Estação Experimental |
| TI* | Território Indígena |
| TQ* | Território Quilombola |



3.12.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SÃO PAULO

No Estado de São Paulo as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA decorreram de:

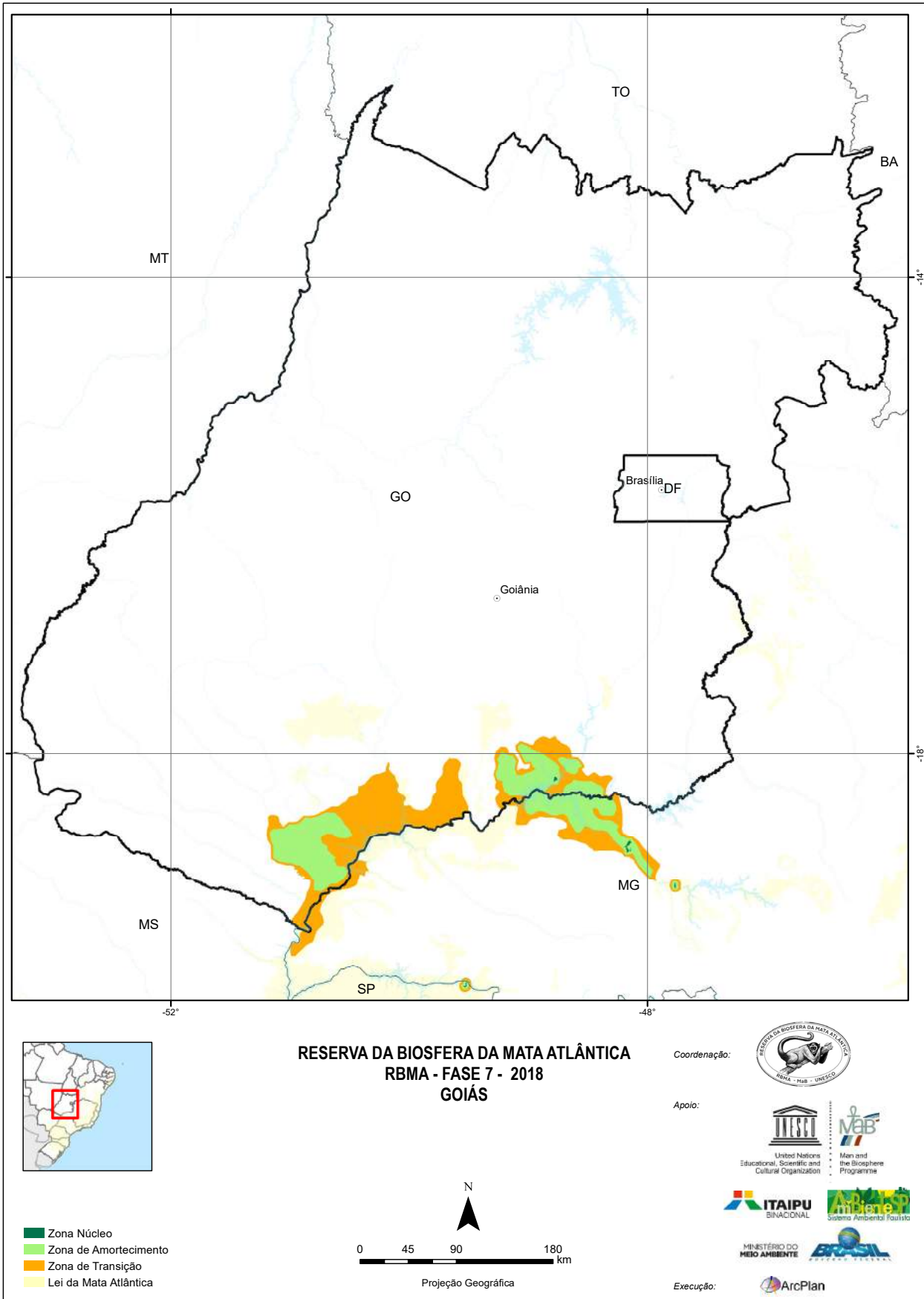
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **308 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **67 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **29 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **19 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

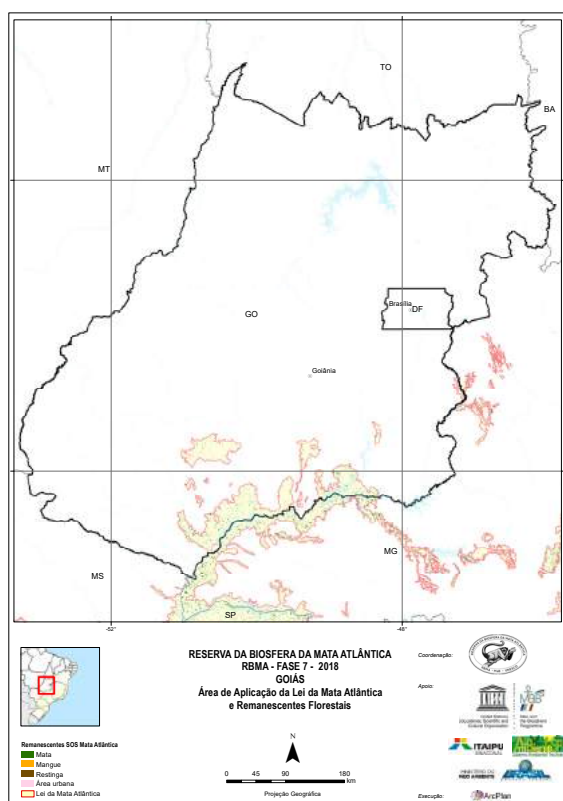
3.13 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS



3.13.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE GOIÁS

” Estado com a menor área coberta por ecossistemas do domínio da Mata Atlântica, Goiás possui apenas 82 mil hectares ainda ocupados por florestas características do Bioma. A área é proporcionalmente muito pequena em relação ao domínio do Cerrado no Estado. Os remanescentes de Mata Atlântica estendem-se basicamente pelo território de nove municípios do sudeste goiano: Quirinópolis, Inaciolândia, São Simão, Buriti Alegre, Morrinhos, Água Limpa, Corumbaíba, Goiatuba e Araporã”.

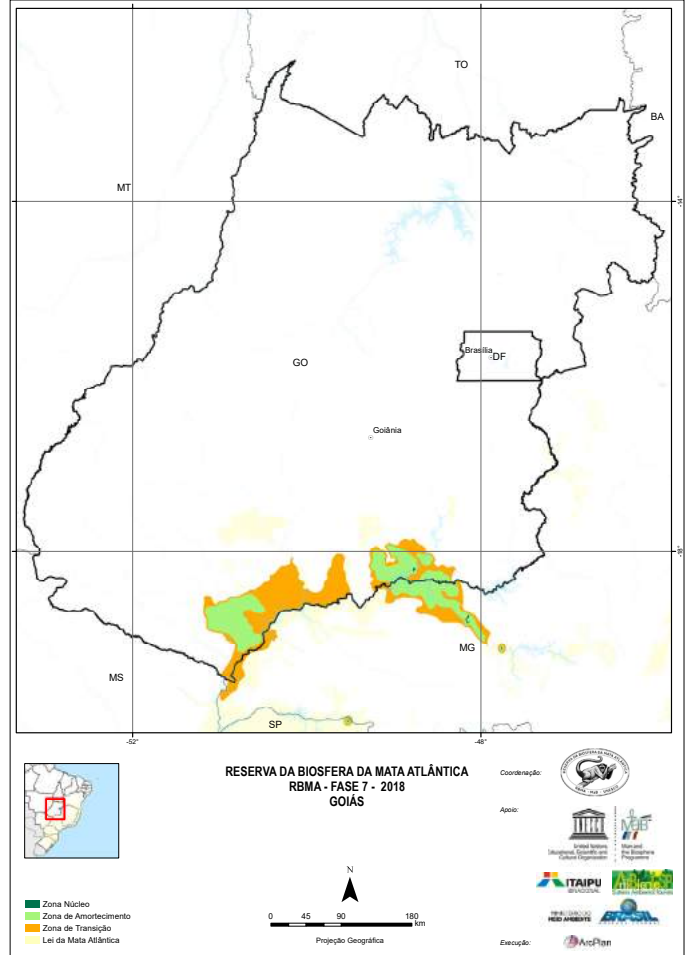
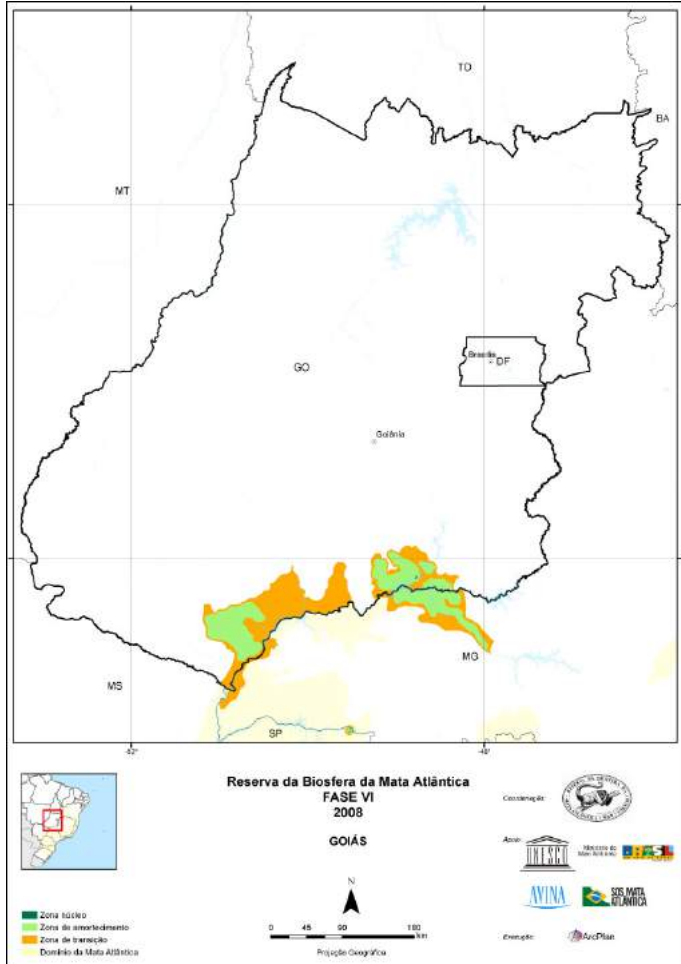
” Ao contrário de estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, inteiramente cobertos pela diversidade das fisionomias da Mata Atlântica, das florestas ombrófilas e estacionais decíduais ao manguezal e a restinga, Goiás conta somente com floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, ambas caracterizadas pela vegetação arbórea que perde suas folhas no período da seca. Há também matas ciliares, remanescentes incrustrados ou limítrofes inseridos em outras formações”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Goiás: Site da Agência Ambiental de Goiás: http://www.agenciaambiental.go.gov.br/pq_mat_atlantica/estudo_tec_I.php)





3.13.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE GOIÁS

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | GO | 34.122.823 | 1.337.105 | 3,91% | - | 1.337.105 |
| Fase 7 | | | 1.333.305 | 3,90% | - | 1.333.305 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - GOIÁS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|-------|-------|-------|--------------------|----------|-------|------|------|-------------|---|------------------------------|------|----|-------|-------|------|----------|-------|------|------|-------------|--|--|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | REBIO | RESEC | RESEX | RPPN | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | PE | RESEC | RESEX | RPPN | 1 | 2 | 0 | 0 | 3 | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | |
| ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | 0 | | | | | 0 | ÁREAS PRIORITÁRIAS | | | | | | | 7 | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | 0 | CORREDOR | | | | | | | 0 | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | 0 | MOSAICO AP | | | | | | | 0 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | 0 | | | | | 0 | ZONA NÚCLEO | | | | | | | 1 | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 3 | | | | | 3 | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | 2 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | | | | | UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | 0 | | | | | | | | | | | | | |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



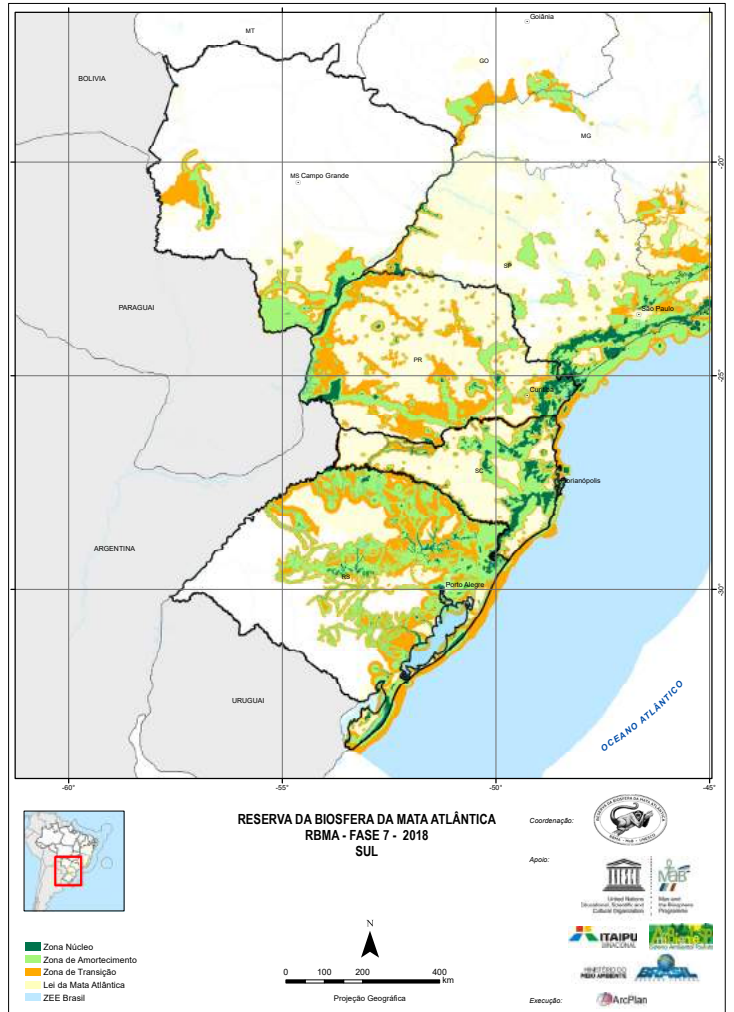
3.13.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / GOIÁS

No Estado de Goiás as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Inserção como Zona de Amortecimento de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação, destacando-se um dos maiores contínuos de Floresta Estacional do Sudoeste de GO; vários trechos de APP e Reserva Legal em ótimo estado de conservação; um bloco de floresta estacional semidecidual com quase mil ha, bem preservado, dentre outros. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Goiás /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres de **01 unidade de conservação, criada em 2008**, inserida no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e no Sistema Estadual (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Goiás /RBMA Fase 7);



REGIÃO SUL

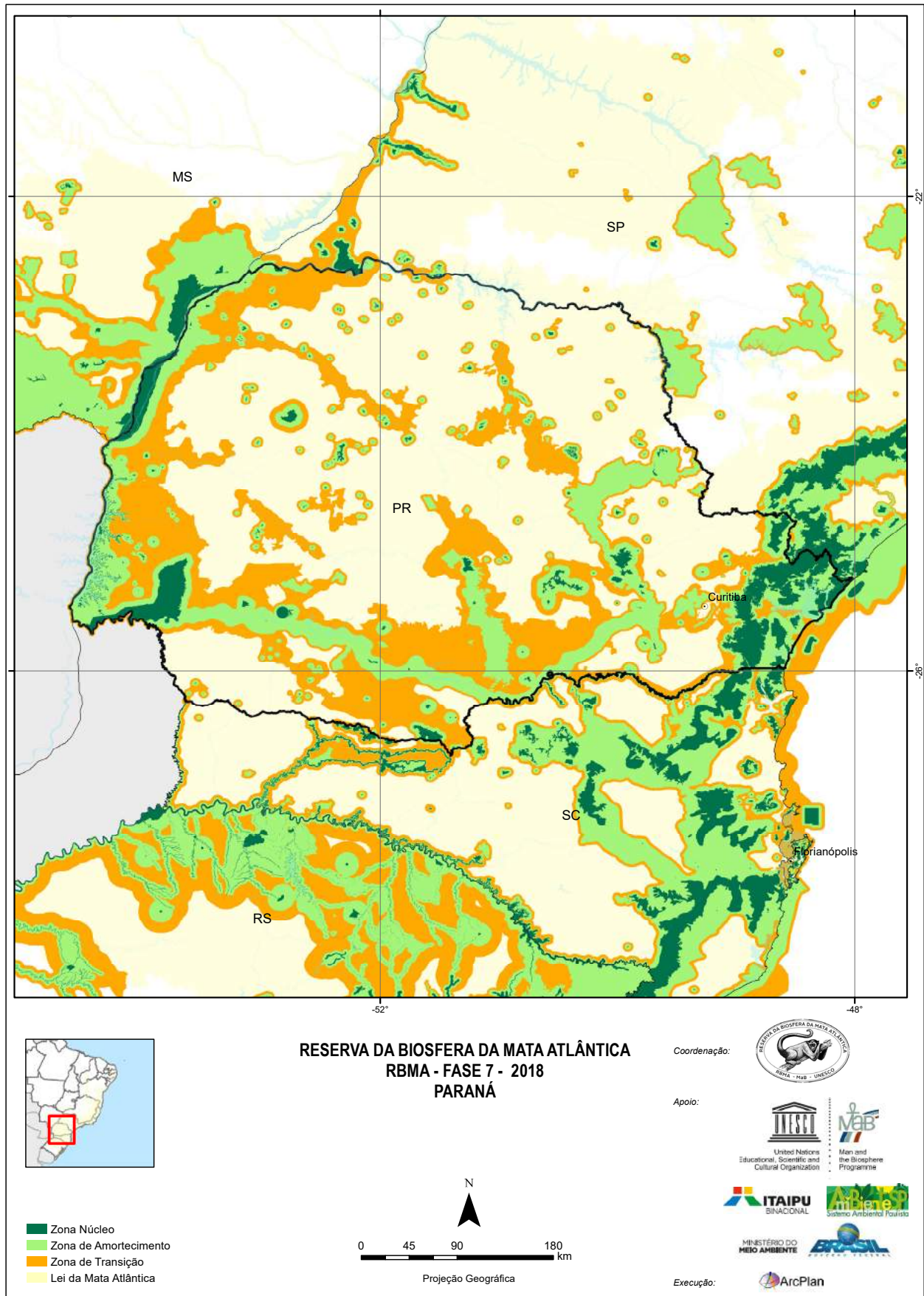




RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.14 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ



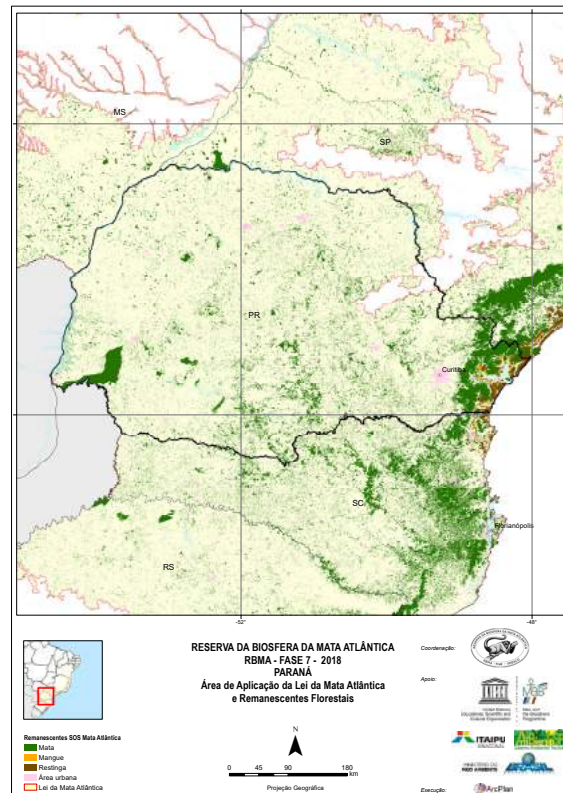
3.14.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO PARANÁ

“Oficialmente o Paraná possui hoje uma extensão de 199.729 km², dos quais 84,7%, ou 169.197 km², estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica. O restante do território era composto originalmente por formações campestres, manchas de Cerrado e algumas tipologias de vegetação da faixa litorânea”.

“A primeira cobertura vegetal do Estado constava das seguintes formações florísticas: mata pluvial tropical-subtropical; mata de araucária nos planaltos e na região da mata subtropical acima de 500 m, campos limpos e campos cerrados (estepes de gramíneas baixas); vegetação das várzeas e pântanos; vegetação das praias, ilhas, restinga e vegetações altas da serra; e áreas de baías com faixas de mangue. Da superfície aproximada de 201.203 km², a mata cobria 168.482 km², incluindo-se as orlas de mangue das baías, as matas subxerófitas de restinga da zona litorânea e as faixas de mata de neblina da Serra do Mar, além da mata pluvial-subtropical e da mata de araucária nos planaltos e na região da mata subtropical acima de 500 m de altitude”.

“A situação da Mata Atlântica no Paraná é crítica principalmente nas regiões de ocorrência da floresta com araucária e floresta estacional semidecidual”.

“Outro agravante é a inexistência de unidades de conservação que preservem remanescentes florestais importantes, com áreas representativas nas diferentes situações ambientais que ocorrem no Estado”. (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Paraná: André Rocha Ferretti, Clóvis Ricardo Schrappe Borges e Ricardo Miranda de Brites)



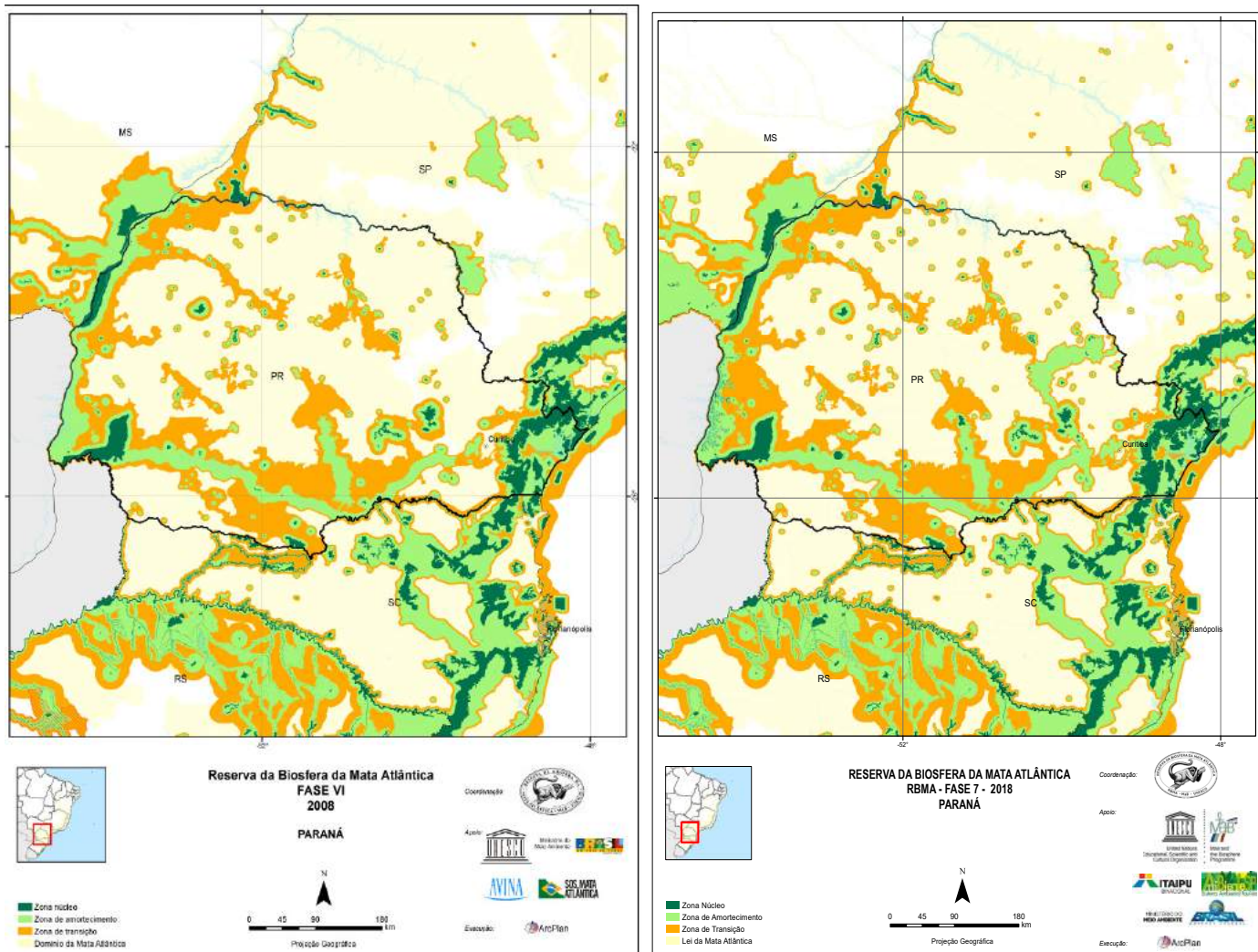


RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.14.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO PARANÁ

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | PR | 20.048.824 | 8.442.749 | 42,11% | 205.506 | 8.648.255 |
| Fase 7 | | | 9.256.711 | 46,17% | 237.460 | 9.494.171 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - PARANÁ | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|------|------|-------|----|--------------------|-------|----------|-------|------|------|-------------|----|-----|-----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | ESEC | MONA | PARNA | PE | RPPN | REBIO | RVS | 208 | 5 | 3 | 24 | 5 | 245 | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | 0 | | | | | | 1 | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | 0 | | | | | | | 1 |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | 54 | | | | | | | 192 |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | 38 | | | | | | | 53 |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | 12 | 3 | 8 | 2 | 3 | 1 | 36 | 5 | 3 | 33 | 2 | 3 | | 111 | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | 1 | 2 | | 1 | | | 1 | 2 | | 9 | | 2 | 16 | 34 | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | 1 | 2 | 2 | 1 | 3 | 75 | | | | 8 | 97 | |

LEGENDA

| | |
|------------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| RES. FLOR. | Reserva Florestal |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.14.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / PARANÁ

No Estado do Paraná as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

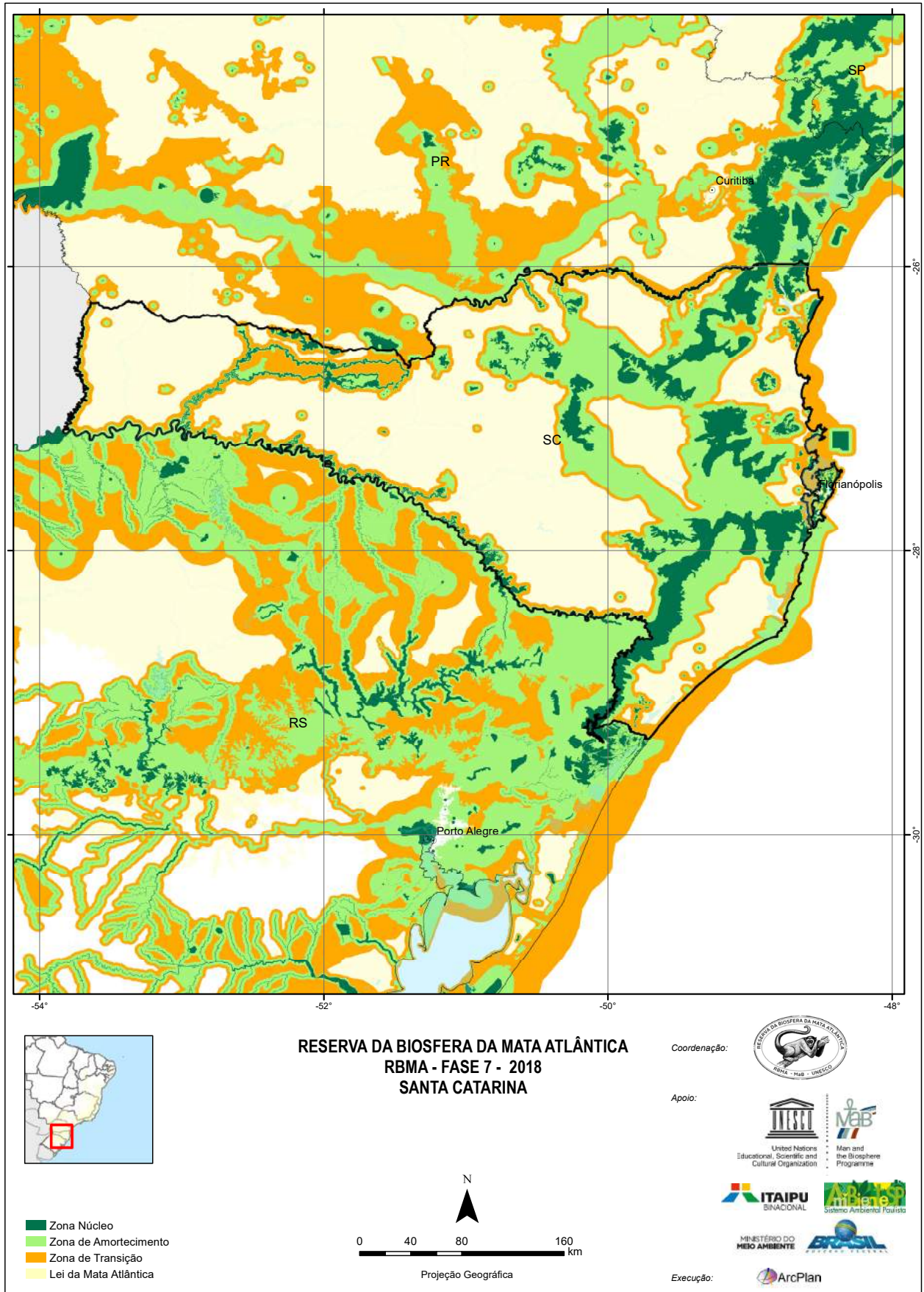
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Ampliação do território da RBMA no Estado do Paraná inserindo área na Região de Itaipu, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3, que desde o Parque Nacional de Ilha Grande na Bacia do Rio Paraná 2, até os limites da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, ao Sul a Bacia Hidrográfica do Rio Piquiri a oeste, é área de influência do Reservatório da Hidrelétrica Itaipu Binacional;
- 4- Transformação na Região de Itaipu de quatro áreas que atualmente são zonas de amortecimento da RBMA em zonas núcleo, sendo elas: Área de Preservação Permanente Margem Brasileira do Lago De Itaipu Binacional– 942 ha; Área de Preservação Permanente do Refúgio Bela Vista – 660 ha; **ARIE da Reserva Biológica de Santa Helena** -1555 ha e **ARIE da Faixa de Proteção do Reservatório de Itaipu**. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 5- Criação na Região de Itaipu, de uma Unidade de Gestão Descentralizada: UGD Itaipu Brasil /RBMA;
- 6- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **144 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 7- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **97 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA e em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 8- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7);
- 9- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **5 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Paraná /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.15 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA



3.15.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

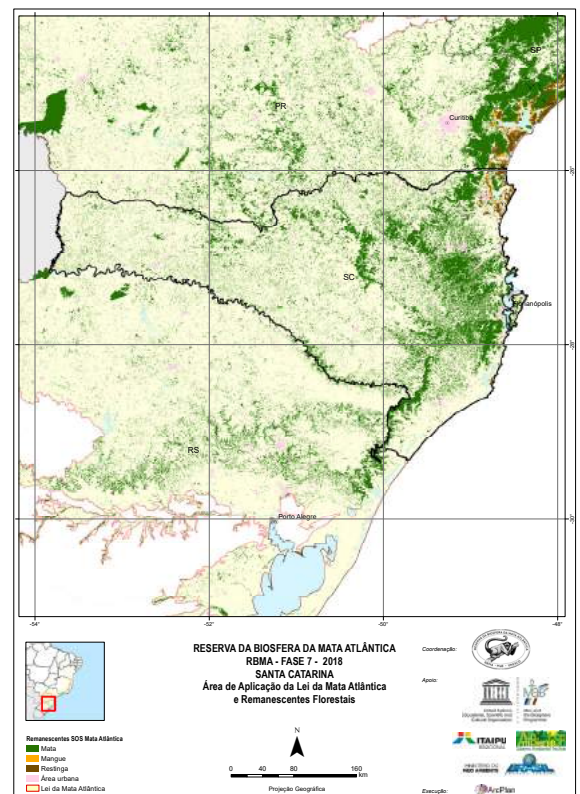
“Com uma extensão territorial de 95.985 km², dos quais 85%, ou 81.587 km², estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica, Santa Catarina situa-se hoje como o terceiro Estado brasileiro com maior área de remanescentes da Mata Atlântica, resguardando cerca de 1.662.000 hectares (16.620 Km²), ou 17,46% da área original. Registra-se que a área do Estado corresponde tão somente a 1,12% do território brasileiro. Esses dados bem ilustram a crítica situação atual da Mata Atlântica” ...

... “De acordo com o Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, a cobertura florestal do Estado está subdividida em Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, Floresta de Araucária ou dos Pinhais e Floresta Subtropical da bacia do Rio Uruguai. A Floresta Pluvial da Encosta Atlântica, também conhecida como floresta ombrófila densa, juntamente com seus ecossistemas associados, manguezais e restingas, cobria 31.611 km² ou 32,9% do território catarinense. A Floresta de Araucária, definida como floresta ombrófila mista, cobria 40.807 km², ou seja, 42,5% do território do Estado, compondo assim a cobertura florestal predominante. A Floresta Subtropical da Bacia do Rio Uruguai, ou floresta estacional semidecidual, por sua vez, cobria 9.196 km², perfazendo 9,6% da cobertura florestal de Santa Catarina. Estima-se ainda em 14,4% (13.794 km²) a área de campos e em 0,6% (575 km²) as porções com floresta nebulosa” ...

... “Da área original de floresta ombrófila densa restam cerca de 22% (7.000 km²), distribuídos em remanescentes florestais primários ou em estágio avançado de regeneração. A maior extensão da área ainda coberta por florestas no Estado é representada por fragmentos de floresta ombrófila densa” ...

... “A floresta ombrófila mista, que se constituía na formação florestal predominante do Estado, foi alvo de intensa e predatória exploração madeireira, estando hoje numa situação extremamente crítica. Vários núcleos de floresta ombrófila mista são também encontrados na região da Floresta Pluvial Atlântica, destacando-se os núcleos situados nos municípios de Antônio Carlos, São João Batista, Lauro Müller, Sombrio e Major Gercino” ...

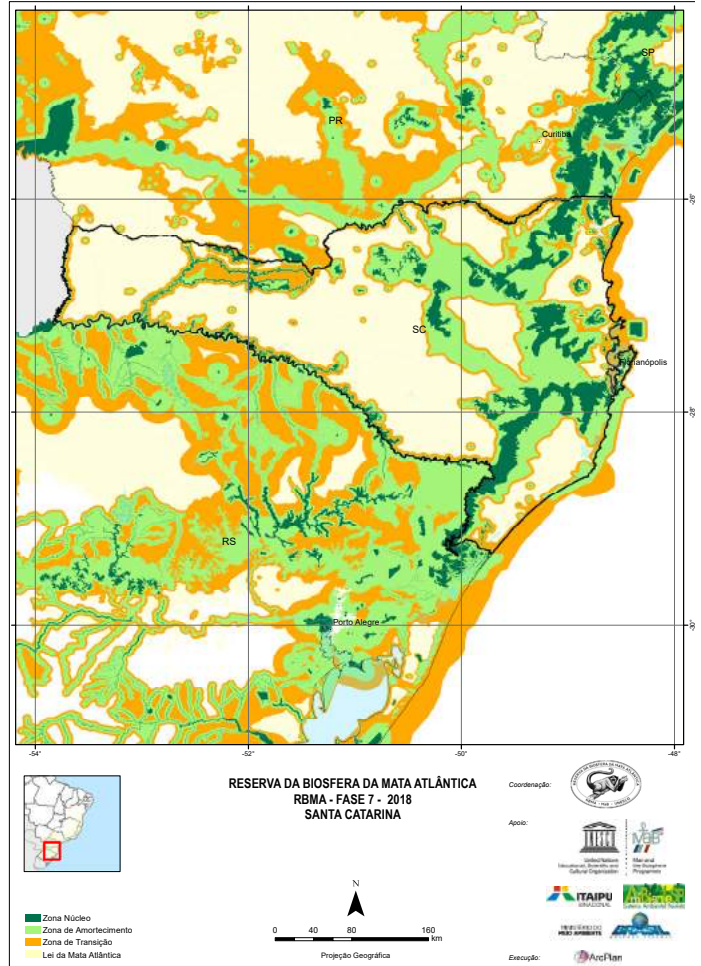
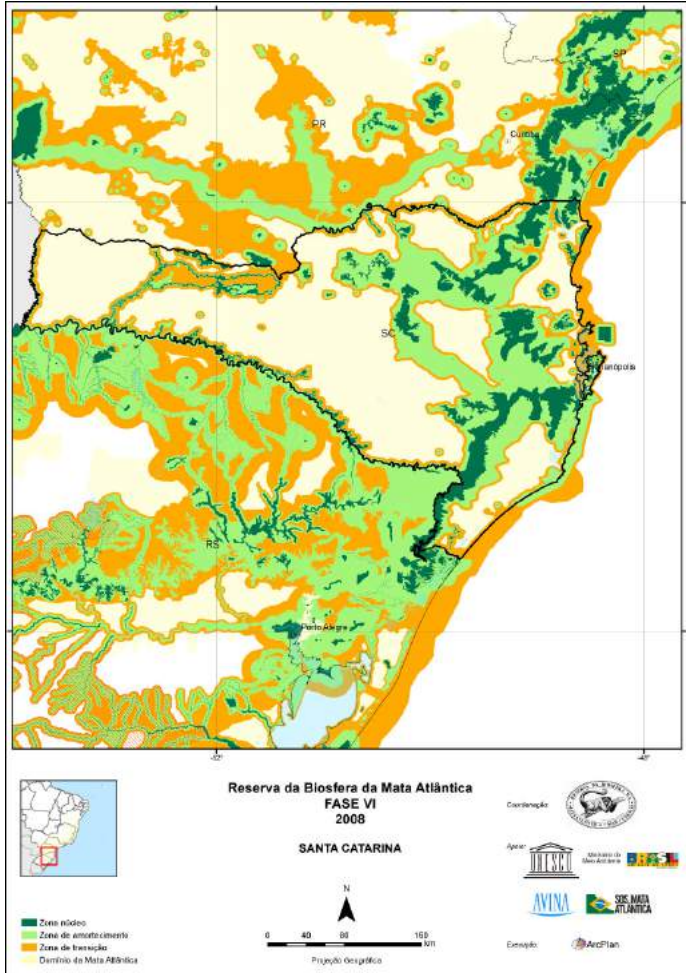
... “A floresta ombrófila mista compõe uma vegetação de ocorrência praticamente restrita à região Sul do Brasil. Hoje seus remanescentes, extremamente fragmentados, não perfazem 5% da área original segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (2000), ou 3% segundo FUPEF (1978), dos quais irrisórios 0,7% poderiam ser considerados como áreas primitivas, as chamadas matas virgens”... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autor Santa Catarina: João de Deus Medeiros).





3.15.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | SC | 9.573.850 | 4.706.180 | 49,15% | 455.755 | 5.161.935 |
| Fase 7 | | | 4.828.316 | 50,43% | 592.605 | 5.420.921 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - SANTA CATARINA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------------------------|-----|------|-------|-------|------|-------|----|-----|----|--------------------|-------|------|------|-------------|----|---|-----|----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | RVS | ARIE | FLONA | RESEX | ESEC | PARNA | PE | PEC | PM | REBIO | RPPN | UCA | 98 | 6 | 12 | 0 | 116 | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ÁREA TOMBADA | | | | | | | | | | | 10 | | | | 10 | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | 89 | | | | 134 | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | 36 | | | | 53 | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | 16 | 2 | 3 | 4 | 6 | 5 | 3 | 1 | 5 | 1 | 48 | 1 | 3 | 7 | 5 | | | 110 | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | 2 | | 4 | | | | | | | | | | | 12 | 28 | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | 1 | | | | | | | | | 6 | | | | | | | 12 | 4 | 49 |

LEGENDA

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |



3.15.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

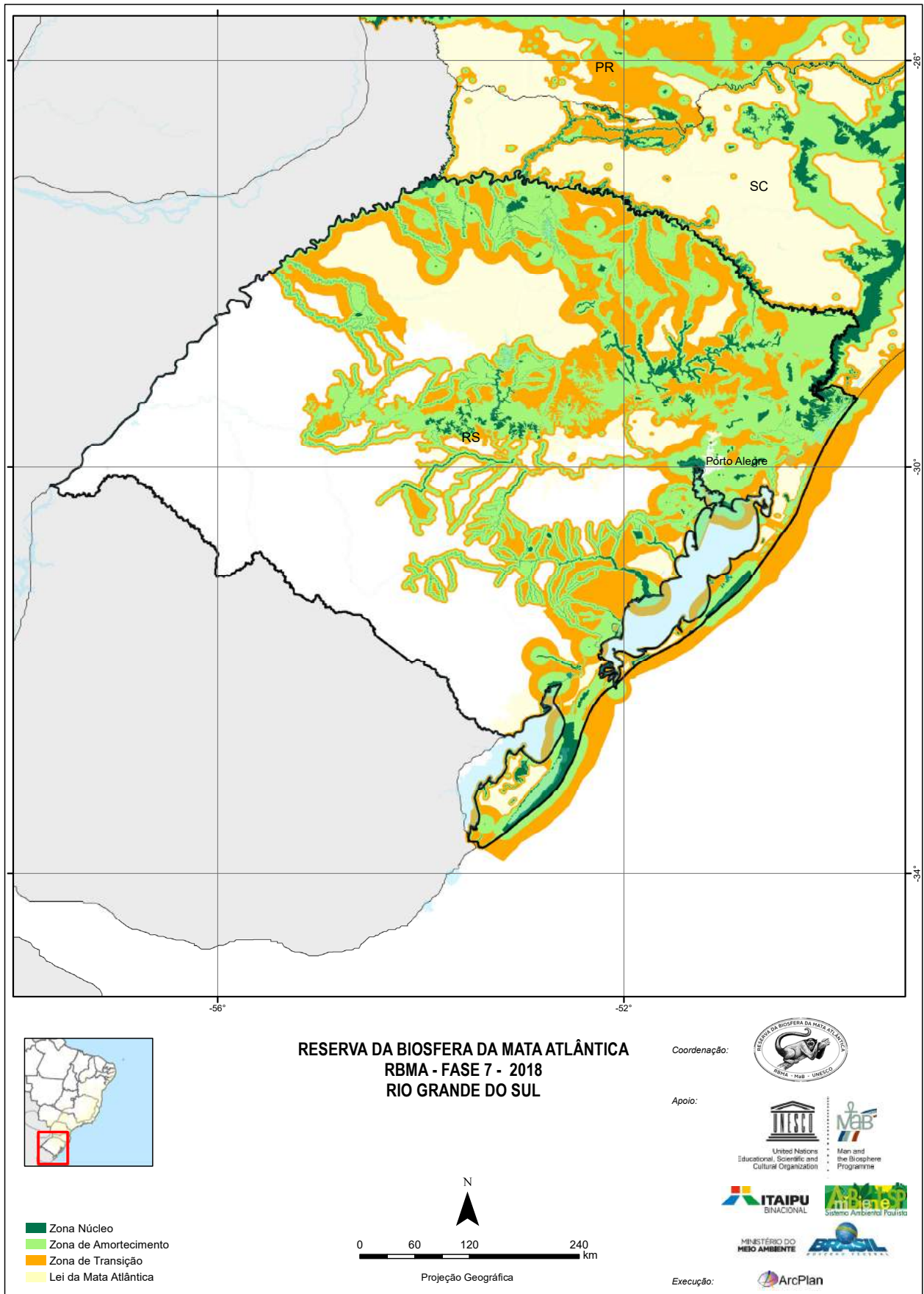
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encraves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **138 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **49 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado de Santa Catarina /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **4 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Santa Catarina /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.16 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL





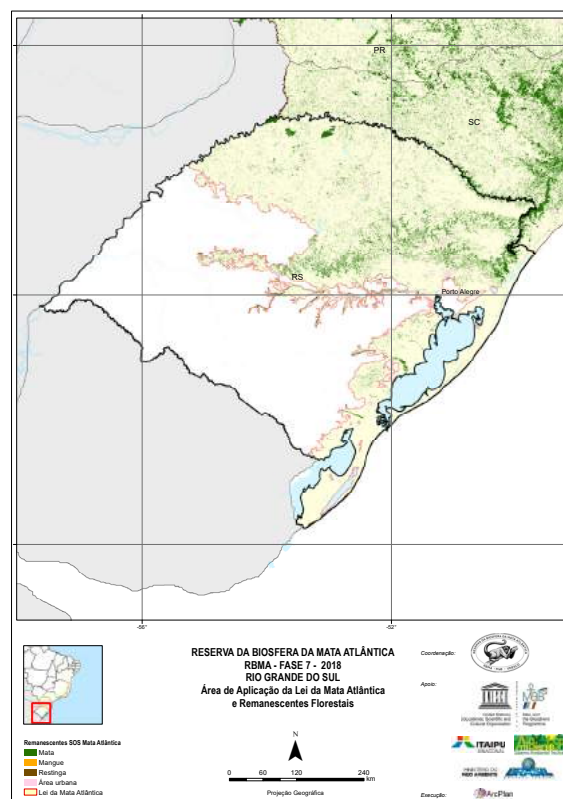
3.16.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

“Localizado no extremo sul do Brasil, na fronteira do Uruguai e Argentina, o estado do Rio Grande do Sul possui 282.062 km², clima subtropical, relevo com três regiões naturais distintas e dois grandes biomas: Mata Atlântica (no planalto serrano e região lagunar) e Pampa” ...

... “Estima-se que em 1500 havia 11.202.705 km² (39,70 hectares) com cobertura de vegetação de Mata Atlântica no Estado. Em 1940, a cobertura original era de 9.898.536 Km² (35,08%), mas em menos de 20 anos perdeu-se mais 7 milhões de hectares dessa vegetação, restando apenas 2.700.501 Km² (9,57%)” ...

... “O Domínio da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul é constituído de floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista (floresta com araucária), floresta estacional semidecidual, campos de altitude, restinga” ...

... “No Litoral Norte, encontra-se o principal conjunto de remanescentes da floresta atlântica, mais especificamente de floresta ombrófila densa e, do lado atlântico, junciais, campo seco, figueiras, jerivás, cedros, timbaúvas; no lado continental, remanescentes de matas de restinga. Na região, está localizada a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral - na parte alta -, Parque Estadual de Itapeva - na planície - e Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos - no oceano, junto à cidade de Torres” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autoras Rio Grande do Sul: Kathia Vasconcellos Monteiro e Nely Blauth).



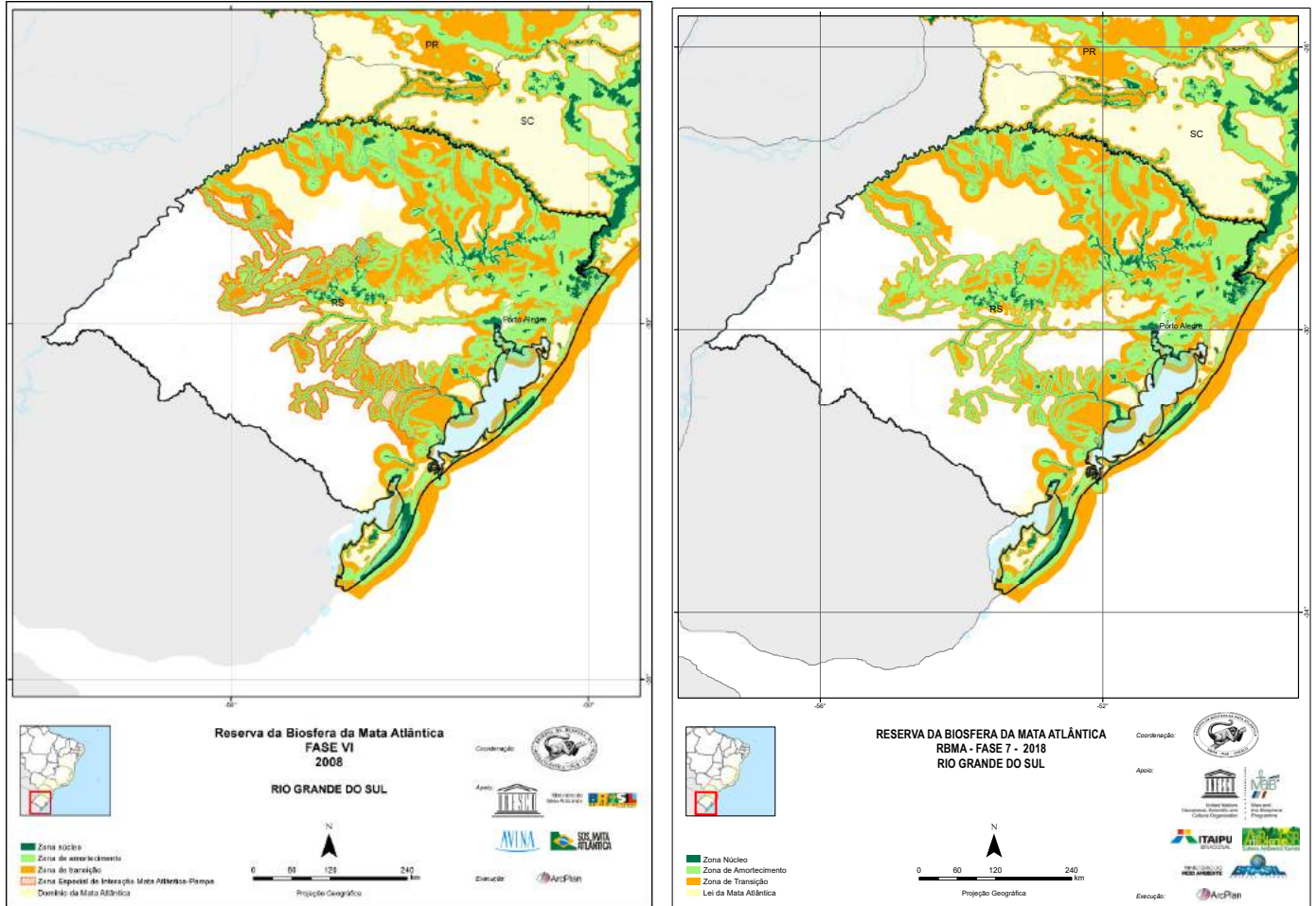


RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.16.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | RS | 27.103.592 | 11.318.413 | 41,75% | 1.543.645 | 12.862.058 |
| Fase 7 | | | 14.595.946 | 53,85% | 1.559.815 | 16.155.761 |

| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 6 E 7 - RIO GRANDE DO SUL | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|-------|-----|------|------|----|----|-------|------|---|-------|------|------|-------------|-----|----|
| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | APA | FLONA | RVS | ARIE | ESEC | PE | PM | REBIO | RPPN | PARNA | 83 | 5 | 32 | 24 | 144 | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | 0 | | | | 3 | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | 0 | | | | 0 | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | 66 | | | | 72 | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | 30 | | | | 72 | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | 7 | 2 | 4 | 3 | | 14 | 3 | 2 | 8 | 1 | 21 | 4 | 7 | 5 | 81 |
| | UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | 1 | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | 3 |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | 1 | | | | | 3 | | | | 4 |

LEGENDA
 APP * Área de Preservação Permanente
 TI * Território Indígena
 TQ * Território Quilombola



3.16.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / RIO GRANDE DO SUL

No Estado do Rio Grande do Sul as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

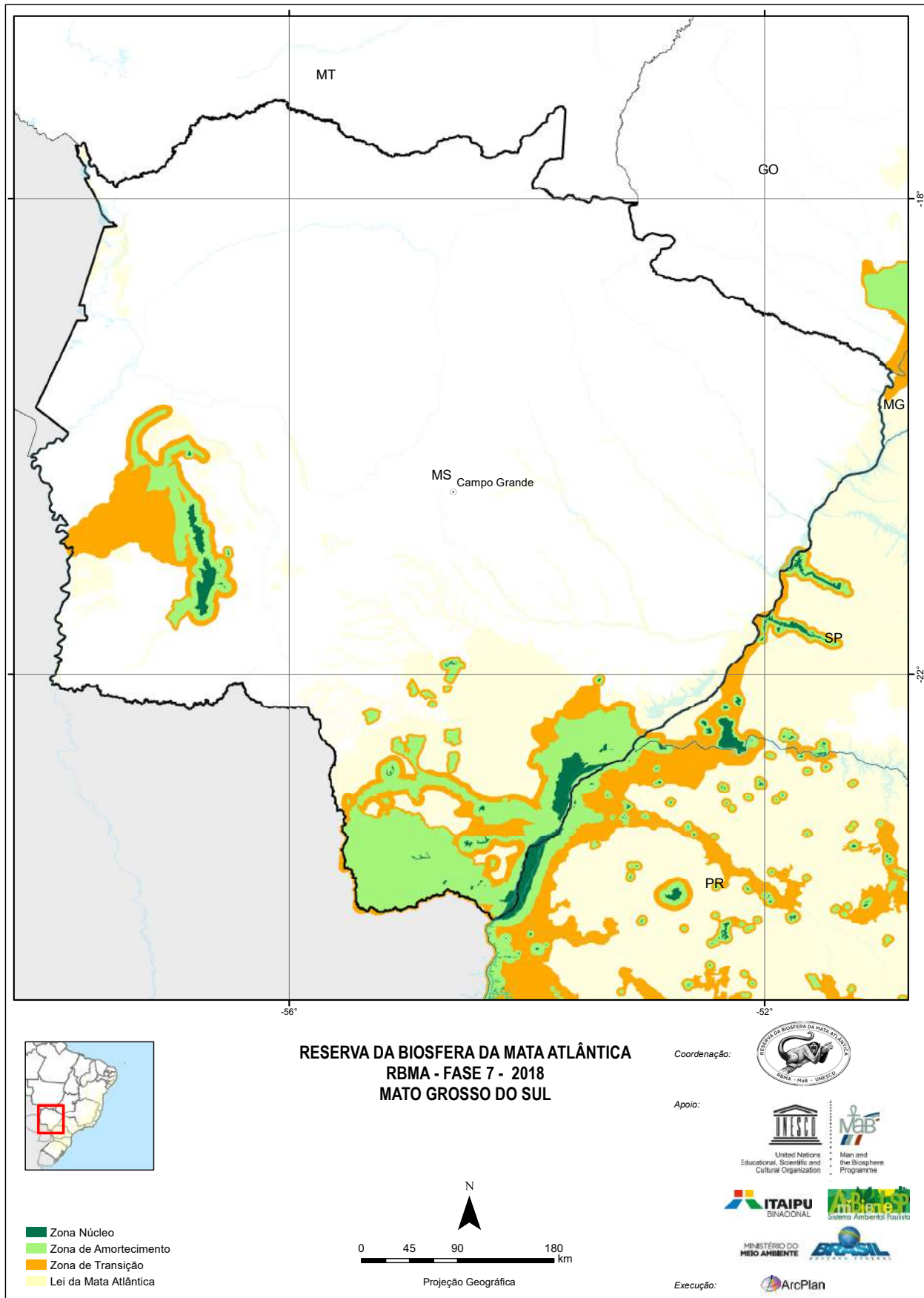
- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **84 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul / RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres e costeiros, de **4 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA **ou** em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul/RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **33 Territórios Indígenas-TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **24 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Rio Grande do Sul /RBMA Fase 7).



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.17 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



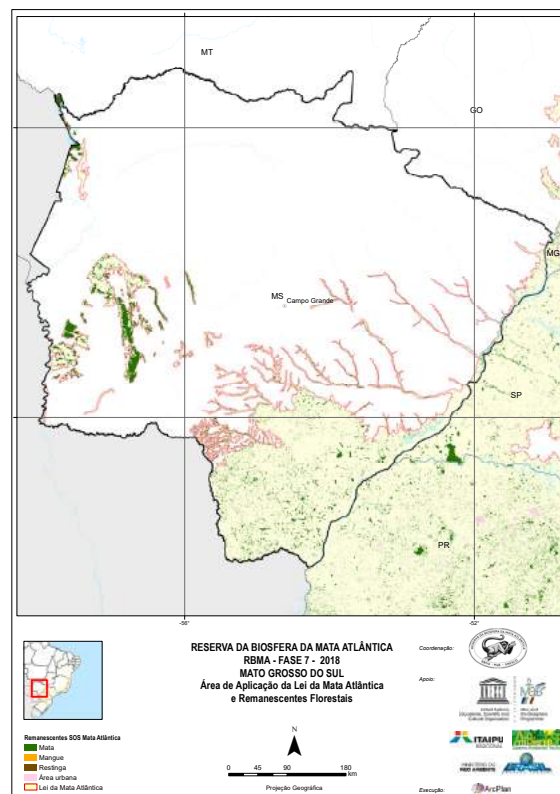
3.17.1 A MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

“A Mata Atlântica no Mato Grosso do Sul inclui formações florestais (primárias e secundárias em estágio avançado de regeneração) de floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, matas ciliares, remanescentes incrustados ou inseridos em outras formações a exemplo do Cerrado e do Pantanal” ...

... “Os principais remanescentes da Mata Atlântica no Mato Grosso do Sul estão concentrados em três áreas: Serra da Bodoquena, planície do Rio Paraná, próximo da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná e fragmentos isolados no interior das diversas áreas indígenas situadas no sudoeste do Estado” ...

... “Na Serra da Bodoquena destaca-se o Parque Nacional do mesmo nome, bem como a encosta oeste da serra inserida na área indígena da Tribo Kadwéu” ...

... “A Serra da Bodoquena apresenta uma diversidade de ecossistemas cuja proteção não poderá se restringir ao interior do parque. É significativa a ocupação do solo em volta da unidade, mas a região ainda apresenta possibilidades interessantes de conectividade através da preservação de recursos hídricos, da manutenção de mosaicos de reservas legais e formação de corredores ecológicos” ... (Fonte: **Mata Atlântica - Uma Rede pela Floresta** Organizadores: Maura Campanili / Miriam Prochnow, Brasília: RMA, 2006 - Autores Mato Grosso do Sul: Alexandre de M. M. Pereira, Ivan Salzo e Adílio A. V. de Miranda).



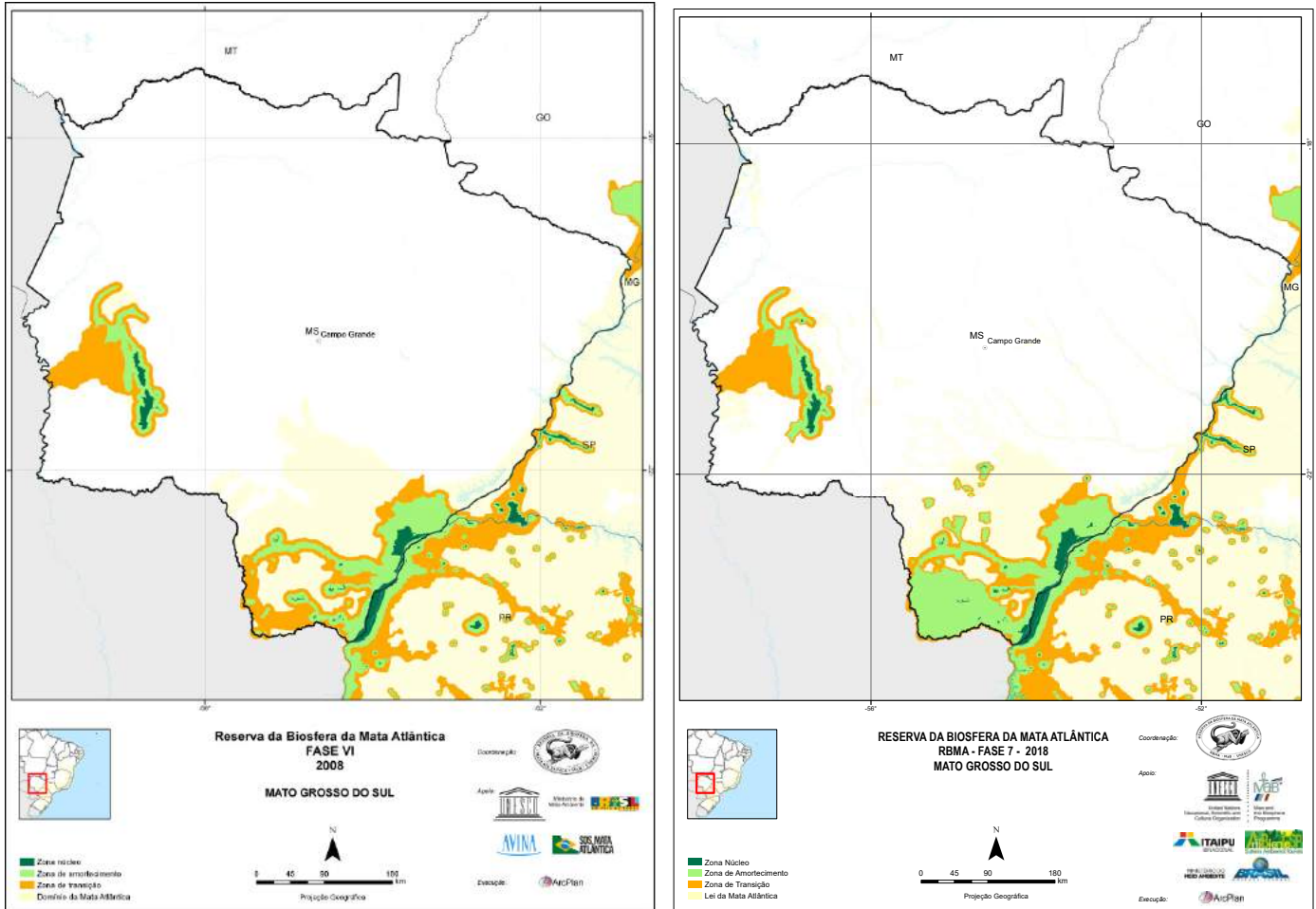


RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.17.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7



Área de Abrangência

| Fase | UF | Área da UF | Área Terrestre | % da UF (Terrestre) | Área Marinha | Total (Terrestre + Marinha) |
|--------|----|------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------------------|
| Fase 6 | MS | 36.192.341 | 3.302.810 | 9,12% | - | 3.302.810 |
| Fase 7 | | | 4.205.169 | 11,61% | - | 4.205.169 |

| RBMA FASE 6 (2008) | | | | | | | | | | | | | RBMA FASE 7 (2018) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|------------------------------|-------|----|-------|-------|------|----------|-------|------|------|-------------|---|--|------------------------------|------|------|----|-------|-----|----------|-------|------|------|-------------|---|----|---|--|----|----|
| ESPECIFICAÇÃO | | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | ESPECIFICAÇÃO | | UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) | | | | | | TOTAL UC | APP * | TI * | TQ * | TOTAL GERAL | | | | | | |
| CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | | APA | PARNA | PE | RESEC | RESEX | RPPN | | | | | | CATEGORIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS (AP) | | APA | ESEC | MONA | PE | PARNA | PNM | REBIO | RPPN | | | | | | | | | |
| | | 4 | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 | 10 | 2 | 19 | 0 | 31 | | | 15 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 | 17 | 42 | 1 | 30 | 2 | 75 | | | | |
| OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | OUTRAS ÁREAS / REGIÕES PRIORITÁRIAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CORREDOR | | | | | | | | | | | | | CORREDOR | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MOSAICO AP | | | | | | | | | | | | | MOSAICO AP | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 6 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR ZONAS RBMA FASE 7 (UC, TI, TQ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | | | ZONA NÚCLEO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | | | ZONA DE AMORTECIMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | SOMATÓRIA ÁREAS PROTEGIDAS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO FASE 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 6 e mantidas Fase 7 | | | | | | | | 4 | | | | | 2 | | | | | | | | | 2 | | | | | | 1 | | | 12 |
| UC / AP criadas até 2008, inseridas na Fase 7 | | | | | | | | 11 | | 1 | | | 3 | | | | | | | | | | | | | | 11 | | | 27 | |
| UC / AP criadas após 2008 e inseridas na Fase 7 | | | | | | | | | | 1 | | | 12 | | | | | | | | | | | | | | 19 | 2 | | 36 | |

| | |
|-------|--------------------------------|
| APP * | Área de Preservação Permanente |
| TI * | Território Indígena |
| TQ * | Território Quilombola |

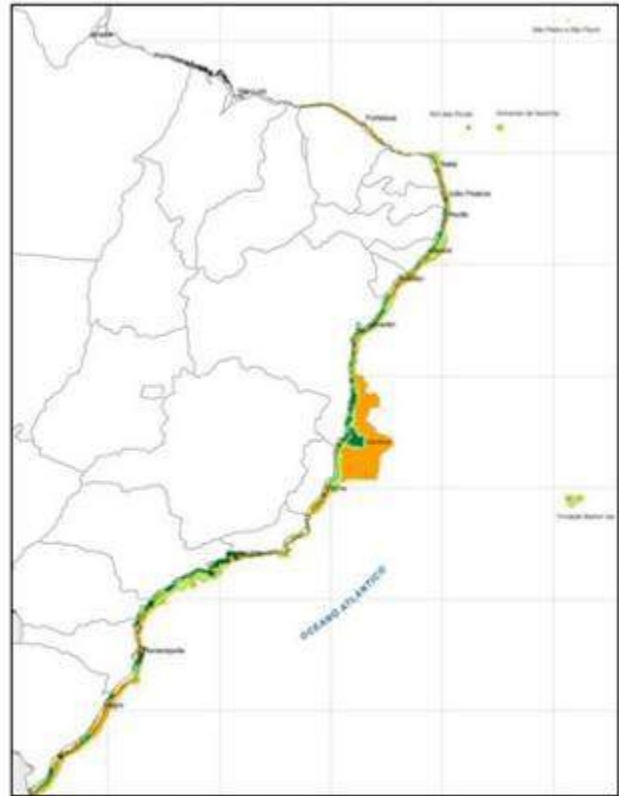


3.17.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / MATO GROSSO DO SUL

No Estado do Mato Grosso do Sul as principais alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA no Estado, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **39 unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7, em ambientes terrestres, de **36 áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 5- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **30 Territórios Indígenas- TI**, de acordo com base de dados disponibilizada pela FUNAI (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul /RBMA Fase 7);
- 6- Atualização e incorporação como Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de **2 Territórios Quilombolas-TQ**, de acordo com base de dados disponibilizada pelo INCRA. (Anexo 2. Tabela Geral de Áreas Protegidas do Estado do Mato Grosso do Sul/RBMA Fase 7).

REGIÃO MARINHA

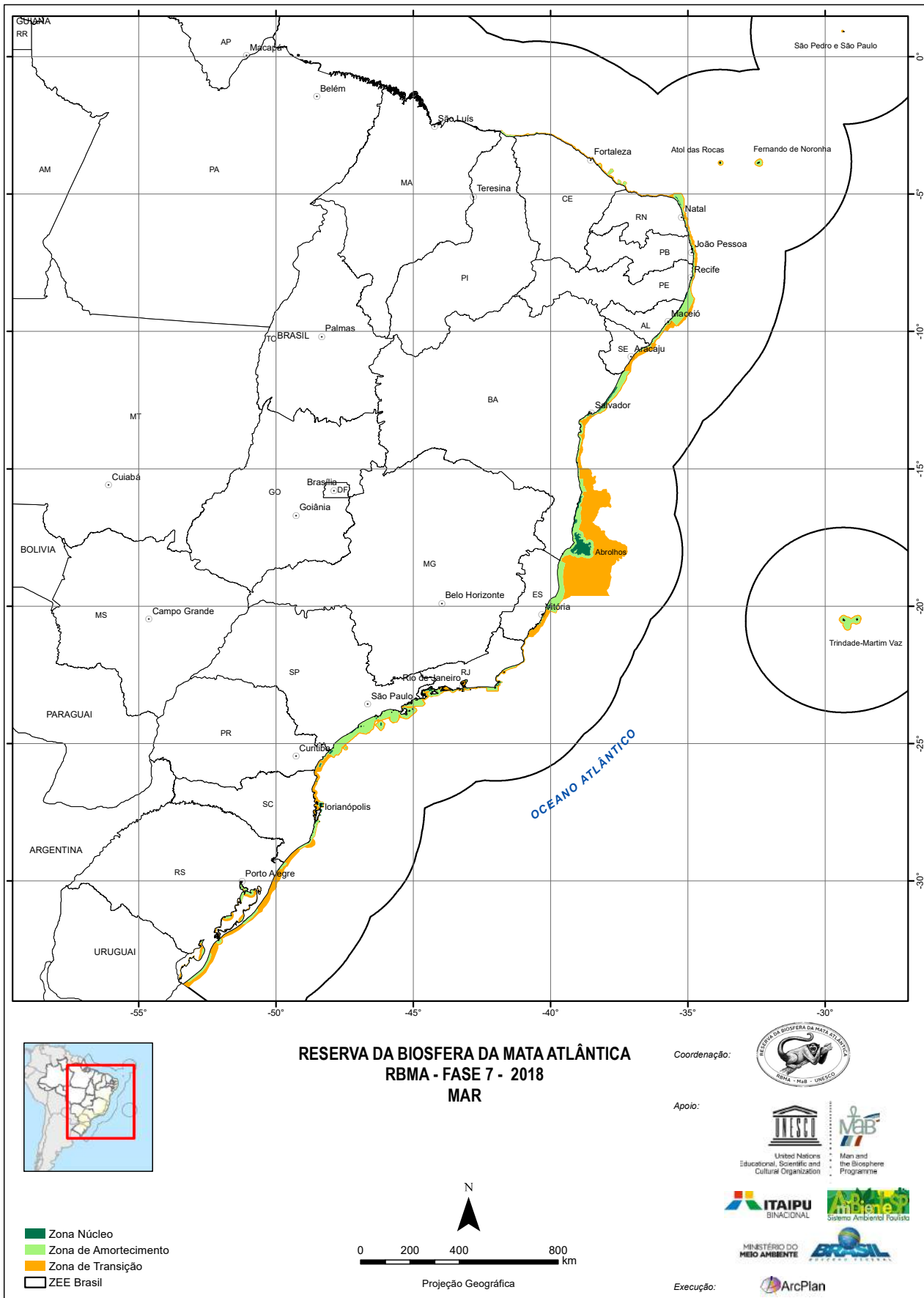




RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

3.18 A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRO - MARINHA





3.18.1 A MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO COSTEIRA MARINHA ADJACENTE

“Dentre os ecossistemas marinhos e costeiros do mundo, os recifes de corais destacam-se pela surpreendente diversidade de espécies. No Brasil, ocupam uma área relativamente pequena, correspondendo a apenas 5% dos recifes do Oceano Atlântico, mas apresentam elevados índices de endemismo, que chegam a 50% para as espécies de corais e 20% para os peixes recifais. Isso representa uma razão de espécies endêmicas por área 3 a 4 vezes maior do que no Caribe” ... “Entre os ecossistemas marinhos do Brasil, possuem grande relevância também os extensos estuários e manguezais, distribuídos ao longo de quase todos os 7.300 km de sua costa. A região norte do Brasil possui os mais extensos destes manguezais, alguns dos quais permanecem completamente desconhecidos”.

“A região dos Abrolhos apresenta a maior concentração de recifes da costa brasileira, com várias espécies endêmicas, como o coral-cérebro *Mussismilia braziliensis*, que só é encontrado no litoral da Bahia. Apresenta ainda a maior biodiversidade marinha conhecida no Atlântico Sul. O Rapid Assessment Program realizado pela ONG Conservação Internacional em Abrolhos no ano 2000 registrou, aproximadamente, 1300 espécies de peixes, corais, algas, crustáceos, moluscos e poliquetas, sendo que 45 são consideradas ameaçadas, segundo listas da IUCN (2003) e do IBAMA (2003 e 2004)”.

“Mesmo com esta grande importância, os ecossistemas marinhos do Brasil sofrem com a ameaça de várias atividades humanas, especialmente com a pesca sem controle, a sedimentação provocada por desmatamentos, a poluição dos corpos d’água, a exploração de óleo e gás natural, a carcinicultura e o crescimento urbano desordenado. Esta situação fica ainda mais preocupante considerando que apenas 0,4% dos ecossistemas marinhos brasileiros constituem áreas marinhas protegidas federais e que os mecanismos de fiscalização destas áreas são ainda ineficientes, carecendo de efetiva implementação. Reverter este quadro é um grande desafio para o pequeno conjunto de instituições que trabalha com a conservação marinha no país”. (Fonte: Conservação Internacional 2008. Planejamento Anual do Programa Marinho. Salvador, BA- 2008)

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, durante o processo de delimitação e zoneamento da sua FASE 6, deu atenção especial aos ecossistemas costeiros e marinhos, sendo ampliada, aproximadamente, de 44 mil km² para 78 mil km², sendo que destes 16 mil km² foram na zona marinha. Concomitante à referida ampliação foi criado o Colegiado Mar da RBMA, que definiu duas áreas de extrema prioridade, para reforço das ações de conservação e uso sustentável, e para proposição de Criação de novas Reservas da Biosfera Marinhas: Cadeia Fernando de Noronha / Arquipélago São Pedro - São Paulo e Banco de Abrolhos / Cadeia Vitória – Trindade.

A Cadeia Vitória - Trindade - CVT conectada ao Banco de Abrolhos e a importantes ecossistemas costeiros, por representar o mais importante corredor de biodiversidade marinha da costa central do Brasil, é hoje objeto central da “PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MARINHA VITÓRIA-TRINDADE (RBM-VT) , COSTA CENTRAL DO BRASIL”, elaborada por meio de parceria estabelecida entre a RBMA, Associação Voz da Natureza e SBIO /MMA/ GIZ, já aprovada pelo COBRAMaB e em tramitação junto aos governos federal e Estadual. (Fonte: Dias, MH; Pinheiro, HT; Teixeira, JB, Oliveira, NM & Lino, CF. 2017. Proposal for the designation of the Marine Biosphere Reserve Vitória-Trindade, Brazilian Central Coast. Submitted to UNESCO, Division of Ecological and Earth Sciences.)



3.18.2 PROPOSTA DA RBMA - FASE 7 NA REGIÃO MARINHA

Mapas comparativos e área de abrangência RBMA Fase 6 e Fase 7

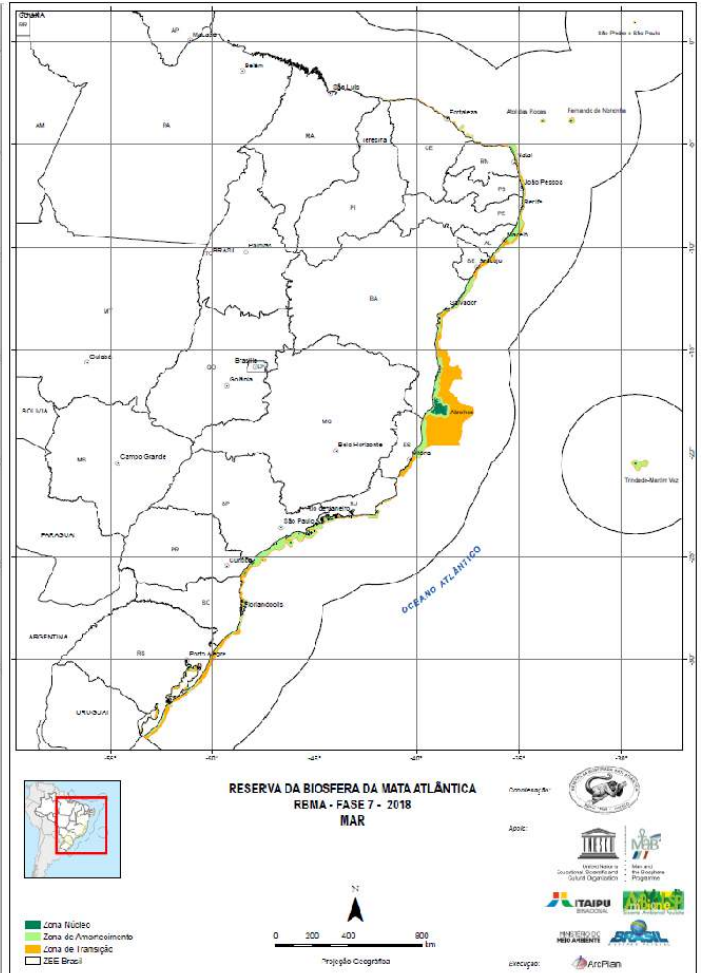
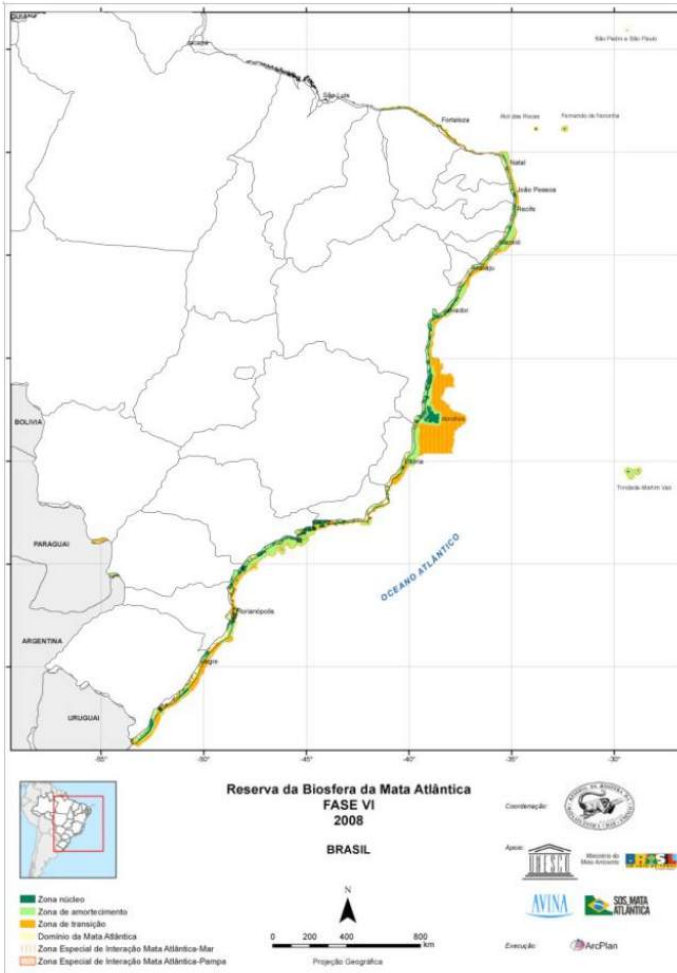




Tabela comparativa, por estado, das áreas de abrangência da região marinha na RBMA Fase 6 e 7

| Estados | Fase | Área Marinha |
|-------------------------|---------------|-------------------|
| Piauí | Fase 6 | 1.963 |
| | Fase 7 | 49.634 |
| Ceará | Fase 6 | 322.632 |
| | Fase 7 | 398.644 |
| Rio Grande do Norte | Fase 6 | 507.793 |
| | Fase 7 | 500.880 |
| Paraíba | Fase 6 | 198.045 |
| | Fase 7 | 195.582 |
| Pernambuco | Fase 6 | 363.032 |
| | Fase 7 | 368.543 |
| Alagoas | Fase 6 | 730.614 |
| | Fase 7 | 718.261 |
| Sergipe | Fase 6 | 293.077 |
| | Fase 7 | 290.748 |
| Bahia | Fase 6 | 5.568.912 |
| | Fase 7 | 5.529.686 |
| Espírito Santo | Fase 6 | 3.739.859 |
| | Fase 7 | 3.703.262 |
| Rio de Janeiro | Fase 6 | 712.174 |
| | Fase 7 | 710.390 |
| São Paulo | Fase 6 | 1.505.708 |
| | Fase 7 | 1.593.285 |
| Paraná | Fase 6 | 205.506 |
| | Fase 7 | 237.460 |
| Santa Catarina | Fase 6 | 455.755 |
| | Fase 7 | 592.605 |
| Rio Grande do Sul | Fase 6 | 1.543.645 |
| | Fase 7 | 1.559.815 |
| TOTAL 14 ESTADOS | Fase 6 | 16.146.753 |
| | Fase 7 | 16.448.796 |

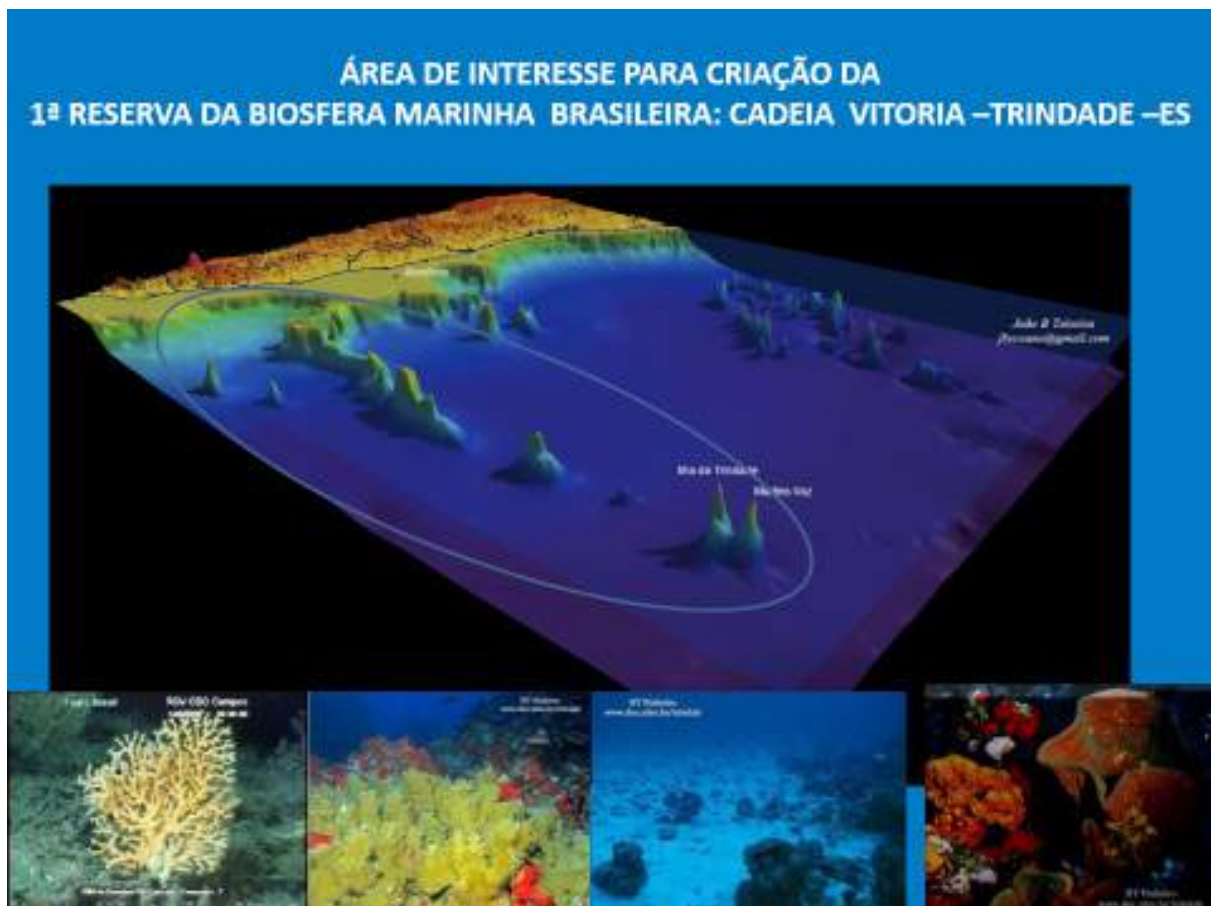
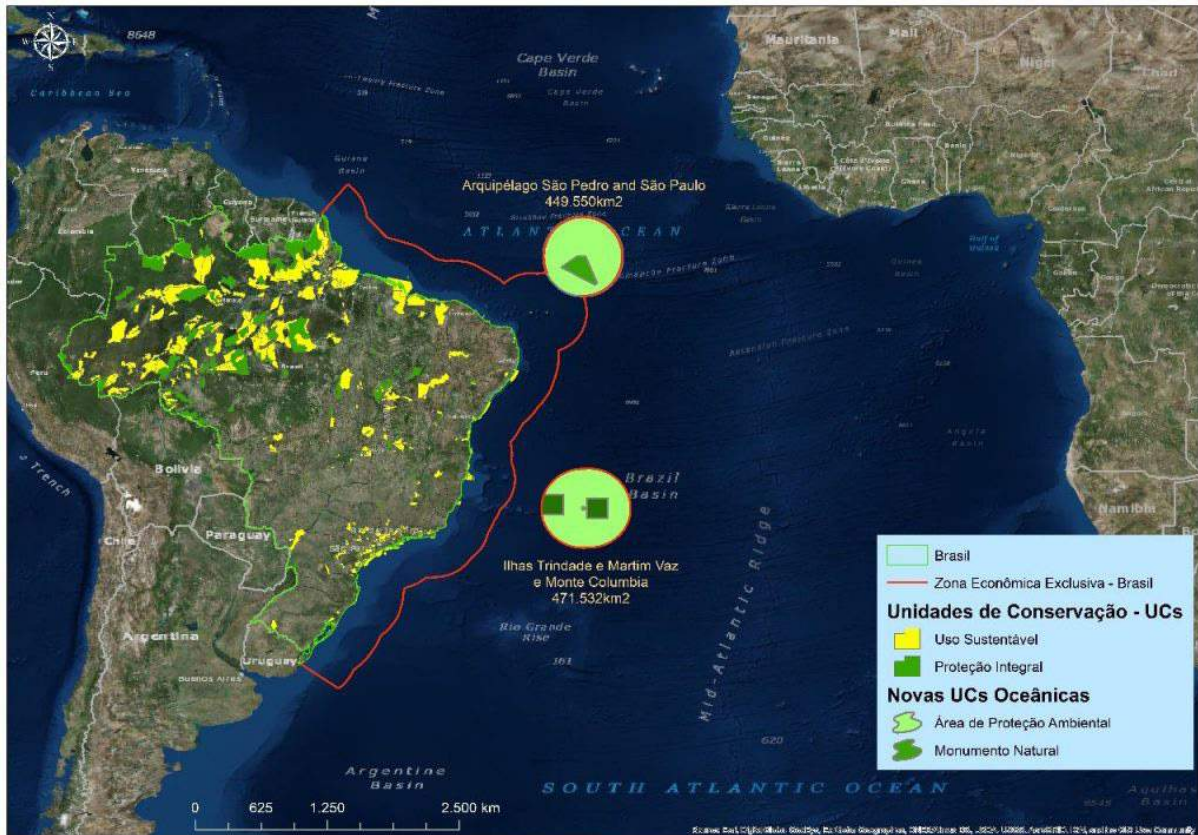
Obs: A tabela indica a estimativa da porção da Região Marinha da RBMA que ocorre no mar em cada um dos 14 Estados costeiros brasileiros, adjacentes a Mata Atlântica.



3.18.3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA RBMA - FASE 7 / REGIÃO MARINHA

Na Região Marinha da RBMA as alterações ocorridas da Fase 6 para a Fase 7 da RBMA, foram poucas e decorreram de:

- 1- Refinamento da delimitação da RBMA a partir de bases cartográficas mais precisas, com destaque para o **Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, (escala 1: 5 milhões)** elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE e instituído, oficialmente, por meio do Decreto nº 6.660 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, distribuído por 17 Estados. Conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.660 / 2008, o Mapa do IBGE contempla a distribuição configuração original das seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; campos de altitude; áreas das formações pioneiras, conhecidas como manguezais, restingas, campos salinos e áreas aluviais; refúgios vegetacionais; áreas de tensão ecológica; brejos interioranos e encaves florestais, representados por disjunções de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual; áreas de estepe, savana e savana-estépica; e vegetação nativa das ilhas costeiras e oceânicas”;
- 2- Adequação da delimitação e zoneamento da RBMA na Região, com base no **Mapa de Remanescentes da Mata Atlântica (SOSMA – Escala 1: milhão)**, em consonância com o estabelecido no **Manual de Procedimentos para a Revisão Periódica (2008-2018) e Atualização Rbma Fase 7**;
- 3- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de cada um 14 Estados Costeiros da RBMA de **unidades de conservação e outras áreas protegidas, criadas antes de 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA ou em Sistemas Estaduais
- 4- Atualização e incorporação como Zona Núcleo ou Zona de Amortecimento da RBMA Fase 7 de cada um 14 Estados Costeiros da RBMA de **áreas protegidas criadas após 2008**, inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC/MMA **ou** em Sistemas Estaduais. Ressalta-se aqui que não foram inseridas na Fase 7, as mais novas Unidades de Conservação (UCs), criadas em março de 2018, pelo governo federal, localizadas nos Arquipélagos de São Pedro e São Paulo (pertencente ao estado de Pernambuco) e de Trindade e Martim Vaz (território do estado do Espírito Santo), por serem áreas focais para Reconhecimento de novas Reservas da Biosfera Marinhas Brasileiras, conforme mencionado anteriormente. São duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e dois Monumentos Naturais (Monas) que juntos somam uma área de aproximadamente 90 milhões de hectares. Isso equivale a soma das áreas de todos os estados da Região Sudeste brasileira (ES, MG, RJ e SP), cerca de 920.000 km². Com isso, os dois conjuntos de ilhas mais isolados do Brasil (o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a 1010 km da costa nordeste brasileira e, o de Trindade e Martim Vaz, a 1000 km de distância de Vitória, município a qual pertence), estão com o mínimo de proteção necessária.





RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 1

UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADAS DA RBMA FASE 7



4 ANEXO 1 - UNIDADES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA RBMA / UGB - RBMA

4.1 SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é a maior Reserva da Biosfera de toda rede mundial do programa MAB-UNESCO. Com mais de 78.000.000 há (e proposta de ampliação para 89.000.000 há na fase 7), abarca áreas nos 17 estados brasileiros onde ocorre o bioma, formando um grande corredor ecológico entre o Piauí e Rio Grande do Sul, ao longo da costa e também em partes dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

A gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é feita por meio de um Sistema Nacional que envolve diversas instâncias tendo como órgão máximo o **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** de caráter deliberativo. A gestão é descentralizada por meio dos **Comitês e Sub Comitês Estaduais**. Este sistema é respaldado legalmente pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) nº 9.985, de 18 de julho de 2000 em seu capítulo VI e pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 em seu capítulo XI.

Além das referidas instâncias o Sistema de Gestão da RBMA, conta ainda com outras instâncias estabelecidas pelo Conselho Nacional:

- **Bureau do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** (O Bureau tem funções organizativas e facilitadoras, voltadas à preparação da agenda das reuniões do Conselho, à instrução dos assuntos que a compõem e à deliberação de assuntos que lhe forem delegados pelo Conselho).

- **Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** (A Secretaria Executiva implementa as decisões do Conselho, articula e apoia todo o sistema, coordena programas e projetos nacionais da RBMA).

- **Colegiado Mar (Artigo 11º - 5ª Versão do Estatuto do CN-RBMA)**

Fica instituído o Colegiado Mar, para tratar dos assuntos específicos da costa brasileira ecossistema associado ao Bioma Mata Atlântica.

único - O Colegiado Mar é formado por cientistas, órgãos estaduais, federais e municipais, comunidade civil organizada e povos tradicionais associados a exploração dos recursos marítimos

- **Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA**, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais.

(Artigo 3º - do Estatuto do IA-RBMA)

Os objetivos institucionais do IA-RBMA são: a) apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade exclusivamente com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CN-RBMA e, b) captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.



- **Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:** Os postos Avançados são centros de divulgação das ideias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva.

Para ser um Posto Avançado aprovado pelo Conselho é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.

Regulamentação da Figura de Postos Avançados da RBMA:

Artigo 1º. - Fica instituída a figura dos Postos Avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como uma ferramenta de Conservação, de Estudo e Pesquisa, e modelo de Uso Sustentável da Mata Atlântica;

§ único - Os Postos Avançados deverão estar em perfeita sintonia com os princípios desta Reserva da Biosfera.

Artigo 2º. - Para que uma área possa ser reconhecida como Posto Avançado é necessário que seus responsáveis desenvolvam regularmente pelo menos duas das três funções básicas desta Reserva. Essas funções são: A proteção da biodiversidade, o apoio ao desenvolvimento sustentável e o trabalho com a pesquisa, conhecimento científico e tradicional.

Ao Longo dos anos este sistema de gestão mostrou-se bastante adequado à missão e desafios de uma Reserva da Biosfera com as dimensões, complexidade e desafios como a RBMA. Seu sucesso propiciou a criação de um “modelo brasileiro” que foi adotado para a gestão das demais Reservas da Biosfera em nosso país e tem servido de inspiração e modelo para o Programa MAB/UNESCO e para vários países. Vale destacar que o Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica recebeu o prêmio de meio ambiente da UNESCO nas comemorações dos 60 anos de entidade e 30 anos do Programa MAB, em 2011.

Nesse período algumas outras instâncias, a exemplo dos Colegiados Regionais (Nordeste, Sudeste, Sul) chegaram a ser criadas, mas não se consolidaram e foram extintas. Por outro lado, alguns componentes do sistema de gestão, principalmente os Comitês Estaduais, vem apresentando ciclos de maior ou menor efetividade dependendo das conjunturas políticas e econômicas de cada Estado. Assim, alguns Comitês Estaduais, dentre os quais o do Rio Grande do Sul, mostraram continuidade e efetividade exemplar em suas ações, enquanto outros como no Paraná ou no Ceará nunca chegaram a consolidar-se apesar de criados oficialmente. A grande maioria dos Comitês Estaduais, todavia como já dissemos, apesar de movimentos cíclicos mostraram-se importantes instâncias para a gestão da Reserva e devem ser aprimorados e fortalecidos.

Cabe destacar o fato de que vários Comitês Estaduais das Reservas da Biosfera, além de gerir as Reservas em seu território de ação podem servir igualmente como instâncias participativas e descentralizadas para a gestão de outras figuras como Sítios do Patrimônio Mundial Natural e Sítios Ramsar ou ainda de grandes projetos territoriais com superposição nas Reservas das Biosferas brasileiras a exemplo do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica e do Projeto Corredor Central da Amazônia.

Por outro lado, no território da RBMA, existem outros mecanismos de gestão territorial integrada e participativa, muitos deles perfeitamente compatíveis com os princípios da Reserva e que podem vir a complementar ou aprimorar seu sistema de gestão. Neste sentido, foram por nós identificados:

- Comitês de Bacia Hidrográfica.
- Câmaras Técnicas dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente.
- Conselhos Gestores de Unidade de Conservação.
- Conselhos Gestores de Mosaicos de Áreas Protegidas



Todos esses coletivos são figuras legalmente constituídas, associadas aos temas da Conservação e Desenvolvimento Sustentável e composição que inclui membros de instituições governamentais, sociedade civil, iniciativa privada e comunidades, entre outros.

Assim, é possível pensar em incluir ou credenciar alguns desses coletivos como parte do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica promovendo sinergias, ampliando parcerias, evitando duplicação de esforços e fortalecendo tanto estes coletivos quanto o princípio de descentralização de nosso Sistema de Gestão.

Atenção especial deve ser dada aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (e suas Câmaras Técnicas) que podem eventualmente suprir a carência de Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Da mesma forma, merece especial análise o possível enquadramento dos Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas como uma “nova” figura de gestão descentralizada da Reserva da Biosfera. Tais instrumentos, pela sua distribuição em todo o território brasileiro tem potencial para serem adotados igualmente pelas demais Reservas da Biosfera brasileiras, incorporando-se ao “modelo brasileiro” de gestão integrada, participativa e descentralizada de nossas reservas.

Os Conselhos Gestores de Mosaicos são regulamentados pelo artigo 8º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamenta a lei do SNUC nº 9.985/2000.

Como se vê são perfeitamente adequados ao Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera brasileiras, o que não se trata de coincidência fortuita, uma vez que o próprio conceito de “Mosaico de Unidades de Conservação” foi inspirado em parte nos princípios de gestão das Reservas da Biosfera.

No caso da Mata Atlântica, existem atualmente (março 2018) 14 Mosaicos reconhecidos oficialmente, dos quais 8 são institucionalizados no âmbito federal (MMA), 6 em âmbito estadual. Todos eles estão inseridos em áreas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Alguns deles são “transfronteiriços” envolvendo territórios de 2 ou 3 estados, podendo neste sentido servir de elo para a atuação de dois Comitês Estaduais vizinhos.

Outro caso inspirador é o da área da Itaipu Binacional que na sua porção brasileira está integralmente inserida na RBMA e que no país vizinho, o Paraguai, também está inserida em uma Reserva da Biosfera, a RB Itaipú, reconhecida pela UNESCO em 2016. Tal situação poderia propiciar inclusive o reconhecimento de uma Reserva da Biosfera Transfronteiriça Brasil-Paraguai, uma vez que esta figura muito valorizada internacionalmente preserva a existência (e total soberania do país) para cada uma das Reservas envolvidas, mas promove a sinergia e projetos conjuntos a partir de planos de ação estabelecidos por consenso pelos dois países o que, no caso de Itaipú já ocorre há décadas. Neste caso, todavia uma eventual RB Transfronteiriça ou o irmanamento das duas Reservas (Itaipú no Paraguai e RBMA no Brasil) mecanismo este também reconhecido e estimulado pela UNESCO, não caberia pensar na área total da RBMA (nos 17 Estados), mas sim em um setor da RBMA que tenha identidade territorial com a Reserva vizinha.

A especificidade deste caso, por exemplo, estimula igualmente que seja definido o Setor Itaipú da RBMA e criada ali uma **Unidade de Gestão Descentralizada**.

4.2 UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

A partir das diversas situações analisadas foi apresentada e aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA, realizada em Foz do Iguaçu, Paraná, em agosto de 2018, a proposta de criação da figura das Unidades de Gestão Descentralizada da RBMA/ UGD- RBMA, com as seguintes características e objetivos:



- As Unidades de Gestão Descentralizadas da RBMA – UGD – RBMA são Unidades Territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA.

As UGDs são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação, com as seguintes atribuições:

- Promover, sempre em conformidade com as diretrizes do CN-RBMA e dos Comitês Estaduais envolvidos, a implementação da Reserva da Biosfera na sua área de atuação.
- Promover parcerias, captar recursos, e desenvolver projetos e propostas voltadas à sua missão.
- Representar o território nas ações, eventos e programas nacionais desenvolvidos pela RBMA.
- Estimular e coordenar a articulação institucional entre entes governamentais, comunitários, acadêmicos, da sociedade civil e da iniciativa privada para implementar os princípios e atividades da RBMA e do programa MAB/UNESCO em sua área de ação.

A designação de um Território e correspondente Colegiado Gestor como UGD tem validade de 4 anos podendo ser renovada indefinidas vezes por igual período. A desativação da designação poderá ocorrer a qualquer momento, seja por decisão do Conselho Nacional em função do não cumprimento pela instituição do protocolo conjuntamente estabelecido, seja por manifestação formal da mesma.

4.3 CRITÉRIOS PARA DESIGNAÇÃO DE UGD-RBMA

4.3.1 DO TERRITÓRIO DA UGD

Para que uma área possa ser reconhecida como Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA é necessário que tenha delimitação espacial clara, identidade territorial justificada, esteja totalmente inserida na Reserva da Biosfera e conte com mecanismos de gestão incluindo instituição Coordenadora e Colegiado Gestor.

4.3.2 DA GESTÃO DA UGD

Toda UGD deve contar com Colegiado Gestor e Entidade Coordenadora.

O Colegiado Gestor pode ser constituído por Conselho especificamente criado para tal função ou por colegiado pré existente de caráter territorial, a exemplo de Conselhos de Mosaicos de Áreas Protegidas, Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de desenvolvimento regional e outros, desde que atendam os princípios de composição paritária e participativa estabelecidos pelo CN-RBMA.

Cabe ao Colegiado Gestor definir diretrizes, aprovar Planos de Ação e fomentar atividades necessárias ao bom funcionamento da UGD, bem como aprovar as contas e as parcerias relativas à Unidade. A periodicidade de reuniões, os mandatos dos representantes e demais formas de funcionamento serão definidas em Regimento Interno do Colegiado, a ser aprovado em até 90 dias de sua instalação.



Para que uma instituição, seja reconhecida como Entidade Coordenadora de uma UGD da RBMA deve atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1-Ter seu território de atuação total ou parcialmente inserido na RBMA
- 2-Ser reconhecida formalmente do ponto de vista legal
- 3-Ter pelo menos 2 anos de funcionamento contínuo
- 4-Constituir-se ou contar com um Colegiado Gestor com composição equilibrada, desejavelmente paritária, entre membros governamentais e da sociedade civil
- 5-Ter entre seus objetivos centrais a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável
- 6-Manifestar ao CN-RBMA, formalmente, seu interesse em tornar-se Coordenadora de uma Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA,
- 7-Comprometer-se a promover sua missão em consonância com os princípios do Programa MAB/UNESCO e com as diretrizes do Conselho Nacional da RBMA
- 8-Ter sua solicitação aprovada pelo CN-RBMA
- 9-Apresentar ao CN-RBMA, anualmente, relatório sintético das atividades desenvolvidas na e pela UGD.
- 10-Sinalizar o território da UGD como integrante da Reserva da Biosfera e divulgar em todos seus meios de comunicação sua atuação como integrante do Sistema de Gestão da RBMA

São direitos e atribuições das UGD-RBMA por meio de sua coordenação:

- 1-Utilizar o logo da RBMA/MAB UNESCO em seu material de comunicação, papelaria ,campanhas e ações de campo conforme normas definidas pelo CN-RBMA
- 2-Participar por meio de sua coordenação e na condição de convidada das reuniões do Conselho Nacional, Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA, bem como dos eventos públicos promovidos pela Reserva da Biosfera
- 3-Apresentar moções, indicar membros da Sociedade civil para compor os órgãos colegiados da Reserva, indicar candidaturas ao Prêmio Muriqui e outras premiações da RBMA e propor candidaturas a Postos Avançados da RBMA em sua área de atuação.
- 4-Representar, quando assim definido pelo CN-RBMA, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em eventos técnicos e científicos, campanhas e outras atividades coletivas, no Brasil ou no Exterior
- 5-Comunicar sua designação como UGD-RBMA na elaboração de propostas e projetos voltados à captar recursos ou estabelecer parcerias para o desenvolvimento de sua missão

4.4 UGD - ITAIPU RBMA

4.4.1 A UNIDADE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO DA ITAIPU-BINACIONAL - UGD-ITAIPU RBMA

Como explicitado anteriormente as Unidades de Gestão Descentralizadas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – UGD – RBMA são unidades territoriais na Reserva da Biosfera, que apresentam identidade e mecanismos de gestão colegiada, integrada e participativa voltados à promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, reconhecidas e assim designadas pelo Conselho Nacional da RBMA.

As UGD são instituídas pelo Conselho Nacional da RBMA CN-RBMA, por solicitação e em consonância com os agentes do território, e passam a integrar o Sistema de Gestão da Reserva por meio de sua coordenação **Por solicitação da Itaipu Binacional, foi apresentada e aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA a proposta de criação da UGB-Itaipu-RBMA.**

4.4.2 JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

A Região do Reservatório e da Barragem da Itaipu- Binacional possui um eco sistema de grande diversidade biológica e extremamente ameaçado por ações humanas.

Localizado na região da barragem, abriga uma das últimas reservas de Mata Atlântica estacional semidecidual do Brasil e constitui a maior reserva de floresta pluvial subtropical do Planeta.

Na margem brasileira situa-se entre dois importantes parque nacionais, o de Iguazu e o de Ilha Grande.

O Parque Nacional de Ilha Grande é importante área de transição entre a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pantanal.

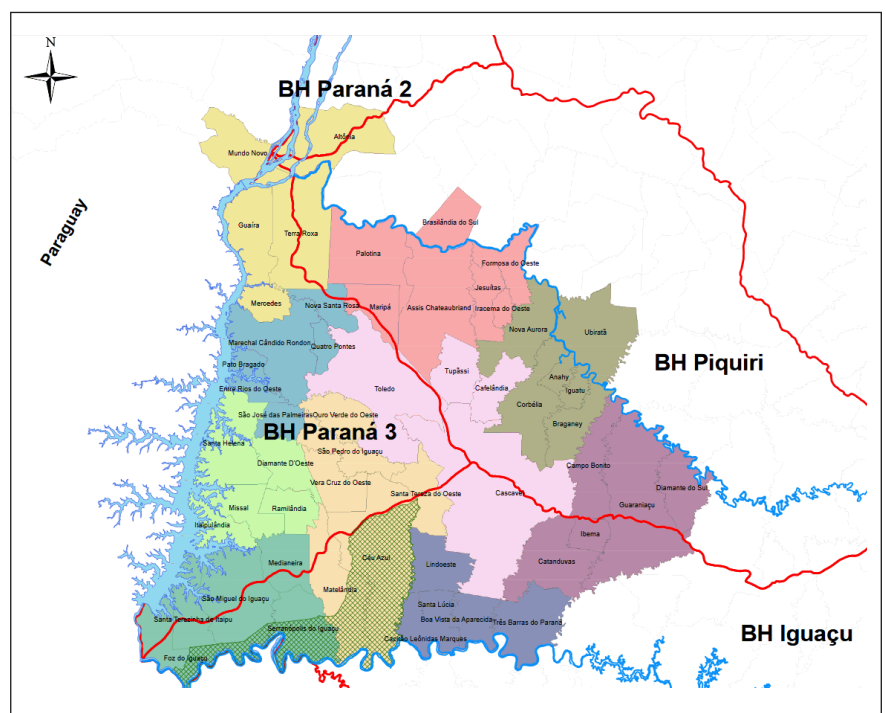
A área da UGD- Itaipu-RBMA é a Bacia Hidrográfica 3 do Rio Paraná, onde a empresa desenvolve um ousado programa de reflorestamento das margens do Reservatório, tanto no Paraguai, onde a área também é abrangida por uma Reserva da Biosfera (RB Itaipu-Paraguai), quanto no lado brasileiro, onde 98% da faixa de proteção do lago está completamente preservada ou restaurada.

Apesar de por vários anos ter sido um dos estados com o maior desmatamento registrado, o Estado do Paraná foi também o que mais contribuiu para restaurar a Mata Atlântica no Brasil com cerca de 76.000 ha., dos quais aproximadamente 30% correspondem à ações da Itaipu-Binacional, segundo o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica produzido pela SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Grande parte da contribuição da Itaipu se deu entre os anos 1985 e 2000, com a formação da faixa de proteção do reservatório. A empresa criou também, no Brasil, o Refúgio Biológico Bela Vista, o Corredor Biológico Santa Maria e a RPPN da Fazenda Santa Maria. Essas áreas, que juntas possuem 65.747 ha., estão sendo propostas para serem Zona Núcleo na RBMA-Fase 7.

4.4.3 LIMITES DA UGD - ITAIPU-RBMA

A área definida como UGD-ITAIPU-RBMA é a Bacia Hidrográfica 3 do Rio Paraná em sua margem brasileira, onde a Itaipu por meio de suas ações cumpre vários compromissos sociais e ambientais, facilitando a gestão. A área em questão está em sua totalidade na RBMA- Fase 7.



Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3

Os limites da UGD-RBMA-Itaipu consideram a divisão de municípios, porém o limite é o desenho da bacia hidrográfica. Desta forma há municípios inteiramente inseridos na UGD e outros apenas parcialmente inseridos.

Duas organizações municipais são atuantes na Região :

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (www.lindeiros.org.br) e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP (www.amop.org.br) .

Os municípios abrangidos pelo Conselho são: Pato Bragado, Missal, Mercedes, Medianeira, Marechal Candido Rondon, Guaíra, Foz do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Terra Roxa, São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Itaipulândia e Mundo Novo – MS.

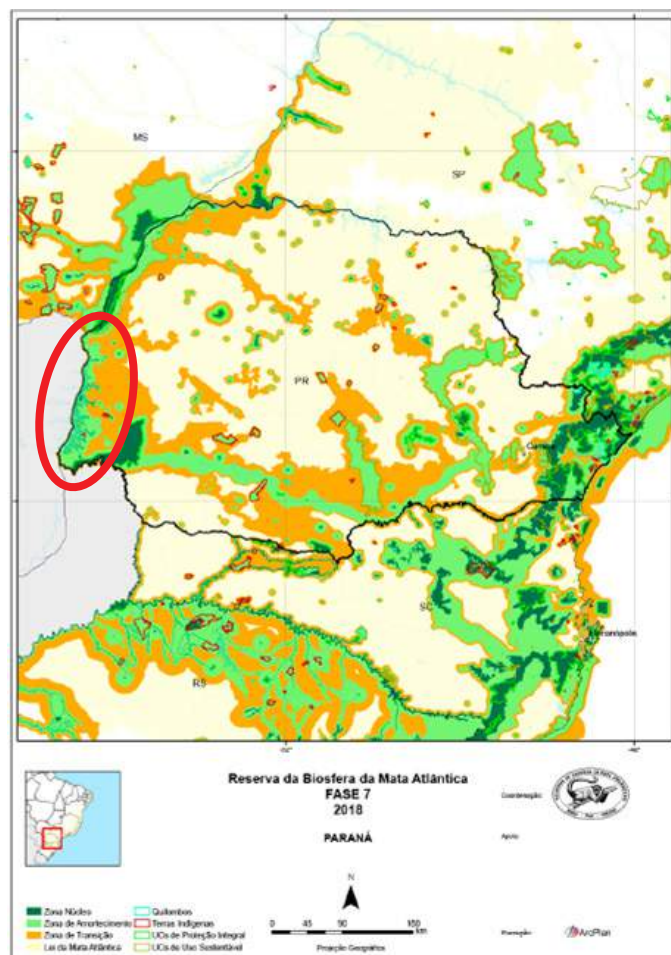
Os municípios abrangidos pela AMOP são: Pato Bragado, Missal, Mercedes, Medianeira, Marechal Candido Rondon, Guaíra, Foz do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Terra Roxa, São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Toledo, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Cascavel e Maripa.

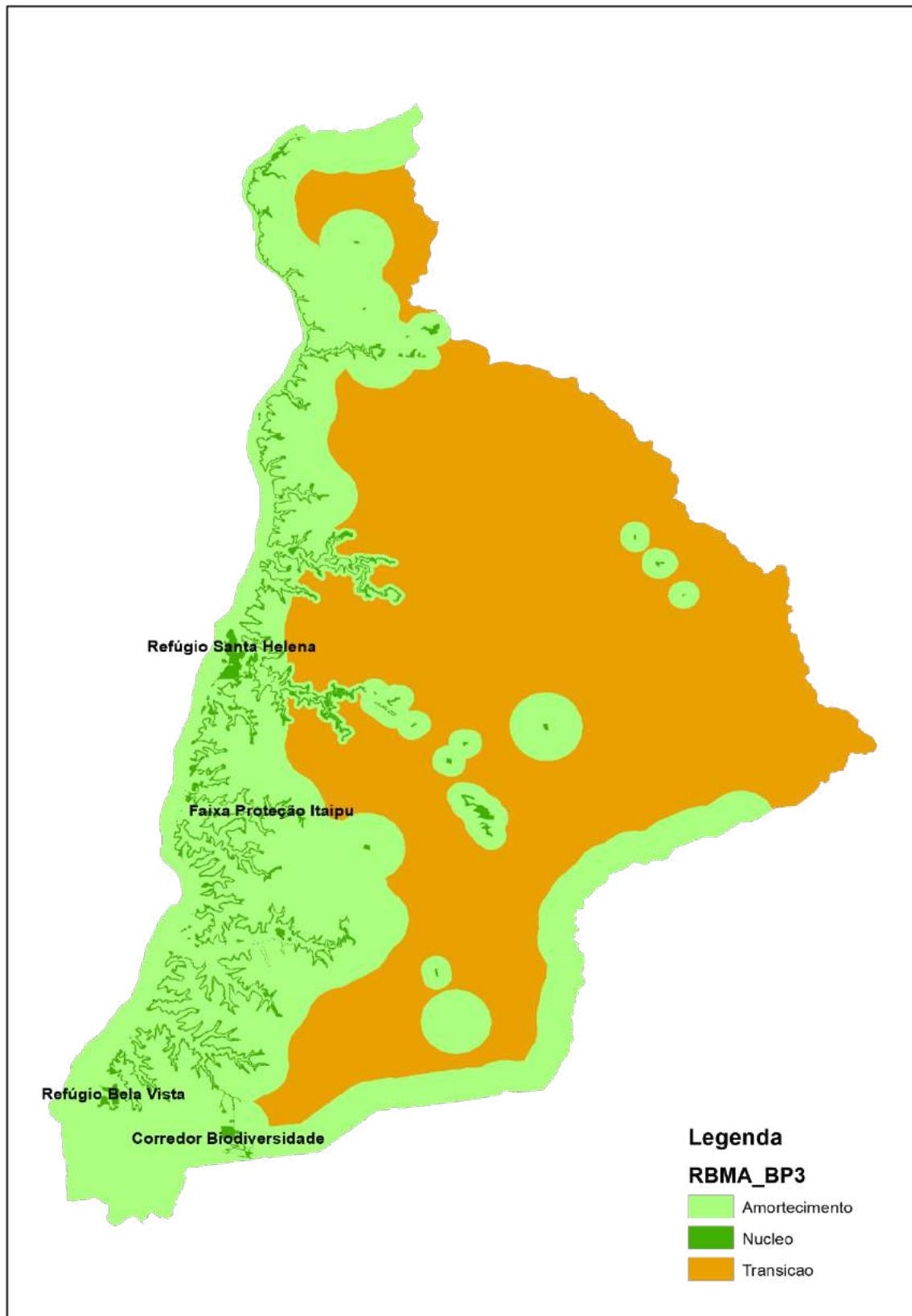
Ambas estarão representadas no Conselho Gestor da UGD-Itaipu RBMA

4.4.4 A RBMA NA REGIÃO DE ITAIPU

A RBMA passou por significativa transformação na região com ampliação de sua zona de transição que agora ocupa toda a bacia do Paraná 3 e com a criação de zonas núcleo em quatro áreas: Faixa de proteção do Lago de Itaipu, o Refúgio Boa lógica Vista, o Corredor Biológico Santa Maria e a RPPN da Fazenda Santa. Foi ampliada também, em função da criação de zonas núcleo a zona de amortecimento da RBMA na região.

Mapa da RBMA Fase 7- Paraná com a localização geral UGD-Itaipu RBMA





A RBMA na Região de Itaipu - PR



DA COORDENAÇÃO DA UGD-ITAIPU-RBMA

A coordenação da UGD será exercida pela Itaipu-Binacional com as seguintes atribuições:

- Promover, sempre em conformidade com as diretrizes do CN-RBMA e dos Comitês Estaduais envolvidos, a implementação da Reserva da Biosfera na sua área de atuação.
- Promover parcerias, captar recursos, e desenvolver projetos e propostas voltadas à sua missão.
- Representar o território nas ações, eventos e programas nacionais desenvolvidos pela RBMA.
- Estimular e coordenar a articulação institucional entre entes governamentais, comunitários, acadêmicos, da sociedade civil e da iniciativa privada para implementar os princípios e atividades da RBMA e do programa MAB/UNESCO em sua área de ação.
- Apoiar a criação e funcionamento de um Colegiado Gestor para a Unidade.
- Apresentar ao CN-RBMA, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas pela UGD.
- Apresentar ao CN-RBMA, a cada quatro anos, solicitação de renovação do título de UGD-Itaipu -RBMA.

O Colegiado Gestor no caso desta UGD deverá ser constituído especificamente para tal função e deve atender aos princípios de composição paritária e participativa estabelecidos pelo CN-RBMA.

A composição prevista para UGD Itaipu RBMA, aprovada na 26ª Reunião Anual do CN-RBMA, é a abaixo descrita:

| REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS | REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS |
|--|---|
| 1-Parque Nacional de Iguaçu | 1- Parque das Aves |
| 2-Parque Nacional de Ilha Grande | 2- FPTI - Fundação Parque Tecnológico de Itaipu |
| 3- Policia Ambiental | 3- Universidade Privada |
| 4-5- Itaipu Binacional (2 membros) | 4- Universidade Privada |
| 6- Município Lindeiro | 5- LAR - Cooperativa Agroindustrial |
| 7- Município Lindeiro | 6- A-proli - Associação dos Produtores Rurais Lindeiros do Parque Nacional do Iguaçu e Lago de Itaipu |
| 8- Município Lindeiro | 7- Sindicato |
| 9- Município (Não necessariamente lindeiro) | 8-Turismo |
| 10- IAP Instituto ambiental do Parana | 9- ONG |
| 11- SEMA-Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná | 10- ONG |
| 12- Universidade Governamental | 11- Morador (Indígena) |
| 13- Universidade Governamental | 12- Morador (Pescador) |
| | 13- Morador (a definir) |

Cabe ao Colegiado Gestor definir diretrizes, aprovar Planos de Ação e fomentar atividades necessárias ao bom funcionamento da UGD, bem como aprovar as contas e as parcerias relativas à Unidade. A periodicidade de reuniões, os mandatos dos representantes e demais formas de funcionamento serão definidas em Regimento Interno do Colegiado, a ser aprovado em até 90 dias de sua instalação.



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 2

TABELAS DE ÁREAS PROTEGIDAS FASE 7 POR ESTADOS



5 ANEXO 2 - TABELAS DE AREAS PROTEGIDAS RBMA FASE 7 POR ESTADOS

5.1 ESTADO DO PIAUÍ

5.1.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|-----------------------------------|--|---------|----------|----------------|--|
| PI | ZA | UC | APA DELTA DO PARNAIBA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1996 | Decreto nº S/N de 28/08/1996 |
| PI | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOQUEIRÃO DOS FRADES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | federal | 1998 | Portaria N9 30-N, DE 24 DE MARÇO DE 1998 |
| PI | ZN | UC | RPPN SANTA MARIA DE TAPUÃ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | federal | 1999 | Portaria 98-N - DOU 225-E- 25/11/1999 - |
| PI | - | MOSAICO | SERRA DA CAPIVARA E CONFUSÃO | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2005 | Portaria MMA nº 76 de 11/03/05 |
| PI | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA CAPIVARA | Parque Nacional | PI | federal | 1979 | Decreto nº 83548 de 05/06/1979 |
| PI | ZN | UC | PARNA SERRA DAS CONFUSÕES | Parque Nacional | PI | federal | 1998 | Decreto nº S/N de 02/10/1998 |
| PI | ZN | UC | PE DO RANGEL | Parque Estadual | PI | estadual | 2017 | Decreto 17.428 de 18/10/ 2017 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.2 ESTADO DO CEARÁ

5.2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|-------------------------------|----------------------------|-------|-----------|----------------|---|
| CE | ZA | UC | APA CHAPADA DO ARARIPE | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1997 | Decreto S/N de 04/08/1997 |
| CE | ZN | UC | APA DA LAGOA DE SACO DO BARRO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2007 | Lei nº 954 de 20/12/2007 |
| CE | ZA | UC | APA DA SERRA DA ARATANHA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 24.959 de 07/06/1998 |
| CE | ZA | UC | APA DA SERRA DE BATURITÉ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1990 | Decreto nº 20.956 de 20/09/1990 |
| CE | ZA | UC | APA DAS DUNAS DE PARACURU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.418 de 29/03/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DE CANOA QUEBRADA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 40 de 20/03/1998 / Lei 035/2002 - Ampliação da APA |
| CE | ZA | UC | APA DELTA DO PARNAÍBA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1996 | Decreto S/N de 28/08/1996 |



| | | | | | | | | |
|----|-------|----------|--------------------------------------|--|-----|-----------|------|---|
| CE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO CEARÁ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.413 de 29/03/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO CURU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.416 de 29/03/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO MUNDAÚ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.414 de 31/03/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DO LAGAMAR DO CAUIPE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 24.957 de 08/06/1998 |
| CE | ZA | UC | APA SERRA DA IBIAPABA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1996 | Decreto S/N de 26/11/1996 |
| CE | ZN | APP | APP | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| CE | - | CORREDOR | CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO PACOTI | Corredor Ecológico | APP | estadual | 2000 | Decreto S/N de 15/02/00 / Ampli. nº32.164 de 02/03/17 |
| CE | ZN/ZA | UC | ESEC DO PECÉM | Estação Ecológica | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 25.777 de 15/02/00 / Ampli. nº 30.895 de 20/04/12 |
| CE | ZA | UC | FLONA DO ARARIPE-APODI | Floresta Natural | US | federal | 1946 | Decreto - Lei nº 9.226 de 04/05/1946 |
| CE | ZN | APP | MANGUEZAL EM ÁREA RPIORITÁRIA | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| CE | ZN | UC | MONA DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE | Monumento Natural | PI | estadual | 2004 | Decreto nº 27.461 de 04/06/2004 |
| CE | ZN | UC | MONA DOS MONÓLITOS DE QUIXADÁ | Monumento Natural | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 26.805 de 25/10/2002 |
| CE | ZA | UC | PE BOTÂNICO DO CEARÁ | Parque Estadual | US | estadual | 1996 | Nº 24.216 de 09/09/96 |
| CE | ZN | UC | PE MARINHO DA PEDRA DA RISCA DO MEIO | Parque Estadual | PI | estadual | 1999 | Lei ordinária nº 12.717 de 23/09/1999 |
| CE | ZN | UC | PN DAS DUNAS DA SABIAGUABA | Parque Natural | PI | nacional | - | Não disponibilizado |
| CE | ZN | UC | PARNA DE UBAJARA | Parque Nacional | PI | federal | 1953 | Decreto nº 45954 de 30/04/1953 |
| CE | ZN | UC | PNM DAS DUNAS DA SABIAGUABA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2006 | Decreto nº 11.986 de 20/02/2006 |
| CE | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| CE | ZN | UC | RESEX DO BATOQUE | Reserva Extrativista | US | federal | 2003 | Decreto nº S/N de 06/06/2003 |
| CE | ZN | UC | RPPN AMBIENTALISTA FRANCY NUNES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 54 de 08/09/2000 |
| CE | ZN | UC | RPPN ARAJARA PARK | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 24 de 23/02/1999 |
| CE | ZN | UC | RPPN CHANCELER EDSON QUEIROZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2006 | Portaria nº 5 de 31/01/2006 |
| CE | ZN | UC | RPPN FAZENDA NÃO ME DEIXES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 37 de 16/04/1999 |
| CE | ZN | UC | RPPN FAZENDA OLHO D'ÁGUA DO URUCU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1991 | Portaria nº 719 de 26/03/1991 |
| CE | ZN | UC | RPPN MERCÊS SABIAGUABA E NAZÁRIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1993 | Portaria nº 113 de 25/10/1993 |
| CE | ZN | UC | RPPN MONTE ALEGRE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 151 de 24/10/2001 |
| CE | ZN | UC | RPPN NATURAL SERRA DA PACAVIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| CE | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL SÍTIO PALMEIRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 46 de 24/07/2008 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|---------------------------------------|
| CE | ZN | UC | RPPN RIO BONITO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 174 de 21/11/2001 |
| CE | ZN | UC | RPPN SERRA DA PACAVIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 47 de 23/07/2008 |
| CE | ZN | UC | RPPN SERRA DAS ALMAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 51 de 08/09/2000 |
| CE | ZN | UC | RPPN SÍTIO AMEIXAS – POÇO VELHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 07 de 28/01/1994 |
| CE | ZA | UC | APA DA BICA DO IPÚ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.354 de 27/01/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DA LAGOA DA JIJOCA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2000 | Decreto nº 25.975 de 10/08/2000 |
| CE | ZA | UC | APA DA LAGOA DO URUAÚ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.355 de 27/01/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DA PRAIA DE PONTA GROSSA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 262 de 08/04/1998 |
| CE | ZA | UC | APA DAS DUNAS DA LAGOINHA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 25.417 de 31/03/1999 |
| CE | ZA | UC | APA DO MANGUEZAL DA BARRA GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2000 | Lei ordinária nº 298 de 12/05/2000 |
| CE | ZA | UC | APA DO PECEM | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 24.957 de 08/06/1998 |
| CE | ZA | UC | APA DO RIO PACOTI | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2000 | Decreto nº 25778 de 17/02/2000 |
| CE | ZA | UC | APA SERRA DA MERUOCA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 2008 | Lei ordinária nº 11.891 de 26/12/2008 |
| CE | ZA | UC | ARIE DO SÍTIO CURIÓ | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2006 | Decreto nº 28.333 de 31/07/2006 |
| CE | ZN | UC | PE DAS CARNAÚBAS | Parque Estadual | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 28.154 de 21/02/2006 |
| CE | ZN | UC | PE SÍTIO FUNDÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Decreto nº 29307 de 06/06/2008 |
| CE | ZA | UC | ARIE DAS ÁGUAS EMENDADAS DOS INHAMUNS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2014 | Decreto nº 31.403 de 24/01/2014 |
| CE | ZN | UC | MONA CAVALEIROS DA ESPERANÇA | Monumento Natural | PI | municipal | 2013 | Decreto nº 634 de 07/06/2013 |
| CE | ZN | UC | PE BOTÂNICO | Parque Estadual | PI | estadual | 2012 | Decreto nº 24.216 de 09/09/2016 |
| CE | ZN | UC | PE DO COCÓ | Parque Estadual | PI | estadual | 2017 | Decreto nº 32.248 de 07/06/2017 |
| CE | ZN | UC | PARNA DE JERICOACOARA | Parque Nacional | PI | federal | 2013 | Decreto nº S/N de 05/06/2013 |
| CE | ZN | UC | PNM DAS TIMBAÚBAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2017 | Decreto nº 352 de 23/10/2017 |
| CE | ZN | UC | RESEX PRAINHA DO CANTO VERDE | Reserva Extrativista | US | federal | 2009 | Decreto nº S/N de 05/06/2009 |
| CE | ZN | UC | RPPN ALMIRANTE RENATO DE MIRANDA MONTEIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 111 de 26/12/2011 |
| CE | ZN | UC | RPPN ARAÇÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 113 de 21/10/2014 |
| CE | ZN | UC | RPPN BELO MONTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Decreto nº 97 de 05/12/2011 |
| CE | ZN | UC | RPPN CHICO BIMBINO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2016 | Portaria nº 16 de 29/02/2016 |
| CE | ZN | UC | RPPN CÍCERO ALMEIDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 216 de 07/08/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN ELIAS ANDRADE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 93 de 28/12/2009 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|-----------|------|-------------------------------|
| CE | ZN | UC | RPPN FAZENDA ARIZONA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 264 de 10/12/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN FAZENDA BELÉM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 134 de 11/12/2014 |
| CE | ZN | UC | RPPN FAZENDA FONSECA – IRMÃ HELOÍSA E MAURÍCIO HOLANDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2018 | Portaria nº 664 de 11/07/2018 |
| CE | ZN | UC | RPPN FONTE DE LUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 258 de 06/12/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN FRANCISCO BRAZ DE OLIVEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 237 de 16/10/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN GÁLIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Decreto nº 69 de 15/06/2012 |
| CE | ZN | UC | RPPN ILHA ENCANTADA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 257 de 05/12/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN LUIZINHO ALENCAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 186 de 13/05/2013 |
| CE | ZN | UC | RPPN MÃE DA LUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 58 de 29/07/2009 |
| CE | ZN | UC | RPPN NENÉM BARROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 8 de 24/01/2012 |
| CE | ZN | UC | RPPN OÁSIS ARARIPE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2016 | Portaria nº 32 de 26/04/2016 |
| CE | ZN | UC | RPPN OLHO D'ÁGUA DO TRONCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2016 | Portaria nº 81 de 11/08/2016 |
| CE | ZN | UC | RPPN PASSAREDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 10 de 06/02/2012 |
| CE | ZN | UC | RPPN PAULINO VELÔSO CAMÊLO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 43 de 09/06/2010 |
| CE | ZN | UC | RPPN RESERVA DA CULTURA PERMANENTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 91 de 10/11/2011 |
| CE | ZN | UC | RPPN SAMUEL NOBRE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 23 de 06/03/2014 |
| CE | ZN | UC | RPPN SÍTIO LAGOA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2017 | Decreto nº 8974 de 24/01/2017 |
| CE | ZN | UC | RPPN VÓ BELAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 217 de 08/08/2013 |
| CE | ZN | UC | RVS PEDRA DA ANDORINHA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | 2010 | Decreto nº 1252 de 18/08/2010 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.2.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|-----------------------------|-----------|----|----------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | Taba dos Anacé | Anacé | CE | Encaminhada RI | Reserva Indígena | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Tapeba | Tapeba | CE | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Pitaguary | Pitaguari | CE | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Lagoa Encantada | Kanindé | CE | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Tremembé da Barra do Mundaú | Tremembé | CE | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.2.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54130.000544/2012-67 | BOQUEIRAO DA ARARA | CE | 18/09/2014 | | | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54130.001696/2006-39 | TIMBAUBA | CE | 2009/11/18 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54130.000483/2014-08 | CÓRREGO DOS IUS | CE | 22/07/2017 | 23/07/2017 | | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.3 ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5.3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|--|---------|-----------|----------------|--|
| RN | ZA | UC | APA ESTADUAL DOS RECIFES DE CORAIS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RN | ZA | UC | FLONA DE NÍSIA FLORESTA | Floresta Natural | US | federal | 2001 | Decreto nº S/N de 27/09/2001 |
| RN | ZN | APP | MANGUEZAL | Área de Proteção Permanente | PI / US | federal | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RN | ZN | UC | REBIO ATOL DAS ROCAS | Reserva Biológica | PI | federal | 1979 | Decreto nº 83549 de 05/06/1979 |
| RN | ZN | APP | RECIFES COSTEIROS | Área de Proteção Permanente | PI / US | federal | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RN | ZA | UC | APA BONFIM/GUARAÍRA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 14.369 de 22/03/1999 |
| RN | ZA | UC | APA DE JENIPABU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1995 | Decreto nº 12.620 de 17/05/1995 |
| RN | ZA | UC | APA PIQUIRI-UNA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1990 | Decreto nº 10.683 de 06/06/1990 |
| RN | ZN | UC | PNM DA CIDADE DO NATAL DOM NIVALDO MONTE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2006 | Decreto nº 8078 de 14/12/2006 |
| RN | ZA | UC | RDS ESTADUAL PONTA DO TUBARÃO | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2003 | Lei ordinária nº 8349 de 18/07/2003 |
| RN | ZN | UC | RPPN MATA ESTRELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 20 de 31/03/2000 |
| RN | ZN | UC | RPPN DUNAS DOURADAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2016 | Portaria nº 2 de 06/01/2016 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |



5.4 ESTADO DA PARAÍBA

5.4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|--|-------|-----------|--------|--|
| PB | ZA | UC | APA BARRA DO RIO MAMANGUAPE | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1993 | Decreto nº 924 de 10/09/1993 |
| PB | ZA | UC | APA DE TAMBABA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2002 | Decreto nº 22882 de 26/03/2002 |
| PB | ZN | UC | APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MAGAÓ | Área de Proteção Ambiental | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZA | UC | APA DO RONCADOR | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2006 | Decreto nº 27.204 |
| PB | ZN | APP | APP | Área de Preservação Permanente | PI | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PB | ZA | UC | ARIE DE GOIAMUNDUBA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2002 | Decreto nº 23833 de 29/12/2002 |
| PB | ZN | UC | ARIE MANGUEZAIS DA FOZ DO RIO MAMANGUAPE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | Decreto nº 91.890 de 05/11/1985 |
| PB | ZN | UC | ARIE MATA GOIAMUNDUBA | Área de Relevante Interesse Ecológico | PI | - | 2002 | Decreto nº 23.833 |
| PB | ZN | UC | ESEC DO PAU BRASIL | Estação Ecológica | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 22.881 |
| PB | ZA | UC | FLONA DA RESTINGA DE CABEDELO | Floresta Natural | US | federal | 2004 | Decreto nº S/N de 02/06/2004 |
| PB | ZN | APP | MANGUEZAL | Área de Preservação Permanente | PI | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PB | ZN | UC | PE DO ARATU | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 23.838/2002 de 27/12/2002 |
| PB | ZN | UC | PE DO JACARAPÉ | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 23.836 de 27/12/2002 |
| PB | ZN | UC | PE MARINHO DE AREIA VERMELHA | Parque Estadual | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 21.263 de 29/08/2000 |
| PB | ZN | UC | PE MATA DO PAU FERRO | Parque Estadual | PI | estadual | 2005 | Decreto nº 26098 de 05/08/2005 |
| PB | ZN | UC | PE MATA DO XÉM-XÉM | Parque Estadual | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 21.252 |
| PB | ZN | UC | PEC MUNICIPAL DA BARRA DO RIO CAMARAT | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | REBIO GUARIBAS | Reserva Biológica | PI | federal | 1990 | Decreto nº 98884 de 25/01/1990 |
| PB | ZN | APP | RECIFES COSTEIROS | Área de Preservação Permanente | PI | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PB | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | PI | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PB | ZN | UC | RESEC MATA DO RIO VERMELHO | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | RPPN DO RONCADOR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | RPPN ENGENHO GRAGAÚ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | RPPN GARGAÚ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | RPPN PACATUBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PB | ZN | UC | ARIE DA BARRA DO RIO CAMARATUBA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 1998 | Lei complementar nº 001/98 de 22/05/1998 |
| PB | ZA | UC | RESEX ACAÚ-GOIANA | Reserva Extrativista | US | federal | 2007 | Decreto nº S/N de 27/09/2007 |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

| | | | | | | | | |
|----|----|----|-------------------------------|---------------------------|----|----------|------|--|
| PB | ZN | UC | PE DAS TRILHAS DOS CINCO RIOS | Parque Estadual | PI | estadual | 2014 | Decreto nº Decreto nº 35.325 de 17/09/2014 |
| PB | ZN | UC | RVS DA MATA DO BURAQUINHO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2014 | Decreto nº 35.195 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.4.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|------------------------|-----------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | Jacaré de São Domingos | Potiguara | PB | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Potiguara | Potiguara | PB | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Potiguara de Monte-Mor | Potiguara | PB | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-II | FUNAI |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.4.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----|------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54320.001383/2007-24 | PARATIBE | PB | 26/12/2012 | - | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54320.0000416/2005-57 | CAIANA DOS CRIoulos | PB | 24/12/2015 | 28/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54320.001147/2009-70 | ENGENHO MUNDO NOVO | PB | 2015/04/14 | 2015/04/15 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54320.001528/2004-44 | ENGENHO BONFIM | PB | 2007/10/08 | 2008/07/14 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.5 ESTADO DE PERNAMBUCO

5.5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|----------------------------|-------|-----------|----------------|---|
| PE | ZA | UC | APA CAMPO DO JIQUIÁ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | APA COSTA DOS CORAIS | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1986 | Lei nº 9931/86 / Alt. Decreto nº s/n de 23/10/1997 |
| PE | ZA | UC | APA DAS CAPIVARAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei nº16.719/2001 |
| PE | ZA | UC | APA DE AIPUCOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2000 | Lei nº116.609/2000 |
| PE | ZA | UC | APA DE FERNANDO DE NORONHA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1986 | Decreto nº 92755 de 05/06/1986 |
| PE | ZN | UC | APA DE GUADALUPE | Área de Proteção Ambiental | PI | estadual | 1997 | Decreto Estadual 19.635/97 / Alt. Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | APA DE SANTA CRUZ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei nº 13539/08 |
| PE | ZA | UC | APA DE SIRINHAÉM | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 21229 de 28/12/1998 / Alt. Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO CANAL DE SANTA CRUZ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO CARRO QUEBRADO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO FORMOSO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO ITAPESSOCA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO JAGUARIBE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Lei Estadual 9.931/87 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DO RIO TIMBÓ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MEGAÓ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS JABOATÃO E PIRAPAMA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA DO ESTUÁRIO DOS RIOS SIRINHAÉM E MARACAÍPE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 |
| PE | ZA | UC | APA ENGENHO UCHOA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO CANAL DE SANTA CRUZ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Decreto Estadual N° 34692/2010 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO CARRO QUEBRADO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei nº 9931/86 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO TIMBÓ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1983 | Dec. nº 88744/83 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO UMA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei Estadual 9.931/86 / Alt. Lei nº 13539/08 |
| PE | ZA | UC | APA MATA DA VÁRZEA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | APA NOVA CRUZ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2003 | Lei Municipal 2.466/03 |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|--|---------------------------------------|---------|-----------|------|--|
| PE | ZN | APP | APP / REM. FLORESTAL | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | ARIE ILHA DO ZECA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2003 | Lei nº116.869/2003 |
| PE | ZA | UC | ARIE MANGUE DE SANTA TEREZA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 1998 | Decreto Estadual nº 21229/98 |
| PE | ZA | UC | BEBERIBE* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | CAXANGÁ* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | CURADO* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | DOIS IRMÃOS* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | DOIS UNIDOS* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZN | UC | ESEC DE CAETÉS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZA | UC | ESEC DE TAPACURÁ | Estação Ecológica | US | estadual | 1998 | Lei Estadual 11.622/98 |
| PE | ZA | UC | ESTUÁRIO DO CAPIBARIBE* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | IPUTINGA* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | JOANA BEZERRA* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | JORDÃO * | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | LAGOA DO ARAÇÁ* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZN | UC | MANANCIAL ALDEIA | Área de Proteção de Mananciais | PI | estadual | 1986 | Área de Proteção de Mananciais - Lei 9860/86 |
| PE | ZN | UC | MANANCIAL CUMBÉ DE CIMA | Área de Proteção de Mananciais | PI | estadual | 1997 | Área de Proteção de Mananciais - Lei 9864/97 |
| PE | ZN | UC | MANANCIAL ENG. CANOAS | Área de Proteção de Mananciais | PI | estadual | 1997 | Área de Proteção de Mananciais - Lei 9863/97 |
| PE | ZN | UC | MANANCIAL MATA DE SÃO JOÃO DA VÁRZEA | Área de Proteção de Mananciais | PI | estadual | 1997 | Área de Proteção de Mananciais - Lei 9866/97 |
| PE | ZA | UC | MATA DAS NASCENTES * | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | MATA DO BARRO* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | MATAS DO CURADO * | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZN | UC | MONA MUNICIPAL ORQUIDÁRIO PEDRA DA ROSÁRIA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | MONA SERRA DO GAVIÃO | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | ORLA MARÍTIMA* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZN | UC | PARNA MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA | Parque Nacional | PI | federal | 1988 | Decreto nº 96693 de 14/10/1988 |
| PE | ZA | UC | PARQUE DOS MANGUEZAIS * | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZN | UC | PE DE DOIS IRMÃOS | Parque Estadual | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | PE MATA DE DOIS IRMÃOS | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | PE MATA DE DUAS LAGOAS | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | PE MATA DO ZUMBI | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Lei nº 13539/08 |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

| | | | | | | | | |
|----|----|-----|---|--------------------------------|----|-----------|------|---|
| PE | ZN | UC | PEC DE SERRA NEGRA | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | PEC JOÃO VASCONCELOS SOBRINHO | Parque Ecológico | PI | municipal | 1983 | Lei Municipal 2.796/83 |
| PE | ZN | UC | PN DO FORTE DE TAMANDARÉ | Parque Natural | US | municipal | 2003 | Decreto Municipal 013/03 |
| PE | ZN | UC | PNE MONUMENTO NATURAL PEDRA DO CACHORRO | Parque Natural Estadual | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | REBIO DE SALTINHO | Reserva Biológica | PI | federal | 1983 | Decreto nº 88744 de 21/09/1983 |
| PE | ZA | UC | REBIO DE PEDRA TALHADA | Reserva Biológica | PI | federal | 1989 | Decreto nº 98524 de 13/12/1989 |
| PE | ZN | UC | REBIO DE SALTINHO | Reserva Biológica | PI | federal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | REBIO MUNICIPAL MATA DA CHUVA | Reserva Biológica | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | REBIO SERRA NEGRA | Reserva Biológica | PI | - | 1982 | Não disponibilizado |
| PE | ZN | APP | RECIFES COSTEIROS | Área de Preservação Permanente | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | APP | REMANESCENTE DE TRIUNFO | Área de Preservação Permanente | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | APP | REMANESCENTES FLROESTAIS | Área de Preservação Permanente | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC DA MATA DE CAMAÇARI | Reserva Ecológica | US | estadual | 1987 | Reserva Ecológica Estadual - Lei 9.989/87 |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DA SERRA DO CUMARU | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DA USINA SÃO JOSÉ | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DE CARAÚNA | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE CONTRA AÇUDE | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE DOIS UNIDOS | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE DUAS LAGOAS | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE JAGUARANA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE JAGUARIBE | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE JANGADINHA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE LANÇO DOS CAÇÕES | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE MANASSU | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DE MIRITIBA | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE MUSSAÍBA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE PASSARINHO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE QUISANGA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE SANTA CRUZ | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE SÃO BENTO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DE SÃO JOÃO DA VÁRZEA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DE TAPACURÁ | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|----------|------|---|
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DO BOM JARDIM | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO CAMUCIM | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DO COTOVELO | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO CURADO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENG. SALGADINHO | Reserva Ecológica | US | estadual | 1985 | Reserva Ecológica - Lei 9.898/85 |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DO ENGENDO MORENINHO | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENGENHO AMPARO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENGENHO MACAXEIRA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENGENHO SÃO JOÃO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENGENHO TAPACURÁ | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ENGENHO UCHÔA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO JANGA | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO OUTEIRO DO PEDRO | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DO SISTEMA GURJAÚ | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO TORÓ | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RESEC MATA DO URUCU | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZA | UC | RESEC MATA DO ZUMBI | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RFU MATA DO PASSARINHO | Reserva de Floresta Urbana | PI | estadual | 1989 | Dec. nº 98524/89 |
| PE | ZN | UC | RPPN BITURI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA BITUTI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA BREJO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria IBAMA 090/02 |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA LAJE BONITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2006 | Portaria Conjunta CPRH/SECTMA 002/06 |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTA BEATRIZ DO CARNIJÓ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria IBAMA 024/01 / Alt. Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTA RITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RPPN FAZENDA TABATINGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | Estadual | 1986 | Lei nº 9931/86 / Alt. Portaria CPRH 039/97 |
| PE | ZN | UC | RPPN FREI CANECA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria IBAMA 091/02 / Alt. Decreto Estadual N° 38261/2012 |
| PE | ZN | UC | RPPN LAJE BONITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Lei nº 13539/08 |
| PE | ZN | UC | RPPN NOSSA SENHORA DO OUTEIRO DE MARACAÍPE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1997 | Decreto Estadual N° 19635/1997 / Alt. Portaria IBAMA 058/00 |
| PE | ZN | UC | RPPN RIACHO HOME | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS ENGENHO MORENINHO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DA SERRA DO COTOVELO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | Estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DA USINA SÃO JOSÉ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE BOM JARDIM | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--------------------------------|------------------------------|----|-----------|------|---|
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE CARAÚNA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 / Alt. Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE CONTRA AÇUDE | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE MIRITIBA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE MUSSAIBA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE TAPACURÁ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO AMPARO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO CAMUCIM | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO CONTRA-AÇUDE | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO CUMARU | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2008 | Lei nº 13539/08 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO CURADO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO MACAXEIRA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO MORENINHO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2008 | Lei nº 13539/08 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO SALGADINHO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1998 | Lei nº 11622/98 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO SÃO JOÃO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO TAPACURÁ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO ENGENHO UCHÔA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO OUTEIRO DO PEDRO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO QUIZANGA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO SIRIJI | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1998 | Lei nº 11622/98 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO SISTEMA GURJAÚ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1988 | Dec. nº 96693/88 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO TORÓ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO URUCU | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO URUCU | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA SÃO JOÃO DA VÁRZEA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATA SERRA DO COTOVELO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA TAPACURÁ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| PE | ZN | UC | RVS MATAS DO SISTEMA GURJAÚ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZN | UC | RVS SERRA DO CUMARU | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 9.989 de 13/01/1987 |
| PE | ZA | UC | SÃO MIGUEL* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | SÍTIO DOS PINTOS* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | SÍTIO GRANDE | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2002 | Lei nº16.751/2002 |
| PE | ZA | UC | TAMANDARÉ* | Em Processo de Categorização | US | municipal | 2008 | Lei nº16.176/1996 |
| PE | ZA | UC | RESEX ACAÚ GOIANA | Reserva Extrativista | US | federal | 1986 | Lei nº 9931/86 / Alt. Decreto nº S/N de 27/09/2007 |
| PE | ZA | UC | APA ALDEIA-BEBERIBE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2010 | Decreto nº 34.692 de 17/03/2010 / Alt. Lei nº 14324/11 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|---|
| PE | ZA | UC | APA DE FERNANDO DE NORONHA - ROCAS - SÃO PEDRO E SÃO PAULO (TRECHO TERRESTRE) | Área de proteção ambiental | US | federal | 2010 | Lei municipal nº 882/2010 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO FORMOSO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2014 | Decreto Estadual Nº 40551/2014 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO ITAPESSOCA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2014 | Decreto Estadual Nº 40548/2014 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DO RIO JAGUARIBE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2010 | Portaria CPRH/SECTMA Nº 021/2010 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MEGAÓ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DOS RIOS JABOATÃO E PIRAPAMA | Área de proteção ambiental | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | APA ESTUÁRIO DOS RIOS SIRINHAÉM E MARACAÍPE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | ARIE HORTO DEL REY | Área de relevante interesse ecológico | US | municipal | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | ARIE IPOJUCA MEREREPE | Área de relevante interesse ecológico | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | ESEC DE BITA E UTINGA | Estação Ecológica | PI | estadual | 2014 | Decreto Estadual Nº 40549/2014 |
| PE | ZN | UC | PNM MATAS DO MUCURI-HIMALAYA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Lei municipal nº 936/2011 - DOEPE - 20/10/2011 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DE CAMAÇARI | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DE JAGUARANA | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DE JANGADINHA | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DE MANASSÚ | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DE SÃO BENTO | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DO JANGA | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZA | UC | RFU MATA DOIS UNIDOS | Refúgio Florestal Urbano | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | REBIO DE PEDRA TALHADA | Reserva Biológica | PI | federal | 2011 | Lei municipal nº 936/2011 - DOEPE - 20/10/2011 |
| PE | ZN | UC | RPPN BENEDITO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RPPN ECO FAZENDA MORIM | Reserva particular do patrimônio natural | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RPPN PEDRA D'ANTAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RPPN SERRA DO CONTENTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 68 de 17/08/2009 / Alt. Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DE SANTA CRUZ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO BOM JARDIM | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA DO JAGUARIBE | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATA LANÇO DOS CAÇÕES | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |
| PE | ZN | UC | RVS MATAS DE ÁGUA AZUL | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2011 | Lei nº 14324/11 |

LEGENDA

| | |
|---|---|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na BMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| * | UC's Municipais em Processo de Categorização |



5.5.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|-------------------|--------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | XUKURU | Xucuru | PE | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | XUKURU DE CIMBRES | Xucuru | PE | Regularizada | Reserva Indígena | CR-NE-I | FUNAI |

LEGENDA

| |
|--|
| Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.5.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54140.000472/2005-18 | TIMBO | PE | - | - | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| |
|--|
| Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.6 ESTADO DE ALAGOAS

5.6.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--------------------------------------|--------------------------------|-------|----------|----------------|--|
| AL | ZA | UC | APA COSTA DOS CORAIS | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1997 | Decreto nº s/n de 23/10/1997 |
| AL | ZA | UC | APA DE PIAÇABUÇU | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1983 | Decreto nº 88421 de 21/06/1983 |
| AL | ZN | UC | ESEC DE MURICI | Estação Ecológica | PI | federal | 2001 | Decreto nº S/N de 29/05/2001 |
| AL | ZN | APP | ESTUÁRIO | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| AL | ZN | APP | MANGUEZAL | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| AL | ZN | UC | REBIO DE PEDRA TALHADA | Reserva Biológica | PI | federal | 1989 | Decreto nº 98524 de 13/12/1989 |
| AL | ZN | APP | RECIFES COSTEIROS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| AL | ZN | APP | REMANECENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| AL | ZN | UC | RESEC CADO DE PEDRA | Reserva Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZA | UC | RESEC MANGUEZAIS DA LAGOA DO ROTEIRO | Reserva Ecológica | US | estadual | 1987 | Decreto nº 32.355 de 03/08/1987 |
| AL | ZA | UC | RESEC SACO DE PEDRA | Reserva Ecológica | US | estadual | 1985 | Decreto nº 6.274 de 05/06/95 |
| AL | ZA | UC | RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ | Reserva Extrativista | US | federal | 2001 | Decreto nº s/n de 28/09/2001 |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|---|--|-----|----------|------|--|
| AL | ZN | APP | RESTINGAS E DUNAS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| AL | ZN | UC | RPPN ALDEIA VERDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2007 | Portaria nº 005/2007 de 04/06/2007 |
| AL | ZN | UC | RPPN ANTONIO COUTINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | Portaria IMA 026/07 |
| AL | ZN | UC | RPPN BENEDITO COUTINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | Portaria IMA 025/07 |
| AL | ZN | UC | RPPN FAZ. BOA SORTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2007 | Portaria nº 015/2007 de 22/11/2007 |
| AL | ZN | UC | RPPN FAZ. CANADÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2007 | Portaria nº 004/2007 de 04/06/2007 |
| AL | ZN | UC | RPPN FAZENDA PEREIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN FAZENDA ROSA DO SOL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN FAZENDA SÃO PEDRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN LULA LOBO I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN OSWALDO TIMÓTEO (FAZ. SANTA MARIA) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2007 | Portaria nº 018/2007 de 22/11/2007 |
| AL | ZN | UC | RPPN RESERVA GULANDIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN RESERVA SANTA TEREZA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZN | UC | RPPN VERA CRUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| AL | ZA | UC | APA DA MARITUBA DO PEIXE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1988 | Decreto nº 35858 de 07/03/1988 |
| AL | ZA | UC | APA DE MURICÍ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Lei ordinária nº 5907 de 17/03/1997 |
| AL | ZA | UC | APA DE SANTA RITA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4607 de 20/12/1984 |
| AL | ZA | UC | APA DO CATOLÉ E FERNÃO VELHO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Lei ordinária nº 5347 de 28/05/1992 |
| AL | ZN | UC | RPPN ALDEIA DO MAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 33/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN ALFREDO ELIAS DA ROSA OITICICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 42/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN ANHUMAS I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 39/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN ANHUMAS III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 37/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN APOLINARIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 16/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN BOSQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 015/09 |
| AL | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 023/2008 de 22/06/2009 |
| AL | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 012/09 |
| AL | ZN | UC | RPPN CONCEICAO LYRA 1 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 21/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN CONCEICAO LYRA 2 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 20/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN CONCEICAO LYRA 3 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 17/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN CONCEICAO LYRA 4 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 19/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN DUBINHA GUIMARÃES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 28/17 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|------------------------------|--|----|----------|------|------------------------------------|
| AL | ZN | UC | RPPN ESTRELA DO SUL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Portaria IMA 09/12 |
| AL | ZN | UC | RPPN EUSTAQUIO TOLEDO NETO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 006/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN GARABU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2013 | Portaria IMA 018/13 |
| AL | ZN | UC | RPPN GUANABARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 38/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN JULIA SILVEIRA COUTINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 22/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN LUIZ JATOBA FILHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 007/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN LUIZ JOAQUIM BARBOSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 35/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN MACACOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 23/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN MADEIRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 08/2010 de 23/04/2010 |
| AL | ZN | UC | RPPN OLHO DAGUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 08/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN PAPA MEL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Portaria IMA 08/12 |
| AL | ZN | UC | RPPN PINDOBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 011/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN PLANALTO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 013/09 |
| AL | ZN | UC | RPPN PORTO ALEGRE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Portaria IMA 010/12 |
| AL | ZN | UC | RPPN PORTO SEGURO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 011/09 |
| AL | ZN | UC | RPPN QUEBRA CARRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 31/17 |
| AL | ZN | UC | RPPN SAINT MICHEL 1 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 17/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN SAINT MICHEL 2 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 16/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN SAINT MICHEL 3 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 18/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN SALVADOR LYRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 12/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN SANTA CRISTINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 10/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN SANTA FÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 022/2008 de 22/06/2009 |
| AL | ZN | UC | RPPN SANTA MARIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 010/09 |
| AL | ZN | UC | RPPN SENADOR CARLOS LYRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 18/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN SERENO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria IMA 22/18 |
| AL | ZN | UC | RPPN SERRA D'AGUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2013 | Portaria IMA 19/13 |
| AL | ZN | UC | RPPN TARCIZO TOLEDO CARNAUBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Portaria IMA 020/2017 |
| AL | ZN | UC | RPPN TRIUNFO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Portaria IMA 014/09 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |



5.6.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|-----------------|-----------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | Xucuru-Kariri | Xucuru - Kariri | AL | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Kariri-Xocó | Kariri - Xocó | AL | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Fazenda Canto | Xucuru - Kariri | AL | Regularizada | Reserva Indígena | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Karapotó | Karapotó | AL | Regularizada | Reserva Indígena | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Kariri-Xocó | Kariri - Xocó | AL | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Mata da Cafurna | Xucuru - Kariri | AL | Regularizada | Dominial Indígena | CR-NE-I | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Wassu-Cocal | Wassú | AL | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-NE-I | FUNAI |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.6.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|--------|
| ZA | Território Quilombola | 54360.000140/2007-01 | TABACARIA | AL | 2007/10/02 | 2008/10/02 | - | - | - |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.7 ESTADO DE SERGIPE

5.7.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE | ATO LEGAL |
|----|------|---------|-------------------------------------|--------------------------------|---------|---------|--------|--|
| SE | ZA | UC | APA LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAÍA | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1992 | Decreto nº 1.046 de 17/03/1992 |
| SE | ZN | APP | ESTUÁRIO | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SE | ZA | UC | FLONA DO IBURA | Floresta Natural | US | federal | 2005 | Decreto nº S/N de 19/09/2005 |
| SE | ZN | UC | PARNA DA SERRA DE ITABAIANA | Parque Nacional | PI | federal | 2005 | Decreto nº S/N de 15/06/2005 |
| SE | ZN | UC | REBIO DE SANTA ISABEL | Reserva Biológica | PI | federal | 1988 | Decreto nº 96999 de 20/10/1988 |
| SE | ZN | UC | REBIO DO LITORAL SUL | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|----------|------|--|
| SE | ZN | UC | RPPN FAZENDA BONFIM DA CACHOEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria 039/97-N Retificação - DOU 103 - 02/06/1998 |
| SE | ZN | UC | RPPN MATA 01 (BOM JARDIM) E MATA 02,03 E 04 (TAPERA) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2006 | Portaria nº 102 - DOU 243 - 20/12/2006 |
| SE | ZN | UC | RPPN MATA 01 E 02 (MARINHEIRO) E MATA 03 (PEDRA DA URÇA) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | Portaria nº 4 de 10/01/2007 |
| SE | ZN | UC | RVS MATA DO JUNCO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2007 | Decreto nº 24994 de 27/12/2007 |
| SE | ZN | UC | RPPN DO CAJU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 4 de 18/01/2011 |
| SE | ZN | UC | RPPN DONA BENTA E SEU CABOCLO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 71 de 31/08/2010 |
| SE | ZN | UC | RPPN FAZENDA CASTELO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2018 | Portaria nº 664 de 10/07/2018 |
| SE | ZN | UC | RPPN LAGOA ENCANTADA DO MORRO DA LUCRÉCIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 92 de 21/11/2011 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.7.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|---------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 5437.0000786/2006-80 | LADEIRAS | SE | 13/12/2012 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.001177/2011-13 | Curuanha | SE | - | 03/11/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000520/2004-75 | LAGOA DOS CAMPINHOS | SE | 2007/10/08 | 2008/12/09 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000782/2006-00 | FORTE | SE | 23/12/2013 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000321/2007-18 | PIRANGI | SE | - | - | 05/12/2013 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000783/2006-46 | CARAIBAS | SE | 2011/10/26 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000787/2006-24 | PATIOBA | SE | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000952/2006-48 | BREJO DOS NEGROS | SE | 30/04/2015 | 04/05/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.001903/2010-17 | PONTAL DA BARRA | SE | 2011/10/26 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370000780/2006-11 | LUZIENSE | SE | 2010/12/15 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000779/2006-88 | DESTERRO | SE | 2015/11/21 | 2015/11/24 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54370.000320/2007-65 | MALOCA | SE | - | - | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.8 ESTADO DA BAHIA

5.8.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|----------------------------|-------|-----------|----------------|---|
| BA | ZA | UC | APA BACIA DO COBRE / SÃO BARTOLOMEU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2001 | Decreto nº 7.970 de 06/06/2001 |
| BA | ZA | UC | APA BAÍA DE CAMAMU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2002 | Decreto nº 8.175 de 28/02/2002 |
| BA | ZA | UC | APA BAÍA DE TODOS OS SANTOS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 7.595 de 06/09/1999 |
| BA | ZA | UC | APA CAMINHOS ECOLÓGICOS DA BOA ESPERANÇA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2003 | Decreto nº 8.552 de 05/06/2003 |
| BA | ZA | UC | APA CARAÍVA/ TRANCOSO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.215 de 15/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA COROA VERMELHA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.184 de 07/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA COSTA DE ITACARÉ/ SERRA GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.186 de 08/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA COSTA DOURADA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1999 | Lei nº274 de 01/08/1999 |
| BA | ZA | UC | APA DA LAGOA DA CCC | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1993 | Decreto nº23 de 04/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA DA PENÍNSULA DE MARAÚ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1997 | Decreto nº15 de 09/09/1997 |
| BA | ZA | UC | APA DA SERRA DO OURO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2006 | Decreto nº 10.194 de 28/12/2006 |
| BA | ZA | UC | APA DO RECIFE DAS PINAÚNAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1997 | Lei nº467 de 20/10/1997 |
| BA | ZA | UC | APA DUNAS E VEREDAS DO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Decreto nº 6.547 de 20/07/1997 |
| BA | ZA | UC | APA GUAIBIM | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Decreto nº 1.164 de 11/05/1992/ Alterado Dec nº 8.649 de 23/09/2003 |
| BA | ZA | UC | APA JOANES IPITANGA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Decreto nº 7.539 de 05-06-1999 |
| BA | ZA | UC | APA LAGO DE PEDRA DO CAVALO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Decreto nº6.548 de 18/07/1997 |
| BA | ZA | UC | APA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.217 de 15/06/1993 / Alterado Dec. 8.650/2003 |
| BA | ZA | UC | APA LAGOAS DE GUARAJUBA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1991 | Resolução nº 387 de 28/02/1991 |
| BA | ZA | UC | APA LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Decreto nº 351 de 23/09/1987 / Alterado Dec. 2.540/1993 |
| BA | ZA | UC | APA LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAÍA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Decreto nº 1.046 de 17/03/1992 |
| BA | ZA | UC | APA MANGUE SECO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1991 | Decreto nº 605 de 06/11/1991 |
| BA | ZA | UC | APA MARIMBUS / IRAQUARA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.216 de 15/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA MUNICIPAL PLANÍCIE COSTEIRA DO GUAIBIM | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2007 | Decreto nº424 de 08/05/2007 |
| BA | ZA | UC | APA PLATAFORMA CONTINENTAL DO LITORAL NORTE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2003 | Decreto nº 8.553 de 06/06/2003 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----------------|---|-----------------------------------|---------|-----------|------|--|
| BA | ZA | UC | APA PONTA DA BALEIA / ABROLHOS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.218 de 15/06/1993 |
| BA | ZA | UC | APA PRATIGI | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2001 | Decreto nº 7.272 de 02/04/1998 / Alterado Dec. 8.036 / 2001 |
| BA | ZN | UC | APA RIO CAPIVARA | Área de Proteção Ambiental | PI | estadual | 1993 | Decreto nº 2.219 de 14/05/1993 |
| BA | ZA | UC | APA RIO PRETO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2006 | Decreto nº 10.019 de 05/06/2006 |
| BA | ZA | UC | APA SANTO ANTÔNIO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1994 | Decreto nº 3.413 de 01/09/1994 |
| BA | ZA | UC | APA SÃO JOAQUIM DA CABONHA APA I, APA II | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | APA TINHARÉ BOIPEBA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Decreto nº 1.240 de 05/06/1992 |
| BA | - | Minicorredores | BOA NOVA POÇÕES | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | - | Minicorredores | CONDURU | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | - | Minicorredores | DESCOBRIMENTO | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | ZN | UC | ESEC ESTADUAL WENCESLAU GUIMARÃES | Estação Ecológica | PI | estadual | 1997 | Decreto nº 6.228 de 22/02/1997 |
| BA | ZN | UC | ESEC RIO PRETO | Estação Ecológica | PI | estadual | 2005 | Decreto nº 9.441 de 06/06/2005 |
| BA | ZN | AP | ESTAÇÃO VERACEL | Área de Proteção Ambiental | - | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | APP | LAGO | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| BA | ZN | APP | MANGUEZAL | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| BA | - | Minicorredores | MARINHO DE ABROLIOS | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | ZN | UC | MONA CACHOEIRA DO FERRO DOIDO | Monumento Natural | PI | estadual | 1998 | Decreto 7.412 de 17/08/1998 |
| BA | ZN | UC | MONA DOS CANIONS DO SUBAÉ | Monumento Natural | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 10.018 de 06/06/2006 |
| BA | - | Minicorredores | MONTE PASCOAL | Minicorredores | PI / US | - | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | - | Minicorredores | PAPUÃ - PRATIGI | Minicorredores | PI / US | - | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | ZN | UC | PARNA DA CHAPADA DIAMANTINA | Parque Nacional | PI | federal | 1985 | Decreto nº 91.655 de 17/09/1985 |
| BA | ZN | UC | PARNA DO DESCOBRIMENTO | Parque Nacional | PI | federal | 1999 | Decreto nº s/n de 20/04/1999 |
| BA | ZN | UC | PARNA DO MONTE PASCOAL | Parque Nacional | PI | federal | 1961 | Decreto nº 242 de 29/11/1961 |
| BA | ZN | UC | PARNA MARINHO DOS ABROLHOS | Parque Nacional | PI | federal | 1983 | Decreto nº 88218 de 06/04/1983 |
| BA | ZN | UC | PARNA PAU BRASIL | Parque Nacional | PI | federal | 1999 | Decreto nº S/N de 20/04/1999 |
| BA | - | Minicorredores | PAU - BRASIL | Minicorredores | PI / US | - | 2006 | Decreto estadual nº. 1633- R/2006: 7 |
| BA | ZN | UC | PE DA SERRA DO CONDURU | Parque Estadual | PI | estadual | 1997 | Decreto nº 6.227 de 22/02/1997 |
| BA | ZN | UC | PE DAS SETE PASSAGENS | Parque Estadual | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 7.808 de 25/05/2000 |
| BA | ZN | UC | PE DO MORRO DO CHAPÉU | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 7.413 de 18/08/1998 / Lei nº 12.924 de 13/12/2013 |
| BA | ZN | UC | PM DA SERRA DO PERIPERI | Parque Municipal | PI* | municipal | 1999 | Decreto nº9480 de 16/06/1999 |
| BA | ZN | UC | PM DE MUCUGÊ | Parque Municipal | PI* | municipal | 1999 | Decreto nº235 de 15/03/1999 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----------------|-----------------------------------|--|---------|-----------|------|--|
| BA | ZN | UC | PM MARINHO DO RECIFE DE FORA | Parque Municipal | PI* | municipal | 1997 | Lei nº260 de 16/12/1997 |
| BA | ZN | UC | PM MARINHO RECIFE DE FORA | Parque Municipal | PI* | municipal | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | PNM DA BOA ESPERANÇA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Lei Complementar nº 01 de 07/06/2001/ Alterada Lei nº 3756 de 09/11/2015 |
| BA | ZN | UC | PNM DA MACAQUEIRAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2003 | Lei nº651 de 11/09/2003 |
| BA | ZN | UC | PNM DA RESTINGA DE PRAIA DO FORTE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Lei nº367 de 12/09/2008 |
| BA | ZN | UC | PNM DA SERRA DAS ALMAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2002 | Decreto nº01 de 19/01/2002 |
| BA | ZN | UC | PNM DO ESPALHADO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2005 | Lei nº015/2005 |
| BA | ZN | UC | PNM DO MORRO DO PAI INÁCIO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Decreto nº548 de 14/12/2001 |
| BA | ZN | UC | REBIO DE UNA | Reserva Biológica | PI | federal | 1980 | Decreto nº 85463 de 10/12/1980 |
| BA | ZN | UC | REBIO CÓRREGO GRANDE | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX BAÍA DE IGUAPE | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX CASSURUBA | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX CORUMBAU | Reserva Extrativista | US | federal | 2000 | Decreto nº S/N de 22/09/2000 |
| BA | ZA | UC | RESEX DE CANAVIEIRAS | Reserva Extrativista | US | federal | 2006 | Decreto nº S/N de 06/06/2006 |
| BA | ZA | UC | RESEX DE CANAVIEIRAS | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX ILHAS DE CASSURUBA | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX MARINHA CORUMBAU | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZA | UC | RESEX MARINHA DA BAIÁ DO IGUAPE | Reserva Extrativista | US | federal | 2000 | Decreto nº S/N de 14/08/2000 |
| BA | ZA | UC | RESEX PONTA DO CORUMBAU | Reserva Extrativista | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | - | Minicorredores | RESTINGA | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7 |
| BA | ZA | UC | RPPN AGDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN ARAÇARI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN BOM SOSSEGO II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 26 de 07/05/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN CAJUEIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN CARROULA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2003 | Portaria nº 175 de 03/01/2003 |
| BA | ZN | UC | RPPN CONTENDAS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN CÓRREGO DOS BOIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN DA MAMONA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN DAS ÁGUAS E DAS MATAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN DAS DUNAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 17 de 05/03/2004 |
| BA | ZN | UC | RPPN DAS NASCENTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN DUNAS DE SANTO ANTÔNIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 65 de 04/06/2001 |
| BA | ZN | UC | RPPN ECOPARQUE DE UNA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|------------------------------|--|----|---------|------|--------------------------------|
| BA | ZN | UC | RPPN ESTÂNCIA MANACÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA ÁGUA BRANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA ARAPAUNA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA ARTE VERDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA AVAÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA COQUEIROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA ITACIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA KAYBÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA LONTRA/ SAUDADE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA PANEMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA PARAÍSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA PINDORAMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA SÃO JOÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA SOSSEGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN GUANANDI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN GUARIRÚ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN ITACIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN JACUBA VELHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 71 de 10/09/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN JATAIPEBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN JUERAMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN JUERANA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN JUERANA MILAGROSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN LAGOA DO PEIXE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN MATA DA CALIFÓRNIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN OURO VERDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN PEDRA DO SABIÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN PORTAL CURUPIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA CAPITÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA DA PENINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1992 | Decreto nº 1.164 de 11/05/1992 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA FUGIDOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA MATO GROSSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|----------|------|--------------------------------|
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA NAT. DA SERRA DO TEIMOSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL DA SERRA DO TEIMOSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA PANEMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA SALTO APEPIQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO CAPITÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 24 de 09/03/2004 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DO BRASIL I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 93 de 21/11/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DO BRASIL II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 87 de 21/11/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DO BRASIL III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 88 de 21/11/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DO BRASIL IV | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 89 de 21/11/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DO BRASIL V | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 90 de 21/11/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DOS MONOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2006 | Portaria nº 19 de 10/03/2006 |
| BA | ZN | UC | RPPN SALTO APEPIQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN SÃO JOQUIM DA CABONHA APA I E APA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN SAPUCAIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN TAQUARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN TUIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RPPN VERA CRUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| BA | ZN | UC | RVS DE UNA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 2007 | Decreto nº s/n de 21/12/2007 |
| BA | ZN | UC | RVS DO RIO DOS FRADES | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 2007 | Decreto nº S/N de 21/12/2007 |
| BA | ZA | UC | APA SERRA DO BARBADO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Decreto nº 2.183 de 08/06/1993 |
| BA | ZA | UC | ARIE NASCENTE DO RIO DE CONTAS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2001 | Decreto nº 7.968 de 06/06/2001 |
| BA | ZA | UC | ARIE SERRA DO OROBÓ | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2002 | Decreto nº 8.267 de 06/06/2002 |
| BA | ZN | UC | RPPN BOA UNIÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 29 de 12/04/2007 |
| BA | ZN | UC | RPPN HELICO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 09 de 19/01/2007 |
| BA | ZN | UC | RPPN JATOBÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 101 de 15/12/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN MÃE DA MATA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 32 de 10/03/2004 |
| BA | ZN | UC | RPPN PRIMAVERA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 76 de 11/09/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN PRIMAVERA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 75 de 11/09/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA MARIA VICENTINI LOPES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 69 de 10/09/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA SÃO JOSÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 4 de 06/02/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIACHO DAS PEDRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 77 de 11/09/2008 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----------------|--|--|---------|-----------|------|--|
| BA | ZN | UC | RPPN RIO JARDIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 20 de 14/03/2007 |
| BA | ZN | UC | RPPN SANTA MARIA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 96 de 15/12/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN SANTA MARIA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 97 de 15/12/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN SANTA MARIA III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 104 de 31/12/2008 |
| BA | ZN | UC | RPPN TRIÂNGULO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 73 de 10/09/2008 |
| BA | - | Minicorredores | SERRA DAS ONÇAS | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7 |
| BA | - | Minicorredores | UNA - BAIXÃO - LONTRAS | Minicorredores | PI / US | estadual | 2006 | Decreto estadual nº. 1633-R/2006: 7 |
| BA | ZA | UC | APA DA BARRAGEM | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA DA CANABRAVA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA DA GAMELEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA DA PEDRA BRANCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA DA PEDRA DO QUEIXINHO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA DO MORRO DE SANTANA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Lei nº156 de 10/03/2015 |
| BA | ZA | UC | APA VALE DAS CASCATAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2015 | Decreto nº54 de 12/11/2015 |
| BA | ZA | UC | ARIE CORREDOR ECOLÓGICO LAGOA ENCANTADA/SERRA DO CONDURU | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2009 | Lei nº 3427 de 15/08/2009 |
| BA | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL DA CARRAPETA | Monumento Natural | PI* | municipal | 2015 | Decreto nº226 de 18/05/2015 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO EXTREMO SUL DA BAHIA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2010 | Portaria MMA nº 492 de 17/12/10 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU (MG E BA) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2009 | Portaria MMA nº 128 de 24/04/09 |
| BA | ZN | UC | PARNA DA SERRA DAS LONTRAS | Parque Nacional | PI | federal | 2010 | Decreto nº S/N de 14/06/2010 |
| BA | ZN | UC | PARNA DE BOA NOVA | Parque Nacional | PI | federal | 2010 | Decreto nº S/Nº de 14/06/2010 |
| BA | ZN | UC | PARNA DO ALTO CARIRI | Parque Nacional | PI | federal | 2010 | Decreto nº S/N de 14/06/2010 |
| BA | ZN | UC | PE PONTA DA TULHA | Parque Estadual | PI | estadual | 2015 | Decreto nº 16.487 de 22/12/2015 |
| BA | ZN | UC | PE SERRA DOS MONTES ALTOS | Parque Estadual | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 12.486 de 29/11/2010 |
| BA | ZN | UC | PM MARINHO DOS ILHÉUS | Parque Municipal | PI* | municipal | 2011 | Decreto nº 37 de 06/06/2011 |
| BA | ZN | UC | PNM BOSQUE DA NASCENTE DO RIO JIQUIRIÇÁ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2014 | Decreto nº807 de 03/06/2014 |
| BA | ZN | UC | PNM DAS DUNAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2016 | Lei nº9069 de 30/06/2016 |
| BA | ZN | UC | PNM DE ANDARAÍ ROTA DAS CACHOEIRAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2016 | Lei nº175 de 13/12/2016 |
| BA | ZN | UC | PNM DO BOQUEIRÃO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2015 | Decreto nº 224 de 11/05/2015 |
| BA | ZA | UC | PU PITUAÇU | Parque Urbano (Categoria SEUC) | US | estadual | 2013 | Decreto nº 14.480 de 16/05/2013 |
| BA | ZN | APP | RECIFES COSTEIROS | Area de Preservação Permanente | APP | - | 2012 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|----------------------------|--|-----|----------|------|--|
| BA | ZN | APP | REMANECENTES FLORESTAIS | Area de Preservação Permanente | APP | - | 2012 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| BA | ZA | UC | RESEX DE CASSURUBÁ | Reserva Extrativista | US | federal | 2009 | Decreto nº S/N de 05/06/2009 |
| BA | ZN | APP | RESTINGAS E DUNAS | Area de Preservação Permanente | APP | - | 2012 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| BA | ZN | UC | RPPN ARCO VERDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11511 de 30/03/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN AVE NATURA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 71 de 30/06/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN BELAS ARTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 48 de 05/06/2009 |
| BA | ZN | UC | RPPN BOM SOSSEGO III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 05 de 26/01/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN BOZI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 135 de 09/10/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN BRONZON | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 134 de 08/10/2010/ Alterada Portaria nº12.690 de 20/10/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN BRUMADINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 19 de 28/02/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN CAHY | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 02 de 19/01/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN CANTO DO SENHOR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 114 de 25/10/2012 |
| BA | ZN | UC | RPPN CORUMBAU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 3534 de 10/09/2012 |
| BA | ZN | UC | RPPN CORUMBAU I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 4938 de 02/05/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN COTINGA-CREJOÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 12265 de 23/08/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN CURIÓ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 31 de 17/05/2011 |
| BA | ZN | UC | RPPN DEMUNER | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 3006 de 10/07/2012 |
| BA | ZN | UC | RPPN DO JEQUITIBÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | Portaria nº 6984 de 13/02/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN ENGELHARDT | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 51 de 04/05/2011 |
| BA | ZN | UC | RPPN ESPINITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11783 de 17/05/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN FAZENDA DO CAHY | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | Portaria nº 7170 de 24/03/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN FERNANDES I, II E III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | Portaria nº 6827 de 29/01/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN FLOR DO NORTE I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 3 de 19/01/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN FLOR DO NORTE II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 4 de 19/01/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN GUANANDI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 76 de 27/06/2012 |
| BA | ZN | UC | RPPN IRARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11784 de 17/05/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN ITAMARANDIBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 76 de 31/08/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN LEMBRANÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 143 de 12/11/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN LEMBRANÇA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | Portaria nº 7116 de 14/03/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN LIMOIEIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2017 | Portaria nº 14785 de 11/09/2017 |
| BA | ZN | UC | RPPN MACUQUINHO-BAIANO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria nº 16352 de 19/06/2018 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|----------|------|---------------------------------|
| BA | ZN | UC | RPPN MATA DO GUIGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 70 de 30/06/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN MESTRE BONINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 4868 de 23/04/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN MUTUM-DE-BICO-VERMELHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria nº 16351 de 19/06/2018 |
| BA | ZN | UC | RPPN NATURA CERRADA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 22 de 07/03/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN NATURA MATER | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 24 de 07/03/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN NOVA ANGÉLICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2006 | Portaria nº 26 de 30/03/2006 |
| BA | ZN | UC | RPPN OLHO-DE-FOGO-RENDADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 28 de 17/05/2011 |
| BA | ZN | UC | RPPN PARAÍSO I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 3988 de 20/11/2012 |
| BA | ZN | UC | RPPN PLANISSOLI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 52 de 04/05/2011 |
| BA | ZN | UC | RPPN PREGUIÇA-DE-COLEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria nº 15711 de 05/03/2018 |
| BA | ZN | UC | RPPN RANCHO LETTY | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 6372 de 18/11/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN REFÚGIO DO GUIGÓ I E II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 133 de 09/10/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN RENAScer | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 142 de 05/11/2010 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA BIANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 5835 de 13/09/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA BOA VISTA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11746 de 11/05/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA BOHEMIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 5833 de 13/09/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA ECOLÓGICA CHEFE ROSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 5926 de 19/09/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA LUKAVEC | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 5834 de 13/09/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA MARIANA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 5832 de 13/09/2013 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA SANTO ANDRÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11747 de 11/05/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA TERRAVISTA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 27 de 18/05/2009 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA TERRAVISTA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 28 de 18/05/2009 |
| BA | ZN | UC | RPPN RESERVA VITÓRIA PRIMAVERA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11745 de 11/05/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN RIO DA BARRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 81 de 17/10/2011 |
| BA | ZN | UC | RPPN SANTA ANA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 12144 de 01/08/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN SANTA ANA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 12145 de 01/08/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN SERRA DAS ALMAS DE RIO DE CONTAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 72 de 30/06/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN STANISLAS PRYL/ MICO-LEÃO-DA-CARA-DOURADA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 12931 de 21/11/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN TRÊS MORENAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Portaria nº 11263 de 03/02/2016 |
| BA | ZN | UC | RPPN VALE DO CANTASSURÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | Portaria nº 8875 de 01/12/2014 |
| BA | ZN | UC | RPPN VOLTA DO RIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria nº 37 de 28/03/2014 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|----------------------------|---------------------------|----|-----------|------|---------------------------------|
| BA | ZN | UC | RVS DE AMARGOSA | Refúgio de Vida Silvestre | US | municipal | 2011 | Decreto nº 024 de 19/02/2011 |
| BA | ZN | UC | RVS DE BOA NOVA | Refúgio de Vida Silvestre | US | federal | 2010 | Decreto nº s/nº de 14/06/2010 |
| BA | ZN | UC | RVS SERRA DOS MONTES ALTOS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 12.487 de 29/11/2010 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.8.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | Nome da TI | Etnia | UF | Fase Legal | Modalidade | Unidade Administrativa | FONTE |
|------|---------------------|------------------------------|-----------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | ÁGUAS BELAS | Pataxó | BA | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BARRA VELHA | Pataxó | BA | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | CARAMURU/ PARAGUASSU | Pataxo Há-Há-Há | BA | Homologada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | COROA VERMELHA | Pataxó | BA | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | FAZENDA BAHIANA | Pataxó | BA | Regularizada | Reserva Indígena | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | IMBIRIBA | Pataxó | BA | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | MATA MEDONHA | Pataxó | BA | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA | Tupinambá | BA | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TUPINAMBÁ DE BELMONTE | Tupinambá | BA | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | ALDEIA VELHA | Pataxó | BA | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | COMEXATIBÁ | Pataxó | BA | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL | Pataxó | BA | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-SBA | FUNAI |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.8.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | Esfera |
|------|-----------------------|----------------------|---|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54160003690/2004-87 | PARATECA E PAU DARCO | BA | 2006/07/24 | 2007/12/19 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001634/05-99 | CAONGE/ DENDE/ ENGENHO DA PONTE E OUTRAS | BA | 2005/05/22 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001114/2008-29 | ILHA DE MARÉ | BA | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.000824/2009-12 | FAZENDA PORTEIRAS | BA | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001343/2013-19 | BARREIRO DO RIO PARDO | BA | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.004694/2005-63 | SALAMINA PUTUMUJU | BA | 2007/04/02 | 2008/12/09 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.000301/2012-71 | JETIMANA e BOA VISTA | BA | 24/09/2015 | 25/09/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001788/2005-81 | ARACA/ CARIACA/ PATO/ PEDRAS/ RETIRO | BA | 2009/10/22 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | - | PITANGA DE PALMARES | BA | - | - | - | - | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001500/2006-59 | NOVA BATALHINHA | BA | 2006/08/29 | 2009/09/22 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.000234/2006-47 | DANDA | BA | 2007/04/02 | 2010/04/08 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 216.564/3 | BARRA E BANANAL | BA | - | - | - | CDA / FCP | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001670/2008-03 | FOJO | BA | 2015/03/11 | 2015/03/12 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.002941/2008-30 | VICENTES | BA | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.003687/2004-87 | LAGOA DO PEIXE | BA | 2006/03/20 | 2009/09/22 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.003560/2007-97 | QUIZANGA, GUERÉM BAIXÃO DO GUAÍ, TABATINGA E OUTRO | BA | 16/11/2015 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001700/2008-73 | LAGOA SANTA | BA | 23/10/2014 | 24/10/2014 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | - | PITANGA DE PALMARES | BA | - | - | - | - | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | - | PITANGA DE PALMARES | BA | - | - | - | - | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.002024/2006-93 | SAO FRANCISCO DO PARAGUAÇU | BA | 2007/12/18 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.002985/2006-06 | VELAME | BA | 2010/10/02 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.003304/2011-86 | PORTO DO CAMPO | BA | 26/03/2015 | 27/03/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.001688/2008-05 | BARRA DO PARATECA | BA | 20/05/2015 | 21/05/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54160.005093/2005-78 | LAGOA DAS PIRANHAS | BA | 2006/03/20 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |



| | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|----------------------|------|----|------------|---|---|-------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54160.003870/2010-15 | IÚNA | BA | 23/11/2015 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| LEGENDA | | | | | | | | | |
| Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 | | | | | | | | | |
| Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 | | | | | | | | | |

5.9 ESTADO DE MINAS GERAIS

5.9.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|------------------------------------|-------|----------|----------------|--------------------------------------|
| MG | ZA | UC | APA ÁGUAS VERTENTES | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 39399 de 22/01/1998 |
| MG | ZA | UC | APA BACIA DO RIO PANDEIROS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1995 | Decreto nº 11901 de 02/09/1995 |
| MG | ZA | UC | APA CACHOEIRA DAS ANDORINHAS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1989 | Decreto nº 30264 de 17/10/1989 |
| MG | ZA | UC | APA FERNÃO DIAS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Decreto nº 38925 de 18/07/1997 |
| MG | ZA | UC | APA MORRO DA PEDREIRA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1990 | Decreto nº 98891 de 26/01/1990 |
| MG | ZA | UC | APA SEMINÁRIO MENOR DE MARIANA | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1984 | Decreto nº 23.564 de 11/05/1988 |
| MG | ZA | UC | APA SERRA DA MANTIQUEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1985 | Decreto nº 91304 de 06/06/1985 |
| MG | ZA | UC | APA SERRA SÃO JOSÉ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1990 | Decreto nº 30934 de 16/02/1990 |
| MG | ZA | UC | APA SUL-RMBH | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1994 | Decreto nº 35624 de 08/06/1994 |
| MG | - | APRI | APRI SERRA DE SÃO DOMINGOS (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Áreas Prioritárias para Criação UC | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | ESEC CÔRREGO DOS FECHOS | Estação Ecológica | PI | - | 1994 | Decreto nº 36.073 de 27/09/1994 |
| MG | ZN | UC | ESEC DE ÁGUA LIMPA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 36072 de 28/09/1994 |
| MG | ZN | UC | ESEC DE CORUMBÁ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1964 | Decreto nº 16580 de 24/09/1964 |
| MG | ZN | UC | ESEC DE FECHOS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 36073 de 28/09/1994 |
| MG | ZN | UC | ESEC DO CERCADINHO | Estação Ecológica | PI | estadual | 2006 | Lei ordinária nº 15979 de 14/01/2006 |
| MG | ZN | UC | ESEC DO TRIPUÍ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1978 | Decreto nº 19157 de 25/04/1978 |
| MG | ZN | UC | ESEC MAR DE ESPANHA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1974 | Decreto nº 16580 de 24/09/1974 |
| MG | ZN | UC | ESEC MUNICIPAL IPANEMA | Estação Ecológica | PI | - | 2001 | Lei nº 1.194 de 07/12/2001 |
| MG | - | APRI | FAZENDA PEDRA DA ONÇA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Áreas Prioritárias para Criação UC | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZA | UC | FE DO UAIMII | Floresta Estadual | US | estadual | 2003 | Decreto nº s/nº de 22/10/2003 |
| MG | ZN | UC | FLONA DE PASSA QUATRO | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 562 de 25/10/1968 |
| MG | ZA | UC | FLONA DE RITÁPOLIS | Floresta Natural | US | federal | 1999 | Decreto nº S/N de 21/09/1999 |
| MG | - | APRI | MATA DA IMBEL - RESERVA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Áreas Prioritárias para Criação UC | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|---------|---|---------------------------------------|---------|-----------|------|---|
| MG | - | APRI | MATA DA IMBEL (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Áreas Prioritárias para Criação UC | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | - | MOSAICO | MOSAICO DA SERRA DE SÃO JOSÉ | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2007 | Decreto Estadual nº 44.518 de 16/05/07 |
| MG | - | MOSAICO | MOSAICO MANTIQUEIRA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | - | 2006 | Portaria MMA nº 351 de 11/12/06 |
| MG | ZN | UC | PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU | Parque Nacional | PI | federal | 1999 | Decreto nº S/N de 21/09/1999 |
| MG | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA CANASTRA | Parque Nacional | PI | nacional | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA CIPÓ | Parque Nacional | PI | federal | 1984 | Decreto nº 90223 de 25/09/1984 |
| MG | ZN | UC | PARNA DAS SEMPRE VIVAS | Parque Nacional | PI | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 16/12/2002 |
| MG | ZN | UC | PARNA DE CAPARAO | Parque Nacional | PI | federal | 1961 | Decreto nº 50646 de 24/05/1961 |
| MG | ZN | UC | PARNA DO ITATIAIA | Parque Nacional | PI | federal | 1937 | Decreto nº 1713 de 14/06/1937 |
| MG | ZN | UC | PARNA MANTIQUEIRA (PROPOSTA DE CRIAÇÃO) | Parque Nacional | PI | nacional | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | PE BALEIA | Parque Estadual | PI | estadual | 1981 | Lei nº 8.022 de 23/07/1981 e Decreto nº 26.162 de 06/07/1988 |
| MG | ZN | UC | PE CAMPOS DO JORDÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1941 | Decreto nº 11.908 de 27/03/1941 |
| MG | ZN | UC | PE DE MONTEZUMA | Parque Estadual | PI | estadual | 2007 | Decreto nº s/nº de 29/09/2007 |
| MG | ZN | UC | PE DO ITACOLOMI | Parque Estadual | PI | estadual | 1967 | Lei ordinária nº 4495 de 15/06/1967 |
| MG | ZN | UC | PE DO RIO DOCE | Parque Estadual | PI | estadual | 1944 | Decreto nº 1119 de 15/07/1944 |
| MG | ZN | UC | PE IBITIPOCA | Parque Estadual | PI | estadual | 1973 | Lei nº 6.126 de 04/07/1973 |
| MG | ZN | UC | PE NOVA BADEN | Parque Estadual | PI | estadual | 1974 | Decreto nº 16580 de 24/09/1974 |
| MG | ZN | UC | PE PICO DO ITAMBÉ | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 39398 de 22/01/1998 |
| MG | ZN | UC | PE RIO CORRENTE | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 40168 de 18/12/1998 |
| MG | ZN | UC | PE RIO PARDO | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DA BOA ESPERANÇA | Parque Estadual | PI | estadual | 2007 | Decreto nº 44.520, 16/05/2007 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DA CANDONGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 40170 de 18/12/1998 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DO BRIGADEIRO | Parque Estadual | PI | estadual | 1996 | Decreto nº 38319 de 28/09/1996 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DO PAPAGAIO | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 39793 de 06/08/1998 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DO ROLA MOÇA | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 36071 de 28/09/1994 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA NEGRA | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 39907 de 23/09/1998 |
| MG | ZN | UC | PE SETE SALÕES | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 39908 de 23/09/1998 |
| MG | ZN | UC | PE VERDE GRANDE | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 39953 de 09/10/1998 |
| MG | ZN | UC | PM AGGEO PIO SOBRINHO | Parque Municipal | PI | municipal | 1990 | Lei nº 5.755 de 24/07/1990 |
| MG | ZN | UC | PM ÁGUA SANTA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | PM BREJO GRANDE | Parque Municipal | PI | municipal | 1980 | Lei nº 907 de 06/08/1980 |
| MG | ZN | UC | PM CARATINGA | Parque Municipal | PI | municipal | 1997 | Lei nº 002434 de 23/12/1997 |
| MG | ZN | UC | PM FLORESTAL CHÁCARA DO LESSA | Parque Municipal | PI | municipal | 1999 | Lei nº 856 de 14/06/1999 |
| MG | ZN | UC | PM MANGABEIRAS | Parque Municipal | PI | municipal | 1966 | Decreto nº 1.466 de 14/10/1966 |
| MG | ZN | UC | PM MATA DAS BORBOLETAS | Parque Municipal | PI | municipal | 1992 | Decreto nº 7.278 de 14/07/1992 |
| MG | ZN | UC | PM POUSO ALEGRE | Parque Municipal | PI | municipal | 1998 | Lei nº 3.411 de 13/03/1998 |
| MG | ZN | UC | PM ROBRTO BURLE MARX | Parque Municipal | PI | municipal | 1994 | Lei nº 6.804 de 29/12/1994 e Decreto nº 2.939 de 27/09/1997 |
| MG | ZN | UC | PM SAGUI DA SERRA | Parque Municipal | PI | municipal | 1999 | Decreto nº 1.545 de 05/06/1999 |
| MG | ZN | UC | PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | PNM DA BIQUINHA | Parque Natural Municipal | PI | - | - | Decreto nº 008 de 09/05/2012 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|--|
| MG | ZN | UC | PNM DAS ANDORINHAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2005 | Lei ordinária nº 69/2005 de 29/07/2005 |
| MG | ZN | UC | PNM ELCI ROLLA GUERRA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 183/88 de 28/11/1988 |
| MG | ZN | UC | REBIO DE PINHEIRO GROSSO | Reserva Biológica | PI | municipal | 1987 | Lei ordinária nº 2250 de 30/11/1987 |
| MG | ZN | UC | REBIO DA MATA ESCURA | Reserva Biológica | PI | federal | 2003 | Decreto nº S/N de 06/06/2003 |
| MG | ZN | UC | REBIO ENGENHO VELHO | Reserva Biológica | PI | - | 1994 | Lei nº 1.062 de 14/11/1994 e Lei nº 1.942 de 16/08/1997 |
| MG | ZN | UC | REBIO POÇO D'ANTAS | Reserva Biológica | PI | - | 1982 | Decreto nº 2.794 de 21/09/1982 |
| MG | ZN | UC | REBIO POUSO ALEGRE | Reserva Biológica | PI | municipal | 1998 | Lei nº 3.412 de 13/03/1998 |
| MG | ZN | UC | REBIO SERRA AZUL | Reserva Biológica | PI | municipal | 1998 | Decreto nº 39.950 de 08/10/1998 |
| MG | ZN | UC | REBIO SERRA DOS TOLEDOS | Reserva Biológica | PI | - | 1979 | Lei nº 1.211 de 05/06/1979 e Lei nº 2.088/96 |
| MG | ZN | UC | REBIO SERRA PEDRA DO CORAÇÃO | Reserva Biológica | PI | municipal | 1988 | Decreto nº 327 de 06/12/1988 |
| MG | ZN | UC | RPPN - FAZENDA BARRA DO PIRAPETINGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN ALTO DA BOA VISTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN ALTO GAMARRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN ANTÔNIO LOPES MERSON | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN BELGO MINEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN BREJO NOVO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria IBAMA nº 137/02 N de 14/10/2002 |
| MG | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA DO ANDORINHÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN COMODATO RESERVA PETI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria IBAMA nº 99/01 de 13/09/2001 |
| MG | ZN | UC | RPPN DA LAFARGE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1997 | Portaria n.125/97-N - DOU 208 - 28/10/1997 - seção/pg 01 - 24401 |
| MG | ZN | UC | RPPN ESTAÇÃO BIOLÓGICA DA MATA DO SOSSEGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA ALTO DA BOA VISTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOA ESPERANÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria nº 59 - IEF - 03/05/2002 Averbada 27/06/2002 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOA VISTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria nº 150 - IEF de 26/12/2001 Averbada 11/01/2002 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOM JARDIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA BULCÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria nº 081 IEF de 07/10/1998 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA DA GRUTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria nº 60 IEF de 03/05/2002 Averbada 08/08/2002 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|---------|------|--|
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA DA SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2000 | Portaria IBAMA nº 67/00 de 17/10/2000 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA DO IRACAMBI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA DO SINO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA DOS CORDEIROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria 0083 IEF de 09/10/1998 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA FLORESTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria nº 082 de 15/10/1998 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA JOÃO PEREIRA / POÇO FUNDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1995 | Portaria IBAMA nº 36/95 N de 02/06/1995 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA MACEDÔNIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA PEDRA BONITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1992 | Portaria IBAMA nº 044/92 de 27/04/1992 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA RESSACA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA SAMOINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA SÃO LOURENÇO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria nº 61 IEF de 03/05/2002 Averbada 19/06/2002 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA SÃO LOURENÇO / MATINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria nº 154 IEF de 16/12/2002 Averbada 15/07/2003 |
| MG | ZN | UC | RPPN FELICIANO MIGUEL ABDALLA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria IBAMA nº 116/01 N de 03/09/2001 |
| MG | ZN | UC | RPPN GUILMAN AMORIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN ITAJURU OU SOBRADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria IBAMA nº 109/02-N de 08/04/2002 |
| MG | ZN | UC | RPPN JOAQUIM THEODORO DE MORAES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 1 de 11/01/2007 |
| MG | ZN | UC | RPPN LAVRINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN LY E CLÉO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DA CALIFÓRNIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1997 | Portaria nº 172-N de 30/12/1997 |
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DO JAMBREIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria nº 070 de 11/09/98 Averbada 20/12/1999 |
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DO PASSARINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DO SOSSEGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria IBAMA 020/98-N de 16/02/1998 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|---------|------|--|
| MG | ZN | UC | RPPN MATA SAMUEL DE PAULA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2000 | Portaria nº 76 IEF de 06/10/2000 Averbada 07/12/2000 |
| MG | ZN | UC | RPPN MINAS TÊNIS CLUBE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2000 | Portaria nº 17 IEF De 12/04/2000 Averb.30/10/00 Alterada pela Port. Nº 167 de 30/12/03 |
| MG | ZN | UC | RPPN MITRA DO BISPO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN MONLEVADE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN MORRO GRANDE 1, 2, 3, 4 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2003 | Portaria nº 130 de 28/10/2003 e Aveb. 12/02/2004 |
| MG | ZN | UC | RPPN NAVE DA ESPERANÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN PANELÃO DOS MURIQUES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria IBAMA nº 134/2001 de 05/10/2001 |
| MG | ZN | UC | RPPN PAQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN PARQUE ARQUEOLÓGICO DA SERRA DO SANTO ANTÔNIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN POÇO FUNDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1995 | Portaria nº 36 de 05/06/1995 |
| MG | ZN | UC | RPPN RESERVA DA CACHOEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN RESERVA DO JACOB | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN RESGATE I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Port. Nº 21/99 IEF de 16/04/1999 |
| MG | ZN | UC | RPPN SANTUÁRIO DA SERRA DO CARAÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1994 | Portaria IBAMA nº 32/94-N de 30/03/1994 |
| MG | ZN | UC | RPPN SARANDI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2000 | Portaria IBAMA nº 90/00de 14/11/2000 |
| MG | ZN | UC | RPPN SEGREDO DAS ÁGUAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN SÍTIO CERRO DAS ACÁCIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN SITIO ESTRELA DA SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1997 | Portaria IBAMA nº 114/97-N, de 01/10/97 |
| MG | ZN | UC | RPPN SITIO GRIMPAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1995 | Portaria IBAMA nº 108/95-N de 27/12/95 |
| MG | ZN | UC | RPPN SÍTIO RAI0 SOLAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN SÍTIO SANNYASIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN SÍTIO SÃO DOMINGOS/ AGARTHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|---|
| MG | ZN | UC | RPPN SÍTIO SÃO FRANCISCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RPPN USINA MAURÍCIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria IBAMA nº 63/99-N de 19/07/99 |
| MG | ZN | UC | RPPN VILA ANA ANGÉLICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| MG | ZN | UC | RVS ESTADUAL LIBÉLULAS DA SERRA DE SÃO JOSÉ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2004 | Decreto nº 43908 de 06/11/2004 |
| MG | ZN | UC | RVS RIO PANDEIROS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | - | 2004 | Decreto nº 43.910 de 05/11/2004 |
| MG | ZA | UC | APA ÁGUA SANTA DE MINAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2003 | Decreto nº 0067 de 23/12/2003 |
| MG | ZA | UC | APA ALTO TABOÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 337 de 02/01/1998 |
| MG | ZA | UC | APA CARSTE DA LAGOA SANTA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1990 | Decreto nº 98881 de 25/01/1990 |
| MG | ZA | UC | APA CAVERNAS DO PERUAÇU | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1989 | Decreto nº 98182 de 28/09/1989 |
| MG | ZA | UC | APA CORREGO DA MATA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2002 | Lei complementar nº 1.172/2002 de 11/09/2002 |
| MG | ZA | UC | APA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACHADO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1999 | Lei ordinária nº 13373 de 01/12/1999 |
| MG | ZA | UC | APA DO ITACURU | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei ordinária nº 429/2001 de 28/09/2001 |
| MG | ZA | UC | APA LAJEDÃO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 39951 de 09/10/1998 |
| MG | ZA | UC | APA SERRA DA VARGEM ALEGRE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 336 de 02/01/1998 |
| MG | ZA | UC | APA SERRA DO SABONETAL | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 39952 de 09/10/1998 |
| MG | ZA | UC | APA SERRA DO TIMÓTEO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2003 | Lei ordinária nº 2451 de 04/06/2003 |
| MG | ZA | UC | APA VARGEM DAS FLORES | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2006 | Lei ordinária nº 16197 de 26/06/2006 |
| MG | ZN | UC | ESEC DE ACAUÃ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1974 | Decreto nº 16580 de 24/09/1974 |
| MG | ZN | UC | MONAT ESTADUAL PETER LUND | Monumento Natural | PI | estadual | 2005 | Decreto nº 44120 de 29/09/2005 |
| MG | ZN | UC | MONAT ESTADUAL PICO DO IBITURUNA | Monumento Natural | PI | estadual | 1998 | Outros nº Constituição Estadual de Minas Gerais de 22/09/1998 |
| MG | ZN | UC | PE DO SUMIDOURO | Parque Estadual | PI | estadual | 1980 | Decreto nº 20598 de 05/06/1980 |
| MG | ZN | UC | PE LAGOA DO CAJUEIRO | Parque Estadual | PI | estadual | 1988 | Decreto nº 39954 de 09/10/1988 |
| MG | ZN | UC | PE MATA SECA | Parque Estadual | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 41479 de 21/12/2000 |
| MG | ZN | UC | PE PAU FURADO | Parque Estadual | PI | estadual | 2007 | Decreto nº s/n de 27/01/2007 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA NOVA | Parque Estadual | PI | estadual | 2003 | Decreto nº s/n de 22/10/2003 |
| MG | ZN | UC | PE VEREDAS DO PERUAÇU | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 36.070 de 28/09/1994 |
| MG | ZN | UC | PNM DA SERRA DE SÃO DOMINGOS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 4197 de 01/06/1988 |
| MG | ZN | UC | PNM DO INTELECTO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1991 | Lei ordinária nº 2770 de 27/12/1991 |
| MG | ZN | UC | REBIO DA SERRA DE SANTA RITA MITZI BRANDAO | Reserva Biológica | PI | municipal | 1980 | Lei ordinária nº 1.096 de 15/10/1980 |
| MG | ZN | UC | REBIO JAÍBA | Reserva Biológica | PI | estadual | 1973 | Lei ordinária nº 6126 de 05/07/1973 |
| MG | ZN | UC | REBIO MUNICIPAL DA MATA DO BISPO | Reserva Biológica | PI | municipal | 2003 | Lei ordinária nº 3.783 de 04/08/2003 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|--|
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DO BUGIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 22 de 09/03/2004 |
| MG | ZN | UC | RPPN TERRA DOS SABIÁS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 13 de 26/02/2007 |
| MG | ZA | UC | APA DO ALTO DO MUCURI | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2011 | Decreto nº 45.877 de 30/12/2011 |
| MG | ZN | UC | ESEC DE ARÊDES | Estação Ecológica | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 45397 de 14/06/2010 |
| MG | ZN | UC | MONAT ESTADUAL DE ITATIAIA | Monumento Natural | PI | estadual | 2009 | Decreto nº 45179 de 21/09/2009 |
| MG | ZN | UC | MONAT ESTADUAL SERRA DA MOEDA | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 45.472 de 21/10/2010 |
| MG | ZN | UC | MONAT ESTADUAL SERRA DO GAMBÁ | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 45471 de 21/09/2010 |
| MG | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL DO PICO DO ITAGUARÉ | Monumento Natural | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 356 de 09/08/2012 |
| MG | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL GRUTA NOSSA SENHORA DA LAPA | Monumento Natural | PI | municipal | 2011 | Lei ordinária nº 695 de 15/09/2011 |
| MG | ZN | UC | PARNA DA SERRA DO GANDARELA | Parque Nacional | PI | federal | 2014 | Decreto nº Sem número de 14/10/2014 |
| MG | ZN | UC | PE ALTO DO CARIRI | Parque Estadual | PI | estadual | 2009 | Decreto nº 44726 de 19/02/2009 |
| MG | ZN | UC | PE SERRA DO OURO BRANCO | Parque Estadual | PI | estadual | 2009 | Decreto nº 45180 de 21/09/2009 |
| MG | ZN | UC | PNM DA BIQUINHA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 008 de 09/05/2012 |
| MG | ZN | UC | PNM DE CACHOEIRA DO CAMPO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Lei ordinária nº 765/2012 de 02/04/2012 |
| MG | ZN | UC | PNM DE GOVERNADOR VALADARES/MG | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Decreto nº 9.532 de 06/06/2011 |
| MG | ZN | UC | PNM REGO DOS CARRAPATOS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 4572 de 06/07/2012 |
| MG | ZN | UC | PNM TANCREDO NEVES - PASSA CINCO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Lei ordinária nº 3822/2013 de 23/12/2013 |
| MG | ZA | UC | RDS NASCENTES GERAIZEIRAS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | federal | 2014 | Decreto nº Sem número de 14/10/2014 |
| MG | ZN | UC | RPPN ALTO DA MANTIQUEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 106 de 23/12/2011 |
| MG | ZN | UC | RPPN BOSQUE DOS SAMAMBAIAÇUS - RESGATE V | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 35 de 01/04/2010 |
| MG | ZN | UC | RPPN DA CSN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Portaria IEF N. 13, de 04 de janeiro de 2012 |
| MG | ZN | UC | RPPN FAZENDA SERRA DO RIBEIRÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 74 de 05/09/2011 |
| MG | ZN | UC | RPPN INHOTIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 41 de 06/05/2010 |
| MG | ZN | UC | RPPN KAHENA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 30 de 17/05/2011 |
| MG | ZN | UC | RPPN MATA DOS JACUS - RESGATE VI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 32 de 25/03/2010 |



| | | | | | | | | |
|----------------|--|----|--------------------------------------|--|----|---------|------|------------------------------|
| MG | ZN | UC | RPPN VALE DAS ARAPONGAS - RESGATE II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 36 de 01/04/2010 |
| LEGENDA | | | | | | | | |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) | | | | | | | |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) | | | | | | | |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) | | | | | | | |

5.9.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA |
|----------------|--|---------------------------|-----------------|----|----------------|--------------------------|------------------------|
| ZA | Território Indígena | Xacriabá | Xacriabá | MG | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Fazenda Boa Vista - MG | Xucuru - Kariri | MG | Encaminhada RI | Reserva Indígena | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Fazenda Guarani | Pataxó, Krenák | MG | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Krenak | Krenák | MG | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Maxacali | Maxakali | MG | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Xacriabá | Xacriabá | MG | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Xakriabá Rancharia | Xacriabá | MG | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Hãm Yixux | Maxakali | MG | Regularizada | Reserva Indígena | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Mundo Verde/ Cachoeirinha | Maxakali | MG | Regularizada | Reserva Indígena | CR-MGES |
| ZA | Território Indígena | Luiza do Valle | - | - | - | - | - |
| LEGENDA | | | | | | | |
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 | | | | | | |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 | | | | | | |



5.9.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº DO PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|----------------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54170.008053/2005-69 | SETE LADEIRAS e TERRA DURA | MG | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.003745/2005-1 | MUMBUCA | MG | 2009/06/08 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.005061/2009-87 | LAGOA GRANDE | MG | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.001467/2006-48 | MARQUES | MG | 2009/03/13 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.003689/2005-14 | LAPINHA | MG | 31/12/2015 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 4170.008821/2003-12 | BREJO DE CRIoulos | MG | 2007/12/24 | 2011/02/24 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.000671/2009-94 | MAROBÁ DOS TEIXEIRA | MG | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54170.000533/2005-81 | GURUTUBA | MG | - | - | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.10 ESTADO DO ESPIRITO SANTO

5.10.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|------------------|---|--------------------------------|-------|-----------|----------------|--|
| ES | ZA | UC | APA CONCEIÇÃO DA BARRA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2007 | Decreto nº 1876-R de 05/07/2007 |
| ES | ZA | UC | APA DE GUANANDY | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1994 | Decreto nº 3.738-N de 12/08/1994 |
| ES | ZA | UC | APA DE PRAIA MOLE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1994 | Decreto nº 3802-N de 30/12/1994 |
| ES | ZA | UC | APA DO PICO DO GOIAPABA-AÇU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1994 | Decreto nº 3.796-N de 28/12/1994 |
| ES | ZA | UC | APA ESTADUAL MESTRE ÁLVARO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1991 | Lei ordinária nº 4507 de 08/01/1991 |
| ES | ZA | UC | APA PEDRA DO ELEFANTE | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1984 | Resolução nº 04 de 30/08/1984 - CEC |
| ES | ZA | UC | APA SERRA DA VARGEM ALEGRE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 336 de 02/01/1998 |
| ES | ZA | UC | APA SETIBA | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1994 | Decreto nº 3.747-N de 12/09/1994 |
| ES | ZN | APP | APP E/OU ESP. PROTEGIDAS | Área de Preservação Permanente | PI | municipal | 1997 | Lei Municipal nº 4438/97 |
| ES | ZN | APP | APP ILHA DA BALEIA | Área de Preservação Permanente | PI | - | 1987 | Res. CMPDU nº 15/87 |
| ES | ZN | APP | APP ILHA DA FUMAÇA | Área de Preservação Permanente | PI | municipal | 1994 | Lei Municipal nº 4167/94 |
| ES | ZN | APP | APP ILHA DO CAMPINHO | Área de Preservação Permanente | PI | municipal | 1994 | Lei Municipal nº 4167/94 |
| ES | ZN | APP | APP ILHA DO CRISÓGENO | Área de Preservação Permanente | PI | - | 1987 | Res. CMPDU nº 15/87 |
| ES | ZN | APP | APP ILHA DR. AMÉRICO DE OLIVEIRA | Área de Preservação Permanente | PI | - | 1987 | Res. CMPDU nº 12/87 |
| ES | ZN | APP | APP MANGUEZAL DA FOZ DO RIO BUBU | Área de Preservação Permanente | PI | municipal | 1997 | Lei Municipal 4438/97 |
| ES | ZN | APP | APP MANGUEZAL DA UFES | Área de Preservação Permanente | PI | municipal | 1997 | Lei Municipal 4438/97 |
| ES | - | Área/Bem Tombado | BEM NATURAL INTEGRANTE DA CADEIA DE ILHAS: ILHA DO GAMBA, DO MEIO, DOS CABRITOS | Área Tombada | PI | estadual | 1989 | Resolução nº 03 de 23/01/1989 - CEC |
| ES | ZN | UC | ESBIO DE SANTA LÚCIA | Estação Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | ESEC MUNICIPAL ILHA DO LAMEIRÃO | Estação Ecológica | PI | municipal | 1986 | Lei ordinária nº 3326 de 30/05/1986 |
| ES | ZA | UC | FLONA DE GOYTACAZES | Floresta Natural | US | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 28/11/2002 |
| ES | ZA | UC | FLONA DE PACOTUBA | Floresta Natural | US | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 13/12/2002 |
| ES | ZA | UC | FLONA DE RIO PRETO | Floresta Natural | US | federal | 1990 | Decreto nº 98845 de 17/01/1990 |
| ES | ZN | APP | ILHAS MARÍTIMAS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| ES | ZA | UC | MONA O FRADE E A FREIRA | Monumento Natural | - | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZA | UC | MONA SERRA DAS TORRES | Monumento Natural | - | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|------------------|--|--------------------------|----|-----------|------|--|
| ES | ZN | UC | MONAT DO ITABIRA | Monumento Natural | PI | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 2856 de 16/09/1988 |
| ES | ZN | UC | MONAT DOS PONTÕES CAPIXABAS | Monumento Natural | PI | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 19/12/2002 |
| ES | ZN | UC | MONAT MORRO DO PENEDO | Monumento Natural | PI | - | 1994 | Decreto nº 58 de 16/06/1994 |
| ES | ZA | UC | MONAT MUNICIPAL FALÉSÍAS DE MARATAÍZES | Monumento Natural | PI | municipal | 2008 | Decreto - E Nº. 193/2008 de 02/12/2008 |
| ES | ZN | UC | MONAT O FRADE E A FREIRA | Monumento Natural | PI | - | 1986 | Resolução nº 07 de 12/06/1986 - CEC / Alt. Dec. Nº 1.917 - R de 06/09/07 |
| ES | - | Área/Bem Tombado | MONTE AGHÁ | Área Tombada | PI | estadual | 1985 | Resolução nº 06 de 08/12/1985 - CEC |
| ES | - | Área/Bem Tombado | MORRO DO CRUZEIRO | Área Tombada | PI | estadual | 1992 | Resolução nº02 de 02/07/1992 |
| ES | ZN | UC | PARNA DE CAPARAO | Parque Nacional | PI | federal | 1961 | Decreto nº 50646 de 24/05/1961 |
| ES | ZN | UC | PARNA DOS PONTÕES CAPIXABAS | Parque Nacional | PI | nacional | 2002 | Decreto de 19/12/2002 |
| ES | ZN | UC | PE DA CACHOEIRA DA FUMAÇA | Parque Estadual | PI | estadual | 1984 | Decreto nº 2.791-E de 24/08/1984 |
| ES | ZA | UC | PE DA CACHOEIRA DA FUMAÇA | Parque Estadual | - | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | PE DA FONTE GRANDE | Parque Estadual | PI | municipal | 1986 | Lei ordinária nº 3875 de 07/08/1986 |
| ES | ZN | UC | PE DE PEDRA AZUL | Parque Estadual | PI | estadual | 1991 | Lei nº 4.503 de 03/01/1991 |
| ES | ZN | UC | PE DE FORNO GRANDE | Parque Estadual | PI | estadual | 1991 | Lei nº 4.507 de 31/01/1991 / Alt. Dec. nº 3385-R de 23/09/13 |
| ES | ZA | UC | PE DE ITAÚNAS | Parque Estadual | - | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | PE DE ITAÚNAS | Parque Estadual | PI | estadual | 1991 | Decreto nº 4967-E de 09/11/1991 |
| ES | ZN | UC | PE DE MATA DAS FLORES | Parque Estadual | PI | estadual | 1992 | Lei nº 4.617 de 02/01/1992 |
| ES | ZN | UC | PE PAULO CÉSAR VINHA | Parque Estadual | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 2.993-N de 05/06/1990 |
| ES | ZA | UC | PE PAULO CÉSAR VINHA | Parque Estadual | - | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | PM DO ITABIRA | Parque Municipal | PI | municipal | 1988 | Decreto nº 6.117 de 04/08/1988 |
| ES | ZN | UC | PM DO MORRO DA MANTEIGUEIRA | Parque Municipal | PI | municipal | 1993 | Lei nº 2836 de 08/06/1993 |
| ES | ZN | UC | PM MORRO DA PESCARIA | Parque Municipal | PI | municipal | 1997 | Lei Municipal nº 1.673 de 29/07/1997 |
| ES | ZN | UC | PNM BAÍA NOROESTE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1998 | Decreto Municipal nº 10179/98 |
| ES | ZN | UC | PNM DE JACARENEMA | Parque Natural Municipal | PI | - | 1997 | Lei nº 5.427 de 28/07/1997 / Alt. Dec. nº 033 de 11/02/03 |
| ES | ZN | UC | PNM DE SÃO LOURENÇO | Parque Natural Municipal | PI | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | PNM DO SÃO LOURENÇO | Parque Municipal Natural | PI | - | 2005 | Decreto nº 297 de 2005 |
| ES | ZN | UC | PNM DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1998 | Decreto nº 10179 de 06/06/1998 |
| ES | ZN | UC | PNM GOIAPABA-AÇU | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1991 | Decreto nº 1890/91 de 30/10/1991 |
| ES | ZN | UC | PNM GRUTA DA ONÇA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 3564 de 23/07/1988 |
| ES | ZN | UC | PNM MUNICIPAL DE JABAETÉ | Parque Natural Municipal | PI | - | 1995 | Decreto nº 59 de 1995 |
| ES | ZN | UC | PNM PEDRA DOS OLHOS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2003 | Decreto nº 11824 de 31/12/2003 |
| ES | ZN | UC | PNM VALE DO MULEMBÁ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2002 | Decreto nº 11505 de 31/12/2002 |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|---|--|-----|-----------|------|---|
| ES | ZN | UC | PNM VON SCHILGEN | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2004 | Decreto nº 12137 de 17/12/2004 |
| ES | ZN | UC | PUM HORTO DE MARUÍPE | Parque Urbano Municipal | PI | municipal | 1995 | Decreto Municipal Nº 9758/95 |
| ES | ZN | UC | PUM PEDRA DA CEBOLA | Parque Urbano Municipal | PI | municipal | 1997 | Decreto Estadual nº 4179/97 |
| ES | ZN | UC | PUM SÃO BENEDITO | Parque Urbano Municipal | PI | municipal | 1997 | Decreto Municipal nº 10025/97 |
| ES | ZN | UC | RDS CONCHA D'OSTRA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2007 | Lei Estadual nº 8464/2007 |
| ES | ZN | UC | RDS MNAGUEZAL DE BARRA NOVA | Reserva de Uso Sustentável | PI | - | 1990 | Lei nº 01 de 05/04/1990 |
| ES | ZA | UC | RDS MUNICIPAL PAPAGAIO | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | municipal | 1992 | Decreto nº 3692 de 23/11/2011 Al.t Lei nº 17 de 26/07/1992 |
| ES | ZN | UC | REBIO AUGUSTO RUSCHI | Reserva Biológica | PI | federal | 1982 | Decreto nº 87589 de 20/09/1982 |
| ES | ZN | UC | REBIO DE COMBOIOS | Reserva Biológica | PI | federal | 1984 | Decreto nº 90222 de 25/09/1984 |
| ES | ZN | UC | REBIO DE SOORETAMA | Reserva Biológica | PI | federal | 1982 | Decreto nº 87588 de 20/09/1982 |
| ES | ZN | UC | REBIO DO CÔRREGO DO VEADO | Reserva Biológica | PI | federal | 1982 | Decreto nº 87590 de 20/09/1982 |
| ES | ZN | UC | REBIO DO CÔRREGO GRANDE | Reserva Biológica | PI | federal | 1989 | Decreto nº 97657 de 12/04/1989 |
| ES | ZN | UC | REBIO DE DUAS BOCAS | Reserva Biológica | PI | - | 1991 | Lei nº 4.503 de 03/01/1991; Decreto nº 5336-E |
| ES | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| ES | ZA | UC | RESEC MUNICIPAL MATA PALUDOSA | Reserva Ecológica | US | municipal | 1997 | Decreto Municipal nº 10028/97 |
| ES | ZA | UC | RESEC MUNICIPAL MORRO DA GAMELA | Reserva Ecológica | US | municipal | 1992 | Decreto Municipal nº 8905/92 |
| ES | ZA | UC | RESEC MUNICIPAL MORRO DO ITAPENAMBI | Reserva Ecológica | US | municipal | 1992 | Decreto Municipal nº 8905/92 |
| ES | ZA | UC | RESEC MUNICIPAL RESTINGA DE CAMBURI | Reserva Municipal | US | municipal | 1989 | Lei Municipal nº3566/89 |
| ES | ZN | APP | RESERVA MUNICIPAL DA ILHA DE TRINDADE E ARQUIPÉLAGO MATIN VAZ | Área de Preservação Permanente | APP | municipal | 1989 | Decreto Municipal nº 8.054/1989 de 19/05/1989 |
| ES | ZN | APP | RESERVA NATURAL DE LINHARES | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| ES | ZN | UC | RPPN ÁGUA BRANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN BARRO BRANCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN BEIJA FLOR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN BOA FT | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA ALTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 68 de 10/09/2008 |
| ES | ZN | UC | RPPN CAFUNDÓ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria IBAMA nº 62-N de 10/05/1998 |
| ES | ZN | UC | RPPN DE LINHARES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN DOM PEDRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN DUTRA PIMENTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN FAZENDA NATURA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|------------------|---|--|----|-----------|------|--------------------------------------|
| ES | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTA CRISTINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN FAZENDA SAYONARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN GUARIBUS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN LINDA LAUS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN LINDA SOFIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN MUTUM PRETO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN OIUTREM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2006 | Outros nº 205-S de 01/11/2006 |
| ES | ZN | UC | RPPN OLÍVIO DELAPRANI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN PALMARES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN PEDRA DA LAJINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN PEDRA DAS FLORES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN RECANTO DAS ANTAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN RELUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN RESTINGA ARACRUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN SAYONARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1996 | Decreto Federal nº 1922 de 05/06/96 |
| ES | ZN | UC | RPPN URUDU CAPIXABA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | ZN | UC | RPPN VALE DO SOL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| ES | - | Área/Bem Tombado | TOMBAMENTO MATA ATLÂNTICA E ECOSSISTEMAS ASSOCIADOS | Área Tombada | - | - | 1991 | Resolução nº03 de 02/07/1991 CEC |
| ES | ZA | UC | APA DA LAGOA GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2006 | Decreto nº 046 de 20/06/2006 |
| ES | ZA | UC | APA DO MACIÇO CENTRAL | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Decreto nº 8911 de 26/07/1992 |
| ES | ZA | UC | APA MUNICIPAL DA LAGOA JACUNÊM | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 2.135 de 09/12/1998 |
| ES | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO MONTE MOCHUARA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2007 | Decreto nº 32 de 18/04/2007 |
| ES | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO MORRO DO VILANTE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1999 | Lei ordinária nº 2.235 de 17/12/1999 |
| ES | ZA | UC | ARIE DO DEGREDO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2002 | Lei ordinária nº 2322 de 05/12/2002 |
| ES | ZN | UC | PNM DAVID VICTOR FARINA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1995 | Decreto nº 6.144 de 27/07/1995 |
| ES | ZN | UC | PNM DE TABUAZEIRO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1995 | Decreto nº 9753 de 02/12/1995 |
| ES | ZN | UC | PNM DO ARICANGA WALDEMAR DEVENS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1997 | Lei ordinária nº 1994 de 12/05/1997 |
| ES | ZN | UC | PNM DO MANGUEZAL DE ITANGUÁ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Decreto nº 48 de 28/05/2007 |
| ES | ZN | UC | PNM DO MONTE MOCHUARA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Decreto nº 31 de 18/04/2007 |



| | | | | | | | | |
|----|----|--------------------|--|--|---------|-----------|------|---|
| ES | ZN | UC | PNM MORRO DA PESCARIA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Lei ordinária nº 2790 de 27/12/2007 |
| ES | ZA | UC | RDS MUNICIPAL DO MANGUEZAL DE CARIACICA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | municipal | 2007 | Decreto nº 77 de 21/09/2007 |
| ES | ZN | UC | RDS MUNICIPAL PIRAQUE-AÇÚ E PIRAQUE-MIRIM | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | municipal | 1986 | Lei ordinária nº 994 de 14/07/1986 |
| ES | ZN | UC | RPPN CÓRREGO FLORESTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 91 de 20/11/2008 |
| ES | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOA ESPERANÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1998 | Portaria nº 62-N de 20/05/1998 |
| ES | ZN | UC | RPPN FLORINDO VIDAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Outros nº 08-R de 25/04/2008 |
| ES | ZN | UC | RPPN TRÊS PONTÕES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 29 de 10/03/2004 |
| ES | ZA | UC | APA COSTA DAS ALGAS | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 2010 | Decreto nº s/n de 18/06/2010 |
| ES | ZA | UC | APA MONTE URUBU | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Decreto nº 4585 de 21/10/2013 |
| ES | ZA | UC | APA MUNICIPAL MANGUEZAL SUL DA SERRA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2012 | Lei ordinária nº 3895 de 19/06/2012 |
| ES | ZA | UC | APA MUNICIPAL TARTARUGAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2011 | Decreto nº 3693 de 23/11/2011 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR ALTO MISTERIOSO | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR BURARAMA-PACOTUBA-CAFUNDÓ | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR CAPARAÓ | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR CENTRO NORTE SERRANO | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR CÓRREGO DO VEADO | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR DUAS BOCAS-MESTRE ÁLVARO | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR GUANANDY | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR MARINHO DO RIO DOCE | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR PEDRA AZUL- FORNO GRANDE | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto nº 3587-R, 05/06/2014 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR PEDRA DO ELEFANTE | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR SAÍRA-APUNHALADA | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | Corredor Ecológico | CORREDOR SOORETAMA - COMBOIOS - GOYTACAZES | Corredor Ecológico Prioritário | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual Nº 2529-R, de 02/06/2010 |
| ES | - | MOSAICO | MANGUEZAL DA BAÍA DE VITÓRIA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2010 | Decreto Estadual nº 2.625 de 23/11/10 |
| ES | - | MOSAICO | MANGUEZAL DA FOZ DO RIO DOCE | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2010 | Portaria de Reconhecimento MMA Nº- 489, de 17/12/2010 |
| ES | ZN | UC | MONAT ESTADUAL SERRA DAS TORRES | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Lei ordinária nº 9463 de 14/06/2010 |
| ES | ZN | UC | PNM DE DOMINGOS MARTINS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2010 | Decreto nº 1.774 de 03/11/2010 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--------------------------------|--|----|-----------|------|-----------------------------------|
| ES | ZN | UC | PNM DOS PURIS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Decreto nº 014/2006 de 25/09/2013 |
| ES | ZN | UC | RPPN ALIMERCINO GOMES CARVALHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 57 de 23/07/2009 |
| ES | ZN | UC | RPPN ALTO DA SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 05 de 03/03/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN BEI CANTONI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 10-R de 26/05/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN BUGIO E COMPANHIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 74-S de 22/02/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA DA FUMAÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 32-R de 01/12/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN DEBORA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 23-R de 31/08/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN ESTADUAL CÓRREGO CASCATA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 08 de 10/05/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN FREISLEBEN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 21 de 15/08/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN LEMKE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 75 de 31/08/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN MACACO BARBADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 13-R de 01/07/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN MATA DA SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 105 de 02/01/2009 |
| ES | ZN | UC | RPPN MATA DO MACUCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 151-S de 06/04/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN MEU CANTINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 13-R de 16/04/2013 |
| ES | ZN | UC | RPPN OLHO D'ÁGUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 150 de 06/04/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN PASSOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 20 de 15/08/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN PAU A PIQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 06 de 03/03/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN PRATI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 49 de 01/07/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN RANCHO CHAPADÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 73-S de 22/02/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN RANCHO CHAPADAO II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 34 de 16/12/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN REMY LUIZ ALVES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 16-R de 14/07/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN RIO FUNDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 10 de 17/05/2012 |
| ES | ZN | UC | RPPN SIMONE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 020-R de 24/08/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN TOCA DA ONÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 07 de 25/04/2011 |
| ES | ZN | UC | RPPN VOVÓ DINDINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 75-S de 22/02/2010 |
| ES | ZN | UC | RPPN YARA BRUNINI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Outros nº 149-S de 06/04/2010 |
| ES | ZN | UC | RVS DE SANTA CRUZ | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 2010 | Decreto nº s/n de 18/06/2010 |

LEGENDA

| | |
|--|---|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na BMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |



5.10.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|-------------------|--------------------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------------|
| ZA | Território Indígena | Comboios | Guarani, Tupiniquim | ES | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Tupiniquim | Tupiniquim | ES | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Caieiras Velha II | Guarani Mbya, Tupiniquim | ES | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-MGES | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Caieiras Velha | - | - | - | - | - | RBMA FASE 6 |
| ZA | Território Indígena | Pau Brasil | - | - | - | - | - | RBMA FASE 6 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.10.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº DO PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54340.000674/2004-14 | LINHARINHO | ES | 2006/04/13 | 2007/05/16 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54340.000042/2005-31 | SÃO JORGE | ES | 24/10/2006 | 27/12/2006 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54340.000583/2005-60 | MONTE ALEGRE | ES | 2008/09/29 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54340.000528/2004-99 | RETIRO | ES | 2007/10/25 | 2009/08/28 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54340.000582/2005-15 | SERRARIA E SAO CRISTOVAM | ES | 2006/12/19 | 2009/11/06 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 53340.00584/2005-12 | SAO PEDRO | ES | 2009/11/12 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 53340.00584/2005-12 | SAO PEDRO | ES | 2009/11/12 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 53340.00584/2005-12 | SAO PEDRO | ES | 2009/11/12 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 543400.00581/2005-71 | SAO DOMINGOS | ES | 2009/11/12 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 53340.00584/2005-12 | SAO PEDRO | ES | 2009/11/12 | 0000/00/00 | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.11 ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5.11.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|----------------------------|-------|-----------|----------------|-------------------------------------|
| RJ | ZA | UC | APA AERONÁUTICA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA ANDORINHAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA AVELAR | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA BEMPOSTA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA CACHOEIRA DA FUMAÇA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA CALÇADINHO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA AGUA ESCONDIDA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA BACIA DO RIO DOS FRADES | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1990 | Lei ordinária nº 1755 de 17/11/1990 |
| RJ | ZA | UC | APA DA BACIA DO RIO MACACU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2002 | Decreto nº 4018 de 05/12/2002 |
| RJ | ZA | UC | APA DA BACIA DO RIO SÃO JOÃO - MICO LEÃO | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 27/06/2002 |
| RJ | ZA | UC | APA DA FAZENDINHA DA PENHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA NORMANDIA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA PEDRA BRANCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 1206 de 11/04/1988 |
| RJ | ZA | UC | APA DA PERDIÇÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA REGIÃO SERRANA DE PETRÓPOLIS | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA SERRA DE SAPIATIBA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1990 | Decreto nº 15.136 de 23/07/1990 |
| RJ | ZA | UC | APA DAS BRISAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Lei ordinária nº 1918 de 09/10/1992 |
| RJ | ZA | UC | APA DAS LAGUNAS E FLORESTAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE CAIRUÇU | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1983 | Decreto nº 89242 de 27/12/1983 |
| RJ | ZA | UC | APA DE CONCEIÇÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE ENGENHEIRO PASSOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE GERICINÓ/MENDANHA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2005 | Decreto nº 38183 de 05/09/2005 |
| RJ | ZA | UC | APA DE GUAPI-MIRIM | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1984 | Decreto nº 90225 de 25/09/1984 |
| RJ | ZA | UC | APA DE MACAÉ DE CIMA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2001 | Decreto nº 29.213 de 14/09/2001 |
| RJ | ZA | UC | APA DE MANGARATIBA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Decreto nº 9.802 de 12/03/1987 |
| RJ | ZA | UC | APA DE MARICÁ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Decreto nº 7.230 de 24/04/1984 |
| RJ | ZA | UC | APA DE MASSAMBABA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Decreto nº 9529 de 16/12/1986 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|-------------------------------|----------------------------|----|-----------|------|---|
| RJ | ZA | UC | APA DE MOREIRAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE PEDRA DE AMOLAR | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE PETRÓPOLIS | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1982 | Decreto nº 87561 de 14/09/1982 |
| RJ | ZA | UC | APA DE QUILOMBO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE SANTA TERESA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE SÃO BENTO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DE SEPETIBA II | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2004 | Decreto nº 36812 de 28/12/2004 |
| RJ | ZA | UC | APA DE TAMOIOS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Decreto nº 9452 de 05/12/1986 |
| RJ | ZN | UC | APA DE TRÊS PICOS | Área de Proteção Ambiental | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO ARQUIPELAGO DE SANTANA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1989 | Lei ordinária nº 1.216/1989 de 16/12/1989 |
| RJ | ZA | UC | APA DO CARMO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO ENGENHO PEQUENO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO ENTRONO DA CICUTA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO GUAPI-GUAPIACU | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORCEGO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DE IGARAPIAPUNHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DO GRAGOATA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DO SILVÉRIO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1999 | Lei ordinária nº 2836 de 14/07/1999 |
| RJ | ZA | UC | APA DO PARQUE VITORIA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO PAU BRASIL | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2002 | Decreto nº 31.346 de 06/06/2002 |
| RJ | ZA | UC | APA DO PERO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO PROCURA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DO RIO GUANDU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2007 | Decreto nº 40.670 de 28/02/2007 |
| RJ | ZA | UC | APA DO SANA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei ordinária nº 2.172/2001 de 03/12/2001 |
| RJ | ZA | UC | APA DO TRIUNFO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DOS FRADES | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1990 | Decreto nº 1.755 de 21/11/1990 |
| RJ | ZA | UC | APA DOS GUIMARÃES | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA EMBOABAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA FABRICA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA FLORESTA DO CAFUNDO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA FLUVIAL (PORTO REAL) | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|----------------------------|----|-----------|------|--------------------------------|
| RJ | ZA | UC | APA FONSECA ALMEIDA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA GROTAO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA GUANDU AÇU | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA GUANDU-JACATIRÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA GULF | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA HORTO MUNICIPAL LUIZ GONZAGA DE MACEDO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA ITAGUAÍ ITINGUSSÚ ESPIGÃO TAQUARA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA JACATIRÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LAGAMAR | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LAGOA DE IRIRY | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LAGOA RIBEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LAMEIRAO GOIABAL | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LIMOEIRO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA LUIS BENTO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MARAVILHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MONT SERRAT | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL DAS SERRAS DE MARICA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO LAGO DO CAÇA E PESCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO MORRO DE BOA VISTA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO MORRO DE IGARAPIAPUNHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL PREGUICA DE COLEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA NOSSA SENHORA DE APARECIDA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA NOSSA SENHORA DE SANTANA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA RAINHA DAS ÁGUAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA RAPOSO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA RETIRO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SANTA BÁRBARA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SANTA FÉ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SANTO ANTONIO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SÃO DOMINGOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SERRA DA MANTIQUEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1985 | Decreto nº 91304 de 06/06/1985 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|---------------------------------------|----|-----------|------|---------------------------------|
| RJ | ZA | UC | APA SERRA DO RIO BONITO | Área de Proteção Ambiental | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA SIMAPA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA TERRAÇO MARINHO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA TINGUAZINHO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA VALE DA LAGOA DO MORRO GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA VALE DO MORRO DA TORRE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA VALE DO PIABANHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA VALE FAGUNDES | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA VALE OURO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE DA CACHOEIRA DO ESPRAIADO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE DAS MARITACAS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE DE ITABEPESUS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE DO ARQUIPÉLAGO DAS ILHAS CAGARRAS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | 1989 | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE DO CITROPOLIS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE ECOLÓGICO DO SÃO HENRY | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE FLORESTA DA CICUTA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | Decreto nº 90792 de 09/01/1985 |
| RJ | ZA | UC | ARIE FORMIGUEIRO DO LITORAL | Área de Relevante Interesse Ecológico | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | ARIE ILHAS DO PARAIBA DO SUL | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | ESEC DA GUANABARA | Estação Ecológica | PI | federal | 2006 | Decreto nº s/n de 15/02/2006 |
| RJ | ZN | UC | ESEC DE TAMOIOS | Estação Ecológica | PI | federal | 1990 | Decreto nº 98864 de 23/01/1990 |
| RJ | ZN | UC | ESEC DO PARAÍSO | Estação Ecológica | PI | - | 1987 | Decreto nº 9.803 de 12/03/1987 |
| RJ | ZN | UC | ESEC ESTADUAL DE GUAXINDIBA | Estação Ecológica | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 32.576 de 31/12/2002 |
| RJ | ZN | UC | ESEC MONTE DAS FLORES | Estação Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | ESEC MUNICIPAL DO MONTE CRISTO | Estação Ecológica | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | FLORESTA MUNICIPAL RIO DAS FLORES | Floresta Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA CACHOEIRA DA MARAVILHA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA DA ÁGUA SANTA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA DA PEDRA DO ELEFANTE | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA DA SERRA DAS FRECHEIRAS | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA DOS COSTÕES ROCHOSOS | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA MONTE CRISTO | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA MUNICIPAL DA FLORESTA DE ITAPERU | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA MUNICIPAL DA PEDRA DE INOA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA MUNICIPAL DA PEDRA REDONDA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--------------------------|----|-----------|------|--|
| RJ | ZN | UC | MONA MUNICIPAL DA SERRA DA VENTANIA E DA BANDEIRA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA PEDRA DA TOCAIA | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA PEDRA DAS FLORES | Monumento Natural | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA RIBEIRÃO DO CAMPO | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA SERRA DA BELEZA | Monumento Natural | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | MONA SERRA DOS MASCATES | Monumento Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA BOCAINA | Parque Nacional | PI | federal | 1971 | Decreto nº 68.172 de 05/02/1971 |
| RJ | ZN | UC | PARNA DA SERRA DOS ORGÃOS | Parque Nacional | PI | federal | 1939 | Decreto nº 1822 de 30/11/1939 |
| RJ | ZN | UC | PARNA DA TIJUCA | Parque Nacional | PI | federal | 1961 | Decreto nº 50923 de 06/07/1961 |
| RJ | ZN | UC | PARNA DO ITATIAIA | Parque Nacional | PI | federal | 1937 | Decreto nº 1713 de 14/06/1937 |
| RJ | ZN | UC | PARNA MANTIQUEIRA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Parque Nacional | PI | nacional | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PARNA RESTINGA DE JURUBATIBA | Parque Nacional | PI | federal | 1998 | Decreto nº 29/04/07 de 29/04/1998 |
| RJ | ZN | UC | PE CUNHAMBEBE | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Decreto nº 41358 de 16/06/2008 |
| RJ | ZN | UC | PE DA CHACRINHA | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto E" 2.853 de 22/05/1969 |
| RJ | ZN | UC | PE DA ILHA GRANDE | Parque Estadual | PI | estadual | 1971 | Decreto nº 15.273 de 27/06/1971 |
| RJ | ZN | UC | PE DA PEDRA BRANCA | Parque Estadual | PI | estadual | 1974 | Lei nº 2.377 de 28/06/1974 |
| RJ | ZN | UC | PE DA SERRA DA CONCÓRDIA | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 32.577 de 31/12/2002 |
| RJ | ZN | UC | PE DA SERRA DA TIRIRICA | Parque Estadual | PI | estadual | 1991 | Lei nº 1.901 de 29/11/1991 |
| RJ | ZN | UC | PE DO DESENGANO | Parque Estadual | PI | estadual | 1970 | Decreto nº 250 de 13/04/1970 |
| RJ | ZN | UC | PE DO GRAJAÚ | Parque Estadual | PI | estadual | 1978 | Dec. Nº 1.921 de 22/06/1978 Alt. pelo Dec. 32.017 de 15/10/2002 |
| RJ | ZN | UC | PE DOS TRÊS PICOS | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 31.343 de 05/06/2002 |
| RJ | ZN | UC | PE MARINHO DO AVENTUREIRO | Parque Estadual | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 15.983 de 27/11/1990 |
| RJ | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. PINGUABA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| RJ | ZN | UC | PEC MUNICIPAL DO MICO-LEAO DOURADO | Parque Ecológico | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PEC MUNICIPAL FAZENDA ATALAIA | Parque Ecológico | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PEC MUNICIPAL SÃO LUIZ GONZAGA DE NATIVIDAD | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DA CACHOEIRA DA FUMAÇA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DA SERRINHA DO ALAMBARI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DAS PAINEIRAS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DE NOVA IGUAÇU | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DE SAO JOSE DE UBA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DO ARQUIPÉLAGO DE SANTANA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM DOS PÁSSAROS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PM SÃO LUIZ GONZAGA DE NATIVIDAD | Parque Estadual | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PN DA MATA ATLANTICA | Parque Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM ARAPONGA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM CARLOS ROBERTO FIRMINO DE CASTRO | Parque Natural Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM CENTENÁRIO | Parque Natural Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---------------------------------|--------------------------|----|-----------|------|--|
| RJ | ZN | UC | PNM CORREGO DA LUZ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2005 | Dec. Mun. Nº 097/05 de 30/09/05 - Dec. Mun. 022/06 de 17/02/06 - Dec. Mun. 042 de 18/03/10 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA ARAPONGA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DA CACHOEIRA DA FUMAÇA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DA SAUDADE | Parque Natural Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2002 | Decreto nº 21208 de 02/04/2002 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA TAQUARA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DARKE DE MATTOS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1975 | Decreto nº 394 de 21/05/1975 |
| RJ | ZN | UC | PNM DAS ÁGUAS DE GUAPIMIRIM | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DAS PIABAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DE ITAPERUNA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DE PETRÓPOLIS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Decreto nº 471 de 16/05/2007 |
| RJ | ZN | UC | PNM DO CURIÓ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2002 | Decreto nº 1001 de 02/02/2002 |
| RJ | ZN | UC | PNM DO ESTUÁRIO DO RIO MACA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DO GERICINO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DR. MILNE RIBEIRO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM DR. WALQUER OLIVEIRA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM HORTO DOS QUATIS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM JARDIM JUREMA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM MATA DO AMADOR | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM MORRO DA BALEIA | Parque Natural Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM MORRO DA MORINGA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM MORRO DA TORRE ONÇA FELIZ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM NASCENTE DO JAIBI | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM PADRE QUINHA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM RIBEIRÃO DE SÃO JOAQUIM | Parque Natural Municipal | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM ROCHA NEGRA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM SABIÁ-LARANJEIRA DE ROSA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM SERRA DO BARBOSAO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM VEREDA SERTÃOZINHO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | PNM VIÇOSA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|---|--|-----|-----------|------|---|
| RJ | ZA | UC | RDS DO AVENTUREIRO | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 1990 | Decreto nº 15983 de 28/11/1990 |
| RJ | ZA | UC | RDS VEU DAS NOIVAS | Reserva de Uso Sustentável | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | REBIO DE ARARAS | Reserva Biológica | PI | estadual | 1977 | Resolução nº 59 de 22/07/1977 |
| RJ | ZN | UC | REBIO DE POÇO DAS ANTAS | Reserva Biológica | PI | federal | 1974 | Decreto nº 73791 de 11/03/1974 |
| RJ | ZN | UC | REBIO DO TINGUÁ | Reserva Biológica | PI | federal | 1989 | Decreto nº 97780 de 23/05/1989 |
| RJ | ZN | UC | REBIO ESTADUAL DA PRAIA DO SUL | Reserva Biológica | PI | estadual | 1981 | Decreto nº 4972 de 03/12/1981 |
| RJ | ZN | UC | REBIO DO DINDI | Reserva Biológica | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | REBIO DO PARQUE EQUITATIVA | Reserva Biológica | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | REBIO E ARQUEOLÓGICA DE GUARATIBA | Reserva Biológica | PI | estadual | 1914 | Decreto nº 7.549 de 22/11/1914 |
| RJ | ZN | UC | REBIO MUNICIPAL DOS CAMBUCAS | Reserva Biológica | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | REBIO UNIÃO | Reserva Biológica | PI | federal | 1998 | Decreto nº s/n de 22/04/1998 |
| RJ | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RJ | ZN | UC | RESEC DA JUATINGA | Reserva Ecológica | PI | estadual | 1992 | Dec. Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992 |
| RJ | ZA | UC | RESEX MARINHA ARRAIAL DO CABO | Reserva Extrativista | US | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 06/01/1997 |
| RJ | ZN | UC | RPPN ÁGUAS VERTENTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 271 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BOA ESPERANÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 267 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CACHOEIRINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 270 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CAMPO ESCOTEIRO GERALDO HUGO NUNES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 268 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CISNE BRANCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 266 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DA CABECEIRA DO CAFÓFO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 25 de 11/12/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FATTORIA GRIGIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA ARCO-ÍRIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOM RETIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA SAMBAIBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 273 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA SUSPIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 3-N de 02/02/1999 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FLORESTA ALTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN GAVIÕES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--------------------------------|--|----|-----------|------|-------------------------------|
| RJ | ZN | UC | RPPN GRANJA REDENÇÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN GRAZIELA MACIEL BARROSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2005 | Portaria nº 20 de 12/04/2005 |
| RJ | ZN | UC | RPPN LENÇÓIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 272 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN MARIA CLARA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN MATUMBO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 13 de 15/10/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN MONTE ALEGRE 3 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN MONTE ALEGRE 4 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN MORRO GRANDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN MUNICIPAL MOINHO PRETO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN NOSSA SENHORA APARECIDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN PILÕES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 15 de 15/10/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN QUERENCIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN QUERO-QUERO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 270 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RABICHO DA SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 278 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA Córrego Vermelho | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 23 de 11/12/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA DO SOSSEGO I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 35 de 20/04/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA DO SOSSEGO II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 36 de 20/04/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA MATO GROSSO II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 269 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA PORANGABA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN ROGÉRIO MARINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 67 de 10/09/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SANTA DULCE DE CIMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 26 de 11/12/2007 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÃO CARLOS DO MATO DENTRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 264 de 14/11/2008 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|-----------|------|---|
| RJ | ZN | UC | RPPN SERRA GRANDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 18 de 08/03/2004 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO ANGABA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO AZUL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 30 de 10/03/2004 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO CACHOEIRA GRANDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO DA LUZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 69 de 27/10/09 / Alt. Port. nº 197 de 15/02/11 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO OFICINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO PORANGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO SANTA FÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN TAQUARAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 265 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN TRÊS MORROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 27 de 09/03/2004 |
| RJ | ZN | UC | RPPN UNIÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN VALE DO LUAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RPPN VALE DO SOSSEGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 86 de 05/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RVS BELA VISTA PARAISO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DA ONÇA PARDA | Refúgio de Vida Silvestre | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DAS CAPIVARAS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DAS ORQUÍDEAS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | RVS DE MACACU | Refúgio de Vida Silvestre | US | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DO CHAUA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DO MACUCO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS DO SAGUI DA SERRA ESCURO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS INGA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS LAGOA DA TURFEIRA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS LUIZ CARLOS BOECHAT DE BRAGANÇA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS MATO GROSSO - TINGUI - CASTELHANAS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS MÉDIO PARAÍBA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|-----------|------|--|
| RJ | ZN | UC | RVS QUATIS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | RVS SERRA DA ESTRELA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZN | UC | ZONA INTANGÍVEL DA APA | Área de Proteção Ambiental / Zona Intangível | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RJ | ZA | UC | APA DA ESTRELA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2003 | Lei ordinária nº 1624/2003 de 01/10/2003 |
| RJ | ZA | UC | APA DA FAZENDA DA TAQUARA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2002 | Decreto nº 21528 de 10/06/2002 |
| RJ | ZA | UC | APA DA LAGOA DE CIMA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Lei ordinária nº 5.394 de 30/12/1992 |
| RJ | ZA | UC | APA DA ORLA MARÍTIMA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 1272 de 18/07/1988 |
| RJ | ZA | UC | APA DA ORLA MARÍTIMA DA BAÍA DE SEPETIBA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1988 | Lei ordinária nº 1208 de 11/04/1988 |
| RJ | ZA | UC | APA DA PAISAGEM E DO AREAL DA PRAIA DO PONTAL | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2000 | Decreto nº 18849 de 04/08/2000 |
| RJ | ZA | UC | APA DA PRAINHA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1990 | Lei ordinária nº 1534 de 15/01/1990 |
| RJ | ZA | UC | APA DA SERRA DA CAPOEIRA GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1999 | Lei ordinária nº 2835 de 05/07/1999 |
| RJ | ZA | UC | APA DA SERRA DOS PRETOS FORROS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2000 | Decreto nº 19145 de 16/11/2000 |
| RJ | ZA | UC | APA DAS PONTAS DE COPACABANA E ARPOADOR E SEUS ENTORNOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1994 | Lei ordinária nº 2087 de 05/01/1994 |
| RJ | ZA | UC | APA DAS TABEBUIAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1999 | Decreto nº 18199 de 09/12/1999 |
| RJ | ZA | UC | APA DE GRUMARI | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1986 | Lei ordinária nº 944 de 31/12/1986 |
| RJ | ZA | UC | APA DE SÃO JOSÉ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1991 | Lei ordinária nº 1769 de 02/10/1991 |
| RJ | ZA | UC | APA DO BAIRRO DA FREGUESIA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Decreto nº 11830 de 14/12/1992 |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DA SAUDADE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Lei ordinária nº 1912 de 01/10/1992 |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DO LEME | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1990 | Decreto nº 9779 de 14/11/1990 |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DO VALQUEIRE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei ordinária nº 3313 de 05/12/2001 |
| RJ | ZA | UC | APA DO MORRO DOS CABRITOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1992 | Lei ordinária nº 1912 de 01/10/1992 |
| RJ | ZA | UC | APA DO SACOPÃ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1986 | Decreto nº 6231 de 30/10/1986 |
| RJ | ZA | UC | APA DO VÁRZEA COUNTRY CLUB | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1991 | Decreto nº 9952 de 08/01/1991 |
| RJ | ZA | UC | APA DOS MORROS DA BABILÔNIA E DE SÃO JOÃO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1996 | Decreto nº 14874 de 11/06/1996 |
| RJ | ZA | UC | APA MORRO AGUDO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2004 | Lei complementar nº 3594 de 07/09/2004 |
| RJ | ZA | UC | APA SURUÍ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2007 | Decreto nº 2300/2007 de 01/06/2007 |
| RJ | ZA | UC | ARIE DE SÃO CONRADO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2003 | Lei ordinária nº 3693 de 05/12/2003 |
| RJ | ZA | UC | ARIE ILHAS DO RIO PARAIBA DO SUL | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2005 | Decreto nº 4580/2005 de 14/06/2005 |
| RJ | ZA | UC | FLONA DE MÁRIO XAVIER | Floresta Natural | US | federal | 1986 | Decreto nº 93369 de 08/10/1986 |
| RJ | ZN | UC | MONAT DAS ILHAS CAGARRAS | Monumento Natural | PI | federal | 1989 | Resolução nº 11 de 14/09/1989 |
| RJ | ZN | UC | MONAT DOS MORROS DO PÃO DE AÇÚCAR E URCA | Monumento Natural | PI | municipal | 2006 | Decreto nº 26578 de 02/06/2006 |



| | | | | | | | | |
|----|----|---------|--|--|---------|-----------|------|-------------------------------------|
| RJ | - | MOSAICO | MOSAICO BOCAINA (SP/RJ) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 349 de 11/12/06 |
| RJ | - | MOSAICO | MOSAICO MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 350 de 11/12/06 |
| RJ | - | MOSAICO | MOSAICO SERRA DA MANTIQUEIRA (SP/RJ/MG) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 351 de 11/12/06 |
| RJ | ZN | UC | PNM BOSQUE DA BARRA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1983 | Decreto nº 4105 de 06/06/1983 |
| RJ | ZN | UC | PNM CAIXA D'ÁGUA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Decreto nº 280 de 14/06/2008 |
| RJ | ZN | UC | PNM CHICO MENDES | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1989 | Decreto nº 8452 de 09/05/1989 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA CATACUMBA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1979 | Decreto nº 1967 de 21/01/1979 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA CIDADE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Decreto nº 29538 de 04/07/2008 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA FREGUESIA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1992 | Decreto nº 11830 de 14/12/1992 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA PRAINHA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1999 | Decreto nº 17426 de 26/03/1999 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA SERRA DO MENDANHA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1994 | Lei ordinária nº 1958 de 11/08/1994 |
| RJ | ZN | UC | PNM DE GRUMARI | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Decreto nº 20149 de 02/07/2001 |
| RJ | ZN | UC | PNM DE MARAPENDI | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1978 | Lei ordinária nº 61 de 05/07/1978 |
| RJ | ZN | UC | PNM DO JARDIM DO CARMO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Decreto nº 20723 de 09/11/2001 |
| RJ | ZN | UC | PNM FAZENDA DO VIEGAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1996 | Decreto nº 14800 de 15/05/1996 |
| RJ | ZN | UC | PNM FONTE DA SAUDADE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2000 | Decreto nº 19143 de 16/11/2000 |
| RJ | ZN | UC | PNM JOSÉ GUILHERME MERQUIOR | Parque Nacional | PI | municipal | 2000 | Decreto nº 19143 de 16/11/2000 |
| RJ | ZN | UC | PNM MORADA DOS CORRÊAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Decreto nº 281 de 14/06/2008 |
| RJ | ZN | UC | PNM PENHASCO DOIS IRMÃOS - ARQUITETO SÉRGIO BERNARDES | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1992 | Decreto nº 11850 de 22/12/1992 |
| RJ | ZN | UC | PNM VERDE VALE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Decreto nº 279 de 14/06/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BELLO E KERIDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 275 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CÉU DO MAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 102 de 30/09/1994 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CÓRREGO FRIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 276 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN GOTAS AZUIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 263 de 14/11/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA FLORESTAL ENGENHEIRO JOÃO FURTADO DE MENDONÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 9 de 06/02/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA SERRA DO CARAMANDU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 21 de 06/05/2008 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SOLEDADE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 274 de 14/11/2008 |



| RJ | ZN | UC | RPPN WOODSTOCK | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Portaria nº 277 de 14/11/2008 |
|----|----|---------|---|--|---------|-----------|------|--|
| RJ | ZA | UC | APA CARAPIÁ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Decreto nº 2329 de 31/03/2013 |
| RJ | ZA | UC | APA DA PEDRA LISA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2009 | Lei ordinária nº 1.189 de 21/12/2009 |
| RJ | ZA | UC | APA DA SERRA DA BOLÍVIA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Decreto nº 524 de 02/08/2013 |
| RJ | ZA | UC | APA DO ALTO IGUAÇU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2013 | Decreto nº 44032 de 16/01/2013 |
| RJ | ZA | UC | APA MIRACEMA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2010 | Decreto nº 0261 de 15/12/2010 |
| RJ | ZA | UC | APA MUNICIPAL SERRA DO SAMBÊ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2010 | Decreto nº 479 de 05/05/2010 |
| RJ | ZA | UC | APA PAISAGEM CARIOCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Decreto nº 37.486 de 06/08/2013 |
| RJ | ZA | UC | APA POSSE/GUARITA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2012 | Lei complementar nº 4.172 de 05/05/2012 |
| RJ | ZA | UC | APA RIO DO COLÉGIO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Decreto nº 2.988 de 29/10/2013 |
| RJ | ZA | UC | APA WALDEIR GONÇALVES - SERRA DO ITAÓCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2013 | Lei ordinária nº 8424 de 22/11/2013 |
| RJ | ZN | UC | FLOE JOSÉ ZAGO | Floresta Estadual | US | estadual | 2016 | Decreto Estadual nº 45.543, de 13 de janeiro de 2016 |
| RJ | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL DA PEDRA DO COLÉGIO | Monumento Natural | PI | municipal | 2010 | Decreto nº 2.705 de 30/03/2010 |
| RJ | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL DA SERRA DA BOLÍVIA | Monumento Natural | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 468 de 29/03/2012 |
| RJ | - | MOSAICO | MOSAICO CARIOCA, RJ | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2011 | Portaria MMA nº 245 de 11/07/11 |
| RJ | - | MOSAICO | MOSAICO MICO-LEÃO-DOURADO | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2010 | Portaria MMA nº 481 de 14/12/10 |
| RJ | ZN | UC | PE DA COSTA DO SOL | Parque Estadual | PI | estadual | 2011 | Decreto nº 42929 de 19/04/2011 |
| RJ | ZN | UC | PE DA LAGOA DO AÇU | Parque Estadual | PI | estadual | 2012 | Decreto nº 43522 de 21/03/2012 |
| RJ | ZN | UC | PE DA PEDRA SELADA | Parque Estadual | PI | estadual | 2012 | Decreto nº 43.640 de 18/06/2012 |
| RJ | ZN | UC | PE DO MENDANHA | Parque Estadual | PI | estadual | 2013 | Decreto nº 44.342 de 23/08/2013 |
| RJ | ZN | UC | PNM BARÃO DE MAUÁ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 2795/2012 de 30/10/2012 |
| RJ | ZN | UC | PNM DA MATA ATLÂNTICA ALDEENSE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Decreto nº Nº116 de 13 de setembro de 2013 de 15/10/2013 |
| RJ | ZN | UC | PNM DE NITEROI - PARNIT | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2014 | Decreto Municipal nº 11.744, de 2014 |
| RJ | ZN | UC | PNM DOS CORAIS DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2009 | Decreto nº 135 de 13/11/2009 |
| RJ | ZN | UC | PNM FAZENDA SANTA CECÍLIA DO INGÁ | Parque | PI | municipal | 2010 | Decreto nº 11.825 de 19/08/2010 |
| RJ | ZN | UC | PNM MONTANHAS DE TERESÓPOLIS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2009 | Decreto nº 3693 de 16/07/2009 |
| RJ | ZN | UC | PNM PAISAGEM CARIOCA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Decreto nº 37.231 de 07/06/2013 |
| RJ | ZN | UC | PNM TRÊS COQUEIROS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2009 | Decreto nº 424 de 21/11/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN AGUAS CLARAS I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 152 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN AGUAS CLARAS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 115 de 21/05/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN AGULHAS NEGRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 112 de 21/05/2010 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---------------------------------------|--|----|----------|------|-------------------------------|
| RJ | ZN | UC | RPPN ALTO DA BOA VISTA - RESGATE VIII | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 97 de 10/09/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN ALVORADA DO ITAVERÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 205 de 25/03/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BACCHUS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 67 de 07/10/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BICHO PREGUIÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 428 de 25/03/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BOA VISTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 189 de 10/01/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN BOA VISTA E PHAROL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 54 de 08/07/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CALDEIRÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 420 de 08/03/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CANTO DOS PÁSSAROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 465 de 18/06/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CANTO DOS PÁSSAROS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 406 de 30/01/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CARPI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 111 de 21/05/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN CHALÉ CLUB DO ALAMBARY | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 321 de 19/04/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DAS ORQUÍDEAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 155 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DOIS PEÕES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 262 de 19/08/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DOUGLAS VIEIRA SOARES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 158 de 08/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DR. CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 243 de 29/06/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN DUAS PEDRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 161 de 08/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN ESTÂNCIA RIO DO OURO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 368 de 23/08/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN ESTELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 23 de 06/04/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FARGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 160 de 08/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA CARUARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 306 de 15/02/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA MINAS GERAIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 491 de 23/09/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN FAZENDA MIOSÓTIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 269 de 26/09/2011 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|----------|------|-------------------------------|
| RJ | ZN | UC | RPPN FRILSON MATHEUS VIEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 159 de 08/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN GROTA DO SOSSEGO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 405 de 30/01/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN ITACOLOMY | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 116 de 21/05/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN JARDIM DAS DELÍCIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 4 de 13/02/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN JARDIM DE MUKUNDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 157 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN MARIE CAMILLE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 13 de 19/03/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN MICO LEÃO DOURADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 26 de 17/05/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN MONTE ALEGRE 1A | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 190 de 10/02/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN NÊGA FULÔ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 366 de 23/08/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN NEIVA, PATRÍCIA, CLÁUDIA E ALEXANDRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 20 de 22/04/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN OLHO DÁGUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 117 de 21/05/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN PANAPANÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 52 de 08/07/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN PEDRA BRANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 417 de 07/03/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN PONTE DO BAIÃO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 256 de 26/07/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN POUSO ALTO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 106 de 29/03/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN REFÚGIO DO BUGIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 333 de 08/05/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 382 de 10/10/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU 2 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 304 de 06/02/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RESERVA GARGARULLO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 191 de 10/01/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RIBEIRA E SOLEDADE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 162 de 08/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN RILDO DE OLIVEIRA GOMES II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 415 de 07/03/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SANTA CLARA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 419 de 08/03/2013 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|----------------------------|--|----|-----------|------|--|
| RJ | ZN | UC | RPPN SANTO ANTONIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 53 de 08/07/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÃO JOSÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 114 de 21/05/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SETE FLECHAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 153 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO MONTE ALEGRE 1B | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 196 de 09/02/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO PALMEIRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 277 de 21/10/2011 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO PICADA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Portaria nº 464 de 18/06/2013 |
| RJ | ZN | UC | RPPN SÍTIO SERRA NEGRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 93 de 26/01/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN TERRA DO SOL E DA LUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Portaria nº 363 de 16/08/2012 |
| RJ | ZN | UC | RPPN VALE DO PARAÍSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Portaria nº 55 de 08/07/2009 |
| RJ | ZN | UC | RPPN VERBICARO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 156 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RPPN XODÓ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Portaria nº 154 de 03/09/2010 |
| RJ | ZN | UC | RVS DA LAGOA DA TURFEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | Decreto Estadual nº 45.574 de 02/02 2016 |
| RJ | ZN | UC | RVS DA VENTANIA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | municipal | 2010 | Decreto nº 0261 de 15/12/2010 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.11.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|---------------------------|---------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | Tekoha Jevy (Rio Pequeno) | Guaraní | RJ | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Guarani Araponga | Guaraní | RJ | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Guarani de Bracui | Guaraní | RJ | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Parati-Mirim | Guaraní | RJ | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |



5.11.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (TIA AURORA) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 06) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000972/2006-56 | ALTO DA SERRA (CAMERU) | RJ | 29/12/2010 | 30/12/2010 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000680/2009-66 | PRODÍGIO | RJ | 18/03/2014 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (SACADURA CABRAL) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000712/2005-08 | SACOPA | RJ | 2010/11/29 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-43 | BOTAFOGO (ÁREA 05) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (CAMERINO) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001113/2004-12 | SANTANA | RJ | 2007/06/20 | 2008/06/09 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180001482/2004-13 | CAVEIRA | RJ | 2011/11/17 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000945/2006-83 | MARAMBAIA | RJ | 15/05/2015 | - | 08/10/2015 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000972/2006-56 | ALTO DA SERRA (FAMILIA LEITE) | RJ | 29/12/2010 | 30/12/2010 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 1) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001111/2004-23 | PRETO FORRO | RJ | 2006/01/02 | 2007/09/13 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

| | | | | | | | | | |
|----|-----------------------|-----------------------|--|----|------------|------------|------------|-------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | - | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 7) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | SERENO, SACADURA, BAR JOAO DA BAHIANA, PRAINHA | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 3) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 514180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 4) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 27/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 9) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 2) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001112/2004-78 | RASA | RJ | 26/06/2017 | 26/06/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 01420.000434/1997-83 | CAMPINHO DA | RJ | - | - | - | FCP | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001592/2005-58 | SAO JOSE DA SERRA | RJ | 2006/11/07 | 2009/01/23 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (TRAVESSA DO SERENO) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (PRAINHA) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000993/2007-52 | CRUZEIRINHO | RJ | 23/09/2014 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000515/2007-42 | BOTAFOGO (ÁREA 8) | RJ | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001554/2006-86 | SAO BENEDITO | RJ | 29/12/2010 | 30/12/2010 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.001957/2005-44 | PEDRA DO SAL (JOAO DA BAIANA) | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000973/2006-09 | CABRAL | RJ | 2010/11/24 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54180.000971/2006-10 | BRACUÍ | RJ | 23/12/2015 | 24/12/2015 | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



5.12 ESTADO DE SÃO PAULO

5.12.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|---|----------------------------|-------|----------|----------------|---------------------------------------|
| SP | ZA | UC | APA BACIA DO PARAÍBA DO SUL | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1982 | Decreto nº 87561 de 13/09/1982 |
| SP | ZA | UC | APA CABREÚVA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4023 de 22/05/1984 |
| SP | ZA | UC | APA CABUÇU | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | APA CAJAMAR | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4055 de 05/06/1984 |
| SP | ZA | UC | APA CAJATI | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | APA CAMPOS DO JORDÃO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4105 de 26/06/1984 |
| SP | ZA | UC | APA CORUMBATAÍ BOTUCATU TEJUPA PERIMETRO BOTUCATU | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1983 | Decreto nº 20960 de 08/06/1983 |
| SP | ZA | UC | APA CORUMBATAÍ BOTUCATU TEJUPÁ PERIMETRO TEJUPÁ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1983 | Decreto nº 20960 de 08/06/1983 |
| SP | ZA | UC | APA DE CAIRUÇU | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1983 | Decreto nº 89242 de 27/12/1983 |
| SP | ZA | UC | APA DE CANANÉIA-IGUAPÉ-PERUÍBE | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1984 | Decreto nº 90347 de 23/10/1984 |
| SP | ZA | UC | APA DE GUARAQUEÇABA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1985 | Decreto nº 90883 de 31/01/1985 |
| SP | ZA | UC | APA DO BANHADO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2002 | Lei nº 11.262/2002 |
| SP | ZA | UC | APA DOS QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | APA ESTADUAL DO BANHADO | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | APA FERNÃO DIAS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Decreto nº 38925 de 18/07/1997 |
| SP | ZA | UC | APA HARAS DE SÃO BERNARDO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Lei nº 5.745/1987 |
| SP | ZA | UC | APA IBITINGA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 5536 de 20/01/1987 |
| SP | ZA | UC | APA ILHA COMPRIDA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Decreto nº 26881 de 11/03/1987 |
| SP | ZA | UC | APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 30/09/1997 |
| SP | ZA | UC | APA ITUPARARANGA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Lei ordinária nº 10100 de 01/12/1998 |
| SP | ZA | UC | APA JUNDIAÍ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4095 de 01/06/1984 |
| SP | ZA | UC | APA MANANCIAS DO VELA DO PARAÍBA DO SUL | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | APA MARINHA DO LITORAL CENTRO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Decreto nº 53.526 de 09/10/2008 |
| SP | ZA | UC | APA MARINHA DO LITORAL NORTE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Decreto nº 53.525 de 09/10/2008 |
| SP | ZA | UC | APA MARINHA DO LITORAL SUL | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Decreto nº 53.527 de 09/10/2008 |
| SP | ZA | UC | APA MATA DO IGUATEMI | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1993 | Lei nº 8.274/1993 Res. SMA nº 29/2004 |



| | | | | | | | | |
|-------|----|----|--------------------------------------|---------------------------------------|----|----------|------|---|
| SP | ZA | UC | APA MORRO DE SÃO BENTO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1988 | Lei nº 6.131/1988 |
| SP | ZA | UC | APA PARQUE E FAZENDA DO CARMO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1989 | Lei ordinária nº 6409 de 05/04/1989 |
| SP | ZA | UC | APA PIRACICABA JUQUERI MIRIM ÁREA I | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1991 | Lei ordinária nº 7438 de 16/07/1991 |
| SP | ZA | UC | APA PIRACICABA JUQUERÍ-MIRIM AREA II | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1991 | Lei ordinária nº 7438 de 16/07/1991 |
| SP | ZA | UC | APA PLANALTO DO TURVO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | APA REPRESA BAIRRO DA USINA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1986 | Lei ordinária nº 5280 de 04/09/1986 |
| SP | ZA | UC | APA RIO BATALHA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2001 | Lei ordinária nº 10773 de 01/03/2001 |
| SP | ZA | UC | APA RIO PARDINHO E RIO VERMELHO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | APA SÃO FRANCISCO XAVIER | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | LE nº 11.262/2002 Res. SMA nº 30/2004 Res. SMA nº 28/2006 |
| SP | ZA | UC | APA SAPUCAÍ-MIRIM | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 43285 de 03/07/1998 |
| SP | ZA | UC | APA SERRA DA MANTIQUEIRA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1985 | Decreto nº 91304 de 06/06/1985 |
| SP/PR | ZA | UC | APA SERRA DO MAR | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Decreto nº 22717 de 21/09/1984 |
| SP | ZA | UC | APA SILVEIRAS | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1984 | Lei ordinária nº 4100 de 20/06/1984 |
| SP | ZA | UC | APA SISTEMA CANTAREIRA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Lei ordinária nº 10111 de 04/12/1998 |
| SP | ZA | UC | APA TIETÊ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1983 | Decreto nº 20959 de 08/06/1983 |
| SP | ZA | UC | APA VÁRZEA DO RIO TIETÊ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1987 | Lei ordinária nº 5598 de 06/01/1987 |
| SP | ZA | UC | ARIE ALCATRAZES | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE APARA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE BOIÇUCANGA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE BURITI DO VASSUNUNGA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1990 | Decreto nº 99.276/1990 |
| SP | ZA | UC | ARIE CERRADO PÉ-DE-GIGANTE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE DE SÃO SEBASTIÃO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2008 | Decreto nº 53.525 de 09/10/2008 |
| SP | ZA | UC | ARIE DO GUARÁ | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 2008 | Decreto nº 53.527 de 09/10/2008 |
| SP | ZA | UC | ARIE GUARÁ-VERMELHO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DA FIGUEIRA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DA MOELA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO AMEIXAL | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | Decreto nº 91889 de 05/09/1985 |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO BOM ABRIGO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO ITAÇUCE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO MAR VIRADO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO MONTE DE TRIGO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|---------------------------------------|----|----------|------|---|
| SP | ZA | UC | ARIE ILHA DO TOQUE-TOQUE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE ILHAS QUEIMADA PEQUENA E QUEIMADA GRANDE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | DF nº 91.887/1985 |
| SP | ZA | UC | ARIE LAJE DA CONCEIÇÃO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE MAÇAGUAÇU-TAMANDUÁ | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE MATÃO DE COSMÓPOLIS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | DF nº 90.791/1985 |
| SP | ZA | UC | ARIE PÉ-DE-GIGANTE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1990 | Decreto nº 99275 de 06/06/1990 |
| SP | ZA | UC | ARIE PEDRA BRANCA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 1987 | Dec. nº 26.720/1987 - Lei nº 5.864/1987 - Dec. nº 63.414/2018 |
| SP | ZA | UC | ARIE PONTA DA ARMAÇÃO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE TAMOIO | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ARIE YPAUTIBA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ARIE ZONA DE VIDA SILVESTRE DA ILHA COMPRIDA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 1989 | Decreto nº 30.817/1989 |
| SP | ZA | UC | ASPE DA JURÉIA | Área Sob Proteção Especial (ASPE) | | federal | 1986 | Portaria nº 186/1986 |
| SP | ZN | UC | EE DE BARREIRA RICO | Estação Ecológica | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 51.381/2006 |
| SP | ZN | UC | EE ITABERÁ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1957 | Decreto nº 29.881/1957 - Dec. nº 26.890/1987 |
| SP | ZN | UC | ESEC ANGATUBA | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ESEC ASSIS | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ESEC BANANAL | Estação Ecológica | PI | estadual | 1964 | Decreto nº 43193 de 04/04/1964 |
| SP | ZA | UC | ESEC BANHADOS DE IGUAPE (BANHADO GRANDE) | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | ESEC BANHADOS DE IGUAPE (BANHADO PEQUENO) | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ESEC BAURU | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ESEC CAETETUS | Estação Ecológica | PI | | 1987 | Decreto nº 26.718 de 06/02/1987 |
| SP | ZN | UC | ESEC CHAÚAS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1978 | Decreto nº 12.327 de 27/09/1978 |
| SP | ZN | UC | ESEC DE ITAPETI | Estação Ecológica | PI | estadual | 1952 | Decreto nº 21363-D de 02/05/1952 |
| SP | ZN | UC | ESEC DE MOGI-GUAÇU | Estação Ecológica | PI | estadual | 1984 | Decreto nº 22336 de 08/06/1984 |
| SP | ZN | UC | ESEC DE PAULO DE FARIA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1981 | Decreto nº 17724 de 24/09/1981 |
| SP | ZN | UC | ESEC DE XITUÉ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1957 | Decreto nº 28153 de 24/04/1957 |
| SP | ZN | UC | ESEC DOS CAETETUS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1976 | Decreto nº 8.346 de 10/08/1976 |
| SP | ZN | UC | ESEC IBICATU | Estação Ecológica | PI | estadual | 1958 | Decreto nº 33261 de 30/07/1958 |
| SP | ZN | UC | ESEC ITABERÁ | Estação Ecológica | PI | estadual | 1957 | Decreto nº 29881 de 12/10/1957 |
| SP | ZN | UC | ESEC JATAÍ | Estação Ecológica | PI | | 1982 | Decreto nº 18.997 de 1982 |
| SP | ZN | UC | ESEC JURÉIA-ITATINS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1986 | Decreto nº 24.646 de 20/01/1986 |
| SP | ZN | UC | ESEC MICO-LEÃO-PRETO | Estação Ecológica | PI | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 17/07/2002 |
| SP | ZN | UC | ESEC RIBEIRÃO PRETO | Estação Ecológica | PI | | 1984 | Decreto nº 22.691 de 1984 |
| SP | ZN | UC | ESEC SANTA MARIA | Estação Ecológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ESEC TUPINAMBÁS | Estação Ecológica | PI | federal | 1987 | Decreto nº 94656 de 20/07/1987 |
| SP | ZN | UC | ESEC VALINHOS | Estação Ecológica | PI | estadual | 1966 | Decreto nº 45.967-D de 29/01/1966 |
| SP | ZN | UC | ESEC XITUÉ | Estação Ecológica | PI | | 1987 | Decreto nº 26.890 de 12/03/1987 |
| SP | ZA | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL BURI | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|------|---|-------------------------------------|---------|----------|------|---|
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL CASA BRANCA | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL ITAPETININGA | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JAÚ | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL MARÍLIA | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL MOGI GUAÇU | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL SANTA RITA | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | AP | ESTAÇÃO EXPERIMENTAL TUPI | Estação Experimental | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | FE ANGATUBA | Floresta Estadual | US | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | FE BATATAIS | Floresta Estadual | US | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | FE BEBEDOURO | Floresta Estadual | US | estadual | 1937 | Decreto nº 2.931 de 1937 |
| SP | ZA | UC | FE CAJURU | Floresta Estadual | US | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | FE EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE | Floresta Estadual | US | estadual | 2002 | Decreto nº 46819 de 12/06/2002 |
| SP | ZA | UC | FE MANDURI | Floresta Estadual | US | estadual | 1962 | Decreto nº 40.988 de 06/11/1962 |
| SP | ZA | UC | FE PIRAJU | Floresta Estadual | US | estadual | 1945 | Decreto nº 14.594 de 09/04/1945 |
| SP | ZA | UC | FLONA CAPÃO BONITO | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 558 de 25/10/1968 |
| SP | ZA | UC | FLONA DE LORENA | Floresta Nacional | US | federal | 1934 | Portaria nº 24104 de 11/04/1934 |
| SP | ZA | UC | FLONA IPANEMA | Floresta Nacional | US | federal | 1992 | Decreto nº 530 de 20/05/1992 |
| SP | ZA | APP | HORTO PALMITAL | Área Protegida | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | APP | ILHAS | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | - | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SP | - | APRI | MATA DE IMBEL - RESERVA (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Área Prioritária para Criação de UC | PI / US | - | - | |
| SP | - | APRI | MATA DE IMBEL (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Área Prioritária para Criação de UC | PI / US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA BOCAINA | Parque Nacional | PI | federal | 1971 | Decreto nº 68.172 de 05/02/1971 |
| SP | ZN | UC | PARNA DO SUPERAGUI | Parque Nacional | PI | federal | 1989 | Decreto nº 97688 de 25/04/1989 |
| SP | ZN | UC | PE ALBERTO LÖFGREN | Parque Estadual | PI | estadual | 1968 | Lei ordinária nº Lei 10228 de 24/09/1968 |
| SP | ZN | UC | PE ARA | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto nº 51.988 de 04/06/1969 |
| SP | ZN | UC | PE ASSESSORIA DE REFORMA AGRÁRIA (ARA) | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto nº 51.988/1969 - Dec. nº 928/1973 |
| SP | ZN | UC | PE CAMPOS DO JORDÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1941 | Decreto nº 11908 de 28/03/1941 |
| SP | ZN | UC | PE CARLOS BOTELHO | Parque Estadual | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 19.499 de 11/09/1982 |
| SP | ZN | UC | PE CAVERNA | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PE CAVERNA DO DIABO | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Decreto nº 12.810 de 22/02/2008 |
| SP | ZN | UC | PE CUNHAMBEBE | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Decreto nº 41358 de 16/06/2008 |
| SP | ZN | UC | PE DA ARA | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto nº 51988 de 05/06/1969 |
| SP | ZN | UC | PE DA CAMPINA DO ENCANTADO | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 8873 de 17/08/1994 |
| SP | ZN | UC | PE DA CANTAREIRA | Parque Estadual | PI | estadual | 1968 | Lei ordinária nº 10228 de 25/09/1968 |
| SP | ZN | UC | PE DA ILHA ANCHIETA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 9629 de 30/03/1977 |
| SP | ZN | UC | PE DA ILHA DO CARDOSO | Parque estadual | PI | estadual | 1962 | Decreto nº 40319 de 03/07/1962 |
| SP | ZN | UC | PE DA SERRA DO MAR | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10251 de 31/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE DE ILHABELA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 9414 de 21/01/1977 |
| SP | ZN | UC | PE DE PORTO FERREIRA | Parque Estadual | PI | estadual | 1962 | Decreto nº 40.991 de 07/11/1962 |



| | | | | | | | | |
|-------|----|----|--|------------------|----|-----------|------|--|
| SP | ZN | UC | PE DO AGUAPEÍ | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 43269 de 03/07/1998 |
| SP | ZN | UC | PE DO JARAGUÁ | Parque Estadual | PI | estadual | 1961 | Decreto nº 38391 de 04/05/1961 |
| SP | ZN | UC | PE DO JUQUERY | Parque Estadual | PI | estadual | 1993 | Decreto nº 36.859 de 07/06/1993 |
| SP | ZN | UC | PE DO JURUPARÁ | Parque Estadual | PI | estadual | 1978 | Decreto nº 12.185 de 31/08/1978 |
| SP | ZN | UC | PE DO MORRO DO DIABO | Parque Estadual | PI | estadual | 1941 | Decreto nº 12.279 de 30/10/1941 |
| SP/PR | ZN | UC | PE DO RIO TURVO | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Lei complementar nº 12.810 de 22/02/2008 |
| SP | ZN | UC | PE DOS MANANCIAS DE CAMPOS DO JORDÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1993 | Decreto nº 37539 de 28/09/1993 |
| SP | ZN | UC | PE EMBU-GUAÇU | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PE FURNAS DO BOM JESUS | Parque Estadual | PI | estadual | 1989 | Decreto nº 30.591/1989 - Dec. Nº 31.644/1990 |
| SP | ZN | UC | PE GUARAPIRANGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1989 | Decreto nº 30.442 de 20/09/1989 |
| SP | ZN | UC | PE ILHA DOS EUCALIPTOS | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 9.414 de 20/01/1977 |
| SP | ZN | UC | PE INTERVALES | Parque Estadual | PI | estadual | 1995 | Decreto nº 40135 de 09/06/1995 |
| SP | ZN | UC | PE JACUPIRANGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1961 | Decreto s/n de 1961 |
| SP/PR | ZN | UC | PE LAGAMAR DE CANANEIA | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12.810 de 22/02/2008 |
| SP | ZN | UC | PE MANANCIAS | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PE MARIHO LAJE DE SANTOS | Parque Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PE MARINHO DA LAJE DE SANTOS | Parque Estadual | PI | estadual | 1993 | Decreto nº 37.537 de 28/09/1993 |
| SP | ZN | UC | PE RIO DO PEIXE | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 47.095 de 19/09/2002 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. CARAGUATATUBA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. CUNHA-INDAÍÁ | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. CURUCUTU | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. CUTATÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. ITARIRU/PEDRO DE TOLEDO | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1978 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. ITUTINGA PILÕES | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1979 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. PEDRO DE TOLEDO | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. PICINGUABA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. SANTA VIRGÍNIA | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE SERRA DO MAR - N. SÃO SEBASTIÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 10.251 de 30/08/1977 |
| SP | ZN | UC | PE TURÍSTICO DO ALTO DO RIBEIRA (PETAR) | Parque Estadual | PI | estadual | 1958 | Decreto nº 32283 de 20/05/1958 |
| SP | ZN | UC | PE VASSUNUNGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1970 | Decreto nº 52.546 de 27/10/1970 |
| SP | ZN | UC | PE XIXOVÁ-JAPUÍ | Parque Estadual | PI | estadual | 1993 | Decreto nº 37.536 de 28/09/1993 |
| SP | ZN | UC | PEC EMBU-GUAÇU | Parque Ecológico | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM ALFREDO VOLPI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM ANHANGUERA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM BUENOS AIRES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM BURLE MARX | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM CHÁCARA DAS FLORES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM CHICO MENDES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM CIDADE DE TORONTO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DA ACLIMAÇÃO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DA LUZ | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DO CARMO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|-------------------------------------|--|----|-----------|------|--|
| SP | ZA | UC | PM DO IBIRAPUERA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DO NABUCO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DO PIQUERI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM DOS EUCALIPTOS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM GUARAPIRANGA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM INDEPENDÊNCIA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM JARDIM FELICIDADE | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM LINA E PEDRO RAIA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM LIONS CARLOS PRESTES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PM PEDROSO (SANTO ANDRÉ) | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM PREVIDÊNCIA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM RAPOSO TAVARES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM RAUL SEIXAS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM RODRIGO DE GASPERI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM SANTO DIAS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM SÃO DOMINGOS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM SATA AMÉLIA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM SEVERO GOMES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM TENENTE SIQUEIRA CAMPOS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM VILA DOS REMÉDIOS | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | PM VILA GUILHERME | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | PNM DO TRABIJU | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1979 | Lei ordinária nº 1627 de 27/06/1979 |
| SP | ZN | UC | PNM FAZENDA DO CARMO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2003 | Decreto nº 43329 de 13/06/2003 |
| SP | ZN | UC | PNM NASCENTES DE PARANAPIACABA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2003 | Decreto nº 14.937/2003 de 06/06/2003 |
| SP | ZN | UC | PNM PARANAPIACABA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | RDS BARREIRO-ANHEMAS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RDS DE LAVRAS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RDS DOS PINHEIRINHOS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RDS DOS QUILOMBOS DE BARRA DO TURVO | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RDS ITAPANHAPIMA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RDS TUMBA E ITAPANHAPIMA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RDS UMA DA ALDEIA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | REBIO PARANAPIACABA | Reserva Biológica | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | - | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SP | ZN | UC | RESERVA ESTADUAL ÁGUAS DA PRATA | Reserva Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RESERVA ESTADUAL LAGOA SÃO PAULO | Reserva Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|-----------------------------------|--|----|----------|------|--------------------------------------|
| SP | ZN | UC | RESERVA ESTADUAL MORRO GRANDE | Reserva Estadual | PI | estadual | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | RESEX DO MANDIRA | Reserva Extrativista | US | federal | 2002 | Decreto nº S/N de 16/12/2002 |
| SP | ZA | UC | RESEX ILHA DO TUMBA | Reserva Extrativista | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RESEX LAGOA SÃO PAULO | Reserva Extrativista | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | RESEX TAQUARI | Reserva Extrativista | US | estadual | 2008 | Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008 |
| SP | ZA | UC | RESEX TUMBA | Reserva Extrativista | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA MEANDROS III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 150/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN FLORESTA NEGRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 104/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE DOS PÁSSAROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 60/02 |
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE SÃO MARCELO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 120/02-N |
| SP | ZN | UC | RPPN AFAZENDA AGRO-PASTORIL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 102/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN ALTO DO DECO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN BOTUJURU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN CABURÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN CACHOEIRA SERRA AZUL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN CARBOCLORO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1992 | Portaria nº 145/92-N |
| SP | ZN | UC | RPPN CHACARA SANTA INEZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN CHACARA SANTA RITA DE CASSIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN COSTA BLANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN DUAS CACHOEIRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN ECOFUTURO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN ECOWORLD | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 064/99 |
| SP | ZN | UC | RPPN ENCANTOS DA JUREIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN ESTÂNCIA JATOBÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 105/00 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--------------------------------------|--|----|----------|------|-------------------------------|
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA BELA AURORA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 062/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOA ESPERANLA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA CATADUPA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA HORII | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 108/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA RELÓGIO QUEIMADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 56/02 |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA RENOPOLIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN FAZENDA SERRINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 154 de 25/10/2001 |
| SP | ZN | UC | RPPN FOZ DO RIO AGUAPEI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN GIGANTE DO ITAGUARÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN GUAINUMBIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN HERCULES FLORENCE - 1 E 2 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN HERCULES FLORENCE - 3, 4, 5 E 6 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN HINAYANA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN KON TIKI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN LAFIGUEIRA - NATURARTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN MARINA DO CONDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN MEANDROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 157/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN MEANDROS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 149/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN MORRO DO CURUSSU MIRIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 087/99 |
| SP | ZN | UC | RPPN O PRIMATA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN PARAÍSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Resolução nº 27 de 26/04/2008 |
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE DAS NASCENTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 58/02 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|----------|------|-------------------------------|
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE DO ZIZO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE RIO DAS PEDRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN PARQUE TAQUARAL DA MATA ATLÂNTICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN PEDRA DA MINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN RESERVA DO JACU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN RESERVA DOS MURIQUIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN RESERVA ECOLÓGICA AMADEU BOTELHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 19/00 |
| SP | ZN | UC | RPPN RIO DOS PILÕES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 84/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN RIZZIERI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2003 | Portaria nº 05/03-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SAN MICHELE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 57/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN SÃO ELIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN SAO JUDAS TADEU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Resolução nº 65 de 12/09/2008 |
| SP | ZN | UC | RPPN SERRINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO CAETE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO CAPUAVINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 31/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO CURUCUTU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 102/95-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO DO CANTONEIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 116/94-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO DO JACU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 52/01 |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO PALMITAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 103/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO PITHON | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1997 | Portaria nº 11/97-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO RYAN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1993 | Portaria nº 112/93-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO SAO JUDAS TADEU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|---------|---|--|---------|-----------|-------------|--|
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO SIBIÚNA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1995 | Portaria nº 58/95-N |
| SP | ZN | UC | RPPN SÍTIO SOLAR DA MONTANHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN TIJUCOPAVAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN TOQUE TOQUE PEQUENO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2000 | Portaria nº 09/00-N |
| SP | ZN | UC | RPPN TRÁPAGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN TRAVESSIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN TRILHA COROADOS - FB | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2006 | Portaria nº 78/06 |
| SP | ZN | UC | RPPN VALE DO CORISCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1999 | Portaria nº 83/99-N |
| SP | ZN | UC | RPPN VALE VERDEJANTE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | RPPN VISTA BONITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 38/04-N |
| SP | ZN | UC | RPPN VOTURUNA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 123/94-N |
| SP | ZN | UC | RPPN VOTURUNA V | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 113/94-N |
| SP | - | APRI | SERRA DA MANTIQUEIRA (UC/PARNA PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Área Prioritária para Criação de UC | PI / US | nacional | - | Não Disponibilizado |
| SP | - | APRI | SERRA DOS PONCIANOS (UC PROPOSTA MANTIQUEIRA) | Área Prioritária para Criação de UC | PI / US | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZN | UC | ZONA INTANGÍVEL DA APA | Área de Proteção Ambiental / Zona Intangível | PI | - | - | Não Disponibilizado |
| SP | ZA | UC | APA BORORÉ-COLÔNIA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2006 | Lei ordinária nº 14162 de 25/05/2006 |
| SP | ZA | UC | APA DE CAMPINAS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei ordinária nº 10.850 de 08/06/2001 |
| SP | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO CAPIVARI-MONOS | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2001 | Lei ordinária nº 13136 de 12/06/2001 |
| SP | ZA | UC | ARIE MATA DE SANTA GENEBRA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1985 | Decreto nº 91885 de 05/11/1985 |
| SP | ZN | UC | ESEC DO NOROESTE PAULISTA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1993 | Lei ordinária nº 8316 de 05/06/1993 |
| SP | ZN | UC | ESEC DOS TUPINIQUINS | Estação Ecológica | PI | federal | 1986 | Decreto nº 92964 de 21/07/1986 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO BOCAINA (SP E RJ) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA 349, dezembro de 2006 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO DAS ILHAS E ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DO LITORAL PAULISTA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2008 | Decreto Estadual nº 53.528 de 08/10/08 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO JACUPIRANGA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2008 | Lei Estadual nº 12.810 de 21/01/08 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO JUREIA-ITATINS | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2006 / 2009 | Lei Estadual nº 12.406 de 10/06/09 |



| | | | | | | | | |
|----|----|---------|--|--|---------|-----------|------|--|
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO LAGAMAR (SP E PR) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 150 de 08/03/06 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO SERRA DA MANTIQUEIRA (SP, MG E RJ) | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 351 de 11/12/06 |
| SP | ZN | UC | PE DAS FONTES DO IPIRANGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto nº 52281 de 12/08/1969 |
| SP | ZN | UC | PNM DA CRATERA DE COLÔNIA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Decreto nº 48423 de 11/06/2007 |
| SP | ZN | UC | PNM DA GROTA DE MIRASSOL | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Lei complementar nº 2.462 de 12/12/2001 |
| SP | ZN | UC | RPPN CAVA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2005 | Portaria nº 40 de 21/06/2005 |
| SP | ZN | UC | RPPN MAHAYANA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Resolução nº 28 de 26/04/2008 |
| SP | ZN | UC | RPPN MOSQUITO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Resolução nº 70 de 24/09/2008 |
| SP | ZN | UC | RPPN TOCA DA PACA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | Resolução nº 26 de 26/04/2008 |
| SP | ZA | UC | APA DO CAMPO GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2011 | Decreto nº 17.357/11 de 18/06/2011 |
| SP | - | AP | AREA PROTEGIDA RESERVA VOTORANTIM-LEGADO DAS AGUAS | Area Protegida Reserva Votorantim-Legado das Aguas | US/PI | estadual | 2015 | Protocolo de Intenções Fundação Florestal e Reserva Votorantim de 08/12/2015 |
| SP | ZN | UC | ESEC DE MARÍLIA | Estação Ecológica | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 56.561 de 29/12/2010 |
| SP | ZA | UC | FE GUARULHOS | Floresta Estadual | US | estadual | 2010 | Decreto nº 55.662 de 31/03/2010 |
| SP | ZN | UC | MONAT ESTADUAL DA PEDRA DO BAÚ | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 56.613 de 29/12/2010 |
| SP | ZN | UC | MONAT ESTADUAL DA PEDRA GRANDE | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 55.662 de 31/03/2010 |
| SP | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL DO PICO DO ITAGUARÉ | Monumento Natural | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 356 de 09/08/2012 |
| SP | ZA | UC | FE SERRA D'ÁGUA | Floresta Estadual | US | estadual | 2010 | Decreto nº 56.617 de 29/12/2010 |
| SP | - | MOSAICO | MOSAICO DO PARANAPIACABA | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | estadual | 2012 | Decreto Estadual nº 58.148 de 21/06/12 |
| SP | ZN | UC | PE ÁGUAS DA BILLINGS | Parque Estadual | PI | estadual | 2018 | Decreto nº 63.324/2018 |
| SP | ZN | UC | PE ÁGUAS DA PRATA | Parque Estadual | PI | estadual | 2018 | Decreto nº 63.454/2018 |
| SP | ZN | UC | PE DE ITABERABA | Parque Estadual | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 55.662 de 31/03/2010 |
| SP | ZN | UC | PE DE ITAPETINGA | Parque Estadual | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 55.662 de 31/12/2010 |
| SP | ZN | UC | PE DO ITINGUÇU | Parque Estadual | PI | estadual | 2013 | Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013 |
| SP | ZN | UC | PE DO PRELADO | Parque Estadual | PI | estadual | 2013 | Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013 |
| SP | ZN | UC | PE NASCENTES DO PARANAPANEMA | Parque Estadual | PI | estadual | 2012 | Decreto nº 58.148 de 22/06/2012 |
| SP | ZN | UC | PE RESTINGA DE BERTIOGA | Parque Estadual | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 56.500 de 10/12/2010 |
| SP | ZN | UC | PNM BORORÉ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 52972 de 14/02/2012 |
| SP | ZN | UC | PNM DO CAMPO GRANDE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Decreto nº 17.356/11 de 18/06/2011 |
| SP | ZN | UC | PNM DOS JATOBÁS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Decreto nº 17.355/11 de 18/06/2011 |
| SP | ZN | UC | PNM ESTORIL - VIRGÍLIO SIMIONATO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Decreto nº 18684/2013 de 14/11/2013 |
| SP | ZN | UC | PNM ITAIM | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 53227 de 20/06/2012 |
| SP | ZN | UC | PNM JACEGUAVA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 52974 de 14/02/2012 |
| SP | ZN | UC | PNM VARGINHA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 52973 de 14/02/2012 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---------------------------------------|--|----|-----------|------|---|
| SP | ZA | UC | RDS DA BARRA DO UNA | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2013 | Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013 |
| SP | ZA | UC | RDS DO DESPRAIADO | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | estadual | 2013 | Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013 |
| SP | ZN | UC | RPPN ÁGUAS CLARAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 22 de 25/09/2013 |
| SP | ZN | UC | RPPN CRUZ PRETA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 29 de 22/02/2012 |
| SP | ZN | UC | RPPN MUTINGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | municipal | 2011 | Portaria nº 12 de 05/02/2011 |
| SP | ZN | UC | RPPN POUSADA CAMPOS DA BOCAINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Resolução nº 125 de 29/12/2010 |
| SP | ZN | UC | RPPN RESERVA DO DADINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Resolução nº 54 de 03/07/2012 |
| SP | ZN | UC | RPPN RIO VERMELHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 176 de 28/03/2013 |
| SP | ZN | UC | RPPN SERRA DO ITATINS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Resolução nº 84 de 19/11/2009 |
| SP | ZN | UC | RPPN SITIO MANACA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Resolução nº Resolução SMA-95 de 15/12/2012 |
| SP | ZN | UC | RVS DAS ILHAS DO ABRIGO E GUARARITAMA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2013 | Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013 |
| SP | ZN | UC | RVS ILHAS DO ABRIGO E GUARARITAMA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | #VALOR! | 2010 | Lei nº 14.982/2013 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.12.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|----------------------|------------------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | ARARIBÁ | Terena, Guarani Kaiowá | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PIAÇAGUERA | Guarani Nhandeva | SP | Homologada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PEGUAOTY | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PAKURITY | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | DJAIKO-ATY | Guarani Nhandeva | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | AMBA PORÃ | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | KA'AGUY MIRIM | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PINDOTY/ ARAÇÁ-MIRIM | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TAKUARI | Guarani | SP | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LIS | FUNAI |



| | | | | | | | | |
|----|---------------------|------------------------------|-----------------|----|--------------|--------------------------|--------|-------------|
| ZA | Território Indígena | KAAGUY HOVY (TEKOA ITAPUÃ) | Guarani | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | GUAVIRATY | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TAPYI/RIO BRANQUINHO | Guarani Mbya | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | JARAGUÁ | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | JARAGUÁ | Guarani | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | VANUIRE | Kaingang | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BOA VISTA SERTÃO DO PROMIRIM | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BOA VISTA SERTÃO DO PROMIRIM | Guarani | SP | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | GUARANI DA BARRAGEM | Guarani Kaiowá | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | GUARANI DO AGUAPEU | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | ICATU | Terena,Kaingang | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | ITAÓCA | Guarani Mbya | SP | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | KRUKUTU | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TENONDÉ PORÃ | Guarani | SP | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PERUÍBE | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | RIBEIRÃO SILVEIRA | Guarani | SP | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | RIO BRANCO ITANHAÉM | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | SERRA DO ITATINS | Guarani | SP | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LIS | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | GURANI ARAPONGA | Guarani | SP | | | | RBMA FASE 6 |
| ZA | Território Indígena | GUARANI RIBEIRÃO SILVEIRA | Guarani | SP | | | | RBMA FASE 6 |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.12.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|--------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|----------|
| ZA | Território Quilombola | 54190.001218/2005-33 | CAMBURY | SP | 2008/12/18 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 72/98 | PORTO DOS PILOES | SP | - | - | - | ITESP | ESTADUAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190003179/2004-28 | MANDIRA | SP | 2010/12/23 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.001281/2005-70 | PORTO VELHO | SP | 07/11/2013 | - | - | INCRA | FEDERAL |



| | | | | | | | | | |
|----|-----------------------|----------------------|-----------------------------|----|------------|------------|------------|-------|----------|
| ZA | Território Quilombola | 54190.002551/04-89 | CAFUNDÓ | SP | 2005/05/25 | 2006/07/12 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.001218/2005-33 | CAMBURY | SP | 2008/12/18 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.000476/2005-01 | IVAPORUNDUVA | SP | 2005/07/21 | 2006/07/05 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.003181/2004-05 | JAÓ (Gleba 02) | SP | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.003181/2004-05 | JAÓ (Gleba 01) | SP | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.001485/2015-19 | CANGUME | SP | 26/06/2015 | - | - | | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.000477/05-47 | CAÇANDOCA | SP | 2005/06/08 | 2005/12/05 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.000475/2005-58 | SAO PEDRO | SP | 28/03/2012 | - | 0000/00/00 | ITESP | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.000474/2005-11 | GALVÃO | SP | 01/09/2011 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.001267/05-76 | BROTAS | SP | 2006/07/09 | 2008/11/10 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.003184/2004-31 | PEDRO CUBAS DE CIMA | SP | 21/12/2017 | 22/12/2017 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.003184/2004-31 | PEDRO CUBAS (Gleba "A e B") | SP | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.001541/2005-15 | SÃO MIGUEL DO MORRO SECO | SP | 2008/09/04 | 2010/12/16 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54190.003184/2004-31 | PEDRO CUBAS (gleba "D") | SP | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 74/98 | MARIA ROSA | SP | - | - | - | ITESP | ESTADUAL |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.13 ESTADO DE GOIÁS

5.13.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|---|------------------------------------|---------|----------|----------------|--|
| GO | ZA | APP | APP REMANESCENTES FLORESTAIS MA | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| GO | ZA | APP | APP REMANESCENTES FLORESTAIS MA | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| GO | - | APRI | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) PARA CRIAÇÃO DE UC (APAS) | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| GO | ZN | UC | PE DA MATA ATLÂNTICA | Parque Estadual | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 6.442 de 12/04/2006 |
| GO | - | APRI * | A. PRIORITÁRIA PARA CRIAÇÃO UC REGIÃO DO PINGA FOGO, ENTRE MINEIROS E PORTELÂNDIA | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| GO | - | APRI * | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) RVS TOVACUÇÚ | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| GO | - | APRI * | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DE JATAÍ, ENTRE MINEIROS E JATAÍ | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|---|--------|--|------------------------------------|---------|---|---|---------------------|
| GO | - | APRI * | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DE RIO VERDE, FAZENDA 3 BARRAS E RIO VERDINHO | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| GO | - | APRI * | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) REGIÃO DO ALTO RIO CLARO, ENTRE JATAÍ E CAIAPÔNIA, PASSANDO POR PEROLÂNDIA | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| GO | - | APRI * | ÁREA PRIORITÁRIA (APRI) TODOS OS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA, MATAS CILIARES | Áreas Prioritárias para Criação UC | PI / US | - | - | Não disponibilizado |

LEGENDA

| | |
|--|---|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | Áreas definidas após 2008 como prioritárias para criação de UC e inseridas somente na tabela RBMA Fase 7 (em processo de delimitação) |

5.14 ESTADO DO PARANÁ

5.14.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|-------|------|----------|------------------------------------|---------------------------------------|-------|----------|----------------|--|
| PR | ZA | UC | APA DE GUARAQUEÇABA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1985 | Decreto nº 90883 de 31/01/1985 |
| PR | ZA | UC | APA DO IRAÍ | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1996 | Decreto nº 1.753 de 06/05/1996 |
| PR | ZA | UC | APA DO PASSAUNA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1991 | Decreto nº 458 de 05/06/1991 |
| PR | ZN | UC | APA DO PEQUENO | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1996 | Decreto nº 1.752 de 06/05/1996 |
| PR | ZA | UC | APA DO RIO VERDE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 2000 | Decreto nº 2.375 de 31/07/2000 |
| PR | ZA | UC | APA ESTADUAL DA ESCARPA DEVONIANA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Decreto nº 1.231 de 30/03/1992 |
| PR | ZN | UC | APA ESTADUAL DA SERRA DA ESPERANÇA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Lei ordinária nº 9.905 de 27/01/1992 |
| PR | ZA | UC | APA ESTADUAL DE GUARATUBA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1992 | Decreto nº 1234 de 28/04/1992 |
| PR | ZA | UC | APA ESTADUAL DO PIRAQUARA | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1996 | Decreto nº 1.754 de 06/05/1996 |
| PR | ZN | UC | APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 30/09/1997 |
| PR | ZA | UC | APA RIO IRAI | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1996 | Decreto nº 1.753 de 06/05/1996 |
| PR/SP | ZA | UC | APA SERRA DO MAR | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1884 | Decreto nº 22.717 de 21.09.1984 |
| PR | ZA | APP | APP | Área de Proteção Ambiental | APP | - | - | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PR | ZA | UC | ARIE DA SERRA DO TIGRE | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 1990 | Decreto nº 7.456 de 28/11/1990 |
| PR | ZA | UC | ARIE DE SÃO DOMINGOS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 1990 | Decreto nº 7.456 de 28/11/1990 |
| PR | ZA | UC | ARIE DO BURITI | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | estadual | 1990 | Decreto nº 7.456 de 28/11/1990 |
| PR | - | CORREDOR | CORREDOR ECOLÓGICO DE SANTA MARIA | Corredor Ecológico | PI | - | 2001 | Portaria Federal 137 de 9 de Outubro de 2001 IBAMA |

| | | | | | | | | |
|----|----|---------|------------------------------|-----------------------------|---------|----------|------|---|
| PR | ZN | UC | ESEC DA ILHA DO MEL | Estação Ecológica | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 5.454 de 21/09/1982 |
| PR | ZN | UC | ESEC DE GUARAGUAÇU | Estação Ecológica | PI | - | 1992 | Dec. 1.230 de 27.03.1992, Ampliado Dec. 7094 - 06.06. 2017 |
| PR | ZN | UC | ESEC DE GUARAQUEÇABA | Estação Ecológica | PI | federal | 1982 | Decreto nº 87.222 de 01/06/1982 |
| PR | ZN | UC | ESEC DO CAIÚA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 4.263 de 21.11.1994 |
| PR | ZN | UC | ESEC DO GUARAGUAÇU | Estação Ecológica | PI | estadual | 1992 | Decreto nº 1.230 de 30/03/1992 |
| PR | ZN | UC | ESEC FERNANDES PINHEIRO | Estação Ecológica | PI | estadual | 2001 | Decreto nº 4230 de 06/06/2001 |
| PR | ZN | UC | ESEC MATA PRETA | Estação Ecológica | PI | - | 2005 | Decreto s/n de 19/10/2005 |
| PR | ZN | UC | ESEC RIO DOS TOUROS | Estação Ecológica | PI | estadual | 2001 | Decreto nº 4229 de 06/06/2001 |
| PR | ZA | UC | FE DE SANTANA | Floresta Estadual | US | estadual | 1994 | Decreto nº 4.264 de 21.11.1994 |
| PR | ZN | UC | FE DO PASSA DOIS | Floresta Estadual | US | estadual | 1990 | Decreto nº 6.594 de 23/02/1990 |
| PR | ZA | UC | FLONA DE AÇUNGUI | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 559 de 25/10/1968 |
| PR | ZA | UC | FLONA DE IRATI | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 559 de 25/10/1968 |
| PR | ZA | UC | FLONA DE PIRAÍ DO SUL | Floresta Natural | US | federal | 2004 | Decreto nº S/N de 03/06/2004 |
| PR | ZA | APP | ILHAS | Área de Proteção Ambiental | APP | - | - | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PR | ZN | UC | MONA GRUTA DA LANCINHA | Monumento Natural | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 6538 de 03/05/2006 |
| PR | - | MOSAICO | MOSAICO LAGAMAR, SP/ PR | Mosaico de Áreas Protegidas | PI / US | federal | 2006 | Portaria MMA nº 150 de 08/03/06 |
| PR | ZN | UC | PARNA DE ILHA GRANDE | Parque Nacional | PI | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 30/09/1997 |
| PR | ZN | UC | PARNA DE SAINT-HILAIRE/LANGE | Parque Nacional | PI | federal | 2001 | Lei ordinária nº 10227 de 24/05/2001 |
| PR | ZN | UC | PARNA DO IGUAÇU | Parque Nacional | PI | federal | 1939 | Decreto nº 1035 de 10/01/1939 |
| PR | ZN | UC | PARNA DO SUPERAGUI | Parque Nacional | PI | federal | 1989 | Decreto nº 97688 de 25/04/1989 |
| PR | ZN | UC | PARNA DOS CAMPOS GERAIS | Parque Nacional | PI | federal | 2006 | Decreto nº S/N de 24/03/2006 |
| PR | ZA | UC | PE CABEÇA DO CACHORRO | Parque Estadual | US | estadual | 1990 | Dec. 7.456 de 27.11.1990, Ampliado pelo Dec. 7478 de 23.12.2010 |
| PR | ZN | UC | PE DA GRACIOSA | Parque Estadual | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 7.302 de 24/10/1990 |
| PR | ZN | UC | PE DA ILHA DO MEL | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 5.506 de 22/03/2002 |
| PR | ZN | UC | PE DA MATA DO GODOY | Parque Estadual | PI | estadual | 1989 | Decreto nº 5.150 de 05/06/1989 |
| PR | ZN | UC | PE DA MATA SÃO FRANCISCO | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 4.333 de 05/12/1994 |
| PR | ZN | UC | PE DA SERRA DA BAITACA | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 5.765 de 05/12/1994 |
| PR | ZN | UC | PE DAS LAURÁCEAS | Parque Estadual | PI | estadual | 1979 | Decreto nº 729 de 27/06/1979 |
| PR | ZN | UC | PE DE AMAPORK | Parque Estadual | PI | estadual | 1956 | Dec. 20.847 de 28.01.1956, alterado pelo Dec. 3280 de 18.11.2011 |
| PR | ZN | UC | PE DE CAMPINHOS | Parque Estadual | PI | estadual | 1960 | Decreto nº 31.013 de 20/07/1960 / Alterado pelo Decreto 5.768 de 05/06/2002 |
| PR | ZN | UC | PE DE IBICATU | Parque Estadual | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 4.835 de 15/02/1982 / Ampliado pelo Decreto nº 581 de 30/07/2009 |
| PR | ZN | UC | PE DE IBIPORÃ | Parque Estadual | PI | estadual | 1980 | Decreto nº 2.301 de 30/04/1980 |
| PR | ZN | UC | PE DE PALMAS | Parque Estadual | PI | estadual | 1989 | Ofício 190 de 04/08/1989 |
| PR | ZN | UC | PE DE VILA VELHA | Parque Estadual | PI | estadual | 1953 | Lei 2192 de 12/10/1953 / Alterado pelo Decreto 5767 de 05/06/2002 |
| PR | ZN | UC | PE DO BOGUAÇU | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 4.056 de 26/02/1998 |
| PR | ZN | UC | PE DO CAXAMBU | Parque Estadual | PI | estadual | 1979 | Decreto nº 6.351 de 23/02/1979 / Alt. Decreto nº 3.281 de 18/11/2011 |
| PR | ZN | UC | PE DO CERRADO | Parque Estadual | PI | estadual | 1992 | Dec. 1.232 de 27.03.1992, Ampliado pelo Dec. 1.527 de 02.10.2007 |
| PR | ZN | UC | PE DO LAGO AZUL | Parque Estadual | PI | estadual | 1997 | Decreto nº 3.256 de 30/06/1997 |

| | | | | | | | | |
|-------|----|-----|-----------------------------------|---|-----|----------|------|--|
| PR | ZN | UC | PE DO MONGE | Parque Estadual | PI | estadual | 1960 | Decreto nº 4.170 de 22/02/1960 |
| PR | ZN | UC | PE DO PALMITO | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Dec. 4.493 de 17.06.1998 Ampliado e recategorizado Dec. 7097 - 06.06. 2017 |
| PR | ZN | UC | PE DO PAU-OCO | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 4.266 de 21/11/1994 |
| PR | ZN | UC | PE DO PENHASCO VERDE | Parque Estadual | PI | estadual | 1991 | Decreto nº 457 de 05/04/1991 |
| PR | ZN | UC | PE DO PICO MARUMBI | Parque Estadual | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 7.300 de 24/10/1990 |
| PR | ZN | UC | PE DO RIO DA ONÇA | Parque Estadual | PI | estadual | 1981 | Decreto nº 3.825 de 05/06/1981 |
| PR | ZN | UC | PE DO RIO GUARANI | Parque Estadual | PI | estadual | 2000 | Decreto nº 2.322 de 19/07/2000 |
| PR/SP | ZN | UC | PE DO RIO TURVO | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | LEI Nº 12.810, DE 21.02.2008 |
| PR | ZN | UC | PE ILHA DO CARDOSO | Parque Estadual | PI | estadual | 1962 | Decreto nº 40.319 de 30/07/1962 |
| PR | ZN | UC | PE JACUPIRANGA | Parque Estadual | PI | estadual | 1969 | Decreto 145 de 08/08/1969 |
| PR | ZN | UC | PE JOÃO PAULO II | Parque Estadual | PI | estadual | 1986 | Lei. 8.299 de 09.05.1986 |
| PR/SP | ZN | UC | PE LAGAMAR CANANÉIA | Parque Estadual | PI | estadual | 2008 | LEI Nº 12.810, DE 21.02.2008 |
| PR | ZN | UC | PE MORRO DO DIABO | Parque Estadual | PI | estadual | 1986 | Decreto nº 25.342 de 04/06/1986 |
| PR | ZN | UC | PE PICO PARANÁ | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 5.769 de 05/06/2002 |
| PR | ZN | UC | PE PROFESSOR JOSÉ WACCHOWICZ | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 5.766 de 05/06/2002 |
| PR | ZN | UC | PE ROBERTO RIBAS LANGE | Parque Estadual | PI | estadual | 1994 | Decreto nº 4.267 de 21/11/1994 |
| PR | ZN | UC | PE SANTA CLARA | Parque Estadual | PI | estadual | 2006 | Decreto nº 6537 de 03/05/2006 |
| PR | ZN | UC | PE SÃO CAMILO | Parque Estadual | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 6.595 de 22.02.1990 Alterado pelo Decreto nº 7885 de 29.07.2010 |
| PR | ZN | UC | PE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO | Parque Estadual | PI | estadual | 1965 | Decreto nº 17.790 de 17/06/1965 |
| PR | ZN | UC | REBIO DAS ARAUCÁRIAS | Reserva Biológica | PI | federal | 2006 | Decreto nº S/N de 24/03/2006 |
| PR | ZN | UC | REBIO DAS PEROBAS | Reserva Biológica | PI | federal | 2006 | Decreto nº S/N de 21/03/2006 |
| PR | ZN | UC | REBIO DE SÃO CAMILO | Reserva Biológica | PI | estadual | 1990 | Decreto nº 6.595 de 22/02/1990 |
| PR | ZA | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Proteção Ambiental | APP | - | - | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PR | ZN | UC | RESERVA DA POUSADA GRACIOSA | Reserva Florestal | PI | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZA | UC | RESERVA FLORESTAL DE FIGUEIRA | Reserva Florestal | PI | - | 1979 | Dec.6.351 de 23.02.1979 |
| PR | ZA | UC | RESERVA FLORESTAL SECO | Reserva Florestal | PI | - | 1986 | Dec. 2.442 de 10.02.1986 |
| PR | ZN | UC | RPPN ALEGRETE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN ANTONIO GARBIN NETO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 399/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN CASCATINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | Dec. Nº 234 / 2007 |
| PR | ZN | UC | RPPN COTREFAL II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 49/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN DAS ARAUCÁRIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN ECOVILLE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2008 | Dec. Nº 1358 / 2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN EDELA TOLDO E OUTROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 167/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA BARRA MANSÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA DA BARRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 38/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA ITABERA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | 089/07 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA PAIQUERR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 97/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA PRIMAVERA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA RINCNO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|--|--|----|-----------|------|--|
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTA AMERICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2006 | 159/06 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA URU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria 20/04 |
| PR | ZN | UC | RPPN FEDERAL DO CORREDOR DO IGUAÇU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria 166/01 |
| PR | ZN | UC | RPPN IGUAÇU I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN MONTE ARARAT | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria 104/02 |
| PR | ZN | UC | RPPN NARCISO LUIZ VANNINI II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 77/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN NARCISO LUIZ VANNINI III | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 78/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA ECOLÓGICA SEBUÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL EGUAS BELAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2004 | 184/04 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL MORRO DA MINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2003 | 46/03 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | 159/07 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | 1574/07 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | 160/07 |
| PR | ZN | UC | RPPN SALTO MORATO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN SÃO FRANCISCO DE ASSIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | 64/98 |
| PR | ZN | UC | RPPN SÍTIO BANANAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria 49/02 |
| PR | ZN | UC | RPPN SÍTIO MONTE ARARAT | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN TARUMR - PARTE I E PARTE II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| PR | ZN | UC | RPPN URÚ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 20 de 08/03/2004 |
| PR | ZN | UC | RPPN V | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2007 | 161/07 |
| PR | ZN | UC | RVS DO PINHÃO | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 1983 | Decreto nº 6.023 de 18.01.1983 |
| PR | ZN | UC | RVS DOS CAMPOS DE PALMAS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 2006 | Decreto nº S/Nº de 04/04/2006 |
| PR | ZA | UC | APA DO IGUAÇÚ | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1991 | Decreto nº 410 de 25/07/1991 |
| PR | ZN | APP | APP MARGEM BRASILEIRA DO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL | Área de Preservação Permanente | PI | - | 1979 | Decreto Federal 83.225- de 01/03/1979 |
| PR | ZN | APP | APP RESERVA BIOLÓGICA REFÚGIO BELA VISTA | Área de Preservação Permanente | PI | - | 1984 | Resolução Itaipu 252 de 27 de junho de 1984 / Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| PR | ZN | UC | ARIE DA RESERVA BIOLÓGICA DE SANTA HELENA | Área de Relevante Interesse Ecológico | PI | - | 1993 | Decreto Municipal 069/30 de abril de 1993 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|-----------|------|---|
| PR | ZN | UC | ARIE FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU | Área de Relevante Interesse Ecológico | PI | - | 1993 | Decreto Municipal 069/30 de abril de 1993 |
| PR | ZA | UC | FE CÔRREGO DA BIQUINHA | Floresta Estadual | US | estadual | 1994 | Decreto nº 4.265 de 21/11/1994 |
| PR | ZN | UC | PE VALE DO CÔDO | Parque Estadual | PI | estadual | 2007 | Decreto nº 1528 de 02/10/2007 |
| PR | ZN | UC | PNM DANZIGER HOF | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1995 | Lei ordinária nº 934 de 28/04/1995 |
| PR | ZN | UC | PNM PEROBA ROSA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1995 | Lei ordinária nº 935 de 28/04/1995 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA FIGUEIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1994 | Portaria nº 132 de 08/12/1994 |
| PR | ZN | UC | RPPN JOSÉ MANZANO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 098, DE 18/06/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN LUZ DO SOL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 157, DE 09/09/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN MATA MORENA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 097, DE 18/06/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN RANCHO SONHO MEU – PARTE I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 018, DE 22/01/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN RANCHO SONHO MEU – PARTE II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 017, DE 22/01/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA PAISAGEM ARAUCÁRIA – PAPAGAIO DO PEITO ROXO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 093, DE 16/05/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN BUTUQUARA (FAZENDA SANTA RITA) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 189, DE 03/11/2008 |
| PR | ZN | UC | RPPN CAMINHO DAS TROPAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2008 | PORTARIA nº 188, DE 03/11/2008 |
| PR | ZN | UC | MONA SALTO SÃO JOÃO | Monumento Natural | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 9.108 de 23/12/2010 |
| PR | ZN | UC | PARNA GUARICANA | Parque Nacional | PI | federal | 2014 | Decreto nº Sem número de 13/10/2014 |
| PR | ZN | UC | PARNA MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS | Parque Nacional | PI | federal | 2013 | Lei ordinária nº 12.829 de 20/06/2013 |
| PR | ZN | UC | PE DA SERRA DA ESPERANÇA | Parque Estadual | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 9.110 de 23/12/2010 |
| PR | ZN | UC | PE VITÓRIO PIASSA | Parque Estadual | PI | estadual | 2009 | Decreto nº 5.169 de 30/07/2009 |
| PR | ZN | UC | PNM VISTA ALEGRE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2012 | Decreto nº 427 de 08/05/2012 |
| PR | ZN | UC | REBIO BOM JESUS | Reserva Biológica | PI | federal | 2012 | Decreto nº S/N de 05/06/2012 |
| PR | ZN | UC | REBIO DA BIODIVERSIDADE | Reserva Biológica | PI | estadual | 2010 | Decreto nº 6.045 de 08/01/2010 |
| PR | ZN | UC | REBIO ESTADUAL DA BIODIVERSIDADE COP9 MOP4 | Reserva Biológica | - | - | 2010 | Dec. 6.045 de 08.01.2010 |
| PR | ZN | UC | RPPN AIRUMÃ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2013 | Dec. Nº 521 / 2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN ANTENOR RIVAL CREMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2014 | Portaria 118/14 |
| PR | ZN | UC | RPPN ANTONIO CARLOS VILLA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | PORTARIA IAP nº 232, de 16/08/2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN ARAÇÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2013 | Dec. Nº 1832 / 2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN BACACHERI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2011 | Dec. Nº 464 / 2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN BARIGUI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2009 | Dec. Nº 1495 / 2009 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---------------------------------------|--|----|----------|------|------------------------------------|
| PR | ZN | UC | RPPN BEPPE NICHELE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2016 | Dec. Nº 219 / 2016 |
| PR | ZN | UC | RPPN BOSQUE DA CORUJA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 729 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN BRAFER | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | PORTARIA IAP nº 090 DE 13/05/2014 |
| PR | ZN | UC | RPPN CANELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 951 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN CAXINGUELÊ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Dec. Nº 1702 / 2017 |
| PR | ZN | UC | RPPN CEDRO-ROSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 948 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN DA TURBINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 154, DE 25/07/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN DOIS IRMÃOS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2017 | Portaria 129/17 |
| PR | ZN | UC | RPPN ENCANTADA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | PORTARIA IAP Nº 190 DE 02/09/2014 |
| PR | ZN | UC | RPPN ERVA-MATE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 950 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAMÍLIA LAVAGNOLI - I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 152, DE 25/07/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAMÍLIA LAVAGNOLI - II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 153, DE 25/07/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOM JESUS DAS ARAUCÁRIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | PORTARIA nº 074, DE 02/05/2009 |
| PR | ZN | UC | RPPN FAZENDA BOM JESUS DAS PALMEIRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | PORTARIA nº 075, DE 02/05/2009 |
| PR | ZN | UC | RPPN GERONASSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Dec. Nº 1704 / 2017 |
| PR | ZN | UC | RPPN GUABIROBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 952 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN JATAI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2013 | Dec. Nº 1830 / 2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN JERIVÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 956 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN LEON SFEIR VON LINSINGEN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | PORTARIA nº 064, DE 20/04/2010 |
| PR | ZN | UC | RPPN MEIA LUA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | PORTARIA IAP nº 42, DE 08/03/2016 |
| PR | ZN | UC | RPPN MORRO DO BRUNINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | PORTARIA IAP nº 058 DE 24/03/2014 |
| PR | ZN | UC | RPPN NAME | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2016 | Dec. Nº 106 / 2016 |
| PR | ZN | UC | RPPN NARCISO LUIZ VANNINI IV | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | 110/02 |
| PR | ZN | UC | RPPN PA 17 DE ABRIL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2016 | PORTARIA IAP Nº 24 DE 16/02/2016 |
| PR | ZN | UC | RPPN PAPAGAIO-DE-PEITO-ROXO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2017 | Portaria 637/17 |
| PR | ZN | UC | RPPN PEDRA SOBRE PEDRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2016 | Portaria Setembro/16 |
| PR | ZN | UC | RPPN PERNA DO PIRATA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 53 de 13/07/2010 |
| PR | ZN | UC | RPPN POUSADA GRACIOSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria 89/11 |
| PR | ZN | UC | RPPN RECANTO DAS NASCENTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | PORTARIA IAP nº 257, DE 17/09/2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN RECANTO VERDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 125, DE 22/06/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN REFÚGIO CAROLINA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2014 | PORTARIA IAP nº 227 DE 28/10/2014 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|------------|------|------------------------------------|
| PR | ZN | UC | RPPN REFÚGIO DO JACU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Dec. Nº 1703 / 2017 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL FAZENDA SANTA MARIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 058, DE 30/03/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 059, DE 30/04/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN SÃO MATEUS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | PORTARIA nº 247, DE 09/12/2010 |
| PR | ZN | UC | RPPN SÃO PEDRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | PORTARIA nº 246, DE 09/12/2010 |
| PR | ZN | UC | RPPN SERRA DAS ÁGUAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria 111/18 |
| PR | ZN | UC | RPPN SERRA DAS ÁGUAS I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria 110/18 |
| PR | ZN | UC | RPPN SERRA DAS ÁGUAS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2018 | Portaria 109/18 |
| PR | ZN | UC | RPPN SERRA DO CADEADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | PORTARIA IAP nº 228, de 13/08/2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN SERRA DO CADEADO I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | PORTARIA IAP nº 228, de 13/08/2013 |
| PR | ZN | UC | RPPN SITIO DO SUECO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2015 | PORTARIA IAP nº 019 DE 06/02/2015 |
| PR | ZN | UC | RPPN SITIO SÃO LUIZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2017 | Portaria 129/17 |
| PR | ZN | UC | RPPN TABOÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2012 | Dec. Nº 954 / 2012 |
| PR | ZN | UC | RPPN TAYNÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 92 de 29/12/2009 |
| PR | ZN | UC | RPPN UMBARÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2014 | Dec. Nº 228 / 2014 |
| PR | ZN | UC | RPPN VALE DA VIDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | PORTARIA nº 099, DE 18/05/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPN VALE DA VIDA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2011 | 099/11 |
| PR | ZN | UC | RPPN VILAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2016 | Portaria 25/16 |
| PR | ZN | UC | RPPN VÔ MANTINO E AMÉLIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2017 | Dec. Nº 1705 / 2017 |
| PR | ZN | UC | RPPNM AIRUMÃ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2013 | Portaria 521/13 |
| PR | ZN | UC | RPPNM ARAÇÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2013 | Portaria 1832/13 |
| PR | ZN | UC | RPPNM BACACHERI | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | Municipal | 2011 | DECRETO nº 464, de 22/02/2011 |
| PR | ZN | UC | RPPNM BARIGUI | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | Municipal | 2009 | DECRETO nº 1495, de 25/11/2009 |
| PR | ZN | UC | RPPNM BEPPE NICHELE | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2016 | Portaria 2019/16 |
| PR | ZN | UC | RPPNM BOSQUE DA CORUJA | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | Municipal | 2012 | DECRETO nº 729, de 14/05/2012 |
| PR | ZN | UC | RPPNM CANELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 951/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM CAXINGUELÊ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2017 | Portaria 702/17 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---------------------------|--|----|------------|------|------------------|
| PR | ZN | UC | RPPNM CEDRO ROSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 948/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM ERVA MATE | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 950/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM GERONASSO | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2017 | Portaria 704/17 |
| PR | ZN | UC | RPPNM GUABIROBA | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 952/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM JATAÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2013 | Portaria 1830/13 |
| PR | ZN | UC | RPPNM JERIVÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 956/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM NAME | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2016 | Portaria 106/16 |
| PR | ZN | UC | RPPNM REFÚGIO DO JACÚ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2017 | Portaria 703/17 |
| PR | ZN | UC | RPPNM TABOÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2012 | Portaria 954/12 |
| PR | ZN | UC | RPPNM UMBARÁ | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2014 | Portaria 228/14 |
| PR | ZN | UC | RPPNM VÔ MARTINO E AMÉLIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal | US | municipais | 2017 | Portaria 705/17 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.14.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|---------------------|-------------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | APUCARANA | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | AVÁ-GUARANI DO OCOÍ | Guarani Kaiowá | PR | Regularizada | Reserva Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | QUEIMADAS | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | HERAREKÃ XETÁ | Xetá | PR | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BARÃO DE ANTONINA | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | RIO DAS COBRAS | Guarani, Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | SAMBAQUI | Guarani | PR | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | MANGUEIRINHA | Guarani, Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TEKOHÁ AÑETETE | Guarani | PR | Regularizada | Reserva Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | RIO AREIA | Guarani | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |



| | | | | | | | | |
|----|---------------------|--------------------|--------------------------------|----|--------------|--------------------------|-----------|-------------|
| ZA | Território Indígena | MARRECAS | Kaingang | PR | Regularizada | Dominial Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PALMAS | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | CERCO GRANDE | Guarani | PR | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | FAXINAL | Kaingang | PR | Regularizada | Dominial Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | ILHA DA COTINGA | Guarani | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | IVAI | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | LARANJINHA | Guarani, Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | PINHALZINHO | Guarani | PR | Regularizada | Reserva Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | SÃO JERONIMO | Xetá, Guarani, Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TIBAGY/MOCOCA | Kaingang | PR | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | BOA VISTA - PR | Kaingang | PR | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | YVYPORÃ LARANJINHA | Guarani Nhandeva | PR | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TEKOHA ITAMARÃ | Guarani Nhandeva, Guarani Mbya | PR | Regularizada | Reserva Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | TEKOHA ANETETE | - | - | - | - | - | RBMA FASE 6 |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.14.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | Esfera |
|------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54200.001158/2007-54 | VARZEÃO | PR | - | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54200.003342/2006-58 | ÁGUA MORNA | PR | 16/10/2014 | 30/12/2011 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54.200.001075/2008-46 | MANOEL CIRIACO | PR | 18/11/2016 | 21/11/2016 | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54200.001727/2005-08 | INVERNADA PAIOL DE TELHA | PR | 2009/12/23 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54200.003344/2006-47 | JOÃO SURÁ | PR | 22/12/2014 | 30/12/2011 | - | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



5.15 ESTADO DE SANTA CATARINA

5.15.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|------------------|--------------------------------------|-----------------------------|---------|-----------|----------------|--|
| SC | ZA | UC | APA ANHATOMIRIM | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 1992 | Decreto nº 528 de 20/05/1992 |
| SC | ZA | UC | APA DA BALEIA FRANCA | Área de Proteção Ambiental | US | federal | 2000 | Decreto nº SN de 14/09/2000 |
| SC | ZA | UC | APA DA REPRESA DO ALTO RIO PRETO | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DA SERRA DO BRILHANTE | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DE GUARATUBA | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1992 | Decreto nº 1.234 de 27/03/1992 |
| SC | ZA | UC | APA DO ALTO RIO TURVO | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DO BATEIAS | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DO BRILHANTE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1993 | Lei ordinária nº 2832 de 22/09/1993 |
| SC | ZA | UC | APA DO RIO DOS BUGRES | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DO RIO VERMELHO/HUMBOLD | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA DOS CAMPOS DO QUIRIRI | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO RIO FERREIRA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA QUIRIRI | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA RIO ITAJAI MIRIM BOTUVERA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | APA ROTA DO SOL | Área de Proteção Ambiental | US | - | 1997 | Decreto nº 37.346 de 11/04/1997 |
| SC | ZA | UC | APA SERRA DONA FRANCISCA | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 1997 | Decreto nº 8055 de 04/04/1997 |
| SC | ZN | APP | APP / REMANESCENTE FLORESTAL | Área de Proteção Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SC | ZN | APP | APP MANGUEZAL DA TAPERÁ | Área de Proteção Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SC | ZN | APP | APP MANGUEZAL DO ITACORUBI | Área de Proteção Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA DUNAS DO CAMPECHE | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA DUNAS DO PANTANO DO SUL | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA DUNAS DO SANTINHO | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA ILHA DO CAMPECHE | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA INGLESSES | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA LAGOA DA CHICA | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA LAGOINHA PEQUENA | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA PONTA DO SAMBAQUI | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|------------------|---|---------------------------------------|---------|-----------|------|--|
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA REGIÃO DA COSTA DA LAGOA CONCEIÇÃO | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | - | Área/Bem Tombado | ÁREA TOMBADA RESTINGA DE PONTA DAS CANAS | Área / Bem Tombado | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | ARIE COSTEIRA DE ZIMBROS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | ARIE SERRA DA ABELHA / RIO DA PRATA | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1996 | Decreto nº S/N de 29/05/1996 |
| SC | ZN | UC | ESEC DE CARIJÓS | Estação Ecológica | PI | federal | 1987 | Decreto nº 94656 de 20/07/1987 |
| SC | ZN | UC | ESEC DE MATA PRETA | Estação Ecológica | PI | federal | 2005 | Decreto nº S/N de 20/10/2005 |
| SC | ZN | UC | ESEC DO BRACINHO | Estação Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | FLONA DE CAÇADOR | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 560 de 25/10/1968 |
| SC | ZA | UC | FLONA DE CHAPECÓ | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 560 de 25/10/1968 |
| SC | ZA | UC | FLONA DE IBIRAMA | Floresta Natural | US | federal | 1988 | Decreto nº 95.818 de 11/03/1988 |
| SC | ZA | UC | FLONA DE TRÊS BARRAS | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 560 de 25/10/1968 |
| SC | ZN | APP | ILHAS | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SC | ZN | UC | PARNA DA SERRA DO ITAJAÍ | Parque Nacional | PI | federal | 2004 | Decreto nº S/N de 07/06/2004 |
| SC | ZN | UC | PARNA DA SERRA GERAL | Parque Nacional | PI | federal | 1992 | Decreto nº 531 de 20/05/1992 |
| SC | ZN | UC | PARNA DAS ARAUCÁRIAS | Parque Nacional | PI | federal | 2005 | Decreto nº S/N de 20/10/2005 |
| SC | ZN | UC | PARNA DE APARADOS DA SERRA | Parque Nacional | PI | federal | 1959 | Decreto nº 47.446 de 18/12/1959 |
| SC | ZN | UC | PARNA DE SÃO JOAQUIM | Parque Nacional | PI | federal | 1961 | Decreto nº 50.922 de 06/07/1961 |
| SC | ZN | UC | PARQUE ESTADUAL BOTANICO DO MORRO DO BAU | Parque Estadual | PI | estadual | 1963 | Portaria Estadual nº 5 de 10/09/ 1963 |
| SC | ZN | UC | PE DA SERRA FURADA | Parque Estadual | PI | estadual | 1980 | Decreto nº 11233 de 23/06/1980 |
| SC | ZN | UC | PE DAS ARAUCÁRIAS | Parque Estadual | PI | estadual | 2003 | Decreto nº 293 de 30/05/2003 |
| SC | ZN | UC | PE DO RIO VERMELHO | Parque Estadual | PI | estadual | 2007 | Decreto nº 308 de 24/05/2007 |
| SC | ZN | UC | PE FRITZ PLAUMANN | Parque Estadual | PI | estadual | 2003 | Decreto nº 797 de 24/09/2003 |
| SC | ZN | UC | PE RIO CANOAS | Parque Estadual | PI | estadual | 2004 | Decreto nº 1.871 de 27/05/2004 |
| SC | ZN | UC | PEC CORREGO GRANDE | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PEC MARACAJA | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PEC PREFEITO ROLF COLIN | Parque Ecológico | PI | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM DA LAGOA DO PERI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM DA LAGOINHA DO LESTE | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM DAS DUNAS DA LAGOA DA CONCEIÇÃO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM DO MACICO DA COSTEIRA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM DO MORRO DO MACACO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM GALHETA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PM MORRO DO FINDER | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PNM NASCENTES DO GARCIA | Parque Municipal Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|-----|------------------------------------|--|---------|-----------|------|--|
| SC | ZN | UC | PNM SAO FRANCISCO DE ASSIS | Parque Municipal Natural | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PNM VALE DO RIO DO PEIXE | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZA | UC | RDS DA ILHA DO MORRO DO AMARAL | Reserva de Desenvolvimento Sustentável | US | municipal | 1989 | Decreto nº 6.182 de 12/08/1989 |
| SC | ZN | UC | REBIO ESTADUAL DO AGUAÍ | Reserva Biológica | PI | estadual | 1983 | Decreto nº 10.635 de 01/07/1983 |
| SC | ZN | UC | REBIO MARINHA DO ARVOREDO | Reserva Biológica | PI | federal | 1990 | Decreto nº 99.142 de 12/03/1990 |
| SC | ZN | UC | REBIO DA CANELA PRETA | Reserva Biológica | PI | - | 1980 | Decreto nº 11.232 de 20/06/1980 |
| SC | ZN | UC | REBIO DA CANELA PRETA | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | REBIO ESTADUAL DO SASSAFRAS | Reserva Biológica | PI | estadual | 1977 | Decreto nº 2.221 de 07/02/1977 |
| SC | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| SC | ZA | UC | RESEX MARINHA PIRAJUBAÉ | Reserva Extrativista | US | federal | 1992 | Decreto nº 533 de 21/05/1992 |
| SC | ZN | UC | RPPN ÁGUAS MORNAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN AMPLUS LUCIDUS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN ANO BOM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN ARAQUARI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN BARRA DO RIO DO MEIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN BARRACAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN BIO ESTAÇÃO ÁGUAS CRISTALINAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN CAETEZAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN CARAGUATÁ E CARAGUATÁ II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN DOS CAETEZAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN FAZENDA ARAUCÁRIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN FAZENDA DO SALTO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN FAZENDA PALMITAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN FAZENDA POUSADA SERRA PITOCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN FLORESCER | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|---|--|----|---------|------|---|
| SC | ZN | UC | RPPN GRALHA AZUL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN GUAXINIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN HEINZ BAHR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | federal | 2015 | PORTARIA No - 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 |
| SC | ZN | UC | RPPN JARDIM DOS BEIJA-FLORES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN JHR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN MAIJOMA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN MENINO DEUS (HOSPITAL DE CARIDADE) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN MORRO DAS ARANHAS (COSTAO DO SANTINHO) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN MORRO DO ZIMBROS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN MORRO REDONDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PAPAGAIOS-DE-ALTITUDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PARQUE FLORESTAL DO CONTESTADO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PEQUENO VALE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PINHEIRINHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PINHEIRINHO 23 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PORTAL AGUA BRANCA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | PORTARIA No- 98, de 05/09/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN PRAIA DO ESTALEIRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN PRIMA LUNA I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RÃ BUGIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RANCHO DE LUAR | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RASO DO MANDI II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RECANTO DAS MARÉS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|-----------|------|--------------------------------------|
| SC | ZN | UC | RPPN RESERVA BUGERKOPF | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RESERVA PASSARIN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RESERVA VOLTA VELHA - PE. PIET VAN DER AART | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO DAS LONTRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2005 | Portaria nº 34 de 04/05/2005 |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO DO JÚLIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO DO MEIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO VERMELHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN SANTUÁRIO RÁ-BUGIO I | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 2 de 06/02/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN SANTUÁRIO RÁ-BUGIO II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 16 de 19/03/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN TAIPA DO RIO ITAJAÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RPPN VEGA DO SUL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | - | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | RVS CAMPOS DE PALMAS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 2006 | Não disponibilizado |
| SC | ZN | UC | PE ACARAI | Parque Estadual | PI | estadual | 2005 | Decreto nº 3517 de 23/09/2005 |
| SC | ZN | UC | PE DA SERRA DO TABULEIRO | Parque Estadual | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 1260 de 07/11/1975 |
| SC | ZN | UC | PNM DA CAIEIRA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2004 | Decreto nº 11734 de 26/03/2004 |
| SC | ZN | UC | PNM DO ATALAIA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Decreto nº 8107 de 31/01/2007 |
| SC | ZN | UC | PNM ILHA DAS CAPIVARAS/SIBARA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2006 | Decreto nº 7954 de 25/07/2006 |
| SC | ZN | UC | PNM MORRO DO CÉU | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2008 | Lei ordinária nº 5.207 de 30/08/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN CAPÃO REDONDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2005 | Portaria nº 84 de 01/12/2005 |
| SC | ZN | UC | RPPN CHÁCARA EDITH | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 158 de 25/10/2001 |
| SC | ZN | UC | RPPN CURUCACA 4 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 25 de 07/05/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN EMILIO EINSFELD FILHO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 74 de 11/09/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN EMILIO FIORENTINO BATTISTELLA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 53 de 19/04/2002 |
| SC | ZN | UC | RPPN LEÃO DA MONTANHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | Federal | 2008 | Portaria nº 34 de 23/05/2008 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|-------------------------------------|--|----|-----------|------|--|
| SC | ZN | UC | RPPN PASSARIM | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2004 | Portaria nº 21 de 08/03/2004 |
| SC | ZN | UC | RPPN PRIMA LUNA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 100 de 04/09/2001 |
| SC | ZN | UC | RPPN RESERVA LEÃO DA MONTANHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 34 de 23/05/2008 |
| SC | ZN | UC | RPPN RESERVA RIO DAS FURNAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2002 | Portaria nº 61 de 19/04/2002 |
| SC | ZN | UC | RPPN VALE DAS PEDRAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2008 | Portaria nº 92 de 21/11/2008 |
| SC | ZA | UC | ARIE DO MORRO DO IRIRIÚ | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | municipal | 2012 | Decreto nº 19.665 de 11/10/2012 |
| SC | ZN | UC | PNM CARIJÓS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Lei ordinária nº 330 de 23/03/2011 |
| SC | ZN | UC | PNM CHAPÉU DAS ÁGUAS | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2010 | Lei ordinária nº 1753/2010 de 15/12/2010 |
| SC | ZN | UC | PNM DA GALHETA (FLORIANÓPOLIS) | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2014 | Lei ordinária nº 9.698 de 09/12/2014 |
| SC | ZN | UC | PNM DE NAVEGANTES | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Lei complementar nº 117 de 13/10/2011 |
| SC | ZN | UC | PNM DO MORRO DA CRUZ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2013 | Lei ordinária nº 9321 de 04/09/2013 |
| SC | ZN | UC | PNM FREYMUND GERMER | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2011 | Lei complementar nº 402 de 13/07/2011 |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO DAS FURNAS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | PI | Federal | 2013 | Portaria nº 168 de 11/03/2013 |
| SC | ZN | UC | RPPN CANTO DA ARAPONGA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 149 de 20/02/2013 |
| SC | ZN | UC | RPPN CORREDEIRAS DO RIO ITAJAÍ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 77 de 04/09/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN CORREDEIRAS DO RIO ITAJAÍ II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 78 de 05/07/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN CORVO BRANCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 120 de 09/11/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN CURUCACA 1 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 14 de 19/03/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN CURUCACA 2 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 12 de 19/03/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN CURUCACA 3 | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 15 de 19/03/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN DAS ARAUCÁRIAS GIGANTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 17 de 25/02/2011 |
| SC | ZN | UC | RPPN ESTADUAL RIO DA PRATA BUGIU | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Portaria nº 237/2011 de 13/09/2011 |
| SC | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTA TEREZINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 19 de 26/03/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN GRANDE FLORESTA DAS ARAUCÁRIAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 78 de 29/09/2011 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|------------------------------|--|----|---------|------|-------------------------------|
| SC | ZN | UC | RPPN GRUTINHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 05 de 13/02/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN ODIR ZANELATTO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 103 de 14/09/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN PASSARIM II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 6 de 13/01/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN PEDRA DA ÁGUIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 23 de 29/04/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN PORTAL DAS NASCENTES | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 9 de 28/01/2010 |
| SC | ZN | UC | RPPN PORTAL DAS NASCENTES II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2011 | Portaria nº 90 de 11/11/2011 |
| SC | ZN | UC | RPPN PORTO FRANCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 73 de 31/08/2010 |
| SC | ZN | UC | RPPN RASO DO MANDI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2012 | Portaria nº 77 de 27/06/2012 |
| SC | ZN | UC | RPPN REFÚGIO DO MACUCO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 60 de 29/07/2010 |
| SC | ZN | UC | RPPN RETIRO TUN | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 44 de 05/06/2009 |
| SC | ZN | UC | RPPN RIO DAS FURNAS II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2013 | Portaria nº 168 de 11/03/2013 |
| SC | ZN | UC | RPPN SERRA DO LUCINDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 72 de 31/08/2010 |
| SC | ZN | UC | RPPN TAIPA RIO DO COURO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2010 | Portaria nº 56 de 27/07/2010 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |

5.15.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| ZONA | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | FONTE |
|------|---------------------|---------------------|--------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|-------|
| ZA | Território Indígena | Águas Claras | Guarani Mbya | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Aldeia Kondá | Kaingang | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Amaral/Teokoá Kuriy | Guarani Mbya | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Toldo Imbu | Kaingang | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Morro da Palha | Guarani Mbya | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Canelinha | Guarani Mbya | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | FUNAI |



| | | | | | | | | |
|----|---------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------|--------------|--------------------------|-----------|-------|
| ZA | Território Indígena | Xaçecó (Pinhalzinho-Canhadão) | Guarani, Kaingang | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Pirai | Guarani Mbya | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Pindoty | Guarani Mbya | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Tarumã | Guarani Mbya | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Xaçecó | Guarani, Kaingang | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Toldo Chimbangue | Kaingang | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Toldo Chimbangue II | Kaingang | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Palmas | Kaingang | PR, SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Morro dos Cavalos | Guarani | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Cachoeira dos Inácios | Guarani Mbya | SC | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Guarani de Araçai | Guarani | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Ibirama | Xoklêng, Guarani, Kaingang | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Ibirama-La Klânô | Xoklêng, Guarani, Kaingang | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Mbiguaçu | Guarani Nhandeva, Guarani Mbya | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Morro Alto | Guarani Mbya | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Pinhal | Kaingang | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Toldo Pinhal | Kaingang | SC | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |
| ZA | Território Indígena | Rio dos Pardos | Xoklêng | SC | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-INTSUL | FUNAI |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7

5.15.3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

| ZONA | TIPO AP | Nº PROCESSO | NOME DA COMUNIDADE | UF | DATA DE PUBLICAÇÃO 1 | DATA DE PUBLICAÇÃO 2 | DATA DO TÍTULO | ÓRGÃO RESPONSÁVEL | ESFERA |
|------|-----------------------|----------------------|---------------------|----|----------------------|----------------------|----------------|-------------------|---------|
| ZA | Território Quilombola | 54210.000354/2004-40 | INVERNADA DO NEGROS | SC | 2007/02/09 | 2008/12/22 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54210.000565/2006-44 | CAMPO DOS POLI | SC | 16/08/2017 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54210.001323/2007-59 | FAMÍLIA THOMAZ | SC | 26/12/2012 | - | - | INCRA | FEDERAL |
| ZA | Território Quilombola | 54210.000262/2005-41 | SAO ROQUE | SC | 0000/00/00 | 0000/00/00 | 0000/00/00 | INCRA | FEDERAL |

LEGENDA

Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7

Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7



5.16 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.16.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|----------|--|---------------------------------------|---------|----------|----------------|--|
| RS | ZA | UC | APA DA LAGOA DE ITAPEVA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | APA DE GENERAL CÂMARA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | APA DO BANHADO GRANDE | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1998 | Decreto nº 38.971 de 26/10/1998 |
| RS | ZA | UC | APA ESTADUAL DO DELTA DO JACUÍ | Área de Proteção Ambiental | US | - | 2005 | Lei 12.371 |
| RS | ZA | UC | APA GUAJUVIRAS | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | APA MORRO DA BORUSSIA | Área de Proteção Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | APA ROTA DO SOL | Área de Proteção Ambiental | US | estadual | 1997 | Decreto nº 37.346 de 14/04/1997 |
| RS | ZN | APP | APP | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RS | ZN | APP | APP / REMANESCENTE FLORESTAL | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RS | ZA | UC | ARIE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA | Área de Relevante Interesse Ambiental | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | ARIE PONTAL DOS LATINOS E PONTAL DOS SANTIAGOS | Área de Relevante Interesse Ecológico | US | federal | 1984 | Resolução nº 05 de 05/06/1984 |
| RS | ZN | APP | BACIA HIDROGRÁFICA | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RS | - | CORREDOR | CORREDOR ECOLÓGICO 4A COLONIA | Corredor Ecológico | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | - | CORREDOR | CORREDOR ECOLÓGICO CERVO PANTANAL | Corredor Ecológico | PI / US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | ESEC ARATINGA | Estação Ecológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | ESEC DE ARACURI-ESMERALDA | Estação Ecológica | PI | federal | 1981 | Decreto nº 86061 de 02/06/1981 |
| RS | ZN | UC | ESEC DO TAIM | Estação Ecológica | PI | - | 1986 | Decreto nº 81.606 |
| RS | ZN | UC | ESEC ESTADUAL ARATINGA | Estação Ecológica | PI | estadual | 1997 | Decreto nº 37.345 de 14/04/1997 |
| RS | ZN | APP | ESTUÁRIO | Área de Preservação Permanente | PI / US | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RS | ZA | UC | FLONA DE CANELA | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 561 de 25/10/1968 |
| RS | ZA | UC | FLONA DE PASSO FUNDO | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 561 de 25/10/1968 |
| RS | ZA | UC | FLONA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA | Floresta Natural | US | federal | 1968 | Portaria nº 561 de 25/10/1968 |
| RS | ZN | APP | HORTO FLORESTAL DE CACHOEIRINHA | Área de Preservação Permanente | PI | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| RS | - | CORREDOR | MICROCORREDORES ITAPEVA | Microcorredores | | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PARNA DA LAGOA DO PEIXE | Parque Nacional | PI | federal | 1986 | Decreto nº 93546 de 06/11/1986 |
| RS | ZN | UC | PARNA DA SERRA GERAL | Parque Nacional | PI | federal | 1992 | Decreto nº 531 de 20/05/1992 |
| RS | ZN | UC | PARNA DE APARADOS DA SERRA | Parque Nacional | PI | federal | 1959 | Decreto nº 47.446 de 18/12/1959 |
| RS | ZN | UC | PE DA GUARITA | Parque Estadual | PI | estadual | 1971 | Decreto nº 21.540 |
| RS | ZN | UC | PE DE ESPIGÃO ALTO | Parque Estadual | PI | estadual | 1949 | Decreto nº 658 de 11/03/1949 |
| RS | ZN | UC | PE DE ITAPEVA | Parque Estadual | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 42009 de 13/12/2002 |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

| | | | | | | | | |
|----|----|----|--------------------------------------|--|----|-----------|------|--|
| RS | ZN | UC | PE DE ITAPUÃ | Parque Estadual | PI | estadual | 1973 | Decreto nº 22.575 de 14/07/1973 Alterado pelo Dec. 33.886 de 11/03/1991 |
| RS | ZN | UC | PE DE RONDINHA | Parque Estadual | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 30.645 de 22/04/1982 |
| RS | ZN | UC | PE DO CAMAQUÃ | Parque Estadual | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 23.798 de 12/03/1975 |
| RS | ZA | UC | PE DO CARACOL | Parque Estadual | US | estadual | 1973 | Decreto nº 22.576 (data alt. 21/07/78) (alt. Dec. 27389) |
| RS | ZN | UC | PE DO DELTA DO JACUÍ | Parque Nacional | PI | - | 1976 | Decreto nº 24.385 de 14/01/1976 |
| RS | ZN | UC | PE DO IBITIRIÁ | Parque Estadual | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 23.798 de 14/03/1975 |
| RS | ZN | UC | PE DO PAPAGAIO-CHARÃO | Parque Estadual | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 30.645 de 22/04/1982 |
| RS | ZN | UC | PE DO PODOCARPUS | Parque Estadual | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 23.798 de 12/03/1975 |
| RS | ZN | UC | PE DO TAINHAS | Parque Estadual | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 23.798 de 14/03/1975 |
| RS | ZN | UC | PE DO TURVO | Parque Estadual | PI | estadual | 1947 | Decreto nº 2.312 de 11/03/1947 |
| RS | ZN | UC | PE QUARTA COLÔNIA | Parque Estadual | PI | estadual | 2005 | Decreto nº 44.186 de 20/12/2005 |
| RS | ZN | UC | PM DA RONDA | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM DE SERTÃO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM DOUTOR TANCREDO NEVES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM DR. TANCREDO NEVES | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM LONGINES MALINOWISKI | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM MORRO DO OSSO | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PM SAINT' HILAIRE | Parque Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PNM IMPERATRIZ LEOPOLDINA | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | PNM TUPANCY | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | REBIO AGUAI | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | REBIO BANHADO MAÇARICO | Reserva Biológica | PI | - | - | Dec. 52.144 |
| RS | ZN | UC | REBIO DA SERRA GERAL | Reserva Biológica | PI | estadual | 1982 | Decreto nº 30.788 de 27/07/1982 |
| RS | ZN | UC | REBIO DO IBICUÍ MIRIM | Reserva Biológica | PI | - | 1982 | Decreto nº 30.950 de 12/11/1982 |
| RS | ZN | UC | REBIO DO LAMI | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | REBIO DO MATO GRANDE | Reserva Biológica | PI | estadual | 1975 | Decreto nº 23.798 de 14/03/1975 |
| RS | ZN | UC | REBIO ESTADUAL MATA PALUDOSA | Reserva Biológica | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 38972 de 23/10/1998 |
| RS | ZN | UC | REBIO MORENOS FORTES | Reserva Biológica | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | RESEC REF. DE VIDA SILV. DA ILHA DOS | Reserva Ecológica | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | RPPN PROF. DELAMAR HARRY DOS REIS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria 047/99-N |
| RS | ZN | UC | RPPN BOSQUE DE CANELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 1998 | Portaria nº 118-N de 24/08/1998 |
| RS | ZN | UC | RPPN CHÁCARA SANANDUVA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria 038/99-N |
| RS | ZN | UC | RPPN COSTA DO SERRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2000 | Portaria 20/2000 |
| RS | ZN | UC | RPPN ESTÂNCIA SANTA RITA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria 167/98-N |
| RS | ZN | UC | RPPN FARROUPILHA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2005 | Portaria 57/2005 |
| RS | ZN | UC | RPPN FAZENDA CURUPIRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria 28/99-N |
| RS | ZN | UC | RPPN FAZENDA DAS PALMAS | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria 20/01 |
| RS | ZN | UC | RPPN FAZENDA MORRO DE SAPUCAIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria 94/02 |
| RS | ZN | UC | RPPN FAZENDA RODEIO BONITO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1992 | Portaria 021/92-N |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|----------------------------------|--|----|-----------|------|---|
| RS | ZN | UC | RPPN MARIANA PIMENTEL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria 06/99-N |
| RS | ZN | UC | RPPN O BOSQUE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | RPPN PONTAL DA BARRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1999 | Portaria 080/99 |
| RS | ZN | UC | RPPN POSSE DOS FRANCIOSI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | RPPN RANCHO MIRA-DA-SERRA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1997 | Portaria 124/97-N |
| RS | ZN | UC | RPPN RECANTO DO ROBALO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2002 | Portaria 55/02 |
| RS | ZN | UC | RPPN RESERVA DO CAPÃO GRANDE | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Portaria 98/98-N |
| RS | ZN | UC | RPPN RESERVA JARDIM DA PAZ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 2001 | Portaria 53/01 |
| RS | ZA | UC | RPPN SCHUSTER | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1992 | Portaria 020/92-N |
| RS | ZN | UC | RPPN SÍTIO PORTO DA CAPELA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1995 | Portaria 62/95-N |
| RS | ZN | UC | RPPN UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | RVS BANHADO DOS PACHECOS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | estadual | 2002 | Decreto nº 41.559 de 25/04/2002 |
| RS | ZN | UC | RVS ILHA DOS LOBOS | Refúgio de Vida Silvestre | PI | federal | 1983 | Decreto nº 88.463 de 04/07/1983 |
| RS | ZN | UC | RVS MATO DOS SILVA | Refúgio de Vida Silvestre | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZN | UC | RVS MOLHE LESTE | Refúgio de Vida Silvestre | PI | - | - | Não disponibilizado |
| RS | ZA | UC | APA DA LAGOA VERDE | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2005 | Lei ordinária nº 6084 de 22/04/2005 |
| RS | ZN | UC | PNM DE SERTÃO | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 1998 | Lei ordinária nº 1.170/98 de 04/09/1998 |
| RS | ZN | UC | RPPN RESERVA MARAGATO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2007 | Portaria nº 14 de 15/10/2007 |
| RS | ZN | UC | MONAT MUNICIPAL CAPÃO DA AMIZADE | Monumento Natural | PI | municipal | 2009 | Lei ordinária nº 1.141/2009 de 26/10/2009 |
| RS | ZN | UC | RPPN DA UNISC | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 16 de 19/03/2009 |
| RS | ZN | UC | RPPN MATA DO PROFESSOR BAPTISTA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 52 de 29/06/2009 |
| RS | ZN | UC | RPPN RONCO DO BUGIO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2009 | Portaria nº 6 de 13/02/2009 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |



5.16.2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

| Zona | TIPO AP | NOME DA TI | ETNIA | UF | FASE LEGAL | MODALIDADE | UNIDADE ADMINISTRATIVA | Observação |
|------|---------------------|-------------------------------|-------------------|----|--------------|--------------------------|------------------------|------------|
| ZA | Território Indígena | Estrada do Mar | Guarani Mbya | RS | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Mato Castelhana | Kaingang | RS | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Campo Bonito | Guarani Mbya | RS | Regularizada | Reserva Indígena | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Kaingang de Iraí | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Guarita | Guarani, Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Cacique Doble | Guarani, Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Capivari | Guarani Mbya | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Carreteiro | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Guarani Barra do Ouro | Guarani | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Guarani de Águas Brancas | Guarani | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Guarani Votouro | Guarani | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Inhacorá | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Irapuá | Guarani | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Ligeiro | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Monte Caseros | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Nonoai | Guarani, Kaingang | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Nonoai/Rio da Várzea | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Pacheca | Guarani | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Rio dos Índios | Kaingang | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Salto Grande do Jacuí | Guarani | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Serrinha | Kaingang | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Varzinha | Guarani Mbya | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Ventarra | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Votouro/Kandóia | Kaingang | RS | Delimitada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Mato Preto | Guarani | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-LISUL | - |
| ZA | Território Indígena | Votouro | Kaingang | RS | Regularizada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Passo Grande do Rio Forquilha | Kaingang | RS | Declarada | Tradicionalmente ocupada | CR-PFD | - |
| ZA | Território Indígena | Aldeia Kondá | - | RS | - | - | - | - |
| ZA | Território Indígena | Cantagalo | - | RS | - | - | - | - |



| | | | | | | | | |
|----|---------------------|--|---|----|---|---|---|--|
| ZA | Território Indígena | Estrela | - | RS | - | - | - | Ação de Desapropriação nº 5004798-11.2013.404.7114 (Estado do RS), Portaria DOU nº 531 de 14/04/2010 |
| ZA | Território Indígena | Pó Mág | - | RS | - | - | - | Compensação através de Portaria nº 394 de 24/04/2013 (DNIT) |
| ZA | Território Indígena | Estrada do Mar-Interlagos-Sol Nascente | - | RS | - | - | - | Aquisição como indenização pelos impactos da BR 101 (DNIT) |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | Áreas Protegidas criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 |
| | Áreas Protegidas criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 |

5.17 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

5.17.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTROS

| UF | ZONA | TIPO AP | NOME DA ÁREA PROTEGIDA | CATEGORIA | GRUPO | ESFERA | ANO DE CRIAÇÃO | ATO LEGAL |
|----|------|---------|--|--|-------|-----------|----------------|--|
| MS | ZA | UC | APA ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ | Área de Proteção Ambiental Nacional | US | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 30/09/1997 |
| MS | ZA | UC | APA MUNICIPAL DA NASCENTE DO RIO AMAMBAI | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2005 | Decreto Municipal nº 040/2005 |
| MS | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO RIO AMAMBAI | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2006 | Decreto Municipal nº 185/2006 |
| MS | ZA | UC | APA MUNICIPAL DO RIO PERDIDO | Área de Proteção Ambiental | US | municipal | 2005 | Decreto Municipal nº 3107/2005 |
| MS | ZN | UC | PARNA DA SERRA DA BODOQUENA | Parque Nacional | PI | federal | 2000 | Decreto nº S/N de 21/09/2000 |
| MS | ZN | UC | PARNA DE ILHA GRANDE | Parque Nacional | PI | federal | 1997 | Decreto nº S/N de 30/09/1997 |
| MS | ZN | UC | PE DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA | Parque Estadual | PI | estadual | 1998 | Decreto nº 9.278 de 17/12/1998 |
| MS | ZN | UC | PNM DO PARAGEM | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2007 | Lei ordinária nº 3009 de 23/11/2007 |
| MS | ZN | UC | PNM PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NAVIRAI | Parque Natural Municipal | PI | municipal | - | Não disponibilizado |
| MS | ZN | APP | REMANESCENTES FLORESTAIS | Área de Preservação Permanente | APP | - | 2008 | Lei 12.651/2012- Novo Código florestal |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL LARANJAL (CABECEIRA DO MIMOSO) | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2004 | DEL CECA 014/2004 |
| MS | ZN | UC | RPPN SANTA CECÍLIA II | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | - | 1998 | Deliberação nº 002 de 08/08/1998 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - AMAMBAI | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 181/2003, de 28/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - CORONEL SAPUCAIA | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 018/2003, de 28/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - IGUATEMI | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 200/2003, de 28/03/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - JAPORÃ | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 147/2003, de 28/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - MUNDO NOVO | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 2281/2003, de 30/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - PARANHOS | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 003/2003, de 28/04/2003 |



| | | | | | | | | |
|----|----|----|--|--|----|-----------|------|--------------------------------------|
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - SETE QUEDAS | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 017/2003, de 28/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DA BACIA DO RIO IGUATEMI - TACURU | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2003 | Decreto nº 023/2003, de 28/04/2003 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DAS NASCENTES DO RIO AMAMBAI - CORONEL SAPUCAIA (PARTE) | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2005 | Decreto nº 040/2005 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. DO RIO AMAMBAI - AMAMBAI | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2006 | Decreto nº 185/2006 |
| MS | ZA | UC | APA MUN. RIO PERDIDO (PARTE) | Área de Proteção Ambiental Municipal | US | municipal | 2005 | Decreto nº 3107/2005 |
| MS | ZN | UC | MONAT DA GRUTA DO LAGO AZUL | Monumento Natural | PI | estadual | 2001 | Decreto nº 10.394 de 12/06/2001 |
| MS | ZN | UC | PNM DO CÔRREGO CUMANDAÍ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2001 | Decreto nº 044/2001 de 25/08/2001 |
| MS | ZN | UC | RPPN B'LONGALÉ | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | federal | 2001 | Portaria nº 116/2001 |
| MS | ZN | UC | RPPN LARANJAL | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2004 | Deliberação nº 014/2004 |
| MS | ZN | UC | RPPN SÃO GERALDO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 1999 | Resolução nº 08/2014 |
| MS | ZN | UC | EE VEREDAS DE TAQUARUSSU | Estação Ecológica | PI | municipal | 2017 | Decreto nº 038/2017 de 24/03/2017 |
| MS | ZN | UC | PNM DE NAVIRAÍ | Parque Natural Municipal | PI | municipal | 2009 | Decreto nº 051/2009 de 18/03/2009 |
| MS | ZN | UC | REBIO MARECHAL CÂNDIDO MARIANO RONDON | Reserva Biológica | PI | municipal | 2017 | Decreto nº 2636, de 12/12/2017 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL CARA DA ONÇA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2009 | Resolução SEMAC nº 010/2009 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL ESTANCIA MIMOSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Resolução SEMAC nº 003 de 14/02/2013 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL RESERVA DO SACI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Resolução SEMAC nº 03 DE 11/04/2012 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL SANTA ANGELICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Resolução SEMAC nº 012 de 22/07/2013 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL SANTA CECÍLIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Resolução SEMAC nº 23 de 06/10/11 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTADUAL SÃO PEDRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Resolução SEMAC nº 27/2010 |
| MS | ZN | UC | RPPN ESTÂNCIA MIMOSA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Resolução nº 03 de 14/02/2013 |
| MS | ZN | UC | RPPN FAZENDA SANTO ANTÔNIO- LOTE 1 C | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Resolução nº 02 de 17/01/2011 |
| MS | ZN | UC | RPPN FAZENDA SÃO PEDRO | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2010 | Resolução nº 27 de 29/11/2010 |
| MS | ZN | UC | RPPN RESERVA DO SACI | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2012 | Resolução nº 03, de 11/04/2012 |
| MS | ZN | UC | RPPN SANTA ANGÉLICA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2013 | Resolução nº 12, de 22/07/2013 |
| MS | ZN | UC | RPPN SANTA CECÍLIA | Reserva Particular do Patrimônio Natural | US | estadual | 2011 | Resolução nº 23 de 14/10/2011 |

LEGENDA

| | |
|--|--|
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 6 e mantidas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas até 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |
| | UC / AP criadas após 2008 e inseridas na RBMA Fase 7 (cadastradas no CNUC ou em Sistemas Estaduais) |



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 3

CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE - 7



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

6 ANEXO 3 - CARTAS DE APOIO A PROPOSTA DA RBMA FASE 7



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CN-RBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

| NOME | DOCUMENTO DE IDENTIDADE | INSTITUIÇÃO / ORIGEM | ASSINATURA |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Helipe Sleiman Ruzatto | 32.735.833-6 | Instituto AUA / SP | |
| Rodrigo Rodrigo Castro | 24.213.746-5 | RBCV / SMA/SP | |
| Alexandre Krebs | 9018841356 | Instituição Curicóce ^{RS} | |
| Henrique Honorium | 2007803411 | ICMBIO | |
| AFRANIO FARIAS DE MENEZES | 142626-A | IMA/AL | |
| Josemy Trobach | 1.384.225 | JEMAI/ES | |
| JOSE RIVALDO S. RUIVO | 3-777-432 | RVCD - PE | |
| Maria Isabel Stumpf Chiappelli | 700966436 | CERBMA/RS | Maria Isabel S. Chiappelli |
| GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA | 12542650-2 | IBAMA | |
| REGIANE VELOZO DIAS | F.156.330-0 | VOTOLANTIM CIMENTOS | |
| Paulo Teixeira de Farias | 14.242728 | SEMAS - PE | |
| SAMANTA DELLA BELLA | 27859756-7 | SEMAS - PE | |
| Yara Maria Chagade Louello | 6.045279-1 | RBCV RBCV-SP | |

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-CN-RBMA
End. Rua Dr. Luís Carlos Gentile de Laet, 553 - CEP: 02378-000 - São Paulo-SP
Tel: (11) 2208-6080 / (11) 2231-8555 Ramal (2044)
E-mail: secretaria@rbma.org.br - Site: www.rbma.org.br



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLANTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CN-RBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

| NOME | DOCUMENTO DE IDENTIDADE | INSTITUIÇÃO / ORIGEM | ASSINATURA |
|---------------------------|-------------------------|---|------------|
| ISRAEL MARIO LOPES | 40.842.138-3 | Comunidade Sudeste | |
| Wesley Martins dos Santos | 009.933.621-71 | Opicás | |
| LEONARDO TESTES PALMA | 908532 | IMASUL/Mato Grosso do Sul | |
| Glaucio Jose Sell | 972192 | Membro conselho repres. Meridional regional | |
| LUCIANO HENRIQUE DE MOURA | 3211236 | SECIMA-GO | |
| Meryellen BALDINI | 32.030.764-2 | CONVIDADA - BA | |
| FABIO LIMA BRAGA DE JESUS | 5900.972 | CONVIDADO - BA | |
| Beloiani Monteiro | 22.432912-1 | Beloiani e SOE MAT. BA | |
| Paulo Harold Lara | 11584219-6 | Projeto TAMAR - BA | |
| BERTHOLDINO BROWN R. SR | M.S.443573 | USINA CORUPIO - MG | |
| WALDENOR O. AUGUSTINI | 815.242.938-49 | ECOPARQUE DA MATA/BA | |
| Ivy Wilens | 33.998.983-3 | Instituto Socioambiental - ISA | |
| ADRIANO VICTOR WILD | 2642788-6 | MATERNANRA INSTITUTO ESTADOS AMBIENTAI | |



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CARTA DE APOIO À REVISÃO PERIÓDICA (2008/2018) E ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO E ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLANTICA - RBMA FASE 7

Os membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera Mata Atlântica (CN-RBMA) e convidados, abaixo assinados, participantes da 26ª Reunião Anual do Conselho Nacional da RBMA realizada em Foz do Iguaçu/PR, de 22 a 23 de agosto de 2018, manifestam seu apoio a iniciativa do Governo Brasileiro de solicitar ao Programa MaB/UNESCO a aprovação da Revisão Periódica e Atualização da Delimitação e Zoneamento da RBMA Fase 7. Comprometem-se também à cooperar com o processo de implantação da RBMA em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente e setoriais afins, com o marco regulatório do Programa MaB/UNESCO, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-14 ONU) e com os compromissos assumidos pelo Brasil enquanto signatário da Convenção da Biodiversidade – CDB/2020.

Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil 22 e 23 de agosto de 2017

MEMBROS CONSELHEIROS E CONVIDADOS DA 26ª REUNIÃO ANUAL DO CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA (CNRBMA)

| NOME | DOCUMENTO DE IDENTIDADE | INSTITUIÇÃO / ORIGEM | ASSINATURA |
|----------------------------------|-------------------------|--------------------------|------------|
| WARWICK MANFRINATO | 95009966 | IEA/USP | |
| JOÃO L. R. ALBUQUERQUE | (11) 996364145 | CNRBMA - SP | |
| MAMA DAS DONS DE UNCONEDOSC | nelo(81)999693818 | Estado de Pernambuco | |
| SÉRGIO LUIZ POMPEIA | 9.363.757 | SETOREMPOUNIAL-SP | |
| Sueli Ote | 5.145.062-0 | SEMA/PR | |
| MARIO CRANCIG | (19)991354365 | CNRBMA - SP | |
| Ana Carolina Marques de Oliveira | 10908609-0 | INEA - RJ | |
| Irma Maria Lima Espinho | 19269006-3 | RBMA/SP | |
| Leiz do Silveiro Rosa | 92.435121-3 | E.E Ermanno Marchetti-SP | |
| Maria Heloisa Dias | 52.171.673-3 | CdegiadoMar-RBMA | |
| FABRÍCIO G. LOMBER | 92.435.090-2 | RBMA - SP | |
| Adriana Lúcia B. de Castro | 07696714-03 | SNEMA - BA | |
| RICARDO GUEDES MIRANDA | 06610438-60 | INEA - BA | |



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Ofício nº 314/2018 - SEMA/GS

Curitiba, 16 de agosto de 2018.

Assunto: Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-RBMA no Estado do Paraná

Senhor Presidente,

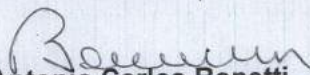
Cumprimentando-o cordialmente, manifestamos nosso apoio às alterações da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-RBMA no Estado do Paraná conforme propostas em seu processo de Revisão Periódica e Atualização de limites e Zoneamento – RBMA- Fase-7, do qual esta Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, participou ativamente e ofereceu inclusive apoio técnico.

Manifestamos igualmente nosso apoio à criação da Unidade de Gestão Descentralizada da RBMA, na parte brasileira da Região da Itaipu-Binacional, cujo território corresponde à Bacia do Rio Paraná 3, uma vez que a UGD-ITAIPU-RBMA, além de totalmente inserida Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, atende aos critérios de identidade territorial, Gestão Colegiada e Instituição Gestora plenamente capacitada.

Sendo o que se apresenta, reafirmamos o apoio do Estado do Paraná à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica da qual fazemos parte desde a sua criação em 1991.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para demais esclarecimentos e renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Antonio Carlos Bonetti

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Ao Senhor
Clayton Ferreira Lino
Presidente
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
São Paulo/SP



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 4

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, ENDEREÇOS E LINKS



7 ANEXO 4 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, LINK E ENDEREÇOS

7.1 LISTA DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS JURÍDICOS

Lei do SNUC - N° 9985 de 18 de julho de 2000 - Das Reservas da Biosfera - Caderno 18, pág. 40, cap. VI.
Link: www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap

Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP - Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.
Link: www.mma.gov.br/legislacao/areas-protetidas.html?download=1206...de...pnap

Lei da Mata Atlântica - Planalto - Lei nº **11.428 de 22 de Dezembro de 2006**
Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm

Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto nº 6.040 de 07 fevereiro 2007.
Link: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

7.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/ USO DO SOLO

Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 2003
Link: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_25.pdf

MapBIOMAS – Cobertura e Uso do Solo
Link: <http://mapbiomas.org/map#coverage>

7.3 LISTA DE ESPÉCIES

Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção
Link: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf

Instituto de Biociência – USP – Espécies de Fauna da Mata Atlântica
Link: http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/fauna/fauna.htm

Ministério do Meio Ambiente – Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção
Link: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf

Instituto de Biociências – USP – Espécies de Flora da Mata Atlântica
Link: http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/flora/flora.htm

7.4 VÍDEOS

Vídeo 25 anos da RBMA:
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mxDGDuiE1FM>

Cooperação RBMA, Votorantim e SBE:
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=KUpD3x6k41E>



Power Point - Revisão Periódica 2008 - 2018 e atualização RBMA Fase 7:

Link: <https://drive.google.com/open?id=1UsL6-f3d4zSXaThiSSng57sRfU4uFJck>

7.5 OUTROS DOCUMENTOS

Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica - Período 2016-2017 Relatório Técnico.

Link: https://www.sosma.org.br/link/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf

MapBIOMAS - <http://mapbiomas.org/map#coverage>

Tabela Geral de Áreas Protegidas RBMA Fase 7 (17 Estados da Mata Atlântica)

Link: https://drive.google.com/open?id=1QuheOTApqpV6OZBLxh_9CCS8rba0o3P5

Tabela dos Postos Avançados da RBMA - 2018

Link: https://drive.google.com/open?id=1WjB9uS1r_YFTD5fOerW3dnAIGVUHq0jI

Listagem de Principais Eventos– Realizações e participações da RBMA 2008-2018

Link: <https://drive.google.com/open?id=1c9n5G6Nuss82eFjUkNE57y6KROrdHP7Y>

7.6 ENDEREÇOS

7.6.1 MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Edson Duarte

DDD (61) Telefones: 2028-1057/1289/1422

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar

70068-900 - Brasília - DF

FAX: 2028-1756

7.6.2 SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE (SBIO)

José Pedro de Oliveira Costa

DDD (61) Telefones: 2028-2039/2192/2056

Ed. Marie Prendi Cruz

SEPN 505 Norte, Bloco “B” 5º andar sala 504

70.730-542 - Brasília DF

FAX: 2028-2145

7.6.3 DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS (DAP)

JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS (JOAOPAULO.SOTERO@MMA.GOV.BR)

DDD (61) TELEFONE: 2028-2559/2059

ED. MARIE PRENDI CRUZ

SEPN 505 NORTE, BLOCO “B”. 4º ANDAR, SALA 411

70.730-542 - BRASÍLIA DF

7.6.4 UNESCO BRASIL

Marlova Jovchelovitch Noletto ARLOVA JOVCHELOVITCH NOLETO

Diretora e Representante da UNESCO no Brasil

Representação da UNESCO no Brasil

Escritório Nacional no Brasil.

SAUS Qd. 5 - Bloco H - Lote 6 /Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9. Andar

Brasília, DF - Brasil - CEP 70070-912 Mail: [brasil\(at\)unesco.org](mailto:brasil(at)unesco.org) Tel: +5561 2106 3500



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture

Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Организация
Объединённых Наций по
вопросам образования,
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة
للثقافة والعلم والتربية

联合国教育、
科学及文化组织

UNESCO Photo Library
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO
Bureau de l'Information du Public

AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS

Reference:

PHOTOS from Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Collection

1.
 - a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO
 - b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.
 - c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.

2. I certify that:
 - a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.
 - b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA
Rua João Julião, 296, 11A - Paraíso - CEP 05164-015 São Paulo – SP
Date : sept/13th/2018

Signature :

(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 – 45681687
Direct Fax: 00331 – 45685655; e-mail: photobank@unesco.org; m.ravassard@unesco.org



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture

Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Организация
Объединенных Наций по
вопросам образования,
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة
للترفيه والعلم والثقافة

联合国教育、
科学及文化组织

UNESCO Photo Library
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO
Bureau de l'Information du Public

AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS

Reference:

PHOTOS from Clayton Ferreira Lino

1. a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO

b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.

c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.

2. I certify that:

a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.

b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Clayton Ferreira Lino
Rua João Julião, 296, 11A - Paraíso - CEP 01323-020 São Paulo - SP
Date : sept/13th/2018

Signature :

(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 - 45681687
Direct Fax: 00331 - 45685655; e-mail: photobank@unesco.org; m.ravassard@unesco.org



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture

Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Организация
Объединённых Наций по
вопросам образования,
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة
للتربية والعلم والثقافة

联合国教育、
科学及文化组织

UNESCO Photo Library
Bureau of Public Information

Photothèque de l'UNESCO
Bureau de l'Information du Public

AGREEMENT GRANTING NON-EXCLUSIVE RIGHTS

Reference:

PHOTOS from Leiz da Silva Rosa

1. a) I the undersigned, copyright-holder of the above mentioned video(s) hereby grant to UNESCO free of charge the non-exclusive right to exploit, publish, reproduce, diffuse, communicate to the public in any form and on any support, including digital, all or part of the video(s) and to licence these rights to third parties on the basis of the rights herein vested in UNESCO

b) These rights are granted to UNESCO for the legal term of copyright throughout the world.

c) The name of the author/copyright holder will be cited alongside UNESCO's whenever his/her work is used in any form.

2. I certify that:

a) I am the sole copyright holder of the video(s) and am the owner of the rights granted by virtue of this agreement and other rights conferred to me by national legislation and pertinent international conventions on copyright and that I have full rights to enter into this agreement.

b) The video(s) is/are in no way whatever a violation or an infringement of any existing copyright or licence, and contain(s) nothing obscene, libellous or defamatory.

Name and Address : Leiz da Silva Rosa
Rua Agnês Fontoura, 34 – Conjunto Habitacional Turístico do Jaraguá - CEP 05164-015
São Paulo – SP
Date : sept/13th/2018

Signature :

(sign, return to UNESCO two copies of the Agreement and retain the original for yourself)

Mailing address: 7 Place Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, Direct Telephone: 00331 – 45681687
Direct Fax: 00331 – 45685655; e-mail: photobank@unesco.org; m.ravassard@unesco.org

UNESCO - Man and the Biosphere (MAB) Programme - Biosphere reserve nomination form - January 2013



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



ANEXO 5

BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7



8 ANEXO 5 - BASE CARTOGRÁFICA DIGITALIZADA RBMA FASE 7

8.1 MAPAS - RBMA FASE 7 / VEGETAÇÃO / COBERTURA DO SOLO

Mapa Geral da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122130&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Áreas Protegidas da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122818&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Território Indígena e Quilombola da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122826&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de Unidades de Conservação da RBMA Fase 7

Link: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ALPLR5922O3-5sc&cid=3AC6E9963E2E7744&id=3AC6E9963E2E7744%21122824&parId=3AC6E9963E2E7744%21122120&o=OneUp>

Mapa de aplicação da lei atualizado / Remanescentes Florestais

Link: <https://onedrive.live>.

Shapes RBMA Fase 7

Link: https://www.4shared.com/folder/VhVD0TjZ/RBMA_Fase 7.html



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte 1 :Publicações da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

- **Revisão dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Base Cartográfica Digitalizada -Fase VI -Proposta RBMA para a Fase 6 da RBMA –Versões em inglês e português.** 2008
- **Anuário Mata Atlântica – Panorama do Cumprimento das Metas de Aichi – CDB 2020 na Mata Atlântica;** Publicações e mídia digital da RBMA - 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017;

Série Cadernos da RBMA :

- **Caderno 04** - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª Ed./1996, 2ª Ed./2000;
- **Caderno 06** - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000;
- **Caderno 11** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998; **Caderno 12** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998;
- **Caderno 13** - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999;
- **Caderno 15** - Mata Atlântica: Ciência, Conservação e Políticas, 1999;
- **Caderno 18** - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª Ed./2000, 2ª Ed./2004;
- **Caderno 22** – A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002;
- **Caderno 24** - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004;
- **Caderno 25** - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003;
- **Caderno 28** - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004
- **Caderno 29** - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004;
- **Caderno 32** - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, 2007;
- **Caderno 33** - Lei da Mata Atlântica - Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Resolução CONAMA Nº 388, de 23 de Fevereiro de 2007;
- **Caderno 35** - RPPN - Em destaque na Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica, 2008;
- **Caderno 38** - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI / 2009, 2009;
- **Caderno 40** - Conservação Marinha e Ordenamento Pesqueiro, 2011;
- **Caderno 41** - Convenção da Diversidade Biológica - CDB: Metas De Aichi 2020 e Protocolo de Nagoya (Acesso e Repartição de Benefícios do Uso de Recursos Naturais);
- **Caderno 42** - Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil.

Documentos técnicos e institucionais da RBMA:

- **Planejamento Estratégico da RBMA** - Documento técnico - 2019-2013
- **Planejamento Estratégicos da RBMA 2014-2018** – Documento técnico da RBMA-2014
- **Atas de Reuniões do CN-RBMA, Bureau do CN-RBMA RBMA e Instituto Amigos da RBMA;**
- **Relatórios Técnicos da RBMA**

Fonte2: Outras publicações

- **Mata Atlântica – Uma Rede pela Floresta:** Organizadores: Maura Campanili e Miriam Prochnow
Brasília: RMA, 2006 / 332p.: il. ; 30cm / ISBN: 85-99824-01-5 1.Mata Atlântica. 2. Florestas Tropicais – Conservação I. Campanili, Maura II. Prochnow, Mirian CDD: 333.7
- **Conservação Internacional.** Planejamento Anual do Programa Marinho de Salvador, Bahia 2008.
- **Atlas da Mata Atlântica:** Elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE - desde 1985 a cada cinco anos e a partir de 2010 anualmente.



- **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**
- **Cadastro Nacional de Territórios Indígenas da FUNAI** – Fundação Nacional do Índio.
- **Lista de Territórios Quilombolas-** Fundação Palmares –INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- **mapBiomias** - <http://mapbiomas.org/map#coverage>



RBMA
Fase 7

REVISÃO PERIÓDICA (2008 - 2018) E ATUALIZAÇÃO DOS LIMITES E
ZONEAMENTO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

FASE 7 / 2018



GLOSSÁRIO



GLOSSÁRIO

SIGLAS

ESTADOS BRASILEIROS RBMA

APA = Área de Proteção Ambiental
APP = Área de Proteção Permanente
APRI = Área Prioritária para criação de UC
ARIE = Área de Relevante Interesse Ecológico
ASPE = Área Sob Proteção Especial
ESBIO = Estação Biológica
ESEC / EE = Estação Ecológica
FE / FLOE = Floresta Estadual
FLONA = Floresta Nacional
FUNAI = Fundação Nacional do Índio
INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP = Instituto de Terras de São Paulo
MONA/ MONAT = Monumento Natural
PARNA = Parque Nacional
PE = Parque Estadual
PEC = Parque Ecológico
PI = Proteção Integral
PM = Parque Municipal
PN = Parque Natural
PNE = Parque Natural Estadual
PNM = Parque Natural Municipal
PU = Parque Urbano
RDS = Reserva de Uso Sustentável
REBIO = Reserva Biológica
RESEC = Reserva Ecológica
RESEX = Reserva Extrativista
RFU = Reserva de Floresta Urbana
RPPN = Reserva Particular do Patrimônio Natural
RPPNM = Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal
RVS = Refugio de Vida Silvestre
UC = Unidade de Conservação
US = Uso Sustentável
ZA = Zona de Amortecimento e Conectividade
ZN = Zona Núcleo
ZT = Zona de Transição e Cooperação
TI = Território indígena
TQ = Territórios Quilombolas
REBIL = Reserva Biológica

PI = Piauí
RN = Ceará
PB = Paraíba
PE = Pernambuco
AL = Alagoas
SE = Sergipe
BA = Bahia
MG = Minas Gerais
ES = Espírito Santo
RJ = Rio de Janeiro
SP = São Paulo
GO = Goiás
PR = Paraná
SC = Santa Catarina
RS = Rio Grande do Sul
MS = Mato Grosso do Sul